

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM GEOGRAFIA

DAIANE CARLA BORDULIS EDUARDO

**A CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES DAS JOVENS RURAIS EGRESSAS
DOS CURSOS DE AGRONOMIA E DE PEDAGOGIA DA UFFS CAMPUS/ERECHIM
E O PROCESSO DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

FRANCISCO BELTRÃO

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO –
MESTRADO EM GEOGRAFIA

DAIANE CARLA BORDULIS EDUARDO

**A CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES DAS JOVENS RURAIS EGRESSAS
DOS CURSOS DE AGRONOMIA E DE PEDAGOGIA DA UFFS CAMPUS/ERECHIM
E O PROCESSO DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós
Graduação em Geografia da Unioeste, campus de Francisco
Beltrão/PR, para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Roseli Alves dos Santos

Francisco Beltrão/PR

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Eduardo , Daiane Carla Bordulis

A construção das territorialidades das jovens rurais egressas dos cursos de Agronomia e de Pedagogia da UPPS Campus/Erechim e o processo de sucessão na agricultura familiar / Daiane Carla Bordulis Eduardo ; orientador(a), Roseli Alves dos Santos , 2019.

174 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

1. Juventude rural . 2. Gênero e geografia . 3. Ensino superior . 4. Territorialidades . I. Santos , Roseli Alves dos. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOUTORADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES DAS JOVENS RURAIS
EGRESSAS DOS CURSOS DE AGRONOMIA E DE PEDAGOGIA DA
UFFS CAMPUS/ ERECHIM E O PROCESSO DE SUCESSÃO NA
AGRICULTURA FAMILIAR

Autora: Daiane Carla Bordulis Eduardo


Orientadora: Profa. Dra. Roseli Alves dos Santos

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por **Daiane Carla Bordulis Eduardo** e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 10 / 07 / 2019

Daiane Carla Bordulis Eduardo
Daiane Carla Bordulis Eduardo

Comissão Julgadora:


Profa. Dra. Roseli Alves dos Santos (UNIOESTE/ Francisco Beltrão)


Prof. Dr. Carlos Antônio Bonamigo (UNIOESTE/ Francisco Beltrão)


Prof. Dr. William Simões (UFFS/ Chapecó)

Francisco Beltrão - PR
2019

DEDICATÓRIA

A minha família,

E ao Márcio por todo carinho, amor a mim dedicados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Roseli, pelo apoio e colaboração desprendidos a minha pesquisa. Sempre com muita atenção e amorosidade me orientou e instigou a buscar os conhecimentos acadêmicos. Muito obrigada!

Aos meus familiares em especial meu pai Geraldo e minha mãe Matilde por entenderem meus sonhos e projetos e me apoiarem sempre nos estudos.

Ao Márcio companheiro a quem compartilho minha vida, amores, sonhos e escolhas. Agradeço por estar sempre ao meu lado em todos os momentos para concretização desta pesquisa e por todo incentivo ao longo desta caminhada na geografia.

Ao meu sogro Élio e a sogra Eli que sempre incentivaram minhas opções e que no período deste curso me acolheram em sua casa, ofertando momentos de mimos, de carinho e de alegrias.

A Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro e estímulo a pesquisa.

A UNIOESTE, com todo o seu corpo docente e técnico administrativo, pela oportunidade de um curso desta magnitude.

A UFFS pela disponibilidade das informações das jovens rurais.

As jovens egressas participantes da pesquisa que colaboraram para a realização desta dissertação, doando tempo e atenção para questões que contribuiriam para a abertura de novos horizontes nas temáticas aqui trabalhadas.

Aos professores membros da banca de qualificação e de defesa, Willian Simões e Carlos Antônio Bonamigo pela contribuição enriquecedora para a finalização desta dissertação.

As amigas Shaiane e Tainara companheiras de estudo, de publicações. Obrigado pela generosidade e por compartilharem comigo suas experiências e vivências.

Aos membros do grupo de pesquisa “Corpo Gênero e diversidade” companheiros de eventos, de discussões, de divergências em uma construção coletiva permanente e crescente.

Agradeço de coração as pessoas que contribuíram de alguma forma com este trabalho que representou uma etapa muito importante da minha vida. Estes dois anos me trouxeram vários aprendizados que ultrapassam as barreiras acadêmicas.

[...] a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro [...] (SANTOS e SILVEIRA).

RESUMO

A CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES DAS JOVENS RURAIS EGRESSAS DOS CURSOS DE AGRONOMIA E DE PEDAGOGIA DA UFFS CAMPUS/ERECHIM E O PROCESSO DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O estudo foi realizado com jovens rurais egressas dos cursos de Agronomia e de Pedagogia da UFFS, Campus Erechim-RS. Nesta pesquisa, procuramos compreender a participação das jovens egressas da UFFS no processo de sucessão na agricultura familiar. Partimos da hipótese de que a formação em nível superior poderia contribuir nos processos de sucessão na agricultura familiar, principalmente por parte das jovens rurais agrônomas. Para desenvolver a análise trabalhamos com as jovens rurais que se identificaram como tal, ingressaram no período de 2010 à 2014, entre a faixa etária de 15 à 29 anos. Utilizamos como procedimentos metodológicos, para a produção das informações, métodos qualitativos e quantitativos, com aplicação de questionários e entrevistas junto às jovens rurais. Para apreendermos a trajetória de formação superior e o percurso da territorialidade juvenil das egressas, consideramos os elementos teóricos sobre a juventude rural, utilizando a abordagem territorial geográfica, ferramenta que nos ofereceu o suporte analítico necessário ao estudo das questões de gênero na geografia, tendo como pressuposto os aspectos espaciais e as relações de poder operantes inerentes às sujeitas pesquisadas. Os problemas enfrentados na agricultura familiar e os desafios da sucessão por parte dos jovens, foram analisados sob a ótica da territorialidade do patriarcado e dos conflitos de geração, realidades presentes na agricultura familiar e que contribuem na decisão a respeito da permanência no campo. A pesquisa demonstrou que a falta de autonomia para implantação de mudanças na unidade produtiva familiar, as dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores e a formação profissional podem contribuir para que as jovens projetem seus futuros fora do estabelecimento rural. Desta forma, os conflitos envolvendo as jovens rurais aparecem nos dois cursos: as agrônomas reconhecem essas desigualdades para com a mulher rural e buscam conquistar seus espaços, enfrentando os preconceitos seja no próprio curso, como no mercado de trabalho. As pedagogas demonstraram estar satisfeitas com o curso superior por ter massiva presença de mulheres e por estarem conquistando autonomia, embora com reduzidas possibilidades de sucessão na agricultura familiar. Desta forma, evidenciamos que para ocorrer a sucessão na agricultura familiar é de alta relevância uma análise geográfica, em interação com outras áreas do conhecimento, para que sejam processadas as mudanças no campo e nas relações campo-cidade almejadas pelas jovens, em âmbito das dimensões (valorizadas pela pesquisa) cultural e político-econômica.

Palavras chave: ensino superior, juventude rural, gênero e geografia.

ABSTRACT

THE CONSTRUCTION OF THE TERRITORIALITIES OF THE EGRESSE YOUNG RURAL WOMEN OF THE COURSES OF AGRONOMY AND PEDAGOGY OF UFFS/CAMPUS ERECHIM AND THE PROCESS OF SUCCESSION IN FAMILY FARMING

The study was carried out with young rural women graduated in the Agronomy and Pedagogy courses at UFFS, Erechim-RS Campus. In this research, we sought to understand the participation of the young graduates of the UFFS in the process of succession in the family agriculture. We start from the hypothesis that the formation at higher level could contribute in the processes of succession in the familiar agriculture, mainly by the rural young agronomists. In order to develop the analysis, we worked with the young rural people who identified themselves as such, they entered in the period from 2010 to 2014, between the age group of 15 to 29 years. We used as methodological procedures, for the production of these informations, qualitative and quantitative methods, with the application of questionnaires and interviews with the young rural women. In order to understand the trajectory of higher education and the course of the juvenile territoriality of the students, we consider the theoretical elements on rural youth, using the geographic territorial approach, a tool that offered us the analytical support necessary to study the gender issues in geography, considering as presuppositions the spatial aspects and operative power relations intrinsic to the researched subjects. The problems faced in family agriculture and the challenges of succession by the part of the young people, were analyzed from the perspective of the territoriality of patriarchy and the conflicts of generation, realities that are present in family farming and that contribute in the decision about the permanence in the field. The research showed that the lack of autonomy to implement changes in the family unit of production, economic difficulties faced by farmers and vocational training can help young women to plan their futures outside the rural establishment. Thus, the conflicts involving rural women appear in both courses: agronomists recognize these inequalities towards rural women and seek to conquer their spaces, facing prejudice both in the course itself and also in the labor market. Pedagogues have shown that they are satisfied with their higher education because they have a large presence of women and because they are gaining autonomy, although with little possibility of succession in family agriculture. In this way, we evidence that for the succession in family farming, a geographic analysis, in interaction with other areas of knowledge, is of great relevance in order to process the changes in the field and in the rural-urban relations sought by the young women, in the sphere of the cultural and political-economic dimensions (valued by the research).

Keywords: Higher education, rural youth, gender and geography.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Variação Total da População Residente entre 15 e 29 anos na Microrregião de Erechim.....	60
Gráfico 02 - População total de homens e mulheres da Microrregião de Erechim 1991.....	61
Gráfico 03 - População total de homens e mulheres da Microrregião de Erechim 2010	61
Gráfico 04 - População rural homens e mulheres da Microrregião de Erechim 1991.....	62
Gráfico 05- População rural de homens e mulheres da Microrregião de Erechim de 2010.....	62
Gráfico 06- Idade das jovens egressas.....	79
Gráfico 07 - Estado civil das jovens egressas.....	80
Gráfico 08- Tamanho dos estabelecimentos agropecuários.....	85
Gráfico 09- Topografia dos estabelecimentos agropecuários.....	88
Gráfico 10- Maquinários e implementos utilizados.....	89
Gráfico 11- Atividades que as jovens desenvolviam morando no estabelecimento.....	91
Gráfico 12- Atividade principal da família.....	93
Gráfico 13-Divisão interna do trabalho pela família entre homens e mulheres dentro do estabelecimento agropecuário.....	94
Gráfico 14- Grau de participação das jovens egressas do curso de Pedagogia nas decisões produtivas que eram implementadas pela família.....	95
Gráfico 15- Grau de participação das jovens egressas do curso de Agronomia nas decisões produtivas que eram implementadas pela família.....	96
Gráfico 16 - Grau de participação dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pelas famílias das jovens egressas do curso de Pedagogia. Fonte: autora (2018).....	97
Gráfico 17- Grau de participação dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pelas famílias das jovens egressas do curso de Agronomia.....	97
Gráfico 19: Fatores responsáveis pela migração das jovens.....	98
Gráfico 19- Fatores urbanos responsáveis pelas jovens migrarem.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Presença dos indivíduos dos sexos feminino e masculino nos cursos de Agronomia do Brasil em 2013.....	21
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Síntese – elementos das territorialidades das jovens rurais egressas.....	116
Quadro 02- Síntese das repostas das jovens egressas envolvendo a sucessão na agricultura familiar.....	130

LISTA DE FOTOS

Foto 01- Vista parcial para o bloco A e vista parcial para o bloco dos professores da Universidade Federal da Fronteira Sul.....	71
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Localização da Microrregião de Erechim.....	18
Mapa 02- Evolução da população rural nos municípios da Microrregião de Erechim/RS (1991 e 2010).....	58
Mapa 03- Evolução da população urbana nos municípios da Microrregião de Erechim/RS (1991 e 2010).....	59
Mapa 04 - VAB por setores da economia dos municípios da Microrregião de Erechim, 2015.....	66
Mapa 05- Acessos viários dos municípios da microrregião de Erechim/RS.....	104

LISTA DE SIGLAS

ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural

FEE- Fundação de Economia e Estatística

FSM- Fórum Social Mundial

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEAD- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PIB- Produto Interno Bruto

PPI- Plano Político Institucional

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

USP- Universidade de São Paulo

VAB- Valor adicionado bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 01- GEOGRAFIA, GÊNERO E JUVENTUDE RURAL	29
1.1 Gênero, geografia e abordagem territorial.....	37
1.2 Agricultura familiar e sucessão	39
1.3 Delimitando uma abordagem territorial para o estudo das questões de gênero na Geografia.....	43
CAPITULO 02 - TERRITORIALIZAÇÃO DA UFFS E AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM/RS.....	51
2.1 Características da agricultura na Microrregião de Erechim	54
2.2 UFFS: Um fator atrativo para as jovens de origem rural	69
CAPÍTULO 03. AS JOVENS RURAIS EGRESSAS DA UFFS – CAMPUS ERECHIM E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	73
3.1 As jovens egressas dos cursos de Agronomia e Pedagogia da UFFS	75
3.2 Informações sobre os estabelecimentos agropecuários	81
3.3 Informações sobre a gestão interna dos estabelecimentos agropecuários.....	89
3.4 Informações sobre os fatores da migração campo cidade.....	96
CAPÍTULO 04. A FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR E OS PROCESSOS DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	100
4.1.1 Fatores que interferem na decisão de migrar para a cidade.....	100
4.1.2 Motivações da jovens egressas pela escolha dos cursos de Agronomia e Pedagogia	104
4.1.3 A confirmação das expectativas após o curso superior	105
4.1.4 Melhoria na condição material das jovens egressas da UFFS.....	106
4.1.5 Aspectos envolvidos com a condição de mulher das jovens cursando Pedagogia ou Agronomia.....	108
4.1.6 Relações de poder atreladas a questão de gênero no campo e no interior das unidades produtivas, influenciadoras na decisão das jovens em cursar o Ensino Superior.....	110
4. 2 Os desafios da sucessão na agricultura familiar apreendido através da análise das territorialidades das jovens (egressas em Agronomia e em Pedagogia) que permaneceram no espaço rural.....	116
4.2.1 Informações das jovens dentro do estabelecimento rural.....	117
4.2.2 As responsabilidades domésticas diárias desempenhadas pelas jovens dentro do estabelecimento agropecuário antes e depois de cursar o ensino superior.....	119
4.2.3. Os meios de transporte utilizados pelas jovens no deslocamento diário entre a propriedade rural e a cidade de onde saía o ônibus para a UFFS.....	121
4.2.4. As expectativas das jovens de sair do campo e cursar Pedagogia ou Agronomia.....	122
4.2.5. Aspectos envolvidos na condição das jovens em serem mulheres e cursar Pedagogia ou Agronomia.....	123
4.2. 6 Confirmação da expectativa após o curso.....	123
4.3- Práticas ou ações que deveriam ser mudadas ou implementadas para que possibilitasse a jovem permanecer ou mesmo voltar a residir no campo.....	125
4.3.1 Futuro da agricultura familiar no município em que as jovens residiram ou em residem.....	126
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
6-REFERÊNCIAS.....	135
7- APÊNDICES.....	142

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva investigar a participação de jovens rurais egressas dos cursos de agronomia e pedagogia da UFFS, Campus Erechim/RS, no processo de sucessão da agricultura familiar. A preocupação com a agricultura familiar e a sua sucessão aparece, sobretudo, da tendência cada vez mais intensa de desterritorialização dos e das jovens dos estabelecimentos agropecuários. As limitadas opções de trabalho, as dificuldades econômicas, a exiguidade de infraestruturas, as questões de gênero presentes no interior das unidades produtivas, entre outros fatores, fazem os/as jovens e, mais contundentemente, as jovens, desejarem novas oportunidades de trabalho e de vida nos espaços urbanos. Nesta perspectiva, migram para as cidades a procura de escolarização e/ou oportunidades de emprego e muitos deles jamais retornam.

A agricultura familiar tem relevante importância na geração de ocupações no espaço rural, na produção e transformação de alimentos e nos serviços ambientais que geram.

No contexto político e acadêmico, a agricultura familiar diante das características da estrutura fundiária brasileira ganhou evidência nova com a publicação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo Agropecuário 2006. Nessa pesquisa, os dados foram classificados em agricultura familiar e agricultura não familiar, produzindo informações oficiais mais refinadas para as políticas de desenvolvimento rural, ao investigar “quantos são, onde estão e como produzem os agricultores familiares no País” (IBGE, 2009, p. 13).

Conforme o censo Agropecuário 2006¹, foi possível identificar 4367.902 estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, o que representava 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Esses agricultores familiares ocupavam uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares (IBGE, 2006). Desta forma ficou evidente a necessidade de avançar nas políticas agrárias e agrícolas, considerando o protagonismo da agricultura familiar para o desenvolvimento do país. Na Microrregião de Erechim com base no censo Agropecuário 2006, foi identificado um total de 19.448 estabelecimentos, destes 17.659 são de agricultura familiar equivalente a 91% e os estabelecimentos não familiares são de 1.789.

¹ Utilizamos o censo agropecuário 2006, pois os dados do censo 2017 são preliminares e não estão organizados de acordo com a categoria Agricultura Familiar.

Neste sentido, a participação da agricultura familiar em algumas culturas a nível nacional: sendo 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão, 46,0% do milho, 38,0% do café, 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. O cultivo com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira (IBGE, 2006).

O Rio Grande do Sul é a quarta economia do Brasil considerando o seu Produto Interno Bruto (PIB, 2016), chegando a R\$ 202,9 bilhões, sendo 9,38% na agropecuária, 23,23% na indústria e 67,40% nos serviços. Enquanto na microrregião de Erechim o valor bruto da agropecuária representa significativos 36,29%; 14,16% o valor da indústria e 49,54% o valor bruto dos serviços (FEE, 2016). Com base nestes dados é possível perceber que a agricultura da microrregião tem uma importância relativa 4 vezes maior em relação a participação percentual da agricultura para o estado.

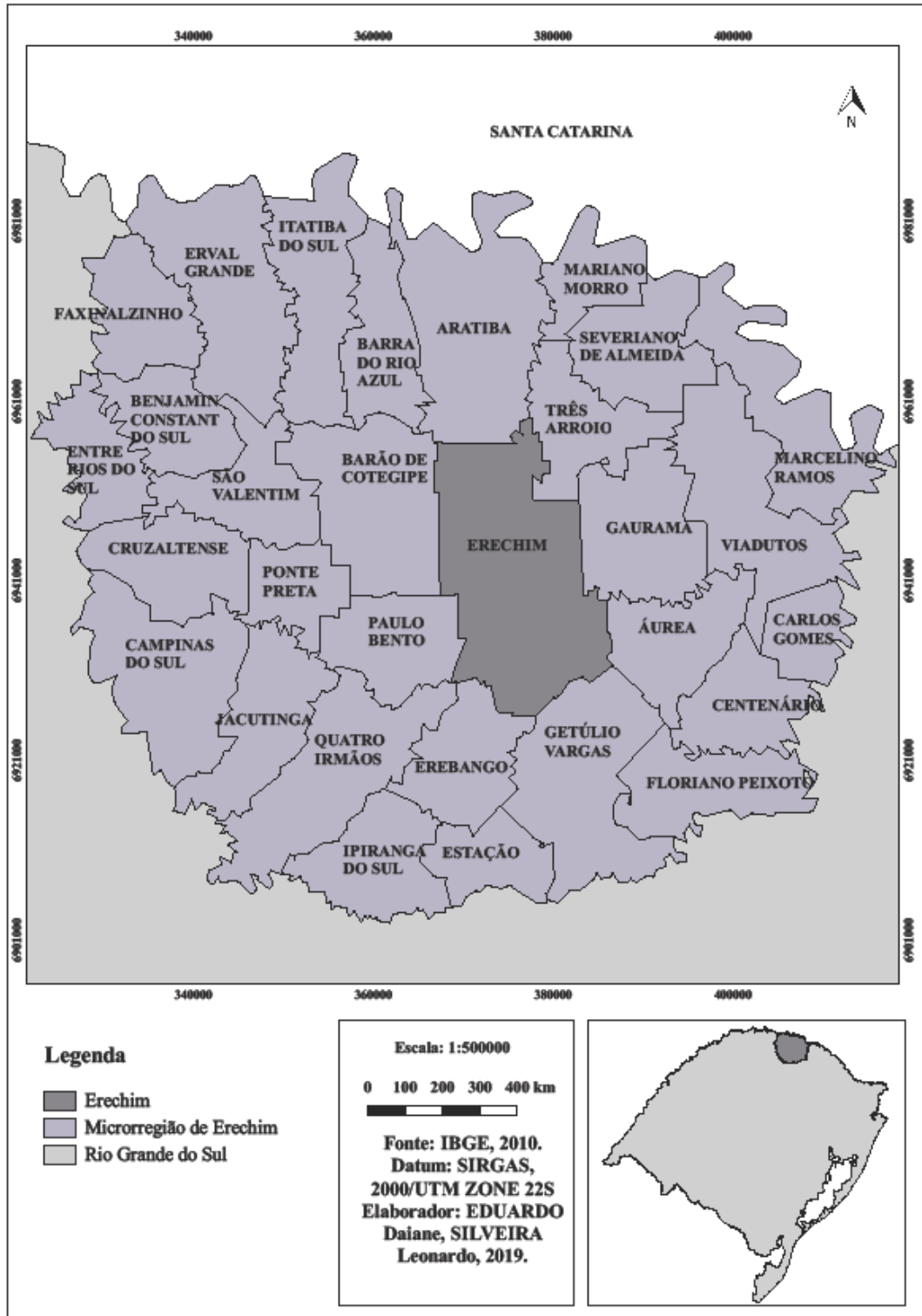
A agricultura familiar é um sistema de produção em que prevalece o trabalho familiar, cada membro da família coopera para a realização das atividades dentro dos estabelecimentos. Diferente de uma empresa capitalista na qual o trabalho é assalariado e visa a obtenção de lucros, a produção familiar é voltada para as necessidades de reprodução social e econômica da família. Esta é uma estrutura que diferencia a agricultura familiar das demais formas de agricultura. Importa considerar que existe uma potencialidade inerente à agricultura familiar para ativar distintos arranjos espaciais de produção como, por exemplo, a agroindústria familiar, o cooperativismo, o turismo rural, a agroecologia, a produção orgânica, o artesanato, entre outros.

A sucessão na agricultura familiar desempenha um significativo papel na continuidade dos agricultores familiares e na preservação do espaço social e econômico destes agentes. Consiste na transferência da “propriedade”² de pai e/ou mãe para filha(o) dos conhecimentos das atividades produtivas, da gestão do negócios e da posse da terra. Cabe destacar também que a agricultura familiar tem por base a lógica patriarcal e que nesta perspectiva o sucessor preferencial é o homem. Sendo assim a falta de sucessor pode trazer sérias implicações para a agricultura familiar e para a própria segurança alimentar³.

²Optou-se por utilizar denominações como a expressão “propriedade” que se aproximam dos termos empregados cotidianamente pelos agricultores da microrregião.

³ De acordo com Stedile e Carvalho (2012) no dicionário da educação no campo o termo segurança alimentar é uma política pública adotada por governos de vários países que parte do princípio de que “todas as pessoas têm o

O recorte espacial escolhido para a pesquisa é a microrregião de Erechim (mapa, 01), denominação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Localiza-se ao Norte do estado do Rio Grande do Sul e é composta por trinta municípios. Na microrregião há uma matriz produtiva calcada na produção de grãos (*commodities*, especialmente soja, milho e trigo) e na criação de animais integrados à grandes agroindústrias (laticínios e frigoríficos).



Mapa 01- Localização da Microrregião de Erechim e do município de Erechim/RS

A estrutura fundiária está intimamente relacionada às práticas espaciais do rural e, evidentemente, incide sobre a população no campo. A população residente do rural é de 57.102 pessoas, de um montante de 211.653 habitantes da microrregião de Erechim (2010). A população rural teve uma redução de 22,09% na última década, pois em 2000 atingia-se a marca de 73.289 pessoas no campo. Esta matriz está associada a uma estrutura fundiária centrada em estabelecimentos rurais de pequeno porte, no qual a mão de obra familiar tem significativa presença. Os agricultores familiares, tem uma presença importante desse espaço rural em relação ao uso da terra, porém estão subordinados às corporações do agronegócio, as (agro)indústrias e ao sistema econômico-social hegemônico (KOZENIESKI, 2016).

O modelo de desenvolvimento do agronegócio tem atendido parcialmente a questão da segurança alimentar, porém, a um custo social e ambiental elevado e sem considerar a questão da soberania alimentar, que exige a diversidade entre os seus requisitos. A exemplo do que ocorre no Brasil, esse modelo de desenvolvimento centrado na produção de *commodities* e na agroexportação, tem provocado desigualdades entre as agriculturas do mundo, com a revolução agrícola contemporânea, desenvolvida por uma pequena parcela de agricultores dos países desenvolvidos e de alguns países em desenvolvimento, multiplicou de maneira descomunal essas desigualdades, dentre elas está “a baixa tendencial dos preços agrícolas, resultante dessas revoluções agrícolas, bloqueou o desenvolvimento e está empobrecendo ao extremo mais de um terço dos camponeses do planeta” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 27).

Na Microrregião de Erechim, o avanço da monocultura convencional, tem implicação na continuidade do êxodo rural, especialmente por parte das jovens, e ocasionado impasses quanto aos processos sucessórios na agricultura familiar.

Gaboardi (2017), em pesquisa realizada na Microrregião de Erechim/RS (Mapa 01), demonstrou que a agricultura familiar tem passado por profundas transformações nas últimas duas décadas, incluindo uma importante desterritorialização da população rural (Mapa 02 e Mapa 03), levada a cabo pelo acirramento da questão agrária regional. Demonstramos, ainda, que os jovens entre 15 e 29 anos têm migrado em maior intensidade, Gráfico 01), sentindo com mais força as dificuldades colocadas a eles para a sua reprodução social na referida microrregião. A cidade de Erechim tem sido o destino pretendido de grande parte dessa população rural oriunda dos municípios da microrregião, pois congrega a maior parte da oferta de empregos na indústria e no setor de serviços, além de concentrar serviços importantes, incluindo o Ensino Superior Público (UFFS, Instituto Federal e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) e privado.

Nosso interesse de pesquisa consistiu em analisar as condições de sucessão na agricultura familiar por parte das jovens egressas dos cursos de Agronomia e de Pedagogia da UFFS, Campus Erechim. Essa Universidade possui cursos diurnos, noturnos e em regime de alternância, bacharelados e licenciaturas. Desde 2010 até 2015 a UFFS atuou em espaços provisórios até a instalação do campus definitivo, neste período não possuía restaurante universitário, mas atualmente a instituição está situada no seu Campus definitivo contando diariamente com o restaurante universitário.

A escolha das jovens rurais que estudaram na Universidade Federal da Fronteira Sul aconteceu por ser uma instituição que tem como objetivo, desde a sua criação, a inclusão social das pessoas, especialmente provindas do campo que até então estavam excluídas do acesso ao ensino superior, e pela insistência do Movimento Pró-Universidade Federal. A instituição foi criada com base em intensas reivindicações dos movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul- Fetraf Sul/CUT) da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Ações os quais têm com intuito que a universidade fortaleça a agricultura familiar da região de abrangência, propiciando oportunidade para os (as) filhos (as) de agricultores acessarem ao ensino superior público, dentre estas ações voltadas para a o fortalecimento da agricultura familiar, as informações contidas no PPI da UFFS nos traz: o combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; confiança na agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento; valorização e superação da matriz produtiva existente como premissa; garantia de uma universidade pública e popular.

A presença da universidade pública tem se tornado um fator atrativo especialmente para os jovens rurais, por colocar-se como uma possibilidade para a ascensão pessoal e profissional das egressas, como é o caso da trajetória da própria autora do presente trabalho.

O Projeto Político Institucional (PPI) da UFFS instrui para os temas referentes a questão agrária regional que a UFFS visa enfrentar, são eles: a falta de valorização da agricultura familiar a qual encontra-se hegemônica pela territorialidade do agronegócio, a necessidade de pesquisa para subsidiar as ações dos agricultores, cooperativas, associações, movimentos sociais e sindicais; a necessidade de políticas públicas que intervenham junto ao problema do êxodo rural e urbano nos pequenos municípios, principalmente o êxodo dos jovens do campo, que permita apontar possibilidades para o desafio da sucessão na agricultura familiar e coloque em questão a temática do gênero; também quanto ao desafio da transição agroecológica da região. Além disso, o desenvolvimento de pesquisas que desvelam os quadros de

vulnerabilidades no campo e na cidade, sinalizando para a produção de conhecimento e de ações em âmbito da educação no campo no recorte de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul. Para atender a estas demandas o campus de Erechim conta com os seguintes cursos de graduação: sendo três cursos de bacharelado, Arquitetura e Urbanismo, Agronomia (Turma especial- PRONERA) e Engenharia Ambiental e Sanitária, também cinco cursos de licenciatura em Ciências Sociais, História, Filosofia, Geografia e Pedagogia. Além disso a UFFS Erechim conta com quatro programas de pós graduação *stricto sensu*, Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental, Mestrado Profissional em Educação, Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Mestrado em Geografia.

Na UFFS, Campus Erechim, é significativo a presença das mulheres no curso de Agronomia. Porém com base na informação da distribuição percentual dos estudantes de Agronomia no Brasil entre homens e mulheres (quadro 1), apenas 28,6% dos estudantes de Agronomia no Brasil em 2013 eram mulheres, um percentual bem abaixo do total geral da população, já que de acordo com o censo de 2010 as mulheres correspondem à 51,3% da população brasileira (IBGE, 2010). Isso requer ponderar que o curso de Agronomia se insere, no universo do ensino superior brasileiro, dentre aqueles com numerosa presença de homens (RISTOFF, 2013) tornando notório uma significativa assimetria de gênero nessa área. Diante disso a ocupação deste espaço por mulheres, ainda que em percentuais aquém do ideal, representa também uma afirmação de garra das mulheres brasileiras, “que no caso do curso de Agronomia representa um passo em definitivo a uma situação totalmente diferente da marginalização educacional e por isso econômica de suas mães” (MARQUES et al, 2017).

Sexo	Total	Porcentagem
Feminino	2.266	28,6%
Masculino	5.508	71,4%
Total	7.774	100

Tabela 1- Presença dos indivíduos dos sexos feminino e masculino nos cursos de Agronomia do Brasil em 2013.

Fonte: Microdados do ENADE 2013.

Como engenheiros agrônomos, as egressas e os egressos possuem qualificações para atuarem em questões relacionadas ao escopo da agricultura, da pecuária e do meio ambiente, também sejam capazes de fomentar o manejo sustentável e a recuperação de ecossistemas e agroecossistemas, assim como a conservação e preservação dos recursos naturais. No caso do curso agrônômico ofertado pela UFFS é integral e tem como ênfase a agroecologia, ciência com raízes nos métodos tradicionais e científicos de manejo de agroecossistemas. Nesta perspectiva, o curso de Agronomia da UFFS tem buscado utilizar a Agroecologia como uma ênfase e a

Agricultura Familiar como foco, consistindo, assim, no esforço consciente de superação do paradigma atual, o qual, por meio do aprofundamento da sua cientificidade, visa tornar a Agronomia apta a contribuir com o enfrentamento da possível crise ambiental” (PPC do curso de Agronomia, Erechim, 2016). Diante as perspectivas da formação profissional agrônoma pesquisamos, no caso das jovens, como o mesmo tem contribuído nos processos de sucessão na agricultura familiar.

Já o curso de Pedagogia tem uma característica diferente pela massiva presença feminina, tendo em vista as representações culturais que associam o cuidado e a educação de crianças às mulheres. O compromisso desta formação em Pedagogia é com uma sólida formação de professores, “que possibilite uma inserção crítica e qualificada nos âmbitos de atuação de sua profissão”. Desta maneira três linhas condutoras são priorizadas na formação do pedagogo; a primeira diz respeito à formação de professores de Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental, a segunda remete-se a efetivação da gestão democrática da educação; e a última corresponde a produção e difusão de novos conhecimentos educacionais (PPC do curso de Pedagogia da UFFS Erechim 2016).

Historicamente, o ensino direcionado a crianças vem sendo entendido como algo maternal, que exige cuidados e cautela, tais características peculiares, relacionadas ao sexo feminino, construídas e consolidadas por influência das teorias burguesas naturalizaram esses rótulos como vocação natural feminina. Sendo assim não é inédito que nos cursos de Pedagogia e em cargos de docência principalmente em âmbito da educação infantil, contenha a hegemonia das mulheres.

De acordo com Carvalho (2000, p.25) “[...] para superar as desigualdades nas relações de gênero, é fundamental a desmistificação dos papéis sociais tradicionalmente estereotipados em masculino e feminino, para que outras subjetividades possam fluir”.

Para tanto partimos da hipótese de que as jovens egressas do curso de Pedagogia possuem características sociais e econômicas diferentes das estudantes egressas de Agronomia, pois o curso de Agronomia da UFFS Campus Erechim é ofertado no período integral e isso nos leva a cogitar possíveis diferenciações das condições socioeconômicas, pode-se dizer que essas jovens não precisassem trabalhar enquanto cursavam a graduação. Já o curso de Pedagogia, por ser oferecido no período noturno, possibilita condições as jovens de exercerem outras ocupações e manterem vínculos empregatícios enquanto cursavam a graduação. Os cursos de bacharelado formam estudantes para atuar de forma mais ampla no mercado, permitindo que o profissional trabalhe em diversas áreas dentro da sua especialidade, enquanto os cursos de licenciaturas são indicados para quem quer ser professor, sendo possível ministrar aulas em

escolas públicas ou particulares, no Ensino Fundamental e/ou Médio, dependendo da área que escolher.

O curso de Pedagogia é composto predominantemente por mulheres, sendo assim, imaginávamos que teria um maior contingente de mulheres rurais com o perfil da pesquisa, pois com base no estudo de conclusão de curso da autora e nos resultados encontrados foi possível constatar que a maior parte das jovens que saíram do campo estudavam nos cursos de Pedagogia e de geografia (BORDULIS, 2017). Contudo a nossa ideia não é produzir uma leitura entre a licenciatura e o bacharelado, mas identificar as motivações de escolha por um curso de bacharelado e pela licenciatura, também identificar a vinculação profissional atual e as possibilidades de sucessão na agricultura familiar.

Procuraremos identificar possíveis questões de desigualdades de gênero envolvidas com a formação em nível superior dos cursos de Agronomia e de Pedagogia. Desta forma buscamos responder as seguintes perguntas:

- 1- Quais foram as motivações das jovens pesquisadas na escolha pelos cursos de Agronomia e de Pedagogia?
- 2- Como podemos identificar as questões de gênero, implicadas no percurso de formação das jovens em nível superior (tanto do ponto de vista das relações com o campo, como do ponto de vista da experiência acadêmica em si)?
- 3- A formação em Agronomia e em Pedagogia tem contribuído à permanência ou ao retorno das jovens e qual o rebatimento disso nos processos de sucessão na agricultura por parte dessas famílias envolvidas?

O ponto de partida da presente dissertação está assentado nos resultados de uma pesquisa realizada em âmbito do curso de Geografia-licenciatura (Trabalho de Conclusão de Curso), elaborado por sua proponente. A referida pesquisa objetivou compreender os aspectos que influenciaram na decisão das jovens matriculadas nos cursos de licenciatura da UFFS, campus Erechim/RS, a evadirem-se do campo e identificar o peso das questões de gênero nesse processo. Foram aplicados questionários contendo questões fechadas e perguntas abertas, para um total de 21 discentes (representando 100% do público com o perfil requerido) que cursavam a fase intermediária (5º fase) de seus respectivos cursos de graduação, a saber: Ciências Sociais, Geografia, Filosofia, História e Pedagogia.

Nossa pesquisa demonstrou que a falta de participação/autonomia das jovens para intervirem em questões que poderiam repercutir em mudanças na unidade produtiva familiar, as dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores e a carência de infraestrutura foram fatores relevantes para a migração das jovens, assim como, nos espaços urbanos, a busca pela

formação profissional, a maior autonomia relativa para a construção de seus projetos de vida, o acesso relativo ao dinheiro (salários, bolsas e auxílio socioeconômico da UFFS) e a maior disponibilidade de infraestrutura, práticas de lazer e de serviços contribuíram como fatores atrativos às jovens. Através dos resultados desta pesquisa podemos compreender que se trata de um problema amplo e multifatorial. Na pesquisa que ora propomos, pretendemos avançar nos estudos envolvendo as temáticas da juventude rural e do gênero, pois é um problema latente na Microrregião de Erechim, com forte carência de pesquisas acadêmicas, particularmente, no âmbito da ciência geográfica.

O debate que buscamos empreender através dessa pesquisa em Geografia poderá, também, subsidiar diversos atores do desenvolvimento na região a otimizar a compreensão a respeito dos problemas relacionados a desterritorialização da juventude rural e o papel do Ensino Superior na ativação das territorialidades: seja a UFFS, os gestores públicos, os movimentos sociais/sindicais e as próprias jovens e as famílias agricultoras. O foco da nossa pesquisa se dará para o debate sobre a sucessão na agricultura familiar, procurando evidenciar as possibilidades das jovens em suceder a propriedade de suas famílias.

Fundamentação teórica: autores e conceitos

A escolha das obras e conceitos estudados tem como critério a afinidade com nossa opção teórica. Para a pesquisa proposta, desenvolvida na região de Erechim, nosso referencial teórico subdivide-se em três grandes temas, a saber, 1) juventude rural, 2) questões de gênero e sucessão na agricultura familiar e 3) território e territorialidade.

1) Um dos objetivos da nossa pesquisa será o de entender sobre o conceito de juventude rural, e as possíveis razões atreladas ao êxodo rural junto às jovens estudantes e jovens egressas dos cursos de Pedagogia e Agronomia da UFFS, Campus/Erechim. Para o nosso entendimento a respeito do conceito de juventude rural, expomos as obras de: Muller (2016), Abramo (1997), Brumer (2004), Weisheimer (2004) e Carneiro e Castro (2007). Muller (2016), nos auxiliará a compreender os temas da juventude rural, do gênero e da agricultura familiar. Abramo (1997), trabalha com uma abordagem sobre a juventude calcada nas ideias de representação e autorepresentação sociais. Weisheimer (2004), nos auxiliará a entender a invisibilização da juventude do campo e a ideia de “diferenças das juventudes”. Brumer (2004), por seu turno, aborda sobre a tendência emigratória dos jovens do campo no âmbito da agricultura familiar e Carneiro e Castro (2007) nos auxiliará a compreender o conceito de juventude.

2) Para trabalharmos a questão de gênero e sucessão na agricultura familiar em nossa pesquisa utilizaremos, principalmente, as obras dos seguintes autores: Muller (2016), Silva

(2011), Silva (2003), Saffioti (2013), Castro (2009), Scott *et al* (2010). Os autores supracitados abordam a questão de gênero e da juventude no campo em sua relação com a Geografia. Em Silva (2011), utilizaremos a ideia de invisibilização do trabalho feminino. Silva (2003), contribuirá com sua abordagem geográfica feminista. Castro (2009), por sua vez, discute as relações de gênero em termos das “desigualdades de poder”.

3) Para entendermos a abordagem territorial trabalharemos com os seguintes autores: Raffestin (1993); Dematteis (2008); Saquet (2011); Oliveira (2001) e Souza (2015). Em Raffestin (1993), utilizamos sua concepção de território como um “produto relacional e forjado a partir de relações de poder”. Dematteis (2008), nos auxiliará a compreender as questões de “territorialidade passiva e ativa” no que tange as relações no interior das unidades de produção, sejam familiares e produtivas, também pela nova forma de produção excludente, onde a técnica global e o conhecimento pré-formatado territorializaram-se no bojo das dinâmicas produtivas. Esse fenômeno atingiu duplamente as mulheres, moldando seus quadros de “territorialidade passiva”: a) pelas dificuldades econômicas que se avolumaram; e b) pela intensificação da hegemonia masculina no campo com as formas “modernas” de produzir e organizar-se socialmente, Saquet (2007), compreende o território como um “produto multidimensional” (econômico, político, cultural e ambiental) e trabalha ainda com os conceitos de “TDR” (territorialização, desterritorialização e reterritorialização). Oliveira (2001), utiliza o conceito de “monopolização do território pelo capital”, o qual nos será fundamental para melhor entendermos os processos de subordinação dos agricultores familiares frente à territorialidade do modelo de desenvolvimento do agronegócio, em Souza (2015) aplicamos o conceito de “projeção espacial de relações de poder”, quanto à territorialidade das jovens nos estabelecimentos agropecuários: a unidade de produção é, em determinada escala, território. Nela há “projeção espacial de relações de poder”. Quanto à territorialidade das jovens nos estabelecimentos agropecuários: a unidade de produção é, em determinada escala, um território. Nela há “projeção espacial de relações de poder” (SOUZA, 2015).

4) Para entendermos a formação e as dinâmicas territoriais da microrregião de Erechim, nos embasamos nos seguintes autores: Kozenieski (2016), Gaboarde (2016) e Cassol (1979). Em Kozenieski (2016) compreendemos sobre a produção do espaço rural da microrregião de Erechim e as suas transformações nas dinâmicas produtivas e da agricultura. Gaboarde (2016) nos expõe as transformações recentes na microrregião de Erechim e o autor Cassol (1979) nos apresenta o histórico do município de Erechim e as principais mudanças no cenário estrutural.

Objetivos geral e específicos

Analisar a participação das jovens egressas da UFFS, Campus Erechim/RS no processo de sucessão da agricultura familiar na Microrregião de Erechim.

Neste sentido, os objetivos específicos da pesquisa são:

1. Classificar as jovens em distintos grupos a partir de suas vinculações com os processos de sucessão na agricultura familiar.
2. Investigar como as relações de poder, atreladas à questão de gênero no campo e no interior das unidades produtivas, influenciaram nas decisões das jovens em cursar o Ensino Superior.
- 3 Identificar como a formação em nível superior influenciou na decisão das jovens de fixar residência nos espaços urbanos ou, ainda, de retornar ou permanecer no campo.
4. Caracterizar as possibilidades de sucessão por parte das famílias, cujos as jovens rurais formaram-se nos cursos de Agronomia e de Pedagogia da UFFS campus/ Erechim.

Metodologia

Para conseguir atingir os objetivos da pesquisa, utilizamos como metodologia a coleta de dados quantitativos, qualitativos, primários e secundários. Para coleta de dados secundários, buscamos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afim de identificar a evolução da dinâmica demográfica da microrregião de Erechim (urbana e rural- 1991 e 2010), com ênfase para a população jovem situada na faixa etária entre 15 e 30 anos. Além disso utilizamos a Fundação de Economia e Estatística (FEE), para evidenciar a composição do PIB por setores da economia dos municípios da microrregião de Erechim, por meio do indicador Valor adicionado Bruto (VAB percentual) disponibilizado pelo IBGE.

E para obtermos os dados quantitativos e qualitativos, utilizamos a técnica dos questionários e realizamos também entrevistas. Ao utilizarmos a técnica do questionário, adotamos como público-alvo mulheres que se identificaram como jovens de origem rural, que concluíram a graduação na universidade no período de 2010 a 2014 e na faixa etária de 15 a 29 anos. Para realizarmos a coleta de dados, precisamos delimitar nosso público-alvo, para isso, utilizamos a definição de juventude como faixa etária, na qual nos valemos do padrão adotado pela Secretaria Nacional da Juventude, que determina como jovens, através do Estatuto da Juventude, pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos. Os questionários foram elaborados com um conjunto de questões objetivas e descritivas, com opção de múltipla escolha, para ser aplicado às jovens rurais, conforme (apêndice I e II).

Em contanto com a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFFS e a Divisão de Gerenciamento de Diplomas – DGD/Reitoria, foi gerado um termo de compromisso e

confidencialidade para a utilização dos dados das jovens egressas dos cursos de Agronomia e Pedagogia da UFFS/Campus Erechim, foi solicitado as seguintes informações: nome das jovens, ano de ingresso na universidade e ano de conclusão do curso, e-mail e telefone das jovens egressas. Verificamos que não constava a informação, nos dados de matrícula, se a estudante era filha de agricultores. No entanto para identificar quais jovens teriam origem rural, buscamos informações junto da coordenação e secretaria dos respectivos cursos, desta forma foi possível constatar as mulheres com perfil pretendido. O meio de informação utilizado foi o contato eletrônico (e-mail) das egressas, além disso foi utilizado o WhatsApp trata-se de um aplicativo gratuito e visa a troca de mensagens, também a rede social denominada Facebook. Através das listas com os dados das jovens foi possível identificar que o curso de Pedagogia tinha 112 jovens egressas desde 2010 a 2014 e o curso de Agronomia teve 43 estudantes egressas. Deste total de jovens no curso de Pedagogia foram identificadas apenas 13% do rural, enquanto no curso de Agronomia teve 81% mulheres egressas. A pretensão era de trabalhar com todo universo de jovens de origem rural identificadas nos dois cursos, porém no decorrer da pesquisa notamos que não seria necessário, em decorrência da possibilidade da exaustão das respostas. Dentre esse universo mencionado são dois perfis de jovem, sendo as que não migraram do campo para a cidade (num total de 08) e as que migraram (num total de 23), desta forma foi realizado dois questionários para cada perfil.

O primeiro contato com as jovens egressas se deu por meio do aplicativo WhatsApp, sendo questionado primeiramente se a mesma ainda morava no campo ou se teria migrado, para assim destinarmos o questionário correto para cada situação. Na sequência foi realizada a coleta dos dados quantitativos via e-mail. Os questionários têm como estrutura: dados gerais das jovens, informações atuais sobre o estabelecimento agropecuário, informações sobre a gestão interna dos estabelecimentos, informações sobre aos fatores da migração campo-cidade (para as jovens que migraram do campo para a cidade), informações sobre a gestão interna do estabelecimento, além disso, elaboramos questões envolvidas com os problemas de sucessão na agricultura familiar, de gênero, da juventude, questões também de como as jovens avaliam a contribuição da UFFS e dos cursos de graduação no processo de ativação das suas territorialidades com base nos seus projetos de vida atuais e se elas pensam em suceder as atividades da família rural (e quais seriam as condições materiais e imateriais para ocorrer a sucessão?).

Participaram da pesquisa 31 jovens egressas, destas 08 não migraram para a cidade, sendo 5 do curso de agronomia e 3 do curso de pedagogia, tiveram 23 jovens que evadiram do campo, sendo 16 do curso de agronomia e 7 do curso de pedagogia. Deste total de 31 jovens

68% correspondem as jovens do curso de Agronomia e 32% são do curso de Pedagogia, desta forma representamos em dois grupos de jovens (as que permaneceram nos estabelecimentos agropecuários e as que migraram do campo para a cidade para cursar o Ensino Superior). No decorrer do texto optamos por identificar as jovens egressas pelo nome fantasia, curso e classe de idade. Conforme Malhotra (2012), as pesquisas realizadas com auxílio da internet estão ficando cada vez mais populares entre os pesquisadores, principalmente, devido os seus ganhos, entre as quais representam os menores custos, agilidade e a capacidade de atingir populações específicas, assim como, do ponto de vista do respondente, é possível responder da maneira que for mais conveniente, no tempo e local de cada um. Em nossa pesquisa evidenciamos o fato das jovens estarem todas conectadas, incluindo as jovens que residem no espaço rural e essa forma de comunicação moderna atingiu recentemente os espaços rurais, porém isso não é comum entre os moradores da microrregião de Erechim, somente em alguns casos pode-se notar a conectividade presente no campo. O período de aplicação dos questionários foi de agosto a outubro de 2018. Os gráficos que apresentamos nesta dissertação com as informações das jovens rurais, foram realizados no programa SPSS o qual possui um conjunto amplo de ferramentas estatísticas capaz de criar gráficos, tabelas em uma única ferramenta.

Os procedimentos metodológicos contidos nesta pesquisa se deram em vários âmbitos:

- 1) Através de uma revisão bibliográfica sobre os temas do referencial teórico, aprofundamento na revisão bibliográfica;
- 2) Por meio da pesquisa documental sobre a Universidade;
- 3) com base nos dados secundários (representações gráfica e cartográfica);
- 4) Por intermédio de pesquisas baseadas em entrevistas para levantamentos de dados primários com as jovens egressas nos cursos de licenciatura em Pedagogia e bacharelado em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Utilizamos também representações cartográfica, sendo um mapa de localização da área de estudo, um segundo mapa representando as características da agricultura na Microrregião de Erechim com base em dados dos Censos Agropecuário e Demográfico. Além disso, fizemos o uso de outro mapa representando o acesso asfáltico para a sede dos municípios na microrregião de Erechim.

Assim o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, a fundamentação teórica está dedicada à juventude rural, iniciando com um breve enfoque sobre a relevância do estudo de gênero na geografia. No conceito de juventude, buscamos trazer como a essa temática vem sendo conceituada pelos teóricos, os estudos realizados, o que vem sendo debatido, e os problemas enfrentados no espaço rural, os quais influenciam na migração da jovem rural. Além

disso, neste capítulo discutimos sobre a abordagem territorial geográfica, onde nos oferece o suporte analítico necessário ao estudo das questões de gênero na geografia com ênfase para as territorialidades, tendo como pressuposto o espaço social e as relações de poder operantes.

No segundo capítulo, iniciamos com questões do Ensino Superior, os motivos pelo qual a UFFS foi implantada na região da microrregião de Erechim. A partir daí caracterizamos a universidade, a formação histórica, e o engajamento com os movimentos sociais. Por sua vez, o ambiente empírico da pesquisa, o Campus Erechim, que abrange um conjunto de municípios do Norte do Rio Grande do Sul, uma região com forte presença da agricultura familiar. Além disso neste capítulo é discutido as características do nosso recorte de estudo, bem como as que envolvem as características sociais e econômicas e a estrutura fundiária da região.

No terceiro capítulo, iniciamos a análise dos dados coletados, quanto a caracterização das jovens rurais, o trabalho da jovem na agricultura familiar, a sucessão familiar, os espaços de sociabilidade, aspectos relacionados ao ensino superior como o ingresso, a formação a nível superior, as dificuldades, objetivos, e por fim, as perspectivas das jovens rurais.

Nesse quarto capítulo apresentamos os resultados da pesquisa, inserimos as respostas das perguntas qualitativas, e sobre isso tecemos algumas considerações, bem como os problemas enfrentados pela população jovem rural, principalmente as mulheres, pela divisão sexual do trabalho, conflitos de geração, patriarcado e masculinização do campo. Optamos por analisar separadamente os dois grupos de jovens neste capítulo de acordo as especificidades de cada perfil.

Nas considerações finais, fazemos um esforço na tentativa de mostrar as perspectivas das jovens rurais que optaram por permanecer no espaço rural.

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA, GÊNERO E JUVENTUDE RURAL

O tema da juventude⁴ rural é ainda pouco investigado pelos geógrafos brasileiros. Gradualmente, a ciência geográfica brasileira tem se tornado mais aberta ao atendimento de novas demandas e agendas de pesquisa. Dentre elas com maior veemência nos últimos anos, desta forma salientamos os estudos que retratam a importância de discutir a faceta espacial pertencente a juventude rural e as questões de gênero no campo. Conforme Muller (2016), o embasamento teórico dos geógrafos acerca do conceito de juventude, tanto a urbana, quanto a rural, está ancorado, principalmente, pelas discussões concebidas em âmbito das Ciências Sociais. Turra-Neto (2008), afirma que o debate sobre juventude “[...] já está em andamento no quadro da Sociologia, Psicologia e Antropologia [...]”. Salienta, no entanto, que:

[...] carece ainda de uma contribuição daquela Geografia que se coloca no papel de refletir sobre a espacialidade humana, de forma a ganhar maior precisão conceitual no tratamento da dimensão espacial, nos estudos dos modos particulares de realização das juventudes (TURRA-NETO, 2008, p. 437).

A temática da juventude se torna motivo de atenção na medida em que simboliza uma agenda impreterível de pesquisa. No que se refere a tais estudos, é importante evidenciar, desde o início, que questões referentes ao cotidiano dos jovens urbanos tem ganho maior relevância em relação aos jovens rurais. Pode-se entender, pois, que o relativo desinteresse social e acadêmico pelas questões da juventude rural está ligado a certo entendimento de que a desruralização é um processo irreversível, inclusive nos “espaços” da agricultura familiar, tendo por mote a tendência de uma “agricultura sem agricultores” (AMIN; VERGOPOULOS, 1982), problema que atinge especialmente os jovens, os quais se veem forçados a migrar para as cidades, o que se reflete, como resultado, na baixa densidade de pesquisas.

Wiesheimer (2005) realizou um levantamento de trabalhos publicados sobre juventude rural (entre 1990 e 2004). O autor identificou o limitado desempenho acadêmico sobre o assunto e concluiu que migração e invisibilidade são os tópicos mais importantes dos estudos. Essa invisibilidade é resultado da produção de um olhar deliberado que nega a existência do outro.

⁴A lei 12.852 de 5 agosto de 2013 conhecida como o Estatuto da Juventude define como jovens os sujeitos situados entre as faixas etárias de 15 a 29 anos. De modo diferente entre os distintos grupos de jovens e sua condição de gênero, trata-se um período de intensas transformações no cotidiano de homens e mulheres. São transformações físicas, do ponto de vista das relações sociais, transformações quanto ao engajamento no trabalho, transformações no nível de escolaridade, transformações de seu horizonte espacial entre outras.

Isso leva à negação do direito à igualdade de tratamento e à igualdade de oportunidades e, nesse caso, à negação do direito ao reconhecimento e à identidade (WEISHEIMER, 201, p. 01).

Os estudos de Castro (2006) apontam que a:

(...) juventude é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social (p. 116).

Com a explanação da autora fica evidente que a juventude pode ter diversos significados. Assim, existem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades e jovens com diferentes leituras de mundo. Como, por exemplo, os jovens do espaço rural, os do espaço urbano, os quilombolas, os indígenas, os jovens assentados entre outros. Estes terão diferentes formas de se expressar, de enxergar o mundo. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social, mais também à de sujeitos sociais em interações múltiplas entre si e com seus horizontes espaciais de existência: isto é, a juventude no contexto de suas territorialidades (como trataremos adiante). A diversidade está na constituição dos sujeitos sociais em interação entre si e com seu lócus de existência e comportamental, que ganha contornos específicos no seu contexto social. Isso significa não entender a juventude como uma etapa com fim predeterminado e nem mesmo como um momento de preparação que será superado com ao chegar na vida adulta. Esta diversidade deriva, das relações que se estabelecem em torno do jovem, tendo significados e definem a sua inclusão nas sociedades.

O termo juventude exige, inicialmente, uma explicação sobre seu uso. Isso requer esforços para desconstruir representações sociais que operam no senso comum e tendem a delimitar os jovens para uma faixa etária com valores e práticas sociais comuns (ABRAMO, 1997).

Leão e Rocha vão expor que:

Em termos universais, podemos dizer que a juventude é uma fase da vida em que os sujeitos vivem intensas e rápidas transformações biológicas, emocionais e cognitivas, que impactam seu modo de ser no mundo. É um processo de construção de uma maior autonomia e se colocam questões acerca de suas escolhas e projetos futuros. É uma fase também em que se ampliam as relações pessoais, políticas e sociais para além dos espaços restritos da família e da escola (LEÃO e ROCHA, 2015, p. 18).

Conforme a explanação dos autores Leão e Rocha (2015) a juventude pode ser entendida como um tempo de construção de identidades e também de projetos futuros, essa fase da vida representa incertezas para os/as jovens, ao mesmo tempo uma contraditória convivência entre

a subordinação pela família e a sociedade, momento de grandes expectativas de emancipação. Isto é, a juventude vista como uma etapa de preparação em que os indivíduos planejam a faculdade que desejam cursar, também planejam a sua inserção no mundo do trabalho.

Abramo (1997), por sua vez, trabalha com uma abordagem sobre a juventude calcada nas ideias de representação e auto representação sociais. Argumenta que há limites nas concepções que corriqueiramente apreendem a juventude como categoria geracional que substitui a atual, comparecendo como uma espécie de retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, assegura, a juventude deve ser entendida em suas particularidades, pois

[...] condensa as angústias, os medos, assim como as esperanças, em relação as tendências sociais percebidas no presente aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura. Nesse sentido, a juventude, nos dias atuais, tem estado cada vez mais presente, tanto na opinião pública, como nos estudos acadêmicos, tendo em vista constituir-se como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade (ABRAMO, 1997, p. 29).

Alguns jovens de hoje estão se tornando presentes no cenário político brasileiro, sendo motivados por um senso de dever e ética com as causas sociais, se envolvendo com as mais diferentes temáticas e participando de vários Movimentos Sociais. “Os estudantes têm participado ativamente dos encontros do Fórum Social Mundial. As publicações, análises, materiais visuais, e relatos das edições do FSM que ocorreram em Porto Alegre, por exemplo, atestam isso” (GOHN, 2014, p. 55).

Para Abramo (1997), a juventude apresenta-se:

[...] como um momento de transição no ciclo da vida, da infância para maturidade que corresponde a um momento específico e dramático de sociabilidade, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da ‘cultura’ e da assunção de papéis adultos (ABRAMO, 1997, p. 29).

Conforme o dizer da autora a juventude representa um sinônimo de transição. Época de experimentações e definições sobre a própria pessoa, seus interesses, e reações com o mundo ao redor. Momento de transformação pessoal com perspectivas de mudanças sociais para o futuro.

Na mesma direção, Weisheimer (2004) conceitua juventude como:

[...] um conjunto de relações sociais e específicas, vividos por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade. Mais que uma faixa etária, a condição juvenil aparece como uma posição focal fundada em representações: trata-se de um período socialmente construído de transição de uma condição social de dependência plena

da infância, a outra, de independência plena na idade adulta (WEISHEIMER, 2004, p. 96).

Esse conjunto de relações sociais tem íntima relação com seus contextos espaciais, isso quer dizer que os sujeitos estão diretamente ligados a um conjunto de relações sociais, desde sua infância. Seja a relação familiar, com a vizinhança, na escola, no trabalho, na igreja, caso frequente, também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. Essas relações sociais e espaciais representam todas as interações e ligações que se estabelecem entre os seres humanos ao longo de sua vida.

Por solicitação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Weisheimer (2004), pesquisou as produções acadêmicas sobre juventude rural no Brasil, no período compreendido entre 1990 a 2004, considerando a pós-graduação e as publicações em periódicos científicos e de livros. Weisheimer (2004), “mapeou” a publicação de apenas cinquenta trabalhos, produzidos por 36 pesquisadores, o que não se constitui em uma produção expressiva em termos de volume. Contudo, ele chama atenção no levantamento sobre o predomínio de pesquisas na região Sul do Brasil, expondo a importância que tem a agricultura familiar nessas pesquisas.

O estudo realizado pela pesquisadora Marília Sposito, da Universidade de São Paulo (USP). Sposito (2009), ao pesquisar a produção discente da pós-graduação sobre o tema da juventude, identificou 1.427 trabalhos, defendidos em programas de pós-graduação nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. Deste total, a autora apontou que apenas 52 trabalhos diziam respeito aos jovens do espaço rural, ou seja, aproximadamente 4% de tudo que se estuda sobre juventude no Brasil se refere aos jovens rurais. No dizer de Sposito:

Há uma nascente produção sobre os jovens e o mundo rural que precisa ser ainda mais incentivada. Os poucos estudos existentes são reveladores das múltiplas temporalidades que articulam as relações sociais em nossa sociedade, das imbricadas relações de complementaridade e das tensões existentes entre cidade e campo, muito vezes obscurecidas por uma ótica excessivamente urbana (SPOSITO, 2009, p. 24).

Na colocação da autora fica evidente a falta de atenção dos pesquisadores brasileiros sobre os estilos de vida e os dilemas que afetam os jovens dos espaços rurais. Isto está relacionado ao fato de que vivemos em um país onde o intenso processo de urbanização foi estabelecido com base na migração compulsiva das populações rurais, cujo processo de modernização da agricultura e o formato das “políticas agrária agrícolas” (THOMÁZ JÚNIOR, 2006), impediram que um número significativo de agricultores permanecesse ou reproduzisse seu modo de vida. Weisheimer (2004) assegura que os jovens rurais se destacam como os mais vulneráveis, haja vista que os

[...] jovens estão submetidos numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que, eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas, invisibilizando o rompimento da própria condição de exclusão (WEISHEIMER, 2004, p. 23).

Weisheimer (2004) também revela que, se a juventude rural permanecer invisível ao mundo acadêmico e ao sistema político, dificilmente será incluído na agenda do governo. Até que tal inclusão ocorra o que se tem são "situações prolongadas de dano e injustiça que afetam os grupos de jovens rurais" (WEISHEIMER, 2004, p. 25).

Entretantes, Brumer (2007, p. 35) revela que está aumentando nos últimos anos os estudos sobre a juventude, “[...] em grande parte decorrente da maior presença de jovens reivindicando maior visibilidade e a formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer”.

Como está explícito em nossas colocações até o momento, conceituar juventude não é uma tarefa fácil. Ainda mais quando se trata da “juventude do campo”, pois conforme Paulo (2012), a categoria juventude rural é ainda mais recente nos estudos juvenis e, por conta disso, apresenta desafios para uma descrição empírica e teórica mais elaborada.

Castro (2012, p. 439) entende por juventude rural os “[...] filhos de agricultores que ainda não se emanciparam da autoridade paterna, geralmente solteiros, que vivem com os pais”. Percebamos que essa primeira aproximação já tenciona conceituações mais rígidas, baseadas na ideia de faixa etária. A condição juvenil pode se estender, nessa definição de Castro (2012) acima dos 30 anos, inclusive: limite de idade que vários autores e instituições tomam para delimitar o final da fase juvenil da vida no campo.

No entanto Bordieu (1983, p. 113) argumenta que os jovens não podem ser tratados “[...] como se fossem uma unidade social, um grupo formado, contemplado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade determinada biologicamente já concebe uma manipulação evidente”. O autor enfatiza que é necessário analisar as diferenças entre as juventudes, comparando as conjunturas de vida, de trabalho, de lazer, de estudo, a formação, com as quais, desta forma, se atinaria para as “diferenças análogas em todos os domínios da existência humana”.

Essas diferenças entre as juventudes devem ser tratadas de acordo com suas peculiaridades, evidenciando as territorialidades que as forjaram, pois os jovens do campo congregam distintas formas de ser e estar no mundo em relação aos jovens urbanos. Para o jovem do campo, por exemplo, tomando por base a vivência da autora, fica evidente a presença da família e a influência que ela exerce na vida cotidiana juvenil. Nos espaços rurais, os jovens estão inseridos em um círculo de relações sociais mais restritos em relação à juventude urbana,

haja vista que na agricultura familiar o universo das relações tendem a ser mais limitadas ou seja, o jovem do campo se encontra em um universo que em grande medida está circunscrito às relações de territorialidade envolvendo a família, a unidade de produção, a “comunidade” rural, a Igreja e a cidade pequena, marcada, ainda, por carências que em distintos âmbitos impactam a condição juvenil, dentre elas, podemos citar, as defasagens/inadequação tecnológicas voltadas à produção e as dificuldades atreladas à acessibilidade, comunicação (telefonia, internet) e opções de lazer no campo.

Souza (2006) assegura que a juventude, como tema de interesse, adquiriu fôlego nos grupos de estudos universitários de diferentes áreas somente após o final dos anos 1980. O tema da juventude, segundo a autora, tem aproximado pesquisadores que estudam a vida dos jovens no intuito de melhor compreender seus dilemas e encarar os obstáculos advindos das relações sociais contemporâneas, às quais estão submetidos. Assim, como ressalta Weisheimer (2004, p. 96) “[...] ao se estudar a juventude, deve se levar em conta as características gerais e específicas que demarcam sua condição social configurando múltiplas expressões juvenis”.

Na Geografia, Pires (2013, p. 83) expõe que o jovem

“[...]é um sujeito social, historicamente determinado e espacialmente situado, e que, dada a pluralidade de características universais e singulares que compõe a sua condição juvenil, a categoria “juventude” precisa ser tomada no plural.”

Na abordagem da autora um aspecto que se sobressai é o espacial, pois ela traz para o terreno da geografia, isso as outras áreas também apresentam, porém não é tratado da mesma forma que a geografia.

Com relação à juventude rural, há temas que se destacam. Conforme Brumer (2007) dois temas são recorrentes para pensar a juventude rural, são eles: 1) a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e 2) as características ou problemas presentes na transferência dos estabelecimentos agropecuários familiares à nova geração. Castro (2005) evidencia, sobretudo, os esforços voltados para analisar os jovens rurais associados aos problemas da migração rural/urbano e da herança/sucessão da pequena propriedade familiar.

Há um conjunto de dificuldades, vivenciadas pelo núcleo familiar, que influenciam o jovem rural na decisão de migrar, salienta Brumer (2007). Essas dificuldades se revelam, por exemplo, na estrutura de divisão da terra e transforma-se num impedimento à reprodução agrícola e na resultante migração dos jovens, como pondera Wanderley (2007). Weisheimer (2004) assegura também que a falta de oportunidade de trabalho e produção de renda, impossibilita a reprodução nas unidades produtivas levando, assim, a migração dos jovens.

Diante da trajetória da autora e de pesquisas precedentes, consideramos que no contexto da microrregião de Erechim/RS, os jovens do campo migram para a cidade em busca de emprego, de renda fixa e do trabalho formal, o que acaba se tornando inviável nas atividades desenvolvidas no espaço rural em que a rentabilidade do campo muitas vezes não é segura. Progressivamente, sob a égide da agricultura convencional, o campo tem diminuído sua faceta enquanto “território de vida” (BALDUÍNO, 2004) e agregado conotações relacionadas mais estritamente à produção. Sob esse viés, para dar continuidade a atividade dos pais na agricultura é necessário que a família esteja bem estruturada técnica e economicamente, apresentando condições favoráveis para desenvolver os cultivos e as criações.

Para Weisheimer (2005), os problemas atrelados às condições juvenis nos espaços rurais se intensificaram com o acirramento dos processos de modernização da agricultura e a consequente difusão dos valores urbanos nesses ambientes. Para o autor, até nas regiões mais distantes, os meios de comunicação propagam os costumes urbanos, sem contar que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura faz do rural um espaço não exclusivamente agrícola, colaborando para dissolução das fronteiras materiais e simbólicas entre o espaço rural e urbano. Carneiro (1998, p. 113) aborda que

Os jovens são atores dessa reconstrução cultural a partir da releitura dos valores urbanos, onde papéis sociais são redefinidos e projetos são formulados sob novos paradigmas, partindo-se da ruptura (parcial) com velhos moldes adotados tradicionalmente pela sociedade local.

Acreditamos que os estudos sobre a temática da juventude estão mais voltados para o espaço urbano em função de que, para vários pesquisadores, o campo não se coloca mais, fundamentalmente, como um espaço que apresenta perspectivas de reprodução de modos de vida atrativos aos jovens. No espaço rural, existe uma diversidade de fatores desfavoráveis à permanência dos jovens, tais como: as dificuldades econômicas; as carências em termos de infraestrutura e serviços (circulação, comunicação, saúde, lazer e educação); as relações sociais de hierarquia e de opressão de gênero no âmbito da unidade de produção familiar etc. Os jovens sentem-se compelidos a migrar para as cidades em busca de melhores condições de infraestrutura, de empregabilidade, dentre outros fatores atrativos à condição juvenil, porém o espaço urbano não é um espaço de liberdade, de realizações em detrimento do campo. Na cidade há empregos precários, violência, drogas, prostituição, outras formas de opressão de gênero.

Outro fator importante a ser pontuado como possível reflexo sobre a baixa densidade de estudos acerca da juventude e, inerentemente, das questões de gênero no campo, diz respeito à forma com que historicamente o espaço rural foi estudado, qual seja: como um espaço

apreendido, em grande medida, sob a ótica unidimensional da produção. Nessas narrativas, a dimensão econômica ganha destaque nas análises e, paralelamente, opera-se certa invisibilização das contradições e das relações de poder (hierárquicas e de opressão de gênero) em que os jovens e as mulheres do campo estão inseridos. Contudo, compreendemos que o espaço rural não se limita à sua função produtiva. É constituído por múltiplas territorialidades, por projetos, conflitos e anseios, como “território de vida”, como já assinalado por Balduino (2004).

Para o avanço das pesquisas sobre a migração dos jovens, ressalta-se a importância de novos estudos direcionados a fatores que atraem os jovens para a atividade agrícola e para a vida nas áreas rurais. Nestes estudos é fundamental uma abordagem de gênero, que de conta das condições de inserção e dos interesses e motivações de rapazes e moças.

Para Castro (2009), este tem sido o grande dilema da juventude rural: por um lado o apego à família, aos laços comunitários; por outro, a busca de maior liberdade e autonomia financeira. Nas palavras da autora:

Entrecruzadas pelo dilema “ficar e sair” do meio rural, mas principalmente pelo “peso” da autoridade paterna, as percepções sobre juventude/jovens, que observamos em diferentes análises, estão marcadas pela construção de que esse jovem deve ser controlado. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens por meio das relações familiares e demais redes sociais, principalmente entre as mulheres (CASTRO, 2009, p. 120).

A nossa pesquisa tem nos mostrado que não é necessariamente um dilema de ficar ou sair do espaço rural, o que se percebe é um contexto de migração compulsória por falta de oportunidades/interesses, de condições concretas para continuar no campo ou retornar. O desafio em trabalhar com a juventude é grande devido a sua diversidade: ela é diversa no tempo, no espaço e internamente (seja pelas desigualdades de gênero, aspectos identitários, religiosos, dentro da família e econômicos). Neste sentido Simões (2015) aponta:

Percebe-se que a juventude entendida como sendo uma fase de transição para a vida adulta precisa se ajustar para poder se adequar e ampliar sua capacidade de enfrentar os desafios, mas desde uma perspectiva adultocêntrica, que está presente na família, na igreja, na escola, no Estado etc. Os desajustados, aqueles que enfrentam a ordem estabelecida, são vistos como revolucionários ou rebeldes. Por isso, podemos afirmar que se perpetua uma razão adultocêntrica que contribui para a existência de processos de submissão, subalternização e invisibilização da juventude. (SIMÕES, p.130)

Neste momento da vida da juventude a territorialidade dos sujeitos está presente pela força do antigo, onde os jovens se encontram suscetíveis ao passado pelas forças de manter as

características culturais históricas transmitidas, por vezes imposta ao jovem. Além disso os jovens estão suscetíveis a força do novo, das mudanças, do ponto de vista dos valores da paisagem, da relação com objetos e a relação com a técnica, uma expectativa pra onde vai caminhar a sua territorialidade. Por isso que existe o conflito entre as gerações, cada geração tem uma visão do que é ser jovem, o lugar das pessoas na sociedade. A juventude é diversa espacialmente, mas também do ponto de vista do gênero e não pode ser tratada como homogênea, ela é uma categoria muito heterogênea e dinâmica.

Falar sobre gênero em contextos rurais, alguns pesquisadores selecionam assuntos que dizem respeito a aspectos fundiários, relações de trabalho relações familiares, produção e reprodução, lutas sindicais, movimentos e participação social entre outros. Estes trabalhos evidenciam que a mulher enquanto agente política está introduzida num “contexto considerado masculinizado, o campo, e é neste espaço onde eles lutam por seus direitos” (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010).

1.1 Gênero, geografia e abordagem territorial

Na Geografia brasileira ainda são poucos os estudos voltados para temática da juventude rural e do gênero, especialmente de forma conjugada. Aos poucos o interesse pelo tema vem aumentando entre os geógrafos. Quanto à histórica lacuna da Geografia em estudar as questões de gênero, Silva (2003, p. 33) sustenta que

A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina [...].

Consoante Muller (2016) e André (1990), é a partir de 1980 que alguns geógrafos começaram a alertar para introdução das questões de gênero nas pesquisas, procurando evidenciar como a organização social e territorial engloba diferenças entre as mulheres e os homens.

De acordo com Silva (2003), na Geografia norte-americana e europeia, a vitalidade nos debates sobre as relações de gênero e espaço é maior. Nesses estudos, aborda-se

[...] a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço e também assumem um compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento sócio-espacial nas relações de gênero (SILVA, 2003, p. 35).

Há ainda que se considerar que a “[...] história dos espaços também envolve a força, tanto física, como simbólica e, portanto, a geografia feminista quer compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de dominação sócio-espaciais” (SILVA, 2003, p. 37). De acordo com Silva (2003, p. 6),

[...] o ponto central dos estudos geográficos através desta perspectiva é o argumento de que mulheres e homens tem se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também. Além disso, essas diferenças são resultados de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos. A visão da construção social da feminilidade e da masculinidade posicionou os estudos geográficos para além da busca pela objetividade científica e, assim, o conjunto de relações sócio-espaciais, os significados dos lugares e a explanação sobre eles, são múltiplos, mutáveis e multidimensionais.

Ainda, conforme Silva (2003), é a partir das críticas estabelecidas pelo que denomina “nova geografia cultural” que sinalizam-se novas possibilidades de abordagens, incluindo a apreensão do tema do gênero, as quais exigem um novo conjunto de métodos.

Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico (SILVA, 2003, p. 33).

Tais abordagens apreendem a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço. Assumem, ainda, um compromisso de abordar as relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero (SILVA, 2003).

Silva, (1998) expõe que o conceito de gênero refere-se a todas as diferenças entre homens e mulheres que foram construídas social e culturalmente e que condicionam as relações de subordinação / dominação. Essa nova vertente analítica abre uma possibilidade para pensar, simultaneamente, a diferença e a igualdade na sua universalidade e singularidade. Segundo definição de SCOTT (1989) gênero "é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e, gênero é a maneira primordial de significar relações de poder".

Para a socióloga brasileira Heleieth Saffiotti (1997), gênero é uma categoria empírica e histórica e, como tal, pode ser usado como uma categoria analítica. Apreendido da realidade empírica, ele expressa as relações históricas e as formas de existência da realidade social.

Além de categoria histórica, o conceito de gênero pode ser empregado também como uma categoria política para analisar a questão da igualdade e da diferença.

De acordo com SCOTT (1989) a Geografia de gênero não é "Geografia das ou de mulheres", pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente as mulheres poderiam fazer uma Geografia feminista. Como salienta Reis (2015)

Busca-se abordar as relações de gênero enquanto agentes centrais na construção do espaço, e que a Geografia enquanto uma ciência que analisa a organização e produção do mesmo pode e deve ampliar suas reflexões sobre as relações de gênero, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permite desvendar a base da organização geográfica das sociedades. Hoje mais do que nunca o espaço pode revelar a luta de classe, e a estrutura de poder entre os gêneros (REIS, p. 12).

A evolução da Geografia tem sido muito intrínseca, “centrada nas análises espaciais, por muito tempo ignorou sistematicamente a variável gênero como elemento de diferenciação social. Considerando a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, sem levantar as profundas diferenças que existem entre homens e mulheres na utilização do espaço”. Contudo, embora a Geografia introduza com lentidão as abordagens de gênero, sua expansão e aceitação tem sido rápida, porque o conceito de gênero possibilita assimilar as relações sociais, especificamente, como os sexos contribuem para reprodução social. (REIS, 2015, P. 13).

Contudo as relações de gênero são fundamentais em todas as formações sociais que conhecemos e são centrais para o entendimento de questões referentes a divisão sexual do trabalho, a dominação, política, exploração e ideologia, entre outras.

Embora ainda pouco exploradas, devido esse tema ser novo na ciência geográfica, compreendemos que há interações importantes entre gênero, juventude e espaço, as quais podem ser apreendidas pela abordagem territorial geográfica.

1.2 Agricultura familiar e sucessão

No decorrer da história, o setor da agricultura no Brasil passou por vários ciclos e transições, partindo desde a economia canavieira, centrada principalmente na produtividade de cana-de-açúcar durante o período colonial, até as recentes transformações do aumento do café e da soja. Hoje em dia, essas transformações ainda ocorrem, pois assegurar um ritmo de sequência às transformações técnicas sucedidas a partir do século XX, como a mecanização da produção e modernização das atividades agrícolas. A modernização da agricultura no Brasil atual está diretamente relacionada ao processo de industrialização ocorrido no país durante o mesmo período mencionado acima, fator que foi responsável por uma remontagem no espaço geográfico e na divisão territorial do Brasil. Neste novo contexto, o crescimento das indústrias, o avanço do setor terciário e o acelerado processo de urbanização moldaram o campo economicamente dependente da cidade, transformando-o submisso das técnicas e produções

industriais (máquinas, equipamentos, defensivos agrícolas entre outros), (GOLDIN; REZENDE, 1993). Neste sentido a modernização da agricultura, “entendida como ampliação das teias capitalistas no campo, marcada por concentração de terras, expropriação, monocultura, migração... provocou profundas transformações no campo brasileiro” (BONAMIGO, 2007 p. 34).

A modernização da agricultura beneficiou a expansão da produção e da produtividade, particularmente atrelado à economia agroexportadora, por outro lado, a inserção do modelo de desenvolvimento do agronegócio para a economia brasileira teve complicações para o pequeno produtor rural, compelido a mudar sua forma de produção sob ameaça da pauperização ou da desterritorialização.

Conforme Santos (2008):

No Brasil a ideia de modernização da atividade agrícola materializa-se a partir da transformação da base técnica de produção, cujo discurso objetiva desencadear o crescimento econômico e, como conseqüência, o desenvolvimento que provoca o aumento da produtividade e melhoria para o bem estar da sociedade. Dessa forma, é preciso que a agricultura evolua a partir da lógica de incorporação de insumos modernos, como fertilizantes químicos; agrotóxicos; sementes selecionadas etc. Esse discurso do desenvolvimento, sobre a modernização da base técnica da produção agropecuária, não considera que esta deva implicar em expansão, crescimento, progresso e também melhoria nas condições de produção e distribuição das riquezas geradas. A história mostra que a produção agrícola aumenta, mas não significa melhoria no acesso à produção gerada para todos. O que ocorre é um crescimento da produção agropecuária e a estruturação das cadeias produtivas, o que não propicia um desenvolvimento em sentido mais amplo, que beneficie as dimensões culturais, políticas e naturais por parte significativa dos produtores rurais, especialmente dos pequenos. (p. 80).

Conforme a explanação de Santos (2008), a modernização da agricultura não proporciona um desenvolvimento mais amplo, onde inclui as dimensões culturais, políticas e sociais por parte dos pequenos produtores rurais, ela possui o carácter excludente e concentrador, tornando o pequeno produtor rural cada vez mais dependente em relação ao capital e com isso é acirrado o problema do êxodo de agricultores. Cabe ressaltar, que a “modernização” da agricultura fomentou a expansão das monoculturas com vistas à agroexportação, fato que fortaleceu os médios e grandes proprietários fundiários.

Nos dias atuais os jovens agricultores estão gradativamente sendo afetados pelas mudanças que vêm ocorrendo no meio rural, pois a falta de incentivo e a própria dinâmica interna da família ligada na tradição patriarcal, vêm fazendo com que esses jovens percam o interesse em dar continuidade ao trabalho dos pais, abandonando assim as propriedades, buscando oportunidades melhores em áreas urbanas.

Para Abramovay *et.al.* (1998, p.9):

Agricultura familiar, assim denominada o setor da agricultura em que os gerentes ou administradores dos estabelecimentos rurais são também os próprios trabalhadores rurais, é o maior segmento em número de estabelecimentos rurais do país, e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas.

A agricultura familiar⁵ é um sistema de produção onde prevalece o trabalho familiar, cada membro da família coopera para a realização das atividades dentro dos estabelecimentos. Diferente de uma empresa capitalista onde o trabalho é assalariado e visa a obtenção de lucros, a produção familiar é voltada para as necessidades da produção da família. Esta é uma estrutura que diferencia a agricultura familiar das demais formas de agricultura. Existe uma potencialidade na agricultura familiar para ativar distintos arranjos produtivos, como por exemplo a agroindústria familiar, cooperativismo, o turismo rural, agroecologia, produção orgânica, artesanato entre outros.

A sucessão na agricultura familiar desempenha um significativo papel na continuidade dos agricultores familiares e na preservação do espaço social e econômico destes sujeitos. Consiste na transferência da propriedade de pai para filho(a) dos conhecimentos das atividades produtivas, da gestão do negócios e da posse da terra. Contudo nos dias atuais esse processo não é tão simples, pois depende de como cada família o encaminha. Sendo assim a falta de sucessor pode trazer sérias implicações para a agricultura familiar e para produção de alimentos na sociedade.

Sendo a agricultura familiar uma das grandes responsáveis pelo abastecimento alimentar no Brasil, e também pelas características culturais do meio rural, essa deve ser objeto de estudos e preocupação, pois podemos perder os sucessores das pequenas propriedades rurais, onde percebemos que está ocorrendo uma migração dos jovens para as cidades. Então é necessário que se faça alguma coisa para manter esses jovens no campo, para que não se perca a identidade da agricultura familiar e para que esta não venha a morrer.

A ausência de sucessores na agricultura familiar ocasiona incertezas no que diz respeito não apenas o prosseguimento das famílias e das atividades produtivas, mas também às comunidades rurais, as quais paulatinamente vão perdendo suas populações rurais e expressam

⁵ Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006. p.1)

os reflexos desta mudança sobre suas atuações sociais. No entanto, espaço urbano acaba sendo o destino de moradia dos não sucessores e, de modo genérico, o “culpado” por absorver esse grupo social. Ao orientar um olhar mais específico sobre a dinâmica rural, é possível enxergar que além do que o esvaziamento populacional, tem originado incertezas, dado principalmente pela saída dos jovens rurais, isso acaba desencadeando consequências sérias no espaço rural como o envelhecimento da população remanescente, a masculinização, as dificuldades na constituição de novas famílias e pais sem garantias de cuidados na velhice.

Os incentivos para a permanência nas áreas rurais são poucos, pois os jovens acabam sendo incentivados muitas vezes pelos próprios pais a morar e viver em cidades. Além da difícil mobilidade com transportes, o que podemos perceber pelo relato de algumas jovens de nossa pesquisa, também são outros fatores de peso os quais os jovens ficam pouco atraídos pela área rural e muito encantados pelas áreas urbanas como, por exemplo, diversão, cultura, lazer entre outros.

Dizia Stropasolas (2011, p. 26):

O tema sucessão geracional vem emergindo como uma das principais preocupações das entidades representativas da agricultura familiar. O questionamento por parte dos jovens rurais em relação ao futuro gira sobre sua condição social e oportunidades de renda, por outro lado, existem incentivos como a demanda na compra de alimentos de qualidade, preservação ambientais, agro industrialização, turismo rural, etc.

Segundo Valter Bianchini (2013, p.12):

A geração atual de agricultores familiares discute o tema sucessão pois hoje o número de jovens de 15 a 24 anos já é inferior ao número de estabelecimentos. Falta lazer, renda, projetos de incentivos e políticas públicas, para atrair os jovens na agricultura familiar. Jovens que permanecem no meio rural são principalmente de famílias com condições econômicas melhores, propriedades próximas a cidades e com infraestrutura melhores.

Os jovens agricultores familiares oriundos de pequenas propriedades agrícolas passam, por maiores dificuldades, em relação aos jovens filhos de grandes proprietários rurais, aumentando ainda mais sua evasão para as cidades, por outro lado os jovens de famílias com condições economicamente mais favoráveis, e com propriedades maiores para produzir, acabam tendo melhores condições financeiras, em termos de estrutura.

Neste contexto ficam claros alguns dos motivos pelos quais estão diminuindo os jovens na área rural, porém existem várias formas desse problema diminuir com incentivos governamentais, incentivos dos próprios familiares e melhora na qualidade de vida desses jovens.

De acordo com Brumer e Spanevello (2008) alguns elementos são considerados negativos para a permanência dos jovens no campo, dentre eles é o esforço físico necessário para o desenvolvimento da atividade agrícola, a possibilidade de continuar os estudos, não ter apreço pela agricultura, buscar independência financeira, pouco reconhecimento do seu trabalho e não ter direito á herança.

Para Brumer *et al.* (2000), as perspectivas da permanência dos filhos na atividade agrícola são dependentes da viabilidade econômica do estabelecimento agropecuário, da qualificação necessária para a integração do novo agricultor em um mercado competitivo; oportunidades e estratégias para obter rendimentos não agrícolas; Relacionamentos estabelecidos entre pais e filhos no interior das famílias; relações de gênero; da escolha profissional e a valorização da profissão agrícola em relação a outras profissões e a valorização da vida rural contra a vida urbana.

Como vimos são multifatoriais as questões relacionadas a permanência e a sucessão dos jovens na agricultura familiar. No campo do conhecimento geográfico ponderamos esses múltiplos fatores dando primazia para as questões espaciais, para a projeção espacial das relações de poder. A abordagem que explicitaremos na sequência.

1.3 Delimitando uma abordagem territorial para o estudo das questões de gênero na Geografia

A abordagem territorial neste sentido vem oferecer o suporte analítico necessário ao estudo das questões de gênero na geografia com ênfase para as territorialidades, tendo como pressuposto o espaço social e as relações de poder operantes. Neste sentido que sua natureza, portanto, é relacional, cujas dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização são contraditórias e permanentes; ainda reafirmamos a multidimensionalidade do território, imbricadamente, econômica, política, cultural e ambiental (SAQUET, 2011).

O território efetiva-se pela projeção espacial das relações de poder (SOUZA, 2013). Conforme Saquet et al. (2003, p. 10):

O território é produzido espaço temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o ‘território nacional’ sob gestão do estado nação.

Saquet (2007) destaca que o território é proposto por “(...) relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das atividades cotidianas”. Isso, na visão de Raffestin (1993), assenta-se na “construção de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas

espaciais e constituem o território, como materialidade”. Neste mesmo sentido, Raffestin (1993) define o território como uma produção, a partir do espaço.

O poder, enquanto relação social, projeta-se espacialmente nas mais variadas escalas, da microescala da unidade de produção familiar, às macroescalas de planejamento estatal, por exemplo. Em cada escala geográfica, o poder é engendrado através das relações dos homens e mulheres entre si e destes com o espaço apropriado e produzido, forjando as distintas territorialidades. Do Estado ao indivíduo, sustenta Raffestin (1993), somos todos produtores de território, haja vista que o caráter relacional das relações de poder não prescinde da materialidade do espaço. A territorialidade, por sua vez, trata-se da vida de relações que consubstancia cada território.

Diante disso, para Raffestin (1993), a

[...] territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatíveis com os recursos do sistema (p. 160). [...] A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ e a ‘face agida’ do poder (p. 162).

Poderíamos dizer que a territorialidade trata da face vivida, dinâmica do território, isto é, da própria vida de relações que forma cada território. Contudo, como oportunamente destaca Dematteis (2008), a territorialidade não diz respeito meramente às relações dos sujeitos com “seus” espaços apropriados, mas contempla, igualmente, o processo de construção de tais comportamentos.

A abordagem territorial geográfica nos instrumentaliza a apreender a estruturação da sociedade tendo como ponto de partida o espaço apropriado e produzido. Através das relações sociais (portanto, de poder) projetadas espacialmente podemos melhor compreender as características da sociedade em que vivemos, as forças que precisam, necessariamente, explorar e oprimir como condição para reprodução de sua hegemonia nos territórios, mas, também, é possível identificarmos as potencialidades presentes nas territorialidades dos distintos grupos sociais para a construção de relações mais horizontais, tanto do ponto de vista da inclusão social, como ao que se refere ao desenvolvimento de práticas baseadas na sustentabilidade do meio ambiente. Conforme Saquet (2007):

[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i) materialidade do mundo na vida (SAQUET, 2007, p.183).

Contudo é pertinente enxergar o tema da juventude e da sucessão familiar através da sua multidimensionalidade, como oportunamente destaca Saquet (2002)

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (p. 28)

Com relação a abordagem territorial, conforme delimitada anteriormente, algumas interfaces podem ser estabelecidas com o tema do gênero, sucintamente: A) Quanto à territorialidade passiva em relação à dimensão econômico produtiva: com o advento da “modernização” da agricultura se intensificou o processo de “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2001). Os agricultores familiares, camponeses, ficaram, progressivamente, mais dependentes e subsumidos ao capital (financeiro, industrial e comercial), o qual se expandiu em escala mundial sob a égide do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Com isso, acirrou-se as crises econômicas na agricultura familiar pela intensificação da competitividade e o elevado custo de produção. As práticas agrícolas e pecuárias foram metamorfoseadas e reduziu-se significativamente a policultura, historicamente vinculada ao trabalho feminino. Através da “monopolização do território pelo capital”, as unidades de produções foram se especializando.

Neste caminho, as jovens rurais se veem afetadas por relações sociais e de poder reprodutoras da “territorialidade passiva” (DEMATTEIS, 2008). Neste mesmo entendimento Dematteis (2008, p. 35) expõe que:

É possível, assim, distinguir-se uma territorialidade passiva e ‘negativa’ que, com estratégias de controle e com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos, e uma territorialidade ativa e ‘positiva’, que deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão. Nestes territórios, vistos como ‘ativos’, a territorialidade corresponde a mediações simbólicas, cognitivas e práticas entre a materialidade dos lugares e o agir social nos processos de transformação territorial e de desenvolvimento local.

Dematteis (2008) ainda destaca que é possível entender por territorialidade passiva sobre os comportamentos concedidos pelas estruturas de controle, de acordo com expectativas externas, sem se prever que possam agir de maneira própria com ações autônomas. Diferentes da territorialidade ativa, expressa pelas jovens rurais de nossa pesquisa que através da busca pela qualificação profissional e pela busca de trabalhos urbanos, desenvolvem maior autonomia para intervir em questões que se repercutam em mudanças em suas vidas. As jovens saem de

uma territorialidade duplamente passiva dentro do estabelecimento agropecuário, por meio do adultocentrismo e pelo patriarcado bastante presentes em estabelecimentos de agricultura familiar, onde o raio de relações sociais das jovens está circunscrito na família e com os parentes próximos e isso reforça a vigilância dos familiares para com as jovens. Além disso podemos enxergar a territorialidade passiva das jovens frente a subordinação ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

A lógica em que está inserida os modernos sistemas de produção, por sua vez, vulnerabilizaram, progressivamente, as unidades produtivas familiares. Lembremos que o Estado brasileiro só produziu uma política pública específica para a agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF) em meados da década de 1990, isto é, trinta anos após o advento da “modernização” da agricultura. Nesse sentido, a fragilidade da agricultura familiar frente às nuances do mercado, as novas condições de trabalho e de geração de renda têm produzido efeitos repulsivos, especialmente para os jovens rurais, gerando assim problemas como a sucessão na agricultura familiar em face do envelhecimento e da masculinização da população rural. Além disso, as transformações na agricultura familiar e na relação campo-cidade desencadeadas pela “modernização da agricultura” intensificam ainda mais as questões de gênero, principalmente atrelado à “territorialidade passiva” (DEMATTEIS, 2008) das jovens rurais: questão central em nossa pesquisa. Quanto à relação entre os temas do gênero e da juventude rural em face às transformações do campo, três aspectos, sucintamente, merecem ser destacados:

1) Quanto à territorialidade das jovens nos estabelecimentos agropecuários: a unidade de produção é, em determinada escala, um território. Nela há “projeção espacial de relações de poder” (SOUZA, 2015), constituindo, historicamente, territorialidades intrafamiliares que ressaltam a hegemonia adulta e masculina, isto é, o adultocentrismo e o patriarcado. O excesso de vigilância dos pais e parentes; o baixo nível de participação nas decisões; e a pouca valorização do trabalho feminino tem rebatimento direto nas questões de gênero na agricultura familiar e nas decisões das jovens em evadirem-se do campo. Tais problemas, com variações qualitativas, também ocorrem nas escalas da “comunidade” rural e do pequeno município.

2) A territorialidade passiva em relação à dimensão econômico-produtiva: com o advento da “modernização” da agricultura ocorreu, paralelamente, a intensificação dos processos de “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2001). Os agricultores familiares ficaram, progressivamente, mais dependentes e subsumidos ao capital (financeiro, industrial e comercial), o qual se expandiu em escala mundial sob a égide do modelo de

desenvolvimento do agronegócio. Com isso, acirrou-se as crises econômicas na agricultura familiar pela intensificação da competitividade e o elevado custo de produção. As práticas agrícolas e pecuárias foram metamorfoseadas e reduziu-se significativamente a policultura, historicamente vinculada ao trabalho feminino. Através da “monopolização do território pelo capital”, as unidades de produções foram se especializando. A técnica global e o conhecimento pré-formatado territorializaram-se no bojo das dinâmicas produtivas. Esse fenômeno atingiu duplamente as mulheres, moldando seus quadros de “territorialidade passiva”: a) pelas dificuldades econômicas que se avolumaram; e b) pela intensificação da hegemonia masculina no campo com as formas “modernas” de produzir e organizar-se socialmente. O espaço doméstico e a horta passaram a circunscrever com mais força a territorialidade feminina. Essas transformações são, concomitantemente, de ordem econômica, política, cultural e ambiental, isto é, são multidimensionais.

3) Quanto à territorialidade nas relações campo/cidade: os fatores repulsivos e atrativos, rurais e urbanos, ponderados pelos sujeitos migrantes, são fatores fundamentalmente espaciais, ou seja, é preciso, no caso da maioria das jovens rurais, necessariamente, haver o rompimento das relações de moradia e de trabalho com seus espaços rurais de origem, para que seja possível elevarem seus níveis de autonomia e ativarem suas territorialidades ao empregarem-se em profissões urbanas e ao ingressarem no ensino superior público. As dificuldades econômicas, a carência de infraestruturas (circulação, comunicação e lazer) e as questões de opressão de gênero foram os principais motivos apontados como fatores repulsivos rurais no estudo que realizamos (BORDULIS, 2017). Nesse sentido, a busca por uma mudança pessoal, implica, igualmente, em mudanças espaciais e em âmbito das territorialidades precedentes. A reterritorialização nos espaços urbanos e a formação superior não eliminará, por óbvio, suas questões de gênero. Porém, partimos da hipótese de que há uma relativa ampliação das liberdades e das autonomias (financeira; de decisões sobre projetos de vida etc.) por parte das jovens e que, em alguma medida, favorecem na ativação de suas territorialidades, incluindo suas práticas de empoderamento.

Desta maneira Sack (2011) expõe que a “territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar” (SACK, 2011). Neste sentido as territorialidades podem ser compreendidas como a síntese das relações sociais que dão substância e conferem função ao território, conferindo-lhe existência, seja material ou imaterial.

Ademais Sack, (1983) salienta três contribuições principais inerentes a territorialidade:

[...] a territorialidade entendida como relações de poder; b) a territorialidade como mediação no uso do espaço, ou seja como relações sócio espaciais e, c) o reconhecimento de diferentes níveis escalares, do individual ao internacional. A territorialidade significa atuação de, pelo menos, uma autoridade, influência, controle, estratégias, comunicação, classificação, enfim, poder (SACK, 1983).

A técnica global e o conhecimento pré-formatado territorializaram-se no bojo das dinâmicas produtivas. Esse fenômeno, atingiu duplamente as mulheres, moldando seus quadros de “territorialidade passiva”: a) pelas dificuldades econômicas que se avolumaram; e b) pela intensificação da hegemonia masculina no campo com as formas “modernas” de produzir e organizar-se socialmente. O espaço doméstico e a horta marginal passaram a circunscrever com mais força a territorialidade feminina. Essas transformações são, concomitantemente, de ordem econômica, política, cultural e ambiental, isto é, são multidimensionais.

As características de determinado modelo agrário/agrícola é uma questão que envolve o conjunto da sociedade, não somente os habitantes do campo. As sucessivas crises que envolvem a agricultura familiar, por exemplo, implicam, ainda hoje, em um forte êxodo rural e, esta, em uma pressão sobre os “espaços” urbanos em termos econômicos e habitacionais.

Os agricultores familiares não desenvolvem suas territorialidades de maneira livre e autônoma em seu estabelecimento, pois eles estão submetidos a estruturas de controle que definem grande parte das territorialidades para atender o mercado e produzir subordinado pela técnica do agronegócio. Muito embora não seja uma estrutura tipicamente capitalista, mas está subordinado pelo capital, pois poucas são as possibilidades de uma territorialidade autônoma. E com isso as mulheres não se sentem incluídas nas atividades geradoras de renda no estabelecimento.

O patriarcado é uma das formas de opressão que se dá também no campo, porém existem outras formas como o adultocentrismo, violência contra a mulher entre outros. De acordo com Scott, (1995), o patriarcado é uma forma de organização social onde suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade”. Este sentido de patriarcado caracterizado pela hegemonia masculina, desmerecimento da identidade feminina e a incumbência funcional do ser mulher, apenas para reprodução, conforme a História Antiga e Idade Média.

Mesmo com a contemporânea discussão a respeito da proteção a integridade feminina e busca pela igualdade em todos os aspectos, embora ainda encontramos evidências, em pequenas atitudes que em primeira observação não parecem ofensivos ou preconceituosos, mas na prática representam uma forte influência do patriarcado na nossa formação como indivíduos. Tendo

como exemplo disso a respectiva divisão de tarefas domésticas, onde em sua maioria o homem fica incumbido apenas do trabalho em âmbito profissional, em contrapartida a mulher fica responsável pela casa e a educação dos filhos.

As dificuldades, de reprodução, da agricultura familiar têm atingido, com maior veemência, os jovens rurais e, especialmente, as jovens. Esse problema vai de encontro às perspectivas de sucessão na agricultura familiar e, como corolário, a uma indefinição sobre a continuidade dessas formas de vida e de produção no campo, questão que diz respeito, igualmente, aos moradores urbanos. Em outras palavras os problemas enfrentados pela agricultura familiar e pela juventude rural, incluindo as questões de gênero, atingem a todos como um elemento da “questão agrária” (FERNANDES, 2013).

Uma agricultura sem agricultores, como ressaltam Amin e Vergopoulos (1986), era inaugurada, onde os processos produtivos no campo passaram a imitar a indústria. A melhoria nos sistemas de transporte, comunicação e armazenamento em escala global e a emergência de regimes políticos totalitários, especialmente na América do Sul, igualmente contribuíram para o crescimento desse modelo de desenvolvimento, conhecido posteriormente como agrobusiness ou agronegócio. Da década de 1960 em diante, a população rural diminuiu em ritmo acelerado até o Brasil alcançar, nos dias de hoje, uma taxa de urbanização de aproximadamente 85% (IBGE, 2010). Para entender as transformações ocorridas no campo brasileiro envolvendo a agricultura familiar (ou camponesa, conforme o autor), Oliveira (2001) expõe seu conceito de “monopolização do território pelo capital”. Para o supracitado autor, o capital avança no campo nos espaços de agricultura familiar de duas formas: 1) através da “territorialização do capital”; e 2) por intermédio da “monopolização do território pelo capital”.

O capital para Oliveira (2001) só se territorializa, desterritorializando a agricultura não capitalista, ou seja, a agricultura familiar. 2) Outra forma em que o capital também pode avançar no campo através da “monopolização do território pelo capital” forçando o pequeno produtor a aderir e a se sujeitar ao capital monopolista. Progressivamente, as mudanças deflagradas pela Revolução Verde desenvolvem uma relação social e de poder no campo (PORTO-GONÇALVES, 2006) de modo que as famílias produzam segundo a lógica do sistema econômico-social hegemônico, subordinadas, seja aos setores industrial, comercial e financeiro. Desta forma, diante da ameaça de expropriação e de inviabilização econômica, as famílias se veem compelidas a mudar a sua forma anterior de produção e se tornam cada vez mais dependentes dos mercados, ou seja, esses pequenos agricultores vivem no território, mas são explorados pelo capital. A edificação da Revolução Verde faz com que a agricultura familiar se adéque cada vez mais ao mercado e aos imperativos da reprodução ampliada do capital.

Quanto às questões de gênero, importa destacar que essas transformações deflagradas pela “modernização” da agricultura reafirmou, tecnicamente, a hegemonia masculina. Na agricultura familiar convencional são, geralmente, os pais e os filhos homens, quem desenvolvem as atividades produtivas de interesse comercial. Além disso, decisões econômicas importantes tomadas na escala do estabelecimento agropecuário, como o planejamento da produção, o fechamento de contratos de financiamento e de comercialização, a gestão dos recursos financeiros da família, são práticas realizadas, em grande medida, pelos homens adultos. O modelo de desenvolvimento do agronegócio ativa a territorialidade adulta e masculina em desvantagem da territorialidade feminina, especialmente a jovem, que inscrevem-se, progressivamente, em quadros passivos de territorialidade.

Consoante Saquet (2009):

A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente. (SAQUET, 2009, p. 87)

Nesta perspectiva, todas as atividades que desenvolvemos, frente a diferentes forças sociais, configuram uma territorialidade. “A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço de trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar (...)” (SAQUET, 2007, p. 129). As territorialidades expressam-se de forma múltipla, tendo em vista a complexidade social.

A seguir abordaremos no segundo capítulo os aspectos envolvendo as transformações recentes na agricultura familiar da Microrregião de Erechim e os processos históricos importantes para entendermos a configuração espacial dos sujeitos sociais residentes no nosso recorte de estudos.

CAPÍTULO 02 - TERRITORIALIZAÇÃO DA UFFS E AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM/RS

A ocupação do espaço onde atualmente se constitui a microrregião de Erechim, nosso recorte geográfico de pesquisa, se deu inicialmente pelos indígenas, presentes desde tempos antigos. (KOZENIESKI, 2016). A respeito da ocupação da região de Erechim, buscamos em Ducatti Neto (1981), o qual indica

[...] que a região de Erechim foi habitada, primeiramente, por diversas tribos indígenas que ali viviam desde tempos imemoráveis. A partir do século XVII a região começou a ser palmilhada pelos bandeirantes paulistas que aqui vieram à procura de prata ou por outros interesses. Do cruzamento do paulista com o indígena, surgiu o nosso caboclo. Depois, a partir da segunda metade do século XIX as matas de Erechim começaram a ser invadidas por grande número de foragidos da justiça e fugitivos das revoluções de 1835 (Guerra dos Farrapos) e 1893 (Revolução Federalista), e também por muitos intrusos que tomavam posse das terras do Estado, dedicavam-se ao fabrico de erva-mate, além de fazer roças e criar gado. Em 1912, vieram para a região migrantes poloneses, alemães e austríacos e nos anos seguintes começaram a chegar a Paiol Grande, tanto na sede como no interior do 8º distrito de Passo Fundo, elementos de diversas origens e profissões, oriundos das colônias velhas. (DUCATTI NETO, 1981, p. 98)

Cabe destacar que esse processo através do qual se compõe a complexa matriz de práticas espaciais, longe de ser harmoniosa, produziu disputas e enfrentamentos. Esses diferentes produziram o espaço sob perspectivas distintas, uma vez que se apropriavam, usavam e o marcavam a partir de lógicas, por vezes, conflitantes. Tendo em vista tal diversidade, cabe apresentar algumas considerações sobre esses grupos e suas marcas (KOZENIESKI, 2016).

Nesse caminho, para compreendermos a respeito da colonização européia, buscamos considerações de Waibel (1958, p. 206), o qual em sua obra parte da definição:

O termo 'colonização européia' empregada aqui não se refere ao estabelecimento do sistema de latifúndios pelos antigos povoadores portugueses, mas aos processos pelos quais, durante cerca de 120 anos, uma classe de pequenos proprietários rurais de origem européia está tomando posse de terras e estabelecendo comunidades próprias.

Este autor defende a ideia de que a colonização vinda no norte do Rio Grande do Sul, em grande medida, não ocorreu de forma espontânea. A forma empregada para colonizar foi através da constituição de colônias. Elas foram organizadas e dirigidas por outros segmentos sociais: “pelo próprio Estado, através do governo federal, das províncias (ou estados) e dos municípios; ou por iniciativas particulares, através de companhias ou mesmo por proprietários de terras”(KOZENIESKI, 2016).

A imigração teve como finalidade a produção de excedentes e a superação da forma de produção agrícola dos caboclos, como destaca Conterato (2004, p. 50):

A introdução do imigrante europeu teve como um de seus princípios superar a agricultura praticada pelos caboclos, pois a produção de excedentes agropecuários para abastecer os núcleos urbanos era uma situação que obrigava os governos a incentivar a colonização com produção diversificada de excedentes, o que só poderia ser feito pelo colono. A prerrogativa era de que as terras de mata fossem vendidas aos colonos imigrantes que desde 1824 vinham se multiplicando na província.

No entendimento da constituição da Colônia de Silveira Martins, Saquet (2002, p. 17) considera que dois distintos processos internos, porém articulados, contribuíram para sua constituição: [...] a geopolítica e a expansão do capitalismo mercantil, ou o movimento de formação do mercado interno brasileiro acompanhado pela produção da força de trabalho e do mercado de trabalho livre. Ambas as situações ocorridas nesse caso específico podem ser consideradas como atuantes para o estabelecimento das demais colônias. Neste sentido a colonização foi uma saída para agricultura familiar da região se territorializar, avançar, pois antes da modernização era intensiva a força de trabalho, precisava de bastante contingente populacional para atuar, ela foi uma estratégia de aliviar a questão agrária, eliminar contingentes não aceitos e ocupar as áreas gerando renda interna, a colonização serviu para abastecer o mercado interno. Desta forma para que existisse o grande estabelecimento necessitava ter os pequenos produtores para trabalhar e com isso o espaço tinha uma relevância importante para a territorialização.

No nosso recorte espacial de investigação, a condição da juventude rural é produto de processos históricos, identitário-cultural e de ordem econômico-produtivo. Na primeira metade do século XX – momento, até então, onde estavam presentes com maior veemência as territorialidades de grupos indígenas (kaingangues e guaranis) e de caboclos –, o atual recorte da Microrregião de Erechim foi marcado por projetos de colonização envolvendo, sobretudo, descendentes de italianos, alemães e poloneses, destacando-se ainda a formação de pequenos estabelecimentos de agricultura familiar com produção voltada para alimentos básicos como feijão, milho, trigo, mandioca, produção de leite e a criação de suínos, avançando atualmente, para a produção agroindustrial integrada como aves, suínos, leite e para a produção de grãos como a soja, milho e trigo. Estas transformações econômico-produtivas ocorreram e ainda ocorrem nos estabelecimentos agropecuários em intensidade variada, concomitante à produção para o autossustento, essencialmente realizados pelo trabalho feminino (ZEIST, 2016).

Importante destacar conforme Pirân (2001) na microrregião de Erechim nosso recorte de estudo, nunca existiu uma forma de agricultura exclusivamente de subsistência, desde o início o objetivo desta agricultura ser instalada nesta região foi para produção de excedente, pois os agricultores tiveram que pagar por suas terras, desta forma não foi opção da agricultura familiar, desde o início os agricultores tiveram que produzir esse excedente e comercializar rendas monetárias e com isso pagar pela sua terra, ou seja uma agricultura mercantil.

Então essa subordinação sempre existiu, só que ao longo do tempo ela foi tomando distintas formas. Durante muito tempo uma das soluções para os problemas fundiários da agricultura familiar, foi a migração para outros lugares do Brasil, neste contexto histórico não há mais essa possibilidade, muitos aspectos mudaram, as pessoas tem pensado em modo de vida urbana. A implantação da agricultura familiar para a microrregião de Erechim se deu para cumprir uma função, e a modernização da agricultura se torna apenas um aspecto para enxergar os problemas atrelados a desterritorialização da população rural. A agricultura familiar cumpriu a sua função geopolítica e uma função de aliviar as tensões fundiárias de áreas antigas. Por isso que não dá para olhar para a migração dos jovens isoladamente, mas tem que olhar os aspectos históricos.

Os problemas ligados ao patriarcado sempre existiram, mas eram naturalizados, os aspectos envolvidos com a igreja, a família que sustentava o patriarcado, ou seja os mais velhos concediam sustentação para isso. Hoje isso vem mudando, as comunidades diminuíram, também se alterou em alguma medida o poder, a influência da igreja, os jovens hoje por exemplo estudam mais em relação aos antepassados, eles tem acesso à internet. O patriarcado é um tema hoje debatido pela sociedade, hoje tem possibilidades urbanas e principalmente pela universidade, desta forma essas condições espaciais vão se alterando.

Com a intensificação da exploração capitalista principalmente em pequenos estabelecimentos, diminui a possibilidade de gerar renda e com isso também diminui o contingente demográfico. Conforme mostra as pirâmides etárias (Gráfico 03 e 04), se tem base larga tem mais jovens e mais possibilidades de sucessão.

A condição dos jovens de antigamente mudou para a condição dos jovens de hoje, o patriarcado foi se alterando mas ainda tem presença, a dinâmica produtiva foi se modificando de uma policultura mercantil se avançou para uma pecuária integrada. A situação da juventude não é homogênea, ela se diferencia na medida que olhamos para os jovens que moram ao norte do Rio Grande do Sul, onde as áreas de terras são mais declivosas com menores possibilidades de desenvolver capital intensivo, diferente da região Sul onde os terrenos são mais planos com mais possibilidades de mecanização.

2.1 Características da agricultura na Microrregião de Erechim

A Microrregião de Erechim, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), localiza-se ao Norte do estado do Rio Grande do Sul, é composta por trinta municípios e abrange uma área de 5.725,5 km² (conforme Mapa 01). Essa microrregião é também conhecida, com regionalização levemente distinta, como Alto Uruguai Gaúcho. Conforme os dados do IBGE, a Microrregião de Erechim representa cerca de 2% da área do estado do Rio Grande do Sul. Ao Norte, faz divisa com o estado de Santa Catarina, pelo Rio Uruguai, à Leste faz divisa com o Rio Apuaê, à Oeste com o Rio Passo Fundo e, ao Sul, com os afluentes do Rio Passo Fundo e Apuaê.

Na Microrregião de Erechim as condições de relevo não permitem uma mecanização plena da superfície agrícola, o que é possível apenas nas propriedades localizadas nas áreas mais planas (CONTERATO; SCHNEIDER, 2006). A formação florestal que tem predomínio na microrregião de Erechim consiste em Floresta Ombrófila Mista. Ao Norte, há a predominância da floresta subtropical marcada pela presença da araucária, enquanto ao Sul, vegetação campestre entremeada com a floresta subtropical (PIRAN, 2015 *apud* GABOARDI, 2017). Diante disso, hoje ela apresenta-se devastada devido a extração da madeira no período da colonização e as práticas agrícolas empreendidas pelos (i)migrantes, especialmente após o advento da modernização da agricultura, intensificada na década de 1970 em diante (KOZENIESKI, 2017; GABOARDI, 2017).

Conforme o Censo Agropecuário do IBGE (2006), a estrutura fundiária da Microrregião de Erechim está baseada em pequenos estabelecimentos agropecuários. Em 2006, de um total de 19.447 estabelecimentos agropecuários, 91,2% apresentavam estratos de área com menos de 50 hectares. Conforme destacam Eduardo et al (2019), o maior número de estabelecimentos agropecuários concentrava-se nos estratos de área entre 10 a menos de 50 hectares (12.710), representando 65,3% do número total de estabelecimentos. Em relação com o Censo Agropecuário de 1995, é possível notar algumas transformações importantes na estrutura fundiária microrregional. Em torno de dez anos, cerca de 1.160 estabelecimentos agropecuários cessaram sua existência (EDUARDO et al, 2019).

De acordo com os dados preliminares do censo Agropecuário do IBGE (2017), em 2017, de um total de 15.551 estabelecimentos agropecuários, 88,7 apresentavam estratos de área com menos de 50 hectares. O maior número de estabelecimentos agropecuários concentrava-se nos estratos de área entre 10 a menos de 50 hectares (10019), representando 64,3% do número total de estabelecimentos. Em relação com o censo Agropecuário de 2006, é possível notar algumas

transformações importantes na estrutura fundiária microrregional. Em torno de dez anos, cerca de 3,876 estabelecimentos agropecuários deixaram de existir. Desta forma os estratos de 10 a menos de 50 hectares foram os que tiveram maior redução entre 2006 e 2017, sendo 21,1%. Ocorreu diminuição também nos menores estratos (diminuição de 117 estabelecimentos entre os estratos de 01 a menos de 05 hectares) e em estabelecimentos entre 100 a menos de 500 hectares (acrécimo de 95 estabelecimentos). Para os maiores estabelecimentos ocorreu as seguintes alterações: no estrato de 500 a menos de 1000 hectares (aumento de 10 estabelecimentos, isto é 40% do número total de estabelecimentos para o estrato); e quando ao estrato acima de 1000 hectares (acrécimo de 1 estabelecimentos, isto é 10% do número total de estabelecimento para o estado).

Com a análise dos dados sobre a evolução da estrutura fundiária na Microrregião de Erechim, nos três últimos Censos Agropecuários, percebe-se a ocorrência de processos de minifundização e de concentração fundiária, essa diminuição dos estabelecimentos tem se dado em ritmo mais acelerado de 2006 á 2017, ou seja tem triplicado o número de estabelecimentos que cessaram sua existência. Compreendemos que o fracionamento da terra (e o avanço da minifundização) esteja envolvido á divisão de terra por herança dos já pequenos estabelecimentos de agricultura familiar. Outra suposição, relacionada ao primeiro fenômeno, seria o aumento da venda de pequenas áreas em função dívidas ou afastamento das atividades agropecuárias. Já a expansão dos grandes estabelecimentos está envolvido a ascensão da produção de grãos na microrregião, especialmente o da soja (EDUARDO et al, 2019).

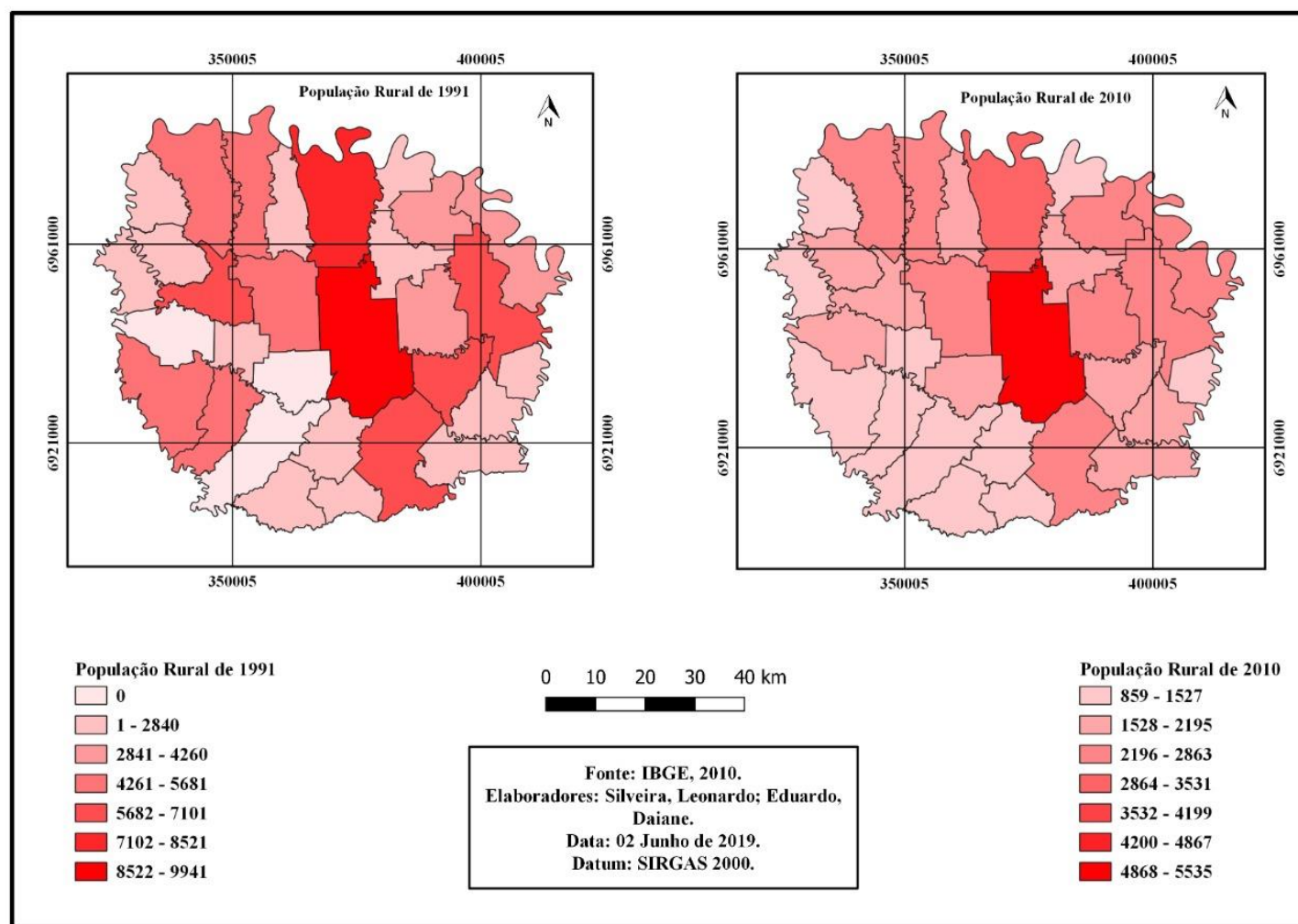
Diante disso, é possível identificar o fenômeno da desterritorialização de parcela significativa da população rural, intensa em toda área de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul e, particularmente, no nosso caso, na região onde situa-se o campus da UFFS-Erechim. Conforme o estudo de Gaboardi e Eduardo (2015), a desterritorialização da população rural continua latente nas duas últimas décadas. Segundo os censos demográficos do IBGE (1991 e 2010), a população residente na Microrregião de Erechim/RS (30 municípios) no ano de 2010 era de 211.653 habitantes, dos quais 57.102 residiam no espaço rural. Conforme pode-se observar no comparativo do Mapa 02, entre os anos de 1991 e 2010, todos os municípios da Microrregião de Erechim perderam população rural - uma perda de aproximadamente 40% da população rural total. Por outro lado, sua população urbana aumentou os mesmos 40%, concentrando-se principalmente no município de Erechim, cidade pólo da microrregião.

Os municípios da microrregião perderam parcela significativa de sua população rural em seu período recente. Quanto aos jovens, ainda segundo os Censos Demográficos do IBGE, entre 1991 e 2010 foi o único município de sua microrregião geográfica a ter acréscimo (em

aproximadamente 27%) de sua população jovem total. Os demais 29 municípios da microrregião de Erechim perderam população jovem entre 15 e 29 anos (gráfico 01). Dos 21 municípios com dados entre os períodos dos Censos Demográficos do IBGE de 1991 e 2010, 14 perderam sua população jovem total em mais de 30%. Alguns municípios como Áurea, Aratiba, Campinas do Sul, Itatiba do Sul, São Valentim e Viadutos, tiveram redução em mais de 50% de sua população jovem total nas duas últimas décadas.

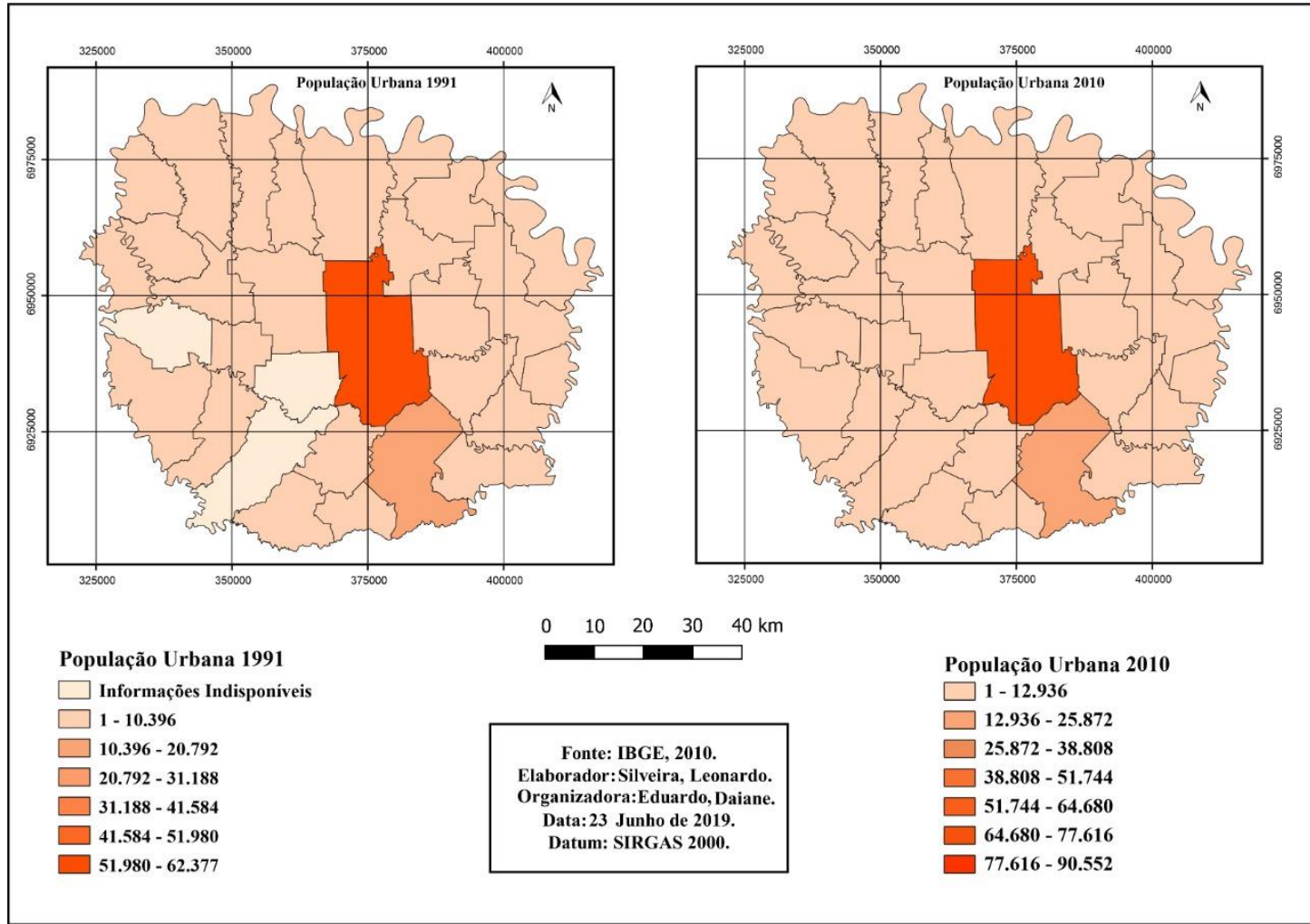
A população jovem rural, por seu turno, é a que mais tem se evadido nos distintos municípios da microrregião de Erechim (mapa 02): em média 62% nos 21 municípios com dados disponíveis entre 1991 e 2010. Em Aratiba, Áurea, Campinas do Sul, Entre Rios do Sul, Getúlio Vargas, Jacutinga, São Valentim e Viadutos houve reduções ainda mais significativas, com mais de 70% de evasão dos jovens rurais.

O maior aumento da população urbana na microrregião se deu em Erechim, houve incremento de 45% da população urbana entre os anos de 1991 e 2010, ou seja, 28.175 pessoas, aproximadamente 65% de todo incremento de contingente populacional urbano da Microrregião no período analisado (Mapa 03). Para fins de comparação, Barão de Cotegipe, o segundo município da microrregião em termos de aumento da população urbana, recebeu incremento de 1.686 cidadãos, representando uma elevação percentual de 74% da população urbana do município (3.966 pessoas em 2010) (EDUARDO, et al, 2019).



Mapa 02: Mapa 5: Evolução da população rural nos municípios da Microrregião de Erechim/RS (1991 e 2010).
Obs.: Os municípios faltantes não apresentaram informação⁶

⁶ Nos municípios que não estavam emancipados em 1991, optamos em substituir por dados do ano de 2000.



Mapa 03 - Evolução da população urbana nos municípios da Microrregião de Erechim/RS (1991 e 2010)

Se considerarmos nos dados do Censo Demográfico do IBGE (1991 e 2010) a divisão juvenil por sexo, no que tange à população masculina, de 13.671 jovens entre 15 a 29 anos residentes no rural no ano de 1991, houve redução para 6.151 no ano de 2010. Já, a população feminina referente a essa mesma faixa etária, de 11.799 jovens mulheres residentes no espaço rural no ano de 1991, reduziu para 5.302 no ano de 2010. Os dados são expressivos, pois retrata na uma redução de mais de 50% de população jovem, tanto masculina como feminina, no período.

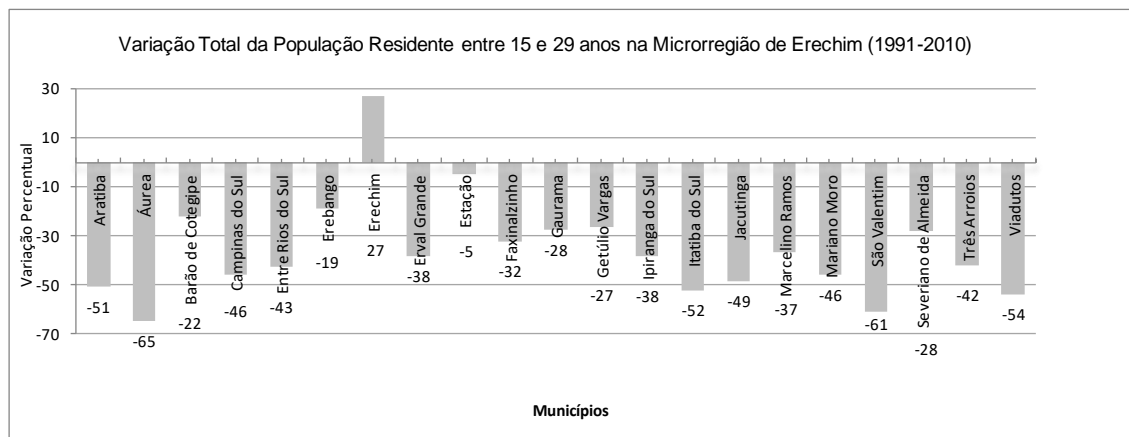


Gráfico 01- Variação Total da População Residente entre 15 e 29 anos na Microrregião de Erechim.

Fonte (IBGE, 1991 e 2010). Org.: Gaboardi e Eduardo (2015). Obs.: Os municípios faltantes não apresentaram informações.

Tais dados colocam em evidência o agudo problema da sucessão na agricultura familiar regional, preponderante no recorte da “Fronteira Sul” e na Microrregião de Erechim e esse problema atinge especialmente os jovens rurais. Destaque para o aumento do município de Erechim. A seguir demonstramos a dinâmica populacional da microrregião de Erechim através de pirâmides etárias com dados demográficos dos censos nos anos de 1991 e 2010, identificando as mudanças econômicas e sociais.

Nos dois anos da análise, na microrregião de Erechim houve, um aumento da expectativa de vida e do envelhecimento populacional, redução fortíssima da natalidade de até 50% e fecundidade, em 1991 já tinha um leve “acinturamento” entre as faixas de 15 á 25 anos. Em 2010 o “acinturamento” envolve outras faixas e um processo mais nítido de “acinturamento” da pirâmide.

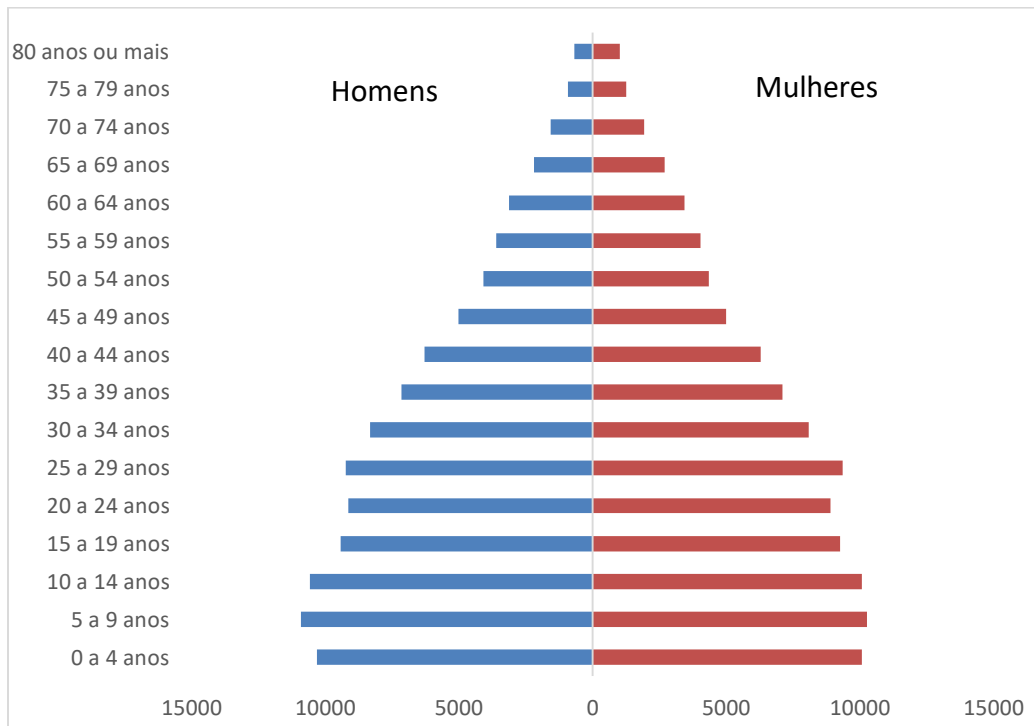


Gráfico 02 - População total de homens e mulheres da Microrregião de Erechim 1991
Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2010).

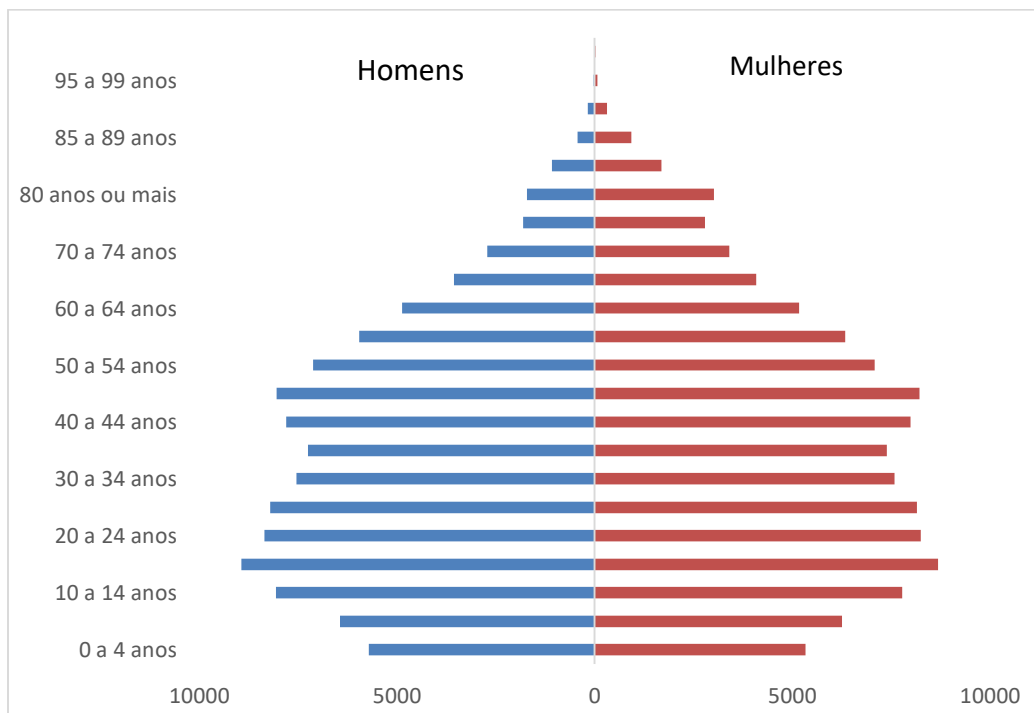


Gráfico 03 - População total de homens e mulheres da Microrregião de Erechim 2010
Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2010).

As pirâmides etárias rurais (gráficos 04 e 05) evidenciam um processo de forte redução populacional, tendo perdas maiores no registro do ano de 2010, principalmente nas faixas de até 39 anos, ou seja a migração não afeta somente os jovens. Ocorre também a elevação de

expectativa de vida especialmente das mulheres, isso pode estar envolvido com o trabalho que o homem executa no campo, exposto aos agroquímicos. Tal fato revela uma redução da população em idade e economicamente ativa, do meio rural. Pode ser uma resposta para a redução da natalidade as condições econômicas do campo sobre os estabelecimentos.

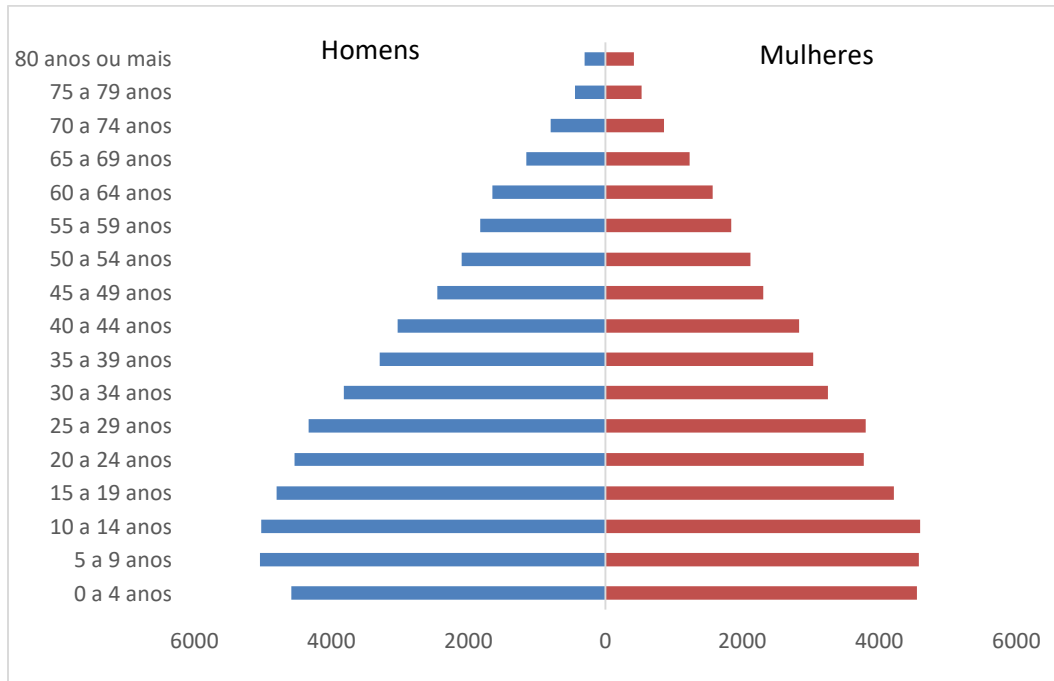


Gráfico 04 - População rural homens e mulheres da Microrregião de Erechim 1991
Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2010).

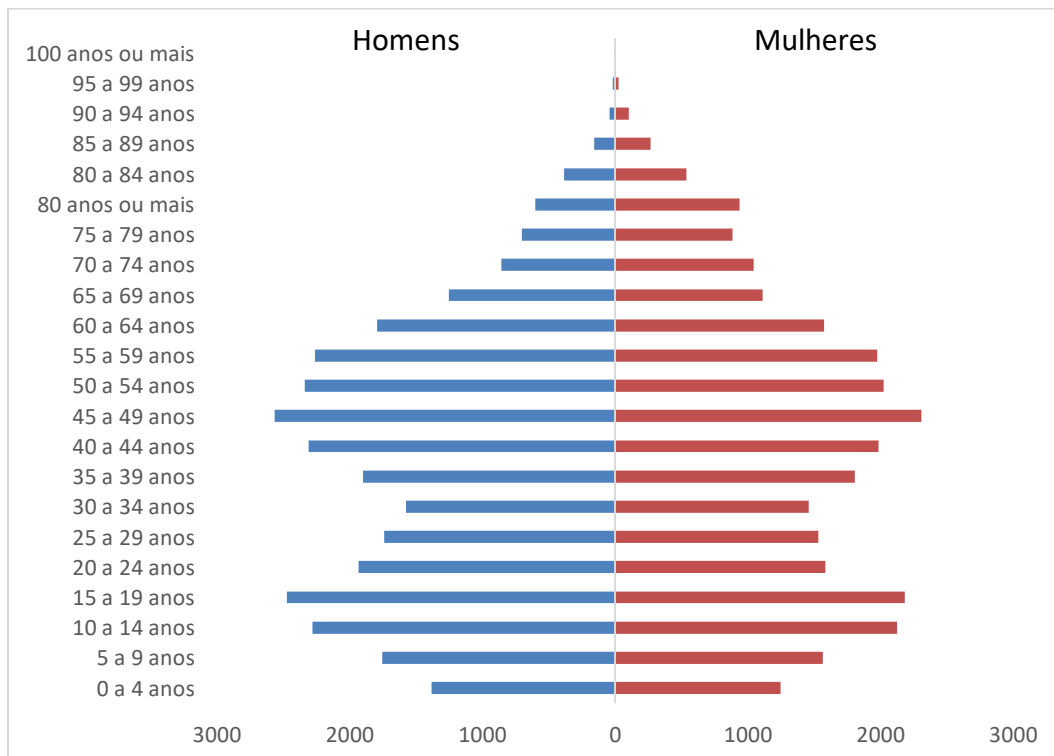


Gráfico 05 - População rural de homens e mulheres da Microrregião de Erechim de 2010
Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2010).

Diante destes dados e considerações, é possível ponderarmos sobre as profundas transformações que a agricultura familiar tem passado nas últimas décadas. E essas mudanças são importantes, pois têm colocado em xeque o próprio futuro da agricultura familiar na região, pois o trabalho no campo é pouco valorizado, há dificuldades em ter acesso a renda advinda da agricultura e, com isso, as jovens não encontram no espaço rural uma expectativa positiva para sua atuação profissional e ascensão pessoal. Desta forma a microrregião geográfica de Erechim necessita de uma atenção constante no olhar de sua dinâmica, pois indica reflexos territoriais profundos dos fluxos demográficos, econômicos e sociais. Evidencia-se a necessidade de mais estudos acerca da dinâmica populacional, para auxiliar na composição de estratégias e para a proposição de políticas de desenvolvimento regional, buscando uma melhor equalização, especialmente no ordenamento socioterritorial, entre o rural e o urbano.

Assim, conforme apontam Gaboardi e Eduardo (2015), a análise dos dados referentes a evolução da estrutura fundiária na Microrregião de Erechim, nos dois últimos Censos Agropecuários, apontam para a ocorrência de processos simultâneos de minifundização e de concentração fundiária. A estrutura fundiária da Microrregião de Erechim, caracterizada pelos pequenos estabelecimentos agropecuários, devido ao processo de desterritorialização rural, principalmente dos jovens e das mulheres, é produto das consequências da Revolução Verde. Diante disso, ao estudarem o processo de modernização da agricultura, Eduardo e Gaboardi (2013, p. 23) declararam que, na microrregião de Erechim:

[...]este processo iniciou-se em meados da década de 1960, caracterizando-se principalmente pelo crédito agrícola abundante, uso intensivo de insumos industriais e melhoramentos genéticos. Já na década de 1970 pode-se perceber uma importante especialização produtiva regional baseada nas culturas temporárias de soja, milho e trigo, reflexo das políticas postas em curso para promover a referida modernização da agricultura.

A modernização da agricultura provocou mudanças na forma de produção, pois elas se alteraram e constituíram uma série de dilemas para os agricultores familiares da região, os quais em meio à subordinação e a exploração ao modelo de desenvolvimento agronegócio⁷.

Na década de 1980, Gaboardi e Eduardo (2015) vão revelar através de suas pesquisas, que há uma mudança significativa na produção regional de grãos: a soja supera o milho como principal cultura. Estes, respectivamente representam 53,80% e 41,34% da produção de grãos.

⁷Conforme o dicionário de educação campo, Leite e Medeiros (2012) destacam que o termo de Agronegócio, é de uso relativamente recente em nosso país se refere com a noção de *agrobusiness*. Os professores norte-americanos Davis e Golaliberg (1957) revelam que esse termo agronegócio “foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial. No Brasil o vocábulo *agrobusiness* foi criado para ressaltar a novidade do processo de modernização e industrialização da agricultura que se intensificou nos anos 1970 (LEITE e MEDEIROS, 2012).

Os autores ainda reforçam que a produção de soja aumentou dez vezes em apenas uma década e a produção do trigo, que em 1970 figurava como o segundo grão mais importante, em 1980 situava-se como o terceiro, com apenas 2,52%. Eles demonstram que em números absolutos, a produção caiu mais de cinco vezes nos mesmos dez anos.

Assim, a soja e o milho passaram a ser os principais produtos cultivados nas lavouras temporárias da Microrregião de Erechim. Essa transformação segundo Gaboardi e Eduardo (2015) fez com que outras culturas passassem a ser cada vez menos cultivadas e valorizadas, conseqüentemente, a diversidade produtiva que é característica da agricultura camponesa, foi desgastando-se. Desta forma diversas espécies vegetais foram se perdendo, como é o caso da batata doce, amendoim, cana-de-açúcar, mandioca, entre outras.

Além da produção de grãos, Gaboardi (2017) afirma que os dados do IBGE (2010), compilados pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), demonstram que a agricultura na Microrregião está cada vez mais moderna e capitalista. A produção de animais criados confinados, como frangos e suínos aumentou significativamente nos últimos vinte anos. A criação de frango se destaca principalmente pela grande demanda de exportação, isso devido à conseqüente técnica de criação intensiva em aviários. Estes animais podem ser abatidos em aproximadamente trinta dias, essas conseqüências são resultados de uso de ração balanceada e o controle de iluminação, umidade e temperatura entre outras tecnologias ligadas ao sistema de crédito Gaboardi (2017).

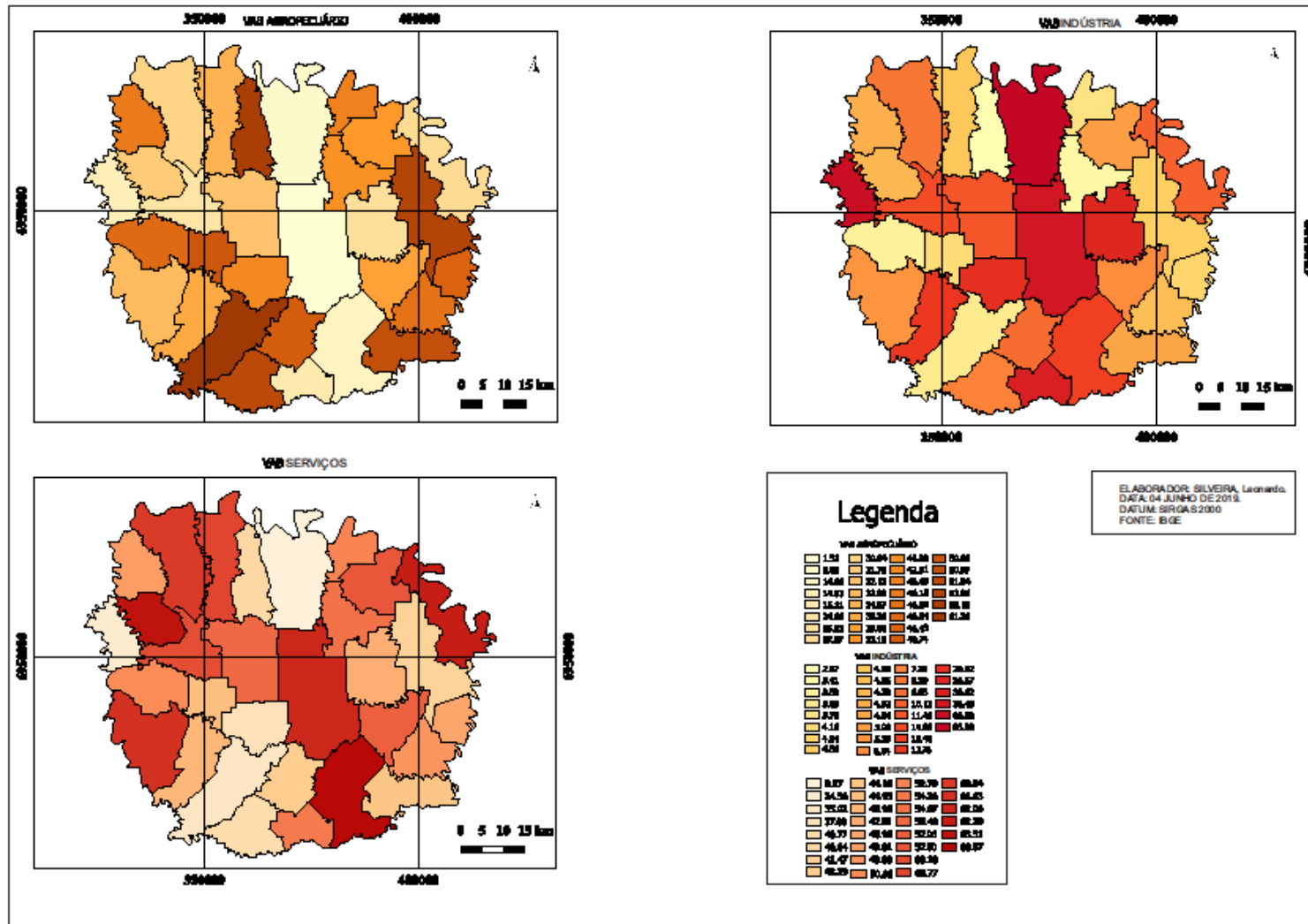
O Valor Adicionado Bruto (VAB) (mapa 04) de acordo com a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), significa o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) ou seja tudo que foi produzido em uma dada região. Desta forma o Produto Interno Bruto (PIB), é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e se constituiu na principal medida do tamanho total de uma economia. No Mapa 04, apresentaremos os dados dos VABs setoriais em 2015 dos municípios da Microrregião de Erechim. Considerando dados do IBGE compilados pela FEE, no ano de 2015 os municípios da Microrregião de Erechim tiveram, em média, 36% do PIB atrelados ao setor agropecuário⁸. No Mapa 04, pode-se observar que há um número considerável de municípios com VAB agropecuário superior a 40%. Diante disso o setor agropecuário é de fundamental importância para a economia microrregional. Esta importância econômica da agropecuária é ainda mais

⁸ Se tirarmos do cálculo percentual os municípios que ficam destoantes com relação ao setor agropecuário como: Aratiba, deve-se ao montante arrecadado em royalties pela UHE de Itá/SC; Entre Rios do Sul devido ao montante arrecadado em royalties pela UHE de Passo Fundo/RS, o valor do setor agropecuário eleva para 39,4%. Outro município que fica destoante dos demais é Erechim, devido sua economia concentrar mais na indústria e em serviços.

significativa pois, consoante as especificidades das atividades desenvolvidas, movimentam atividades associadas aos setores secundários (indústria) e terciário (comércio e serviços). Nesta perspectiva o campo é mais importante economicamente do que faz parecer isoladamente o percentual médio do PIB agropecuário.

Com relação ao setor secundário, o VAB da indústria em 2015 ficou em 14,13% e assim é possível constatar que Erechim tem polarizado o PIB industrial na Microrregião geográfica e grande parte das atividades voltadas ao setor industrial transformam matérias-primas oriundas diretamente da agropecuária, como as agroindústrias de processamento de carnes, de óleos vegetais ou o setor das ervateiras. Quanto ao VAB do setor de serviços, representa 49,54% do setor terciário.

Desta maneira, na Microrregião de Erechim é sublime o peso do setor primário na composição do PIB, principalmente se considerarmos a influência das atividades agropecuárias com os processos econômicos da indústria e dos serviços. Os setores de indústrias e de serviços, em termos absolutos, estão fortemente concentrados no município de Erechim, apresentando, um caráter de desenvolvimento espacialmente desigual da economia de mercado na microrregião. Em função de sua importante presença econômica, a cidade de Erechim tem sido o local de moradia mais procurado pelos jovens da região que migram dos espaços rurais.



Mapa 04-VAB por setores da economia dos municípios da microrregião de Erechim, 2015.

Assim, segundo Oliveira (2007), ocorre a “monopolização do território pelo capital”. O capital se apropria do território camponês, tomando o controle da produção familiar, por meio de diferentes mecanismos (como a inserção de cooperativas de produção de aves e suínos) submetendo o pequeno produtor ao interesse do capital. Desta forma, fica visível como a técnica introduziu mudanças na agricultura e nas relações sociais do campo. Na Microrregião de Erechim, o capital tem evoluído monopolizando o território do pequeno produtor rural, submetendo as famílias agricultoras à territorialidade do modelo de produção do agronegócio, principalmente na produção de grãos (soja, milho, trigo) e na produção de animais (aves e suínos). Com o acirramento da produção convencional de grãos na microrregião de Erechim, tem levado os produtores rurais, e principalmente os jovens, a se desterritorializar do campo.

A monopolização do território pelo capital acirra a questão agrária, produzindo dificuldades econômicas e elevando a subordinação da agricultura familiar ao capital e inviabiliza a permanência de um número expressivo de agricultores atingindo principalmente os jovens. A técnica “moderna” também intensifica o problema do gênero no campo reduzindo o protagonismo feminino e com isso fazendo com que no campo se torne cada vez mais passiva a territorialidade das mulheres, principalmente as mais jovens. Esse processo aponta para fatores repulsivos no campo de ordem econômica e sócio cultural. Para muitos jovens é necessário haver um rompimento com essa territorialidade para que seja possível ativarem as suas territorialidades e superaram esses problemas do gênero no campo. E para a jovem não fazer mais parte desta territorialidade cotidianamente que oprime e dificulta a vida no campo, ela precisa se reterritorializar, ou seja para romper com a territorialidade passiva no meio rural a jovem precisa desterritorializar-se para ativar sua territorialidade no meio urbano. Saquet (2007) comenta que a desterritorialização e a reterritorialização fazem parte do mesmo processo. Com a migração das jovens rurais não quer dizer que elas não sofreram, mais com os problemas de gênero, isso não será superado, outros problemas de gênero qualitativamente distintos acompanhará muitas vezes a vida cotidiana das jovens.

A técnica possui uma intencionalidade que reproduz determinadas relações sociais e de poder, que é o caso da técnica de agricultura chamada moderna que potencializa ainda mais o papel de protagonista do homem no campo e reduz o papel da mulher na agricultura, historicamente atrelado à policultura e adaptando técnicas e manejos às

realidades dos distintos agroecossistemas⁹. Essa técnica moderna de agricultura se dá em grande escala, como na produção de grãos, isso implica na redução da diversidade produtiva, legado histórico das mulheres, pois essa nova tecnologia induziu mudanças nas relações sociais e de poder dentro das unidades produtivas familiares, além disso, os jovens no campo foram afetados pela técnica moderna de agricultura, uma vez que eles não tinham como trabalhar, pois as máquinas e as novas dinâmicas produtivas substituíram o trabalho manual, ao passo que, com a intensificação das novas formas de produzir, elevaram-se os custos de produção e foram pressionados pelo baixo preço dos produtos, inviabilizando economicamente muitas famílias agricultoras. Porto-Gonçalves (2006), vai expor que:

A evolução da tecnologia no mundo moderno-colonial não se conta somente observando a relação dos homens e mulheres com a natureza, campo privilegiado da razão técnica, mas sim, analisando-se o conjunto dos desafios histórico-políticos colocados em situações bem concretas, onde a relação do capital para controlar a natureza do processo de trabalho, pressupunha o controle do próprio trabalhador e seus corpos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 78).

Porto-Gonçalves (2006, p.78) destaca ainda que essa substituição do trabalho manual pelo trabalho morto exercido pelas máquinas é mais do que uma mudança técnica, é um mudança nas relações de poder por meio da tecnologia.

Essas transformações na agricultura desencadeadas pela técnica moderna potencializam a hegemonia masculina no campo que é tida como atributo masculino, invisibilizando ainda mais o trabalho feminino que é considerado como ajuda dentro do estabelecimento familiar, as mulheres e os jovens ficam responsáveis por atividades vistas como menores e que não geram uma renda importante. Diante disso, o meio rural não se torna um espaço atrativo para os jovens e para as jovens residirem, eles vão buscar, no meio urbano, oportunidades de trabalho que atendem a suas aspirações pessoais, seja no campo profissional, econômico, cultural etc. Trabalho que lhes garanta autonomia e relativa segurança econômico-profissional, que permita acesso a bens de consumo e serviços, festas e outras atividades, e por outro lado, pode representar a autonomia que elas não conseguem trabalhando com os pais, os jovens sofrem com a resistência paterna em aceitar as sugestões dos filhos, desta forma a identidade de agricultora são às vedadas às jovens. A dificuldade econômica da maioria dos estabelecimentos agropecuários e a

⁹Segundo o Dicionário da Educação do Campo, Monteiro (2012) revela que para a ciência da agroecologia o conceito de agroecossistema “é a unidade básica de análise e intervenção”. Isso quer dizer que a agroecologia fomenta as bases para desenhar e manejar os agroecossistemas, afim de que eles sejam “produtivos e sustentáveis” (MONTEIRO, 2012).

dificuldade que as moças enfrentam para obter recursos monetários, ao menos para atender às suas necessidades pessoais, é um indicativo que faz com que elas migrem para a cidade em busca de trabalho e renda. O mercado de trabalho urbano e a expansão do setor de serviços, tanto em residências como no comércio, apresentam às moças novas experiências para além do papel tradicional de mãe e esposa. (BORDULIS, 2017).

Além disso, a migração dos jovens do campo e, principalmente, das jovens, está muito envolvida com o convívio familiar, com questões na escala da microterritorialidade¹⁰, engendradas no estabelecimento agropecuário, pois o patriarcado e o adultrocentrismo desestimulam a permanência das jovens no campo, pois elas não conseguem executar as suas vontades, incluírem-se democraticamente nas decisões da família ou provocar mudanças importantes na forma de produzir, por estarem sempre a mando dos pais e pela família estar subordinada a um modelo de desenvolvimento hegemônico. No caso das nossas pesquisadas, o acesso ao ensino superior tem sido uma rota de fuga das jovens para romper com esses problemas existentes no campo e para projetarem outros projetos de vida possíveis.

Esse processo de desterritorialização das jovens do campo produz, ainda um, “efeito bola de neve”, na medida em que a saída de uma parcela significativa de jovens do campo vai influenciar na decisão futura de migrar por parte de outros jovens rurais.

Com a evasão juvenil do campo, diminui a interação entre os jovens rurais e cada vez mais o meio rural se torna um lugar não atrativo de vivência para uma parcela significativa de jovens, porque há dificuldade de uma inclusão econômica e a uma diminuição drástica no convívio social entre a juventude do campo como exemplo disso: a redução de atividades de lazer, dificuldade de arrumar parceiros afetivos, fazendo com que o ocorra cada vez mais o celibato no campo.

Os jovens que migraram para a cidade são espelhos e influenciadores para os jovens que ainda permanecem no meio rural. O jovem do campo percebe a aquisição de salários e bens que outros jovens que migraram agora possuem. O desinteresse dos jovens pelo campo está envolvido com o estigma de inferiorização que até mesmo nesta região que é predominantemente rural percebem os estereótipos usados para identificar os jovens

¹⁰Compreendemos por microterritorialidade nesse caso a escala da territorialidade das jovens rurais circunscrita à unidade de produção e de vida nessa escala são as relações intrafamiliares, com os pais irmãos e parentes que residem com a jovem, associadas às dinâmicas produtivas, que darão base para as questões de gênero em suas especificidades.

do campo taxando como colonos, atrasados, mal vestidos, que exercem um modo de trabalho sujo. Isso muitas vezes acaba reprimindo vezes os sujeitos do campo.

2.2 UFFS: um fator atrativo para as jovens de origem rural

A escolha das jovens rurais que estudaram na Universidade Federal da Fronteira Sul, aconteceu por ser uma instituição que tem como objetivo, desde a sua criação, a inclusão social das pessoas que até então estavam excluídas do acesso ao ensino superior, e pela insistência do Movimento Pró Universidade Federal.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, iniciou suas atividades letivas no ano de 2010. Está inserida nos três estados da região Sul do Brasil, no recorte de abrangência da “Mesorregião Grande Fronteira Mercosul” – classificação regional do Ministério da Integração Nacional. Portanto, traduz-se em uma instituição multicampi e interestadual situada, mais especificamente, no Norte-Noroeste gaúcho (campi Cerro Largo, Passo Fundo e Erechim), no Oeste catarinense (campus Chapecó) e no Sudoeste/Centro-sul paranaense (campi Realeza e Laranjeiras do Sul).

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada com uma proposta de multicampi, é fruto da mobilização social por parte de representantes de esferas populares da sociedade localizados nas porções oeste dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A articulação entre essas representações denominou-se “movimento pró-universidade” cuja composição aliou-se na busca por dispositivos para combater as desigualdades sociais. Nestas lutas reivindicatórias, os estudos de Eduardo (2017) apontam para os movimentos sociais do campo (como os movimentos da Via Campesina brasileira) e da cidade, movimentos sindicais da agricultura familiar nas lutas reivindicatórias, movimentos sociais do campo (em especial os movimentos da Via Campesina brasileira) e da cidade, movimentos sindicais da agricultura familiar (como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, FETRAF-SUL) e dos trabalhadores urbanos, entidades de apoio à agricultura camponesa agroecológica (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, CAPA; Centro de Tecnologias Alternativas Populares, CETAP; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, ASSESOAR, entre outros), agricultores, partidos políticos, prefeituras municipais e municípios das diversas cidades situadas em grande parte na faixa de fronteira brasileira com a Argentina.



Foto 01 - Vista parcial para o bloco A e vista parcial para o bloco dos professores da Universidade Federal da Fronteira Sul. Fonte: Assessoria de comunicação da UFFS- Campus Erechim.

O motivo pelo qual foram implantados os campi da UFFS em cidades da região do Sul do Brasil, foi pelas características comuns entre as cidades como: o processo de colonização por migrantes europeus, pequeno estabelecimento agropecuário aliado a agricultura familiar, importância da agricultura para a economia, o carácter de interiorização, por estarem situadas em áreas interioranas e pelo seu baixo índice de desenvolvimento. E a concepção de trazer uma universidade diferente, com característica “popular”, vislumbrou romper com a histórica exclusão da classe trabalhadora ao ensino superior público e contar com uma instituição capaz de produzir conhecimentos que visassem enfrentar tais problemas estruturais da “região” como o êxodo rural, a desigualdade social, a pobreza rural, monopolização do território pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio e problemas ambientais consequentes do modelo de agricultura convencional.

Assim, Eduardo (2017) destaca que é importante mencionar que na área de abrangência da UFFS estão localizados diversos Territórios Rurais e Territórios da

Cidadania, o que evidencia o quadro de vulnerabilidade social de seus habitantes, em particular os do espaço rural.

O Projeto Político Institucional (PPI) da UFFS instrui para os temas referentes a questão agrária regional que a UFFS visa enfrentar, são eles: a falta de valorização da agricultura familiar a qual encontra-se afetada pela territorialidade do agronegócio, a necessidade de pesquisa para subsidiar as ações dos movimentos sociais, também a necessidade de políticas públicas que contenham o êxodo rural e urbano nos pequeno municípios, principalmente o êxodo dos jovens do campo, e que permita apontar possibilidades para o desafio da sucessão na agricultura familiar e coloque em questão a temática do gênero, também quanto ao desafio da transição agroecológica da região, além disso o desenvolvimento de pesquisas que desvelam os quadros de vulnerabilidades no campo e na cidade, também para o aprofundamento do conhecimento e ações em âmbito da educação no campo no recorte de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Dessa forma, ficam evidentes as propostas que a UFFS oferece, destaca-se ainda os sistemas de cotas existentes para os ingressos diferenciados para atender Públicos (indígenas e haitianos etc). É neste contexto de formação da universidade que a presente pesquisa busca estudar as jovens rurais que estudaram na UFFS campus/Erechim, o contexto histórico de criação da instituição, a qual demonstrou como argumento que as universidades tradicionais produzem conhecimento para dar apoio aos pacotes tecnológicos. Além do mais, o Movimento assegurava que a universidade seria uma oportunidade de acesso aos filhos de agricultores da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Considerando que a educação no Brasil sempre esteve ao alcance de uma pequena parcela da população, ainda mais quando se refere à educação superior, que privilegiava o acesso das populações com maior poder aquisitivo. Com isso, a luta dos movimentos sociais para a criação da universidade, para atingir uma a região que historicamente invisível pelo poder público, especialmente no que se refere ao ensino superior (UFFS, 2010).

A universidade é um fator atrativo para as jovens rurais, pois isso representa que as jovens deixam o espaço rural para residir no espaço urbano, o que as coloca em contato com atrativos e facilidades (comércio, serviços). Uma vez que migrar para cidade, segundo Carneiro (1999, p. 112), “significa construir a sua individualidade, descobrir e realizar seus desejos e projetos como, por exemplo, ter acesso a bens de consumo inexistentes no campo [...]” (basicamente relacionados ao lazer: cinema, diversão noturna

etc.). Considerando que para algumas jovens rurais pesquisadas, foi necessário residir próximo ou no próprio município de Erechim, para assim facilitar a locomoção até o Campus.

Para mudar de vida, a dimensão espacial, geográfica, é muito importante, porque as jovens tiveram, necessariamente, que passar por processos de desterritorialização e reterritorialização para que pudessem ativar suas territorialidades no espaço urbano, ou seja, elas deixaram de pertencer ao território do campo e se reterritorializam na cidade e a UFFS que está na cidade de Erechim, é um atrativo juntamente das disponibilidades relativas de emprego, serviços que a cidade oferece, pela construção de autonomias relativas na busca pela ativação de territorialidades. Na visão da autora deste trabalho as jovens precisam sair do campo para estudar, para buscar uma profissionalização que garanta a elas uma vida com mais autonomia, com mais liberdade e relativa segurança financeira.

Nesse sentido, a conquista de ter autonomia financeira através do trabalho, de um projeto profissional fora da unidade de produtiva, é um passo para a conquista de autonomia em relação à família, principalmente, em relação à autoridade paterna. Para analisar as perspectivas de sucessão na agricultura familiar por parte das jovens rurais egressas da UFFS Campus Erechim, pretendemos trabalhar com todo universo de jovens de origem rural identificadas nos dois cursos, dentre esse universo mencionado são dois perfis de jovem, sendo as que nunca migraram do campo para a cidade, classificadas em nossa pesquisa como (grupo 01) e as que migraram do campo e não retornaram sendo o (grupo 02), desta forma foi realizado dois questionários para cada perfil.

CAPÍTULO 03

AS JOVENS RURAIS EGRESSAS DA UFFS – CAMPUS ERECHIM E A AGRICULTURA FAMILIAR

Como vimos até o momento, o processo de sucessão na agricultura familiar é um grande desafio na microrregião de Erechim. A agricultura familiar vem perdendo espaço e vem sendo reduzida numericamente dia-pós-dia frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio e a juventude rural tem, progressivamente, migrado para as áreas urbanas: no contexto de nossa pesquisa, especialmente para o espaço urbano de Erechim. Além de todos os problemas relacionados ao refluxo da agricultura familiar e ao envelhecimento do/a agricultor/a, importa também considerarmos a elevação populacional em determinadas cidades da microrregião e a conseqüente diminuição da oferta de empregos urbanos e a pressão dos salários para baixos níveis de remuneração como corolário dos processos de desterritorialização campo-cidade: o percentual da população erechinense com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo em 2010 atingia 24% (IBGE, 2010).

Contudo, mesmo passando por um contexto de refluxo e de ressignificações, a agricultura familiar é ainda significativa e de elevada importância para a microrregião. É com base no papel da agricultura familiar no recorte estudado e na qualificação profissional em nível superior das jovens de origem rural que procuramos analisar as possibilidades de sucessão na agricultura familiar e as potenciais permanências e retornos das jovens ao espaço rural. Além disso, com base em análises de dados primários, apresentaremos questões que afetam diretamente a juventude no campo e para isso buscamos na dimensão geográfica um dos caminhos de explicação desses aspectos, ou seja, os aspectos sociais e espaciais envolvidos com as dificuldades de reprodução da agricultura familiar, em especial atenção para as jovens rurais as quais tem vivenciado com maior intensidade os desafios da sucessão.

Cabe ressaltar que o imbróglio relativo à sucessão na agricultura familiar além de gerar uma indefinição sobre a continuidade dessas formas de vida e de produção no campo, produz repercussões que dizem respeito, doravante, aos moradores urbanos, ao Estado e ao conjunto da sociedade, como já considerado.

Como nos remetemos Aguiar e Strapassolas (2010, p. 160), as juventudes “lidam e vivenciam questões e problemas semelhantes, mas a forma como essas questões e problemas se apresentam ou mesmo a maneira como os (as) jovens se colocam frente a eles será tão diversa quanto for a diversidade de situações encontradas no espaço rural”.

A contribuição da Geografia para a reflexão/ação no âmbito das questões envolvidas com a juventude rural e do gênero está circunscrito na ideia de que o espaço geográfico é uma “dimensão” essencial para a produção/reprodução das relações sociais. Em nosso caso em particular, interessa-nos investigar a geograficidade envolvida nas desigualdades de gênero e nos problemas de sucessão na agricultura familiar. Através da abordagem territorial geográfica compreendemos ser possível ampliar a visão desses problemas, concomitantemente, sociais e espaciais.

Como já mencionado, as jovens de origem rural que contribuíram com nossa pesquisa possuem a particularidade de acessar o Ensino Superior público com o intuito de superar os limites colocados à sua reprodução social.

As jovens vão estudar na UFFS em busca da “ampliação de suas capacidades” (SEN, 2000), na busca por prover a existência com maior liberdade e autonomia. Esse movimento, assim defendemos, é geográfico no sentido de que para ampliarem as suas capacidades é necessário que rompam com suas condições espaciais reprodutoras de sistemas de territorialidade passiva. Nesse movimento, ativar suas territorialidades envolve, como resultado, mudanças de cunho espacial, como detalharemos no capítulo.

Ao mencionarmos os sistemas de territorialidade passiva presentes no campo, estamos nos referindo ao conjunto das relações sociais (econômicas, políticas, culturais e ambientais) que impossibilitavam às jovens construir, de acordo com seus projetos atuais de vida, adequadas oportunidades de trabalho, de geração de renda e de autonomia relativa. Nesse âmbito, a análise sobre a territorialidade passiva expõe a contradição entre o que elas almejam para si e uma condição espacial de existência que inibia seus processos pessoais de desenvolvimento, na condição de jovem e de mulher.

Por outro lado, os processos de ativação de territorialidade diz respeito ao esforço de construir, social e geograficamente, condições às quais, na visão de seus atores, promovam o desenvolvimento de suas capacidades para a superação das condições avaliadas como limitantes: a formação em nível superior e a busca pelo engajamento profissional é o percurso seguido pelas jovens pesquisadas.

Neste capítulo, de acordo com a metodologia já apresentada (p. 18-20), analisaremos os dados e informações primárias obtidas junto às jovens rurais egressas dos cursos de Agronomia e de Pedagogia da UFFS, campus Erechim/RS. Os eixos de análise são: as informações gerais das jovens egressas, as informações sobre os estabelecimentos agropecuários, informações sobre a gestão interna dos estabelecimentos, informações sobre os fatores migração campo cidade.

Optamos por apresentar as informações, analisando conjuntamente as repostas dos dois grupos de jovens: grupo I são as egressas que migraram do campo para a cidade, sendo 23 jovens e destas 16 são do curso de Agronomia e 07 do Curso de Pedagogia, o grupo II corresponde as egressas que permaneceram morando no campo, sendo 08 jovens e destas 05 são agrônomas e 03 são pedagogas. Desta forma quando há diferenças fundamentais analisamos separadamente cada grupo. Contudo procuramos dar ênfase ao Grupo II que conforme as respostas obtidas estão fazendo a sucessão nas suas propriedades rurais.

3.1 As jovens egressas rurais dos cursos de Agronomia e Pedagogia da UFFS

Este item objetiva caracterizar as jovens rurais egressas dos cursos de Agronomia e Pedagogia quanto a origem locacional, as características étnicas, a faixa etária e o estado civil das pesquisadas. Relembrando que de acordo com a metodologia utilizada os dados se referem a 31 jovens de origem rural, independente de terem ou não migrado.

A maioria das pesquisadas nasceram em municípios da microrregião geográfica de Erechim (22 jovens), 05 são naturais de outros municípios do Rio Grande do Sul e 04 jovens nasceram em outros estados do Brasil.

Conforme as informações apresentadas, 71% das jovens nasceram em municípios da microrregião de Erechim. Se considerarmos o conjunto das estudantes provenientes do estado Rio Grande do Sul o percentual aumenta para 87%. Em se tratando do público das jovens rurais, fica explícito que o campus da universidade exerce um poder de atração em seu entorno imediato, cumprindo com seu papel político e institucional em sua área de abrangência. Nesse sentido, ao formar os distintos profissionais, além de produzir conhecimento científico e atuar na extensão, a universidade tem se tornado um dos espaços de relevância nos processos de desenvolvimento no Sul do Brasil interiorano ao incluir uma gama de sujeitos historicamente excluídos do ensino superior público.

O maior contingente de público feminino advindo das proximidades do campus nos remete a pensar a respeito dos lastros espaciais e das questões de gênero inerentes: a presença da universidade próxima aos lugares de origem das jovens viabilizou seus acessos considerando a dimensão 1. econômica/logística/material (onde o apoio material das famílias durante a graduação ocorreu para 63% das jovens e, para 29%, ainda hoje persiste) e, possivelmente, a dimensão 2. cultural/subjetiva/identitária (incluída o componente de gênero, no sentido de que a mudança nas territorialidades das jovens com o acesso à UFFS e, para muitas, com a migração para o espaço urbano, é amenizada com

a presença destas próximas às famílias, com possibilidades de visitação frequente e em meio a um ambiente sociocultural contíguo, repleto de semelhanças, mesmo na cidade de Erechim, na condição de um recorte interiorano e de predomínio identitário atrelado aos descendentes de europeus: a territorialidade é alterada, mas são mantidos aspectos do cotidiano passado). A questão de gênero pode ainda se manifestar no relativo controle sobre a territorialidade das jovens que as famílias continuam a exercer, mesmo à distância. Trata-se de uma via de mão dupla: apoio, cooperação e cuidado, mas também há a vigilância e o controle relativo sobre as ações, os valores compartilhados etc.

O acesso ao ensino superior público, por seu turno, amplia o leque de conhecimentos das jovens, propicia o alargamento dos horizontes pessoais e seu enriquecimento cultural. O conhecimento se torna uma ferramenta essencial para que as jovens consigam ampliar suas capacidades em relação aos quadros precedentes de territorialidades passivas. Essas questões podemos perceber nos seguintes relatos das jovens:

A formação em nível superior possibilitou abrir novos horizontes, que anteriormente não imaginava que pudessem existir ou que seriam importantes. Melhorei minha vida pessoal, acadêmica e social, pois aprendi de certa forma a analisar mais criticamente a realidade. (Beatriz. A 2).

Após a formação acadêmica, muita coisa melhorou, além de que consegui minha autonomia financeira. (Charlene. P 3).

Conforme as explicações, ilustradas nos dois depoimentos anteriores (mas com essas ponderações presentes no conjunto das respostas, conforme consta no apêndice II), as jovens consideram, nas múltiplas dimensões de suas territorialidades, a importância que a formação universitária repercutiu em suas trajetórias como mulheres. Trata-se de processos de ativação de territorialidades nas dimensões econômica, política e cultural (presente também, como veremos adiante, a dimensão ambiental, nesses movimentos de transformação e construção de consciências a respeito do mundo).

Quanto a origem étnica¹¹, as jovens em sua maioria (55% das autoindicações) se reconhecem como pertencentes a etnia italiana, seguido de 19,3% das autoindicações para duas ou mais etnias (predominantemente europeias), 10% indicaram ser de origem polonesa, 07% se consideram de origem alemã e, por fim, 07% das indicações associaram

¹¹ A questão sobre a origem étnica teve várias possibilidades que as jovens poderiam assinalar, sendo assim 6 jovens se autoindicaram com mais que uma etnia.

sua origem como “brasileira¹²”. Desta forma, a origem étnica nos informa alguns elementos, a cultura da região é marcada por alguns traços marcantes como a forte presença dos valores do catolicismo e da Igreja Católica nas várias dimensões da territorialidade. Conforme Tedesco (2001), o espaço da “sociedade na capela” constitui um grande cenário de socialização: igreja, salão, bodega, cemitério, escola, moradores em sua circunvizinhança etc. Onde são bem definidos os papéis de gênero e as práticas de controle sobre as territorialidades. Portanto, trata-se de pessoas que tem uma cultura marcada por uma visão de mundo semelhante, como a ideia de que o gênero masculino tem “maior valor”: o predomínio do patriarcado, comumente associado à cultura dos descendentes de imigrantes europeus, sobretudo italianos. De acordo com Tedesco (2001), essas diferenciações de gênero sempre estiveram presentes na constituição familiar do colono imigrante. Isso nos permite evidenciar os conflitos no interior da família camponesa, na qual pode potencializar ainda mais na questão do êxodo.

Em relação à idade, como podemos observar no gráfico 06, em 2018 a maioria das pesquisadas possuía idade entre 24 e 29 (20 jovens), seguido da faixa etária compreendida com menos de 21 e 24 anos (07 jovens), 03 jovens com idade atual acima de 29 anos e 01 jovem situada na faixa etária entre 19 e 21 anos. Três mulheres pesquisadas, atualmente, têm mais de 29 anos, porém migraram do campo no período em que eram jovens, portanto estão contempladas nesta pesquisa.

Com esses dados é possível observar que 65% das jovens ingressaram nos cursos de graduação com idades entre 19 e 24 anos. Esse é o momento específico da vida em que elas tem se desafiado a alterar suas territorialidades. Na região, normalmente, as mulheres rurais comprimem sua fase de juventude em função de compromissos matrimoniais e do cotidiano do trabalho que as envolvem e acabam por inviabilizar outros projetos de vida. Percebe-se que depois de certa idade as mulheres do campo não vão mais para a universidade. As que estão no curso com idade acima dos 29 anos migraram antes e, posteriormente, já residindo no espaço urbano, decidiram por cursar o Ensino Superior.

Ao acessarem a universidade, as jovens modificaram a relação com o passado geracional cíclico associado ao lugar e a função da mulher rural: a reprodução da agricultura familiar! Com as mudanças de territorialidade, agora estudam, acessam com maior intensidade ou passam a residir no espaço urbano, desenvolvem um conjunto de

¹² Quanto a origem étnica brasileira no nosso recorte de estudo, popularmente se refere ao grupo étnico que não está relacionado diretamente aos grupos étnicos de origem européia (conforme apêndice I).

novas relações, ampliam seus horizontes profissionais e, também, expandem a compreensão do lugar da mulher na sociedade. Com isso, pode-se considerar que essa mulher, ainda jovem, majoritariamente, possui hoje maior autonomia e liberdade de expressão para construir sua trajetória de vida. Regionalmente, tais possibilidades concretas como a possibilidade de se deslocarem diariamente ou de migrarem ainda solteiras para o espaço urbano, o acesso ao mercado de trabalho urbano e à universidade não estavam ao alcance das mulheres há uma geração. Mesmo no interior, as condições espaciais e sociais mudam com intensidade. Estamos diante de uma geração de jovens que se apoiou no legado de luta de mulheres de gerações passadas para promover importantes protagonismos femininos. De acordo com Pirân (2001) 1993 na Microrregião de Erechim encontrava-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), as quais lutavam pela aposentadoria aos 55 anos e posteriormente ampliava-se para fazer o “bloco” para a venda de produtos em seu nome, ou seja o seu reconhecimento de agricultora, pois não é necessário muito esforço para “imaginar a discriminação da mulher numa sociedade de cultura machista como a brasileira, potencializada pelo gauchismo e pelos agricultores de origem européia” (PIRÂN, p. 88).

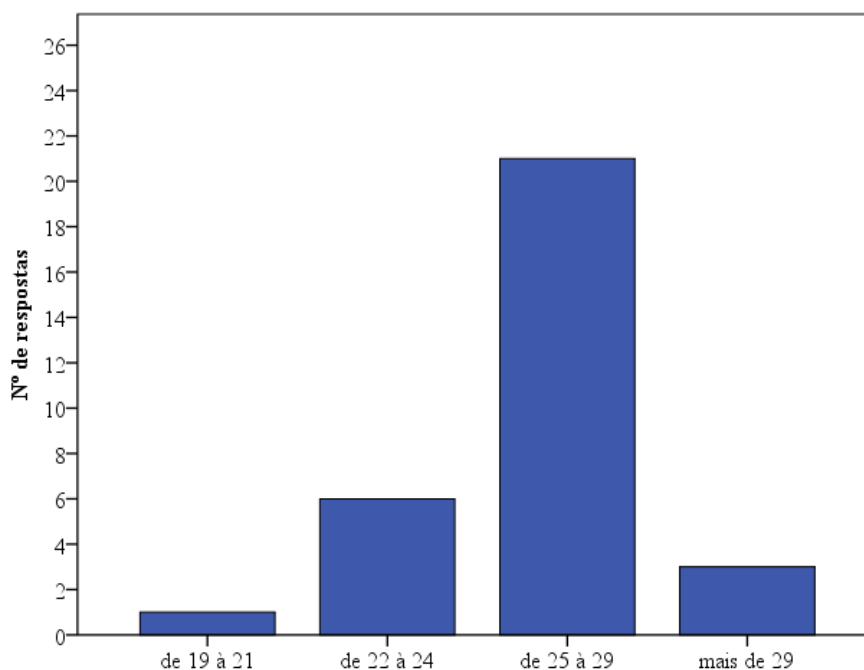


Gráfico 06- Idade das jovens egressas.

Fonte: questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

Para análise das questões de gênero, o tema do matrimônio é central às mulheres. O casamento significa uma ruptura com aspectos da territorialidade jovem, assim como a formação em nível superior: são fatores importantes de transição entre a vida jovem e a

vida após a juventude. Constatamos, conforme consta no gráfico 07, que a situação do estado civil das egressas do curso de Agronomia para o contingente de solteiras, de casadas e de união estável é de, respectivamente, 72%; 14%; e de 14%. Para o curso de Pedagogia os percentuais são de 30% (solteiras), 30% (casadas) e 40% (união estável). A análise destes dados nos mostra a predominância das mulheres casadas e em união estável para o curso de Pedagogia: um contingente de 70%, enquanto que para o curso de Agronomia o mesmo percentual é de 28%.

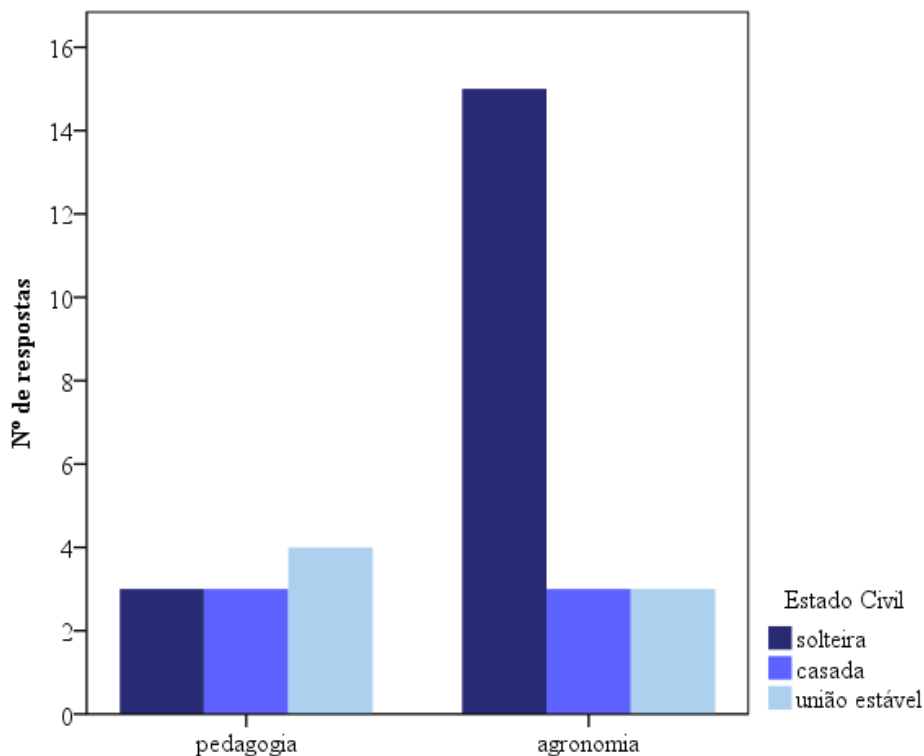


Gráfico 07 - Estado civil das jovens egressas.

Fonte: Questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D. C. B. (2018).

Nota-se que embora todas as jovens tenham o mesmo perfil (são de origem rural, majoritariamente da microrregião de Erechim e estão situadas em uma mesma média de idade), há discrepâncias em relação às informações sobre a situação de estado civil entre as jovens de Agronomia e de Pedagogia. Uma das possíveis explicações pode relacionar-se com a questão das diferenças dos processos de vinculação profissional: como veremos mais adiante, a inserção no mercado de trabalho demonstra ser mais lenta e difícil para as agrônomas em relação às pedagogas.

Diante disso, podemos supor que um contingente expressivo das agrônomas tem optado por permanecer solteira em função de ainda não alçar pleno alcance de seus objetivos profissionais/acadêmicos dada sua condição de gênero, onde as normalizadas reponsabilidades do matrimônio atribuídas às mulheres pode se manifestar como um

empecilho, neste caso específico, para o almejado exercício da profissão, considerando que as oportunidades de trabalho podem estar situadas fora da microrregião.

Para as agrônomas há um dupla conotação de gênero diante do exposto: 1. Os desafios atrelados a seu exercício profissional em um campo de atuação importantemente masculinizado; e 2. A possibilidade, presumidamente consciente, de escolha em permanecerem solteiras, algo que contrasta com a realidade das mulheres rurais de gerações passadas.

Para as pedagogas, diferentemente, há mais campo de atuação profissional e acadêmica na microrregião de Erechim e é um grupo que não enfrenta a concorrência dos homens (mais adiante abordaremos com maior detalhes esse item da pesquisa).

Hoje se abrem novas possibilidades para a mulher estar inserida no mercado de trabalho e conquistar novos papéis e cargos, que até pouco tempo seriam impensáveis.

O fato de um vasto número de mulheres permanecerem solteiras é sinal de que elas romperam essa barreira cultural que há na região a respeito da mulher: os aspectos mudam de uma geração para outra. Há uma geração, o principal objetivo da mulher era se tornar mãe e dar condição da reprodução da agricultura familiar: nos afazeres domésticos ou na “ajuda” em relação aos diversos trabalhos hegemônicos pelos homens. A maior autonomia dessas jovens sobre seus corpos significa uma mudança sinalizando a ativação de suas territorialidades.

Questionamos, também, sobre quais jovens estão cursando pós-graduação. São 08 formadas no curso de Agronomia cursando pós-graduação, isto é, 38% das pesquisadas. Destas, 07 permanecem solteiras e apenas 01 encontra-se em união estável. Quanto às mulheres formadas em Pedagogia o panorama é inverso: 07 mulheres estão cursando pós-graduação (70% do público pesquisado) e, destas, 02 permanecem solteiras, 03 estão em união estável e 02 são casadas. Isso nos revela que as mulheres formadas em Pedagogia mesmo sendo casadas ou estando em união estável, continuam estudando.

Com estas informações é possível ponderamos a respeito das diferenças na dimensão das questões de gênero entre estes dois cursos. Podemos supor que as jovens egressas de Agronomia, em estado civil solteiras, vão à procura da pós-graduação em função da maior dificuldade de inserção profissional¹³ na área de formação. O fato de continuarem solteiras amplia seus escopos de autonomia para as decisões profissionais

¹³ Conforme a empresa Vacaro atuante no setor agropecuário na cidade de Erechim, destacamos que são 23 homens agrônomos trabalhando nesta empresa e somente uma mulher foi contratada recentemente para trabalhar na empresa.

que poderão vir a tomar em um futuro breve, como, por exemplo, atuarem em outras regiões do Brasil.

Para as egressas do curso de Pedagogia entendemos que o estado civil não interfere na continuidade dos estudos, devido as demandas por trabalho estarem situadas na própria microrregião de Erechim. As questões de gênero são distintas para ambos os cursos. No item a seguir, abordaremos informações relativas aos estabelecimentos agropecuários de onde vieram as jovens pesquisadas, pois ele é fundamental quando se discute a sucessão.

3.2 Informações sobre os estabelecimentos agropecuários

Nas informações dos estabelecimentos agropecuários consideramos os elementos: ênfase na dimensão econômica, nas características produtivas e na divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos.

Conduzimos nosso processo de investigação na dimensão econômica e técnico-produtiva com o intuito de caracterizar as realidades produtivas dos estabelecimentos agropecuários de onde provieram as jovens, público de nossa pesquisa, e, ainda, analisar as condições concretas de sucessão nos distintos contextos de agricultura familiar elencados.

Constatamos que, apesar de 74% das jovens pesquisadas terem migrado do campo, em 94% dos casos as famílias das entrevistadas ainda possuem o estabelecimento agropecuário: informação que denota uma condição (obviamente) fundamental para projetarmos as possibilidades concretas de sucessão na agricultura familiar.

De acordo com nosso universo pesquisado, atualmente, há um total de 90 pessoas residindo em 29 estabelecimentos agropecuários (incluindo as 08 jovens egressas que permanecem no campo – 09% em relação ao contingente total), isto é, uma média de 03 pessoas por unidade de produção. Quanto aos membros das famílias das jovens que ainda residem¹⁴ nos estabelecimentos (quadro 08), em 86,2% das unidades de produção há presença da categoria pais¹⁵ (pai e/ou mãe – 50 pessoas ou 55,5% do contingente demográfico) e em 52% dos casos residem nos estabelecimentos pais em conjunto com filhos; em relação ao contingente demográfico total 08% é o percentual de irmãs das

¹⁴ Optamos por considerar apenas os membros das famílias das jovens que ainda residem no estabelecimento agropecuário, pois estávamos pensando nas possibilidades atuais e concretas de sucessão.

¹⁵ Consideramos ambos os pais tanto as mães quanto os pais das jovens que ainda residem no estabelecimento agropecuário.

jovens estudadas que ainda residem no campo (07 mulheres); e, 11% é o percentual de irmãos (10 homens) que continuam morando nas unidades de produção; somam 16,7% o total de avós (04 avós e 02 avôs) e de outros parentes (09 pessoas, basicamente maridos e filhos das egressas).

Podemos evidenciar, em observância às informações anteriores, a problemática do envelhecimento da população do campo e, conseqüentemente, do baixo número de estabelecimentos com contingente de filhos (em tese) disponíveis para os processos de sucessão na agricultura familiar. Os pais é a categoria hegemônica do perfil demográfico desses estabelecimentos e em apenas metade das unidades de produção há filhos que (ainda) residem no campo.

As características da exploração econômica desenvolvida por essas famílias e o conjunto de renda não-agrícola existente nos estabelecimentos ajuda a explicar, simultaneamente, os fatores repulsivos (mais incisivamente sentidas pelos jovens) e a permanência de determinado perfil de habitante rural (com população reduzida nas unidades e um número importante de aposentadorias, como conferiremos adiante).

As conseqüências da falta de sucessão rural resulta na diminuição da agricultura familiar, baseada na diversificação de cultivos, e assim crescem as estruturas de monocultura, na qual se aposta no cultivo de *commodities*, como a soja e o milho etc. e alguma atividade diversificadora de renda para as pequenas propriedades, como a pecuária leiteira. Além disso, conforme avança o monocultivo, se agrava a redução da biodiversidade, ocorre a elevação no uso de agrotóxicos e de insumos de base química, ameaçando, igualmente, a reprodução da agricultura familiar (aspecto que interfere na dinâmica social e produtiva no conjunto da microrregião geográfica de Erechim).

A redução da média de moradores por estabelecimento agropecuário na microrregião de Erechim é resultado das profundas transformações que tem se processado no campo e, igualmente, na relação cidade-campo. No início dos anos 1990 havia uma média de 4,6 pessoas por estabelecimento agropecuário na microrregião de Erechim (IBGE, 1991; IBGE, 1995). Atualmente, essa média diminuiu para 3,6 (IBGE, 2010; IBGE, 2017). Para nosso grupo pesquisado, a média é ainda menor: 3,1 pessoas por estabelecimento. A redução da natalidade e a migração da população rural para os espaços urbanos (como ocorreu com nossas jovens) é uma tendência que tem se acentuado e colocado desafios estruturais para a sucessão na agricultura familiar.

Assim como foi percebido no gráfico (04 e 05) do capítulo anterior onde houve uma forte redução populacional rural na microrregião de Erechim em 2010,

principalmente nas faixas de 20 a 34 anos, população em idade economicamente ativa, notamos que nas famílias das jovens pesquisadas ocorre o mesmo, pois quem acaba ficando no campo é a população adulta ou idosos, enquanto a tendência dos jovens é de migrar. Estes dois fenômenos juntos trazem consigo o problema da reprodução social da agricultura familiar no campo, pois sem atrativos (geradores de renda e com relação as infraestruturas de circulação e comunicação) o jovem migra para as cidades, fazendo com que a faixa etária da população no meio rural seja de pessoas acima de 40 anos. Esta interpretação também aparece nas respostas da jovens quando questionamos sobre os aspectos envolvidos na migração dos jovens rurais em seus município:

A migração dos jovens resulta em um envelhecimento da faixa etária do interior, conseqüentemente as terras estão sendo retidas nas mãos dos grandes latifundiários, diminuindo conseqüente a oferta de alimentos que antes eram produzidos pelos agricultores familiares, foco na produção das grandes culturas (soja, milho, etc.). (Luciane, A2)

As mulheres brasileiras estão tendo menos filhos houve uma queda de 18,6% nos nascimentos entre 2004 e 2014, e para as mulheres camponesas a taxa de fecundidade tem diminuído de 3,4 filhos para 2,6, entre 2000 e 2010, é maior do que verificado em áreas urbanas (de 2,18 para 1,7), (IBGE, 2010), isso se explica pelo fato de hoje o casal ter avaliado o custo de vida que tem para sustentar muitos filhos, no passado era um tabu falar de gravidez e sexo, mas no cenário de hoje as mulheres tem acesso as informações e por isso conseguem evitar gravidez indesejadas. De acordo com Graziano da Silva (2001), as atividades agrícolas são as que geram menor renda, por conta disso tem diminuído o número de famílias agrícolas, já que elas não conseguem sobreviver apenas com rendas provenientes desta atividade. Até mesmo as famílias que optam pela pluriatividade, nas quais seus membros combinam atividades agrícolas e não-agrícolas, também não vem aumentando. As famílias rurais brasileiras estão, cada vez mais, prevenindo sua sobrevivência por meio de transferências sociais, como aposentadorias e pensões, e em ocupações fora do setor agrícola. (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Como vimos no capítulo II, é importante reinterar que a propriedade e a organização do trabalho em bases familiares é uma característica predominante na microrregião de Erechim devido ao processo de ocupação da região da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul que tem:

[...] uma forte estrutura fundiária consolidada pela presença da produção colonial do migrante europeu, contrastando com aquela dominante nas demais regiões do país, à exceção de algumas regiões do Sudoeste, de origem colonial semelhante, a divisão de terras no Sul reproduziu o padrão agrário do campesinato da Europa Ocidental,

parcelando as terras em pequenas propriedades, característica típica da agricultura familiar (IBGE, 2006, p .110).

Com relação ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários (gráfico 08), levantamos informações das 29 jovens cujas famílias ainda possuem as unidades: 10,3% possuem até 5 ha; 17,2% possuem mais de 5 a 10 ha; 62% dos estabelecimentos possuem acima de 10 a 30 ha; 6,9% dos estabelecimentos situam-se no estrato acima de 30 à 50 ha; e 3,4% possuem tamanho acima de 50 à 100 ha. As menores áreas têm uma participação importante no total dos estabelecimentos: 90% dos estabelecimentos estão situados em estratos de até 30 hectares, dos quais, aproximadamente, 30% tem área de até 10 hectares. Contudo, em termos de área, notamos que as informações enquadram as unidades como estabelecimentos de agricultura familiar, conforme lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

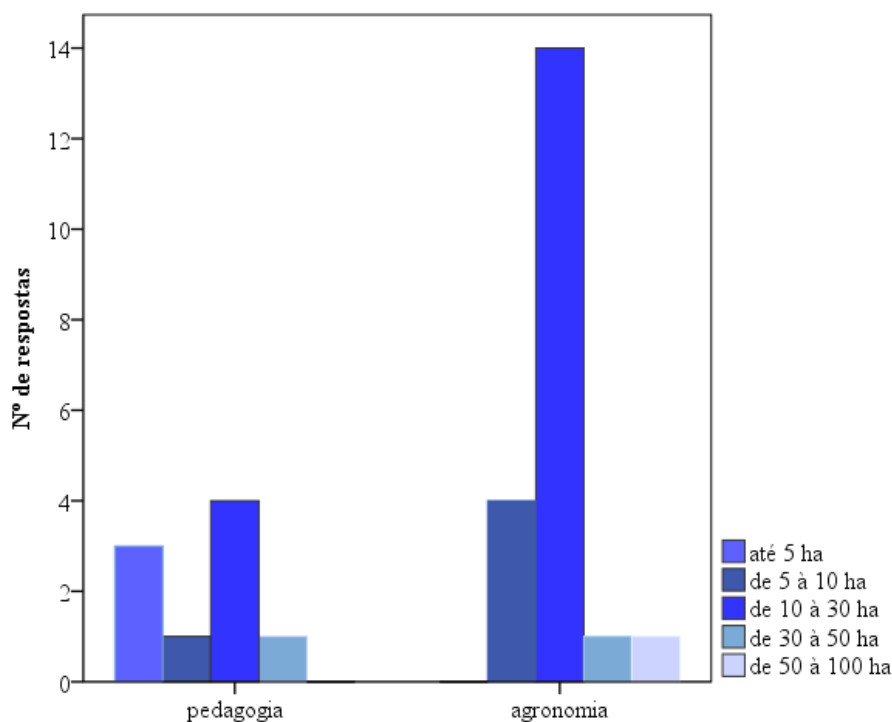


Gráfico 08- Tamanho dos estabelecimentos agropecuários.

Fonte: Questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

Uma diferença que observamos entre os distintos perfis das jovens é que as famílias das egressas do curso de Pedagogia possuem os menores estabelecimentos: o menor estrato de área, até 05 hectares, são todos propriedades dos familiares dessas jovens, perfazendo 30% do total de estabelecimentos para o conjunto das famílias cujas jovens se graduaram em Pedagogia. Esse fator está vinculado à própria escolha pelo curso (sem interface direta com o campo e seus aspectos produtivos) e está diretamente envolvido com o fato de as jovens do curso de pedagogia não manifestarem interesse em

retornarem ao campo, pois tendo pouca área de terra, produzindo sob a forma do modelo de desenvolvimento do agronegócio, isso acaba inviabilizando a permanência dos jovens, pois elas estão no estabelecimento mas se veem bloqueadas em obter renda devido à dificuldade do pequeno estabelecimento. Consoante Sen (2000, p. 112):

[...] a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, com maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso.

Para as jovens de nossa pesquisa a renda também vai ser um fator importante para elas ampliarem suas capacidades, obtendo assim maior liberdade em suas escolhas pessoais e profissionais: “um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes” (SEN, 2000, p. 114) dar educação e emprego as mulheres fortalece sua autonomia e aumenta seu poder de voz dentro e fora da família.

Quanto às jovens graduadas em Agronomia, como trataremos adiante, uma importante parcela das jovens (75%), procuraram pela formação com a expectativa de permanecer ou retornar ao campo. Para as formadas em Pedagogia, 28% das jovens que migraram manifestaram que voltariam a morar no campo e a trabalhar com atividades agropecuárias.

Quando questionamos sobre os fatores repulsivos responsáveis pela migração das jovens a dimensão econômica ganhou relevância, prevaleceram nas respostas, em ordem de importância: 1. pequena área de terra, 2. dificuldade econômica e 3. baixa opção de trabalho. As respostas indicam uma condição econômica desprivilegiada das jovens, cuja busca pelo ensino superior e por opções de trabalho urbano melhoraram significativamente a vida das jovens. Como podemos notar nos relatos das jovens do curso de agronomia que destacam a melhora em sua condição material após a formação em nível superior.

Na condição de poder aquisitivo, maior liberdade de escolha e possibilidade de planejamento. (Gabriele. A 3).

Com muito esforço, compramos uma casa, o meu trabalho é mais reconhecido, e estamos conseguindo viver bem. (Karla, P 3).

Para 50% das jovens do curso de Agronomia a formação em nível superior melhorou suas vidas e isso tem a ver com o aumento da condição financeira, com a construção da casa própria, enquanto para outra metade das jovens ainda estão buscando

inserção profissional que permita a elas uma melhor condição material/financeira. No curso de Pedagogia fica mais evidente a melhora na condição material das egressas e o que constatamos é que elas tem maior facilidade de inserção profissional, isto é, conseguem trabalhar na área e, conseqüentemente, progredir materialmente mais rápido em relação às egressas do curso de Agronomia.

Estudo produzido por Brumer (2004) expressa que de acordo com o tamanho do estabelecimento agropecuário familiar pode reduzir a intensidade de trabalho das mulheres nas funções agropecuárias, a exemplo disso nos grandes estabelecimentos somados com mais de 100 hectares, “[...] as esposas e filhas dos proprietários geralmente não participam ou participaram de uma maneira menos intensiva das atividades produtivas, responsabilizando-se quase que exclusivamente pelo trabalho doméstico, pelo cuidado da horta [...]” (BRUMER, 2004, p.214). Todavia a pesquisadora corrobora que em algumas ocasiões, “[...] a modernização das atividades implica a intensificação das mulheres, considerando seu trabalho na esfera doméstica e no cuidado da horta” (BRUMER, 2004, p.214), pois se utiliza toda terra para produção.

Sobre a topografia dos estabelecimentos agropecuários (gráfico 09), 86,2% das entrevistadas consideram as terras que residiam parcialmente plana/parcialmente mecanizável, 10,3% afirmaram ser planas/totalmente mecanizáveis, 3,4% assinalaram ser acidentada e não mecanizável. Estas são características recorrentes das pequenas unidades, justamente por isso demanda mais mão-de-obra e os estabelecimentos com terrenos mais íngremes e acidentados dificilmente conseguem produzir com o apoio de implementos agrícolas mecanizados, na qual estes não se adaptam às condições geomorfológicas do terreno: intensificando a penosidade do trabalho, especialmente o feminino, pois há necessidade de diversificar as atividades econômicas, como no caso da produção leiteira e elevar a produção para o autossustento, geralmente relegado às áreas mais marginais da propriedade.

Desta forma, como constatamos empiricamente na microrregião, o trabalho manual ou com uso de equipamentos de tração animal ainda se mantém em alguns estabelecimentos. Para estes, ao não conseguirem acompanhar a dinâmica produtiva de outros estabelecimentos agropecuários e a competição intensificada com a modernização agrícola, as especificidades geomorfológicas implicam em pressão sobre a renda e sobre o trabalho.

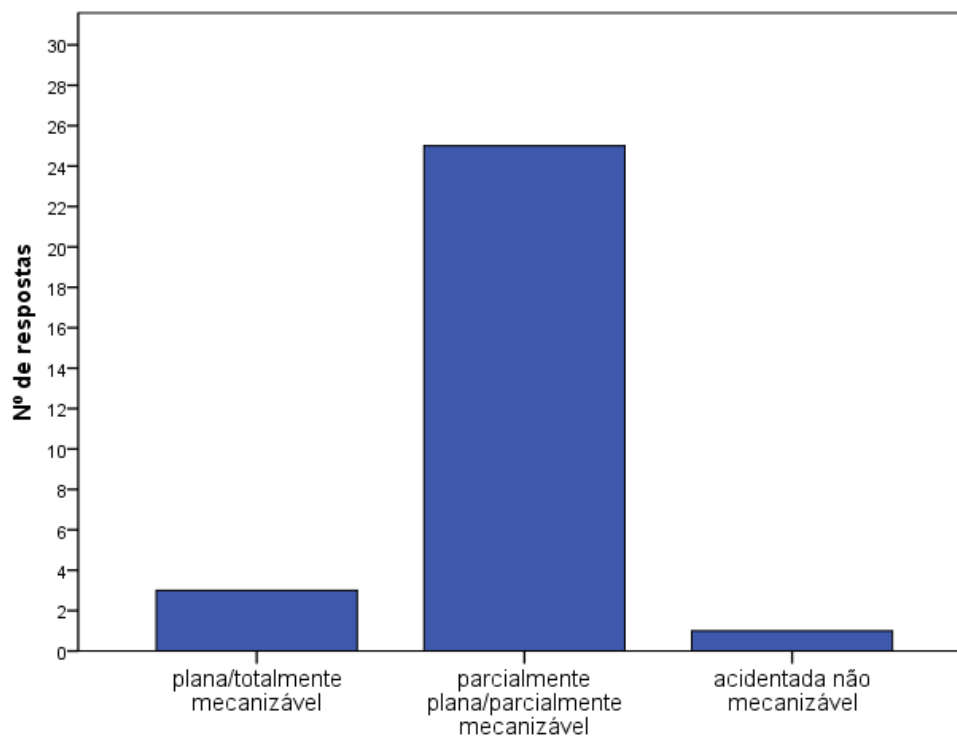


Gráfico 09- Topografia dos estabelecimentos agropecuários.

Fonte: Questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

Sobre os implementos e maquinários utilizados (gráfico 10), 16,1% das entrevistadas afirmaram ser próprios, 25,8% alugados, outras jovens pesquisadas destacaram, cerca de 51,6%, serem os maquinários próprios e alugados e 6,4% não utilizava maquinários e implementos. Os dados apresentados no gráfico revelam que as unidades produtivas pesquisadas fazem uso da força mecânica nas atividades e apenas uma minoria destes não faz uso de equipamentos de tração mecânica. Importa frisar que apenas 06% dos estabelecimentos são totalmente mecanizáveis.

A realidade produtiva dessas famílias, em sua maioria, está circunscrita à pouca disponibilidade de área, considerando especialmente a produção de grãos, onde apenas 16% das famílias possuem equipamentos próprios para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. É necessário considerar, ainda, que o pagamento de hora-máquina para as distintas etapas da produção agrícola e pecuária (como no caso da produção de silagem para alimentação do gado de leite), como é o caso da grande parte dessas famílias, tem seu impacto na renda anual.

O advento da modernização da agricultura e utilização de novas tecnologias de caráter global elevou a produtividade do trabalho, contudo, elevou a especialização produtiva, a ampliação da área colhida (no caso dos grãos) e aumentou os custos de

produção, repercutindo na “[...] diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura” (BRUMER, 2004, p. 213).

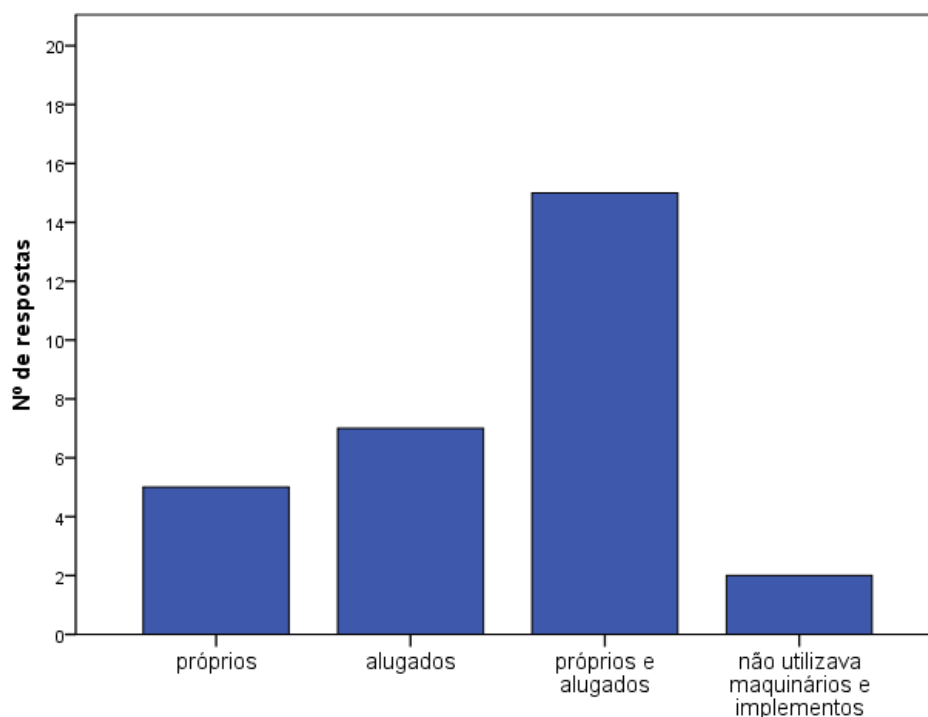


Gráfico 10- Maquinários e implementos utilizados.

Fonte: Questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

Quando questionado se a família arrenda o estabelecimento agropecuário para outras pessoas produzirem, foi evidenciado que a maioria das famílias não arrenda o estabelecimento, 06 famílias das jovens arrendam a terra para outras pessoas produzirem e 07 famílias arrendam o estabelecimento de outras pessoas. Diante das respostas obtidas as famílias que possuem um estabelecimento pequeno acabam optando pelo arrendamento, uma vez que os custos com insumos, fertilizantes e a falta de equipamentos agrícolas acaba desestimulando o produtor rural a conduzir uma propriedade no qual não tem muito retorno econômico, outro possível motivo pelo qual a prática do arrendamento esteja presente nas propriedades rurais é pelo fato dos casais estarem aposentados, ou seja, esse período da vida requer descanso e por isso que arrendar as terras se torna a melhor opção.

Questionamos sobre a origem da renda das jovens ou dos familiares que residem no campo. Para 86% das famílias a principal fonte de renda advém das práticas produtivas desenvolvidas no estabelecimento. Além disso, 90% das jovens relataram também existir outras formas de renda não-agrícolas no estabelecimento (aposentadorias, trabalho urbano, bolsa família etc.). O equilíbrio demográfico, juntamente com o equilíbrio entre

as diversas fontes de renda agrícola e não-agrícola auxiliam na explicação do atual perfil demográfico das famílias rurais na microrregião.

Por fim, há um elemento subjetivo que endossa a questão do equilíbrio interno. Interrogadas sobre quanto tempo as jovens imaginam que suas famílias permanecerão no estabelecimento agropecuário, 62% das respostas indicaram acreditar que seus familiares permanecerão no campo por mais de 20 anos. Por outro lado, 24% das jovens acreditam que suas famílias ficarão no campo, no máximo, mais 10 anos.

No próximo eixo, abordaremos a gestão interna dos estabelecimentos agropecuários com o objetivo de situar as jovens (e as questões de gênero, geração e trabalho) no contexto das dinâmicas territoriais da agricultura familiar.

3.3 Informações sobre a gestão interna dos estabelecimentos agropecuários

A gestão interna dos estabelecimentos agropecuários espelha a dimensão política das relações sociais na escala da unidade de produção. Trata-se da projeção espacial de relações de poder operante em um recorte determinado. Como o trabalho é organizado? Quais são as funções e a quem são atribuídas? Como foram atribuídas? Há participação democrática nas decisões?

Para os jovens e, especialmente, para as mulheres, a unidade de produção apresenta-se como uma materialidade incontestada. As funções sociais e produtivas, por vezes, apresentam-se como naturalizadas no ciclo de reprodução da própria agricultura familiar. Qual o lugar dos jovens? E das jovens? O adultocentrismo e as práticas de opressão de gênero nos processos de socialização vão conformando as estruturas de controle, moldando os comportamentos e predefinindo as funções específicas de cada sujeito, muitas vezes, inconscientemente. Cada qual em seu lugar!? A territorialidade das nossas jovens nos fornece alguns indicativos sobre as mudanças que o campo e seus sujeitos tem passado nos últimos anos.

Conforme o gráfico 11, o conjunto de funções desempenhadas pelas jovens nos estabelecimentos agropecuários eram o seguinte: 22 jovens afirmaram trabalhar nas atividades de plantação e de criação de animais; 03 jovens atuavam somente em atividades agrícolas; outras 03 afirmaram trabalhar somente em atividades pecuária; e 01 jovem relatou que não tinha dentro do estabelecimento nenhuma função agrícola e pecuária¹⁶. As respostas indicam que as jovens tinham inserção produtiva nos

¹⁶ Teve duas jovens que não responderam esta questão.

estabelecimentos, mesmo considerando que as mesmas atividades se mantêm mesmo após um expressivo contingente de jovens migrarem. Fato que nos faz refletir sobre o realizado pelas jovens muitas vezes é desconsiderado e precisa ser ocupado por outra pessoa.

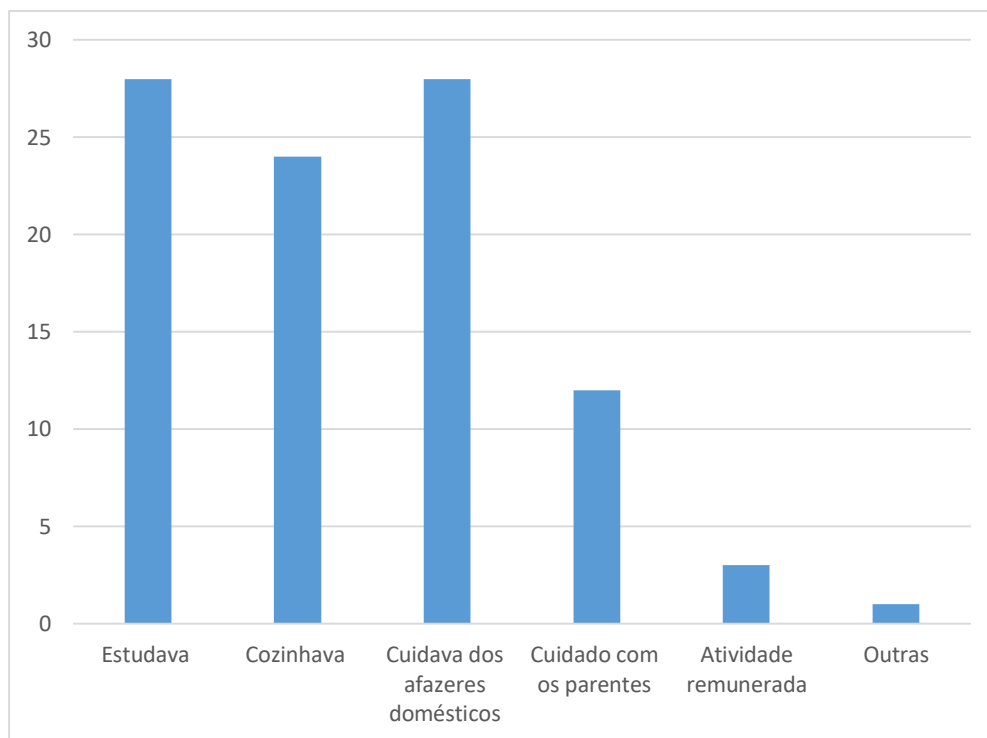


Gráfico 11- Atividades que as jovens desenvolviam morando no estabelecimento. Fonte: Questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

Contudo, ao ponderarmos a respeito do conjunto do trabalho desempenhado pelas jovens nos estabelecimentos, podemos ter a clara dimensão da sobrecarga de atribuições. Conforme representado gráfico 11, as jovens assinalaram, em razão de importância, que durante o momento em que residiam no estabelecimento, além de desempenhar as funções produtivas economicamente mais importantes, elas ainda estudavam, auxiliavam nos afazeres domésticos e cozinhavam. Em outras palavras, exerciam as atividades consideradas produtivas e, ainda, executavam as tarefas geralmente atribuídas às mulheres, mães ou filhas. Como destaca Brumer (2004, p.211-212), “[...] as mulheres, ainda, responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico, no qual com frequência são auxiliadas ou substituídas pelas mulheres filhas, quando têm outra atividade”.

Se considerarmos a média de idade em que as jovens migraram, a escolarização no ensino básico é um fator que influi na permanência relativa das jovens nos estabelecimentos. Além de estudar, 41,6% auxiliavam com o cuidado de parentes, 89,2%

das jovens assinalaram cozinhar nos estabelecimentos que residiam, e 75% assinalaram auxiliar suas famílias nos afazeres domésticos: estes dois últimos aspectos sinalizam para divisão sexual do trabalho, algo recorrente em estabelecimentos de agricultura familiar. Minoritariamente, 03 jovem destacaram exercer atividades remuneradas fora do estabelecimento enquanto moravam no campo e 01 jovem citou ter outra atividade. Desta forma não é em nossa pesquisa que os homens estão inseridos, pois nos parece que eles não estão dispostos a enfrentar os estigmas e preconceitos da sociedade ao cursar Pedagogia. Por outro lado as mulheres buscam romper com o preconceito existente no curso de Agronomia reconhecendo as suas capacidades e por isso decidem ocupar este espaço masculinizado.

Com estas informações de cunho espaciais é possível entendermos sobre a sobrecarga atribuída para as mulheres em estabelecimentos agropecuários onde prevalece a produção de grãos e a produção leiteira, visto que além destas atividades elas são responsáveis pelos afazeres domésticos, pelo cuidado com os filhos, acarretando em um cotidiano de pouca renda, subvalorização das funções e uma carga excessiva de trabalho.

Brumer (2004) evidencia a posição subordinada que a mulher ocupa na esfera produtiva que pode ser assim expressa:

- as tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva (produção destinada à comercialização) só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo apenas como 'ajuda';
- seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores);
- elas não detém o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário;
- elas não administram os recursos originados com a venda da produção; (BRUMER, 2004, p.211)

Conforme a explanação da autora, a perspectiva de análise de gênero em espaços rurais aponta para a questão da subordinação e subvalorização do trabalho feminino.

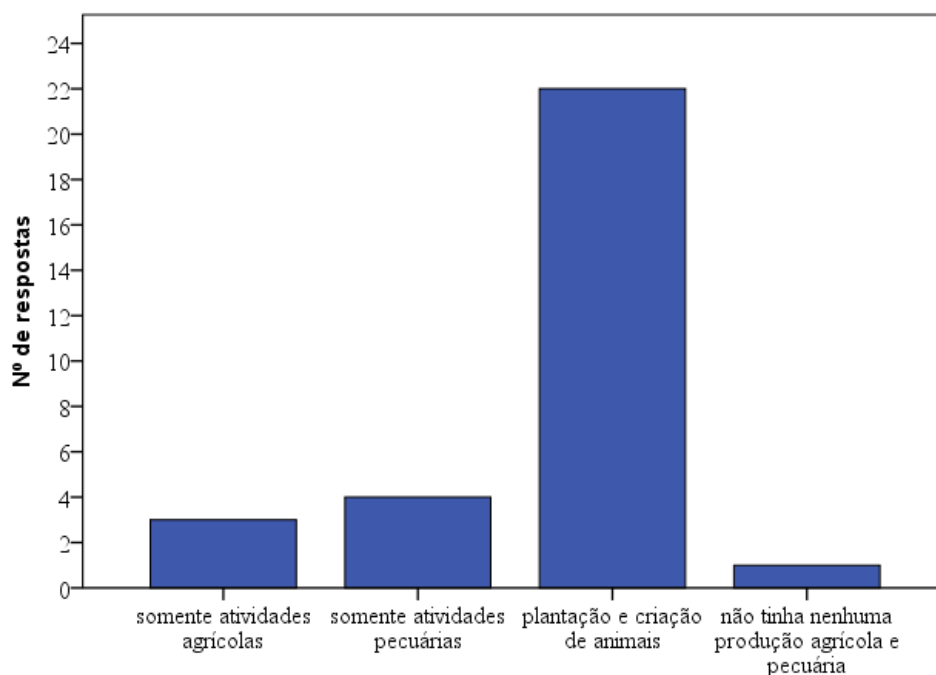


Gráfico 12- Atividade principal da família.

Fonte: questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

As dificuldades vivenciadas pelas jovens e pelas suas famílias no que tange à produção, enquanto moravam nos estabelecimentos agropecuários, estão envolvidas com a pouca área de terra, pela topografia dos estabelecimentos e pelas características da base técnica da produção.

Em nossa pesquisa contemplamos também perguntas para identificar uma possível questão de gênero presente nas dimensões do trabalho e da participação política das jovens no âmbito de suas famílias.

Para 65,5% das entrevistadas, a divisão do trabalho entre homens e mulheres era parcialmente dividida, para 20,6% não havia divisões e 13,7% consideraram ser altamente divididas e 03 jovens não assinalaram esta questão. Em síntese, aproximadamente 79,2% das respostas sinalizaram ser parcialmente ou altamente dividido o trabalho entre homens e mulheres.

Após a formação em nível superior as jovens relataram não haver mudanças nas atividades produtivas no estabelecimento. Desta forma percebemos que há, efetivamente, papéis produtivos com certo grau de distinção entre os sexos, implicando uma questão de gênero dentro dos estabelecimentos familiares, pois como afirma Battestin (2009, p. 68), uma forma de divisão do trabalho dentro da agricultura familiar

[...] se organiza através do trabalho conjunto dos membros da família, e as mulheres (mães e filhas) desempenham papel preponderante, através de atividades que exercem, seja nos âmbitos chamados domésticos, produtivo ou comunitário. Entretanto, essas atividades são

comumente caracterizadas como uma obrigação natural ou tomadas apenas como um ajuda, de carácter complementar ao trabalho do homem.

Conforme o apontamento do autor, notamos ainda forte a avaliação do trabalho da mulher na unidade produtiva, sendo considerado com uma “ajuda” no desenvolvimento das atividades, um trabalho considerado subalterno e com pouco reconhecimento em relação ao trabalho masculino, desta forma o patriarcado está presente nas relações familiares.

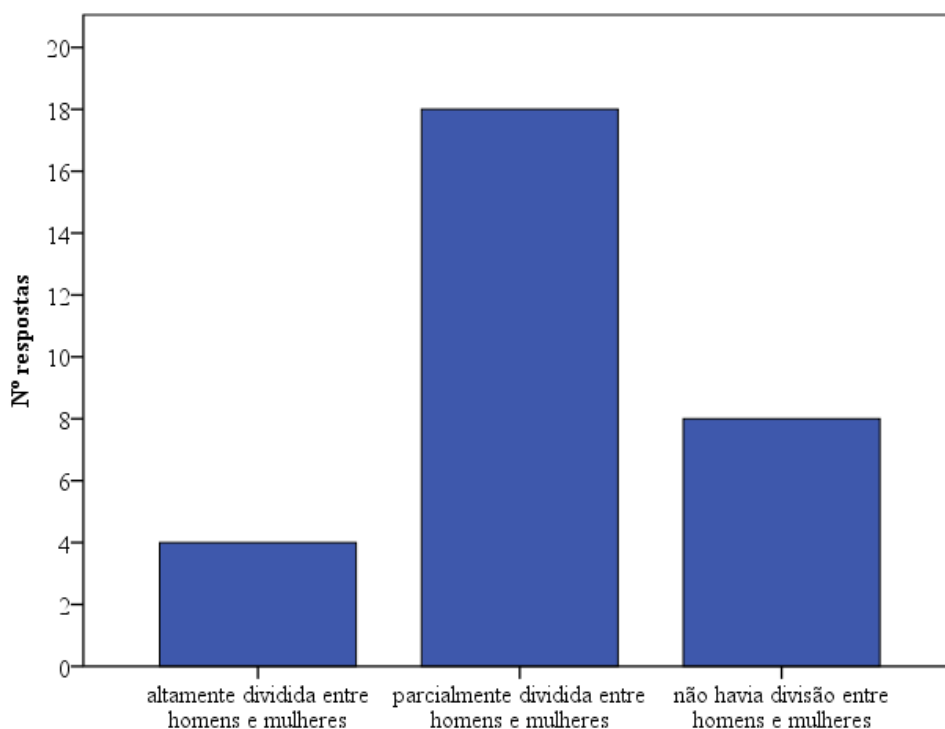


Gráfico 13-Divisão interna do trabalho pela família entre homens e mulheres dentro do estabelecimento agropecuário.

Fonte: questionário aplicado em 2018.

No gráfico 14, apresentamos os dados a respeito da participação das jovens pedagogas nas decisões e mudanças implementadas nos estabelecimentos agropecuários. O campo de participação “boa” foi identificado com 30%, seguido de excelente com 10%, regular 10%, fraca com 20%, muito fraca (10%), e 20% não participavam. Trata-se de outro indicador a respeito das implicações das relações de gênero e do adultocentrismo quanto à baixa participação política das jovens nos estabelecimentos agropecuários. Já no gráfico 15, demonstramos os dados envolvidos com a participação das jovens agrônomas nas decisões e mudanças implementadas nos estabelecimentos agropecuários. O campo de participação boa foi identificado com 52%, seguido de regular com 19%, excelente 14%, fraca com 10% e muito fraca 10%, para as agrônomas não teve respostas

quanto ao campo “não participava”, desta forma é possível evidenciar que as jovens pedagogas tinham menos participação nas decisões dentro do estabelecimento, em relação as jovens agrônomas, isso pode ser entendido pelo fato das pedagogas não desejarem tanto residir no campo.

As “lentes do gênero”, em função de não menosprezar uma escala geográfico analítica em benemérito de outra, oportuniza uma apreensão integrada do problema a ser estudado. No caso do campo, permite uma leitura da agricultura familiar considerando as relações sociais estabelecidas desde as microescalas, impedindo, por exemplo, de tratar a família rural como um monólito. São comuns as abordagens que enxergam as contradições da questão agrária da “família” ao “sistema econômico-social” hegemônico. Olhar com uma lupa desde as microescalas das relações sociais, possibilita-nos enxergar não somente os sistemas de exploração estruturalmente estabelecidos, mas também ponderarmos a respeito das práticas de opressão presentes entre os próprios membros de uma família agricultora, no interior da “unidade” de produção. As assimetrias nas relações de gênero e o adultocentrismo são problemas não menos importantes ao considerarmos o futuro da agricultura familiar. Embora não tenha sido objeto direto de nossa pesquisa, com diferenças qualitativas, cabe ressaltar, ainda, que tais problemas ocorrem também nas escalas da “comunidade” rural e do pequeno município. Nesses espaços, mulheres e jovens convivem com circunstâncias que induzem a condutas de reprodução passiva de suas territorialidades frente a sistemas culturais “decantados”. Nesse sentido, os conceitos geográficos de territorialidade e de escala geográfica oferecem importantes subsídios aos estudos sobre o gênero, a juventude e o campo.

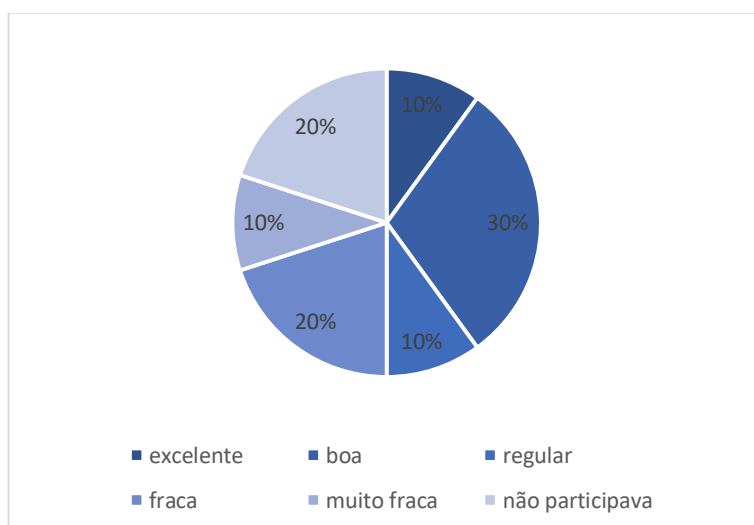


Gráfico 14- Grau de participação das jovens egressas do curso de Pedagogia nas decisões produtivas que eram implementadas pela família.

Fonte: questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

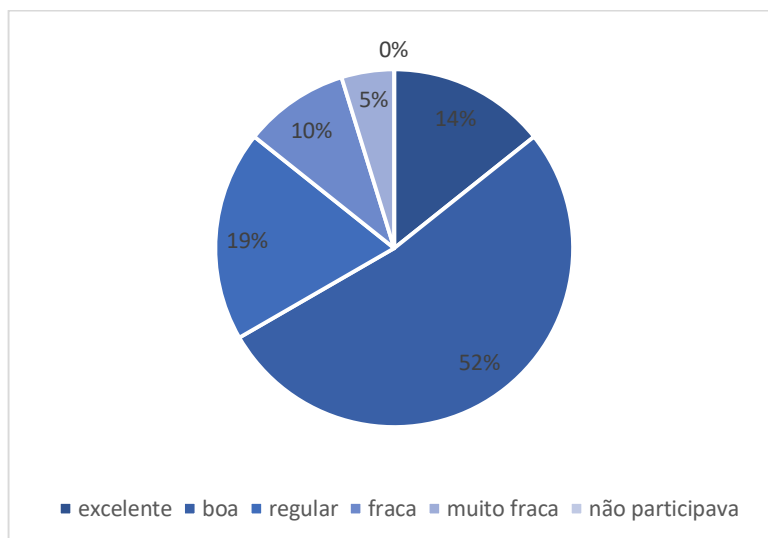


Gráfico 15- Grau de participação das jovens egressas do curso de Agronomia nas decisões produtivas que eram implementadas pela família.

Fonte: Questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

Com relação ao grau de participação dos homens dentro do estabelecimento agropecuário das pedagogas (gráfico 16) 60% relataram ser boa, 30% excelente, 10%. Nos estabelecimentos agropecuários das agrônomas, os homens tinham: 57% como participação boa, 29% como sendo excelente e 14% regular. Podemos notar que para os homens não teve participação fraca, muito fraca e não participava, desta forma sinalizando para a uma dominação de gênero no estabelecimento agropecuário, onde as mulheres ficam em desvantagem perante os homens no que se refere o seu protagonismo e participação nas atividades geradoras de renda. Com relação às mudanças no estabelecimento agropecuário após a formação das jovens (questão direcionada apenas as jovens que não migraram do campo), sendo 04 jovens apontaram ter mudanças após o término da graduação e 03 egressas mencionaram não ter ocorrido mudanças na propriedade rural.

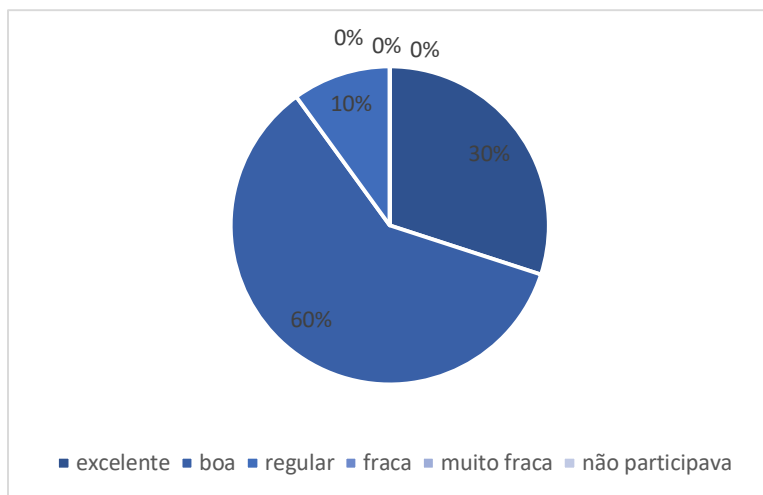


Gráfico 16 - Grau de participação dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pelas famílias das jovens egressas do curso de Pedagogia.

Fonte: questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

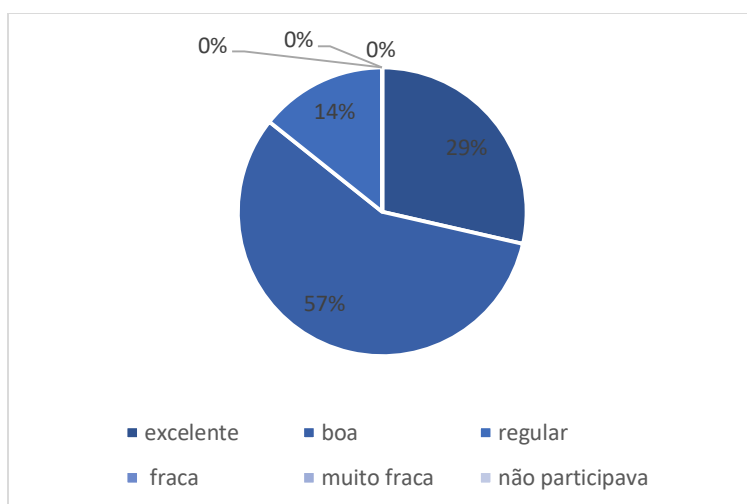


Gráfico 17- Grau de participação dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pelas famílias das jovens egressas do curso de Agronomia.

Fonte: autora (2018). Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

Na sequência abordaremos os fatores responsáveis pela migração das jovens para a cidade.

3.4 Informações sobre os fatores da migração campo cidade

Quando questionamos se as jovens migraram para a cidade para fazer faculdade, cerca de 66,6% das jovens revelaram ter migrado com esse intuito de fazer faculdade e o restante das repostas foi destacado não ser esse motivo. A maioria das jovens pesquisadas migraram do campo no mesmo ano em que ingressaram no ensino superior, sendo 8 jovens no ano de 2010, 8 em 2011, 4 em 2012 e 2 em 2013. Elas evadiram do campo em sua maioria com idades de 15 a 19 anos, seguido de 19 a 21 anos.

Os fatores que influenciaram as jovens egressas na decisão de migrarem do campo (gráfico 18), há indicações diversas. Em razão de importância, as dificuldades econômicas e a pouca área de terra foram as principais, seguido pouca demanda por trabalho, exiguidade de infraestrutura (educação, saúde, internet etc.), trabalho pesado, adultocentrismo, outros, na sequência dificuldade de acesso ao crédito, escassez de opções de lazer, machismo, falta de apreço pela agricultura, não direito a terra como herança, sensação de inferioridade, excesso de vigilância pelos familiares e o fator menos pontuado pelas jovens foi a menor possibilidade para encontrar parceiros.

Importa frisar que as jovens poderiam assinalar várias opções e, relativamente, são reduzidas as menções acerca dos fatores repulsivos. Isso nos leva a crer que embora sejam importantes tais fatores repulsivos, são os fatores atrativos da cidade que impactam, de fato, a decisão das jovens de migrar. Em relação à saída das jovens do meio rural, Abramovay et al (1998, p. 75) demonstram “[...] o processo de saída das moças do campo faz parte de um declínio do próprio caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa. O enfraquecimento destas obrigações tradicionais não é acompanhado por mudança no papel das moças no interior da família”. No caso das jovens pesquisadas, a saída do campo tem a ver com a formação profissional, o que representa um avanço pessoal e na questão do caráter patriarcal que tradicionalmente é fortemente marcado pela figura do pai.

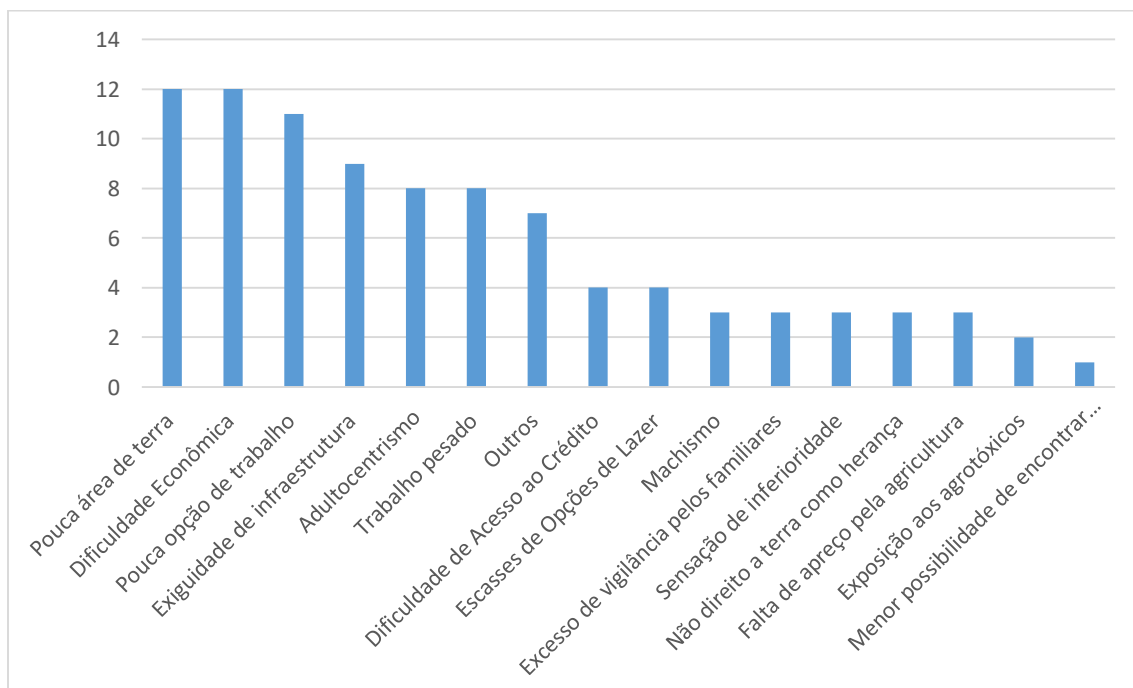


Gráfico 18: Fatores responsáveis pela migração das jovens.

Fonte: questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

Já quanto aos fatores atrativos da cidade (gráfico 19) em Erechim/RS, no caso, há um número considerável de respostas para vários campos. O acesso à universidade, a evolução pessoal foram preponderantes, seguido dos campos, maior oferta de emprego, obtenção de salário, melhor acessibilidade, acesso a informação, maior quantidade de infraestrutura, maior liberdade, diversidade de opções de lazer, trabalho mais leve, maior possibilidade de encontrar parceiros e outros. Em função das respostas, a expectativa de uma ascensão profissional pelo acesso à educação superior e as possibilidades econômicas que a cidade oferece (com tipos mais leves de trabalho em relação ao campo e que gera um salário) para a permanência dessas jovens na universidade são fatores cruciais pela escolha de residirem em Erechim. Posteriormente, a evolução pessoal, infraestrutura disponível (internet, comércio e serviços etc.) melhor acessibilidade pesaram nas decisões. Desta forma os fatores atrativos são, em grande medida, econômicos também, pois a busca pela inclusão econômica, trabalho, é uma estratégia fundamental para as jovens ativarem suas territorialidades e superarem alguns dos problemas de gênero vivenciados no campo.

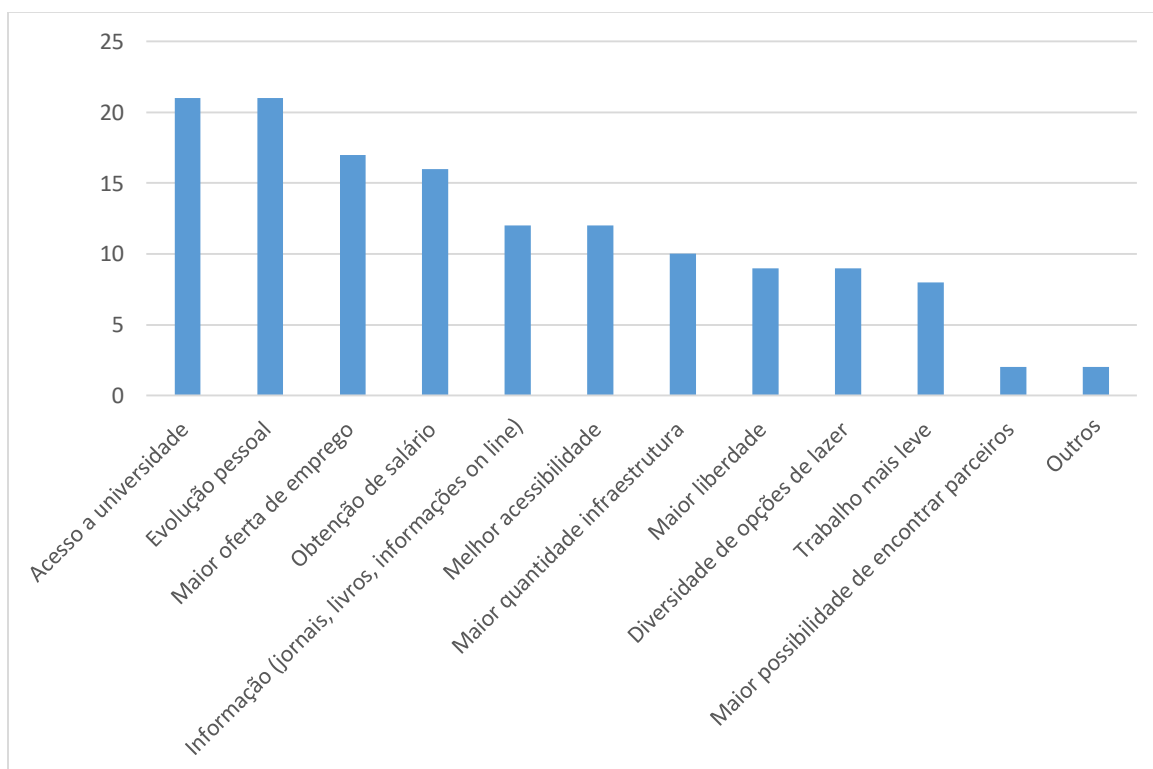


Gráfico 19- Fatores urbanos responsáveis pelas jovens migrarem.

Fonte: autora (2018). Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

Ainda assim, o apoio material da família para residirem na cidade foi considerado como importante para 62, 5% das jovens pesquisadas. Para 29 % das entrevistadas o apoio da família ainda persiste. Mesmo com a migração das jovens, as relações com o campo

ainda continuam. Não há um rompimento definitivo na territorialidade rural, pois conforme mencionado pelas egressas, 79% visitam o estabelecimento com frequência. Questionamos também se as jovens voltariam a residir no espaço rural 70% destacaram que voltariam a morar no campo, ou seja elas não tem rechaço em habitar o espaço rural. O que falta são condições concretas para efetivar o retorno ou ainda manter-se morando no campo: 39% das jovens egressas afirmaram não terem condições concretas de retornarem ao espaço rural.

Pesquisamos sobre os atuais vínculos empregatícios das jovens, onde 75% assinalaram ter uma atividade geradora de renda urbana. Os vínculos empregatícios formais elencados pelas jovens foram: 12 mulheres atuam em serviços (enfermeira, professora, trabalho em escritório contábil, professora na educação infantil), no comércio atua apenas 1 jovem (trabalho em loja agropecuária), na indústria também atua somente 1 jovem (indústria Santa Clara). Além disso 2 jovens destacaram ter vínculo empregatício informal (trabalho autônomo com assistência técnica e venda de insumo orgânicos e biológicos outra jovem destacou ser militante em movimento social). Atualmente 62,5% das jovens pesquisadas estão fazendo pós graduação e destas 46,6% possuem bolsa de estudos. Questionamos também se as jovens estão trabalhando em suas áreas de formação e 75% revelou que sim.

CAPÍTULO 4

A FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR E OS PROCESSOS DE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O acesso à universidade e a formação em nível superior proporcionaram/proporcionam importantes mudanças no quadro da territorialidades precedentes das jovens rurais pesquisadas: desterritorialização do campo, elevação cognitiva mais abrangente e dos conhecimentos técnicos/acadêmicos específicos, maior complexificação de suas territorialidades em função da ampliação de seus horizontes espaciais, e em razão da maior densidade de relações estabelecidas e deflagradas através dos circuitos acadêmico e urbano etc.

Neste sentido os elementos qualitativos nutre-nos de informações valiosas para dimensionarmos essas mudanças. Em contrapartida, os depoimentos e suas subjetividades inerentes nos proporcionam um passo a mais no tratamento de nossas questões de pesquisa.

Com base nas informações qualitativas obtidas com a pesquisa primária, neste subitem trataremos das mudanças nas territorialidades das jovens rurais com o acesso e a formação no Ensino Superior, caracterizando os aspectos espaciais e as questões de gênero mais sobressalientes. Optamos por analisar, primeiramente, o grupo I de jovens que migraram do campo (21 mulheres). Destas, 16 são do curso de Agronomia e 05 do curso de Pedagogia. As questões analisadas dizem respeito as trajetórias das jovens na universidade e nas diversas inserções profissionais, desde o ingresso até o egresso, tendo como fio condutor os impactos decorrentes nas territorialidades e as possibilidades de sucessão na agricultura familiar por parte das famílias da jovens estudadas.

De antemão frisamos que fica latente, nos diversos relatos, as alterações nas territorialidades como consequência de uma tripla condição: 1. A evolução própria de cada mulher ao avançar em sua trajetória juvenil; 2. As transformações deflagradas na agricultura familiar regional; e 3. Os novos horizontes que abrem-se com o Ensino Superior e com a maior contundência na vida de relações urbanas.

4.1.1 Fatores que interferem na decisão de migrar para a cidade.

As decisões das jovens em não continuarem no espaço rural ocorreram por diversos motivos. Porém, o mais pontuado pelas jovens do curso de agronomia foi o fator da distância entre a o estabelecimento agropecuário (“propriedade rural”) e a

Universidade: 87% das respostas indicaram este fator como um limitador para continuarem residindo no campo enquanto cursavam a graduação. Esse fator é agravado para as estudantes de agronomia em função do curso ser integral (matutino e vespertino), conflitando com as opções viáveis de transporte: o que se caracteriza, assim acreditamos, como uma modalidade de segregação socioespacial.

Com isso, entendemos que a questão da distância, como uma problemática obviamente espacial, é importante na decisão das jovens por migrar, uma vez que nos municípios da microrregião de Erechim em áreas rurais se percebe a precariedade dos acessos nas estradas vicinais que ligam a sede dos municípios às localidades rurais. Há vários municípios que não possuem, inclusive, acesso asfáltico ou mesmo de calçamento até mesmo para suas sedes/cidades (conforme mapa 05). Nestas condições, as jovens optam por sair do estabelecimento, para ficar mais próximas da Universidade e, além disso, dispor de maior infraestrutura no espaço urbano como acesso à internet, dentre outros. Outro fator pontuado nas respostas está relacionado à condição financeira, à necessidade de trabalhar para, concomitantemente, poder estudar. Somente duas jovens tinham migrado para a cidade antes de fazer a graduação em Agronomia, o restante migrou após o ingresso na graduação.

Devido à distância não havia transporte. (Eliete. A3)

Não havia logística que permitisse tal deslocamento, e porque também era necessário trabalhar para ter remuneração, podendo assim garantir inicialmente a entrada e depois a permanência na faculdade. (Beatriz. A2)

Difícil acesso tanto de logística quanto tecnológico, envolvia gasto de tempo e não tínhamos internet no interior nem sinal de celular. Esses são os motivos principais que levaram muitos jovens a sair do interior para poder estudar. Hoje, passamos oito anos, já temos internet no interior e sinal de rede móvel. (Gabriele. A3)

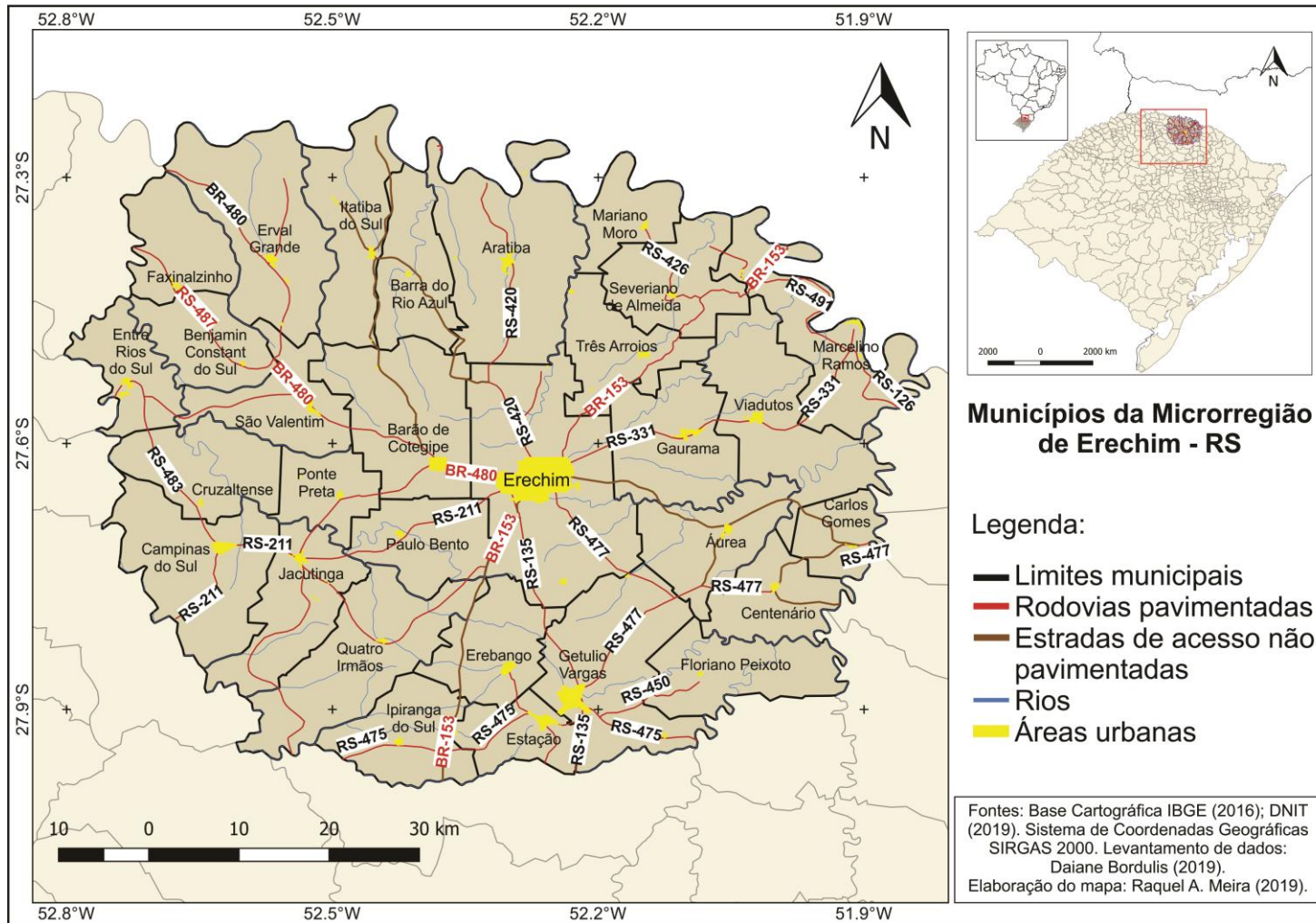
Para as jovens de Pedagogia de 07 respostas, 03 revelaram ter migrado para a cidade antes do ingresso no curso superior e o restante das jovens informaram ser por conta da distância, do difícil acesso e a ausência de sinal de internet e, em alguns casos, de telefonia celular.

Fui para a cidade para terminar à faculdade, pelo motivo de que o ônibus voltava muito tarde e se tornava perigoso voltar para a casa após as 23h (Charlene. P3)

Devido à distância, falta de transporte escolar, falta de internet (o que também dificultaria), falta de perspectivas no meio rural. (Elisângela. P3).

Não estava cursando faculdade quando migrei para a cidade. (Marta. P 4).

Como vimos no capítulo anterior são multifatoriais os motivos que influenciam na decisão das jovens migrarem para a cidade e o problema da distância da “propriedade” até a universidade acaba dificultando a permanência da jovem no campo.



Mapa 05 - Acessos viários dos municípios da microrregião de Erechim/RS.

4.1.2 Motivações da jovens egressas pela escolha dos cursos de Agronomia e Pedagogia

A escolha das jovens pelos cursos de Agronomia ou de Pedagogia ocorreu por motivações diferentes, considerando os distintos segmentos de jovens. As jovens que optaram pela Agronomia revelaram ter identificação com o campo, com as atividades agropecuárias. Houveram muitas menções em relação ao fato de acessarem o Ensino Superior como uma etapa que condicionaria a permanência ou um retorno mais qualificado ao campo. A busca pela formação agrônômica também atrelou-se a intencionalidade das jovens em poder auxiliar, de alguma maneira, a agricultura familiar.

Além de gostar muito da área, esta escolha foi feita pensando em ter melhores condições financeiras depois de formada e no futuro poder voltar a agricultura com uma estrutura e conhecimento maior. (Eliete A3)

Aprender mais e poder auxiliar tanto a família, como os demais agricultores na geração de renda no campo. (Gabriele A3)

Buscar conhecimento e voltar para casa, com objetivo de seguir as atividades, pois gosto das atividades ligadas ao campo, lavoura e pecuária. (Karine A3)

Para as pedagogas, percebe-se outras motivações pela escolha pelo curso. O fato da conveniência por ser um curso noturno, traduzindo-se em facilitações para as jovens conseguirem conciliar trabalho com a universidade, obteve peso nas decisões. Além disso a escolha pelo curso de Pedagogia se deu em função de apresentar um campo de trabalho amplo para as pedagogas, especialmente pelo seu “caráter” feminino o que predomina no magistério. Dentre as respostas, apenas uma¹⁷ jovem destacou ter escolhido este curso pela afinidade, *a priori*, com este campo de atuação.

Cursei Pedagogia pelo fato de ser uma área de trabalho que me possibilita trabalhar em diferentes ambientes, além de me fornecer um diploma de ensino superior de forma gratuita, pois não tinha condições financeiras de bancar um curso superior. (Elisangela, P3)

Escolhi o curso de Pedagogia por gostar da área de atuação do pedagogo e por ter um amplo campo de trabalho. (Marta, P3)

Através dos relatos das jovens egressas dos dois cursos, fica explícito a preocupação com as questões sociais por parte das mulheres de agronomia. Elas percebem os problemas da região, do estabelecimento de seus pais e também da agricultura familiar

¹⁷ Eu sempre quis ser professora, desde criança. Foi um sonho realizado. Sempre me imaginei em uma escola rodeada por crianças, não me imaginava fazendo outra coisa. (Fabiana, P3)

e com isso elas buscaram conciliar o ensino superior e a formação agrônômica com o ímpeto de contribuir na solução dos problemas atrelados ao pequeno produtor rural: ou seja, ingressam na universidade e continuam pensando na realidade delas. Para as mulheres de Pedagogia a escolha pelo curso ocorreu dentre outras opções de cursos noturnos, enquanto uma oportunidade profissional, pela garantia de ter uma graduação que projetasse à elas outras possibilidades futuras.

4.1.3 A confirmação das expectativas após o curso superior

Com o término da graduação para 56,2% jovens do curso de Agronomia a expectativa após o curso não se confirmou, enquanto para 44% mulheres revelaram ter relativamente confirmado suas expectativas. Os motivos pelo qual não se confirmaram as expectativas das jovens tem a ver, consoante os relatos, com o preconceito presentes no mercado de trabalho e a diferença salarial em relação aos homens. Os estudos de Marques (2010), apontam na mesma direção com relação a desigualdade salarial:

Diferenciais de salário são notórios, assim como de jornada de trabalho e tipos de contratação quando se trata, por exemplo, da dimensão de gênero entre profissionais da agronomia. Diversas representações são constatadas entre mulheres que trabalham em profissões masculinizadas, o que muitas vezes traduz as desigualdades de oportunidade e também as estratégias subjetivas utilizadas a fim de superar tais obstáculos (MARQUES, 2010. p. 18).

Desta forma, as representações sociais atribuem um valor diferente ao trabalho do homem em relação ao trabalho da mulher. Dependendo do cargo que a mulher for ocupar no mercado de trabalho agrônômico, estará atendendo, na maioria das vezes, o público masculino, para realizar indicações, por exemplo, de insumos e fertilizantes agrícolas. Os valores masculinizados do modelo de desenvolvimento do agronegócio se reproduzem também nas relações com o circuito mercantil (e também em relação à assistência técnica). Logo, podemos destacar que se trataria de algo mais normalizado esses espaços agrônômicos estarem ocupados por homens.

Por outro lado, algumas jovens destacaram melhorias em âmbito da evolução pessoal.

De certa forma sim, mas tive que buscar outras formas para trabalhar, mas por um lado também é bom, por mais que eu entenda que a permanência no meio rural é importante para a produção agrícola e a produção de base ecológica, mas trabalhar fora da propriedade também nos possibilita outras experiências e conhecimento de outras áreas, conhecer novas pessoas e troca de informações com outros profissionais. E ter um curso superior nos amplia a nossa área de

atuação, podemos trabalhar no setor público, no setor privado, continuar na propriedade, continuar estudando num curso de pós graduação e isso é muito gratificante, pois muitas vezes se ficamos acomodadas não conseguimos atingir nosso potencial e vivenciar novas experiências e lugares. (Sandra, A2)

A expectativa do início do curso não, pois achávamos que seria bem mais fácil achar um emprego e receber um salário tido com base para a categoria. Mas dentro das condições atuais, o curso me abriu muitas portas para meu crescimento pessoal e profissional (Maria, A3)

O depoimento possibilita evidenciamos sobre o alargamento das territorialidades das jovens após a formação em nível superior. Mesmo as expectativas não estando completamente confirmadas o saldo é sempre positivo, na visão delas, mesmo ainda não tendo oportunidades de atuar profissionalmente na área de formação.

Para as mulheres do curso de Pedagogia 71,4% afirmaram ter confirmado suas expectativas com a formação em nível superior e apenas 28,5% das jovens revelaram a não confirmação de suas expectativas, devido não estarem atuando na área de formação.

Sim. Sempre quis ter autonomia financeira. Mas o principal motivo para o qual fui estudar, também se deu pelo motivo que nem sempre trabalhar na lavoura e com animais é bom, nos dias chuvosos ir atrás de gado na pastagem, ordenhar as vacas e trabalhar com aviário não era o que eu queira para o resto da minha vida, por esse motivo resolvi estudar para poder ter uma opção de trabalho mais leve e que não precisaria exercer a atividade rural como “ganha pão” (Charlene, P 3)

Não pois ainda não atuo na área. Mas amei o curso de Pedagogia da UFFS (Anamara, P3).

Como conferido, as expectativas para as agrônomas tem se confirmado parcialmente, pois a difícil inserção no mercado de trabalho, além das desigualdades de gênero enfrentadas na profissão são dimensões de conflitualidades enfrentadas pelas jovens. Para as pedagogas, fica notório uma satisfação maior em relação as expectativas com o curso, pois elas demonstram ter crescido em âmbito pessoal e profissional, adquirido autonomia financeira através do engajamento profissional e estarem satisfeitas com a formação.

Nesse âmbito, o inverso se coloca para a condição das pedagogas. O cuidado com as crianças, normalmente atribuído como um valor feminino, coloca as jovens de pedagogia em uma condição favorável ao seu exercício profissional.

4.1.4 Melhoria na condição material das jovens egressas da UFFS

Questionamos sobre a melhora na condição material das jovens egressas após a formação em nível superior. De acordo com as 16 respostas obtidas dentre o universo das

agrônomas, 69% diz respeito as mulheres que demonstraram ter tido melhorias em sua condição material por meio do aumento do poder de compra, cuja a conquista independência financeira é valorizada pelas jovens. A dimensão econômica é um aspecto do empoderamento das jovens, a qual projeta condições para ativação de territorialidades em outros âmbitos, tendo em vista a superação da territorialidade passiva calcada no adultocentrismo frequentemente presente nos estabelecimentos da agricultura familiar. Outros fatores mencionados pelas pesquisadas agrônomas foram a melhora na condição intelectual, a maior liberdade de escolhas pessoais e também pela compra de objetos e bens como a casa própria.

As jovens agrônomas reconhecem ter adquirido uma visão ampliada sobre a propriedade após a formação, ou seja, elas se sentem seguras para intervir de maneira diferenciada e indicar aos seus familiares os manejos e as técnicas necessárias para melhorar o desenvolvimento dos cultivos e dos rebanhos. Nesse sentido, o conhecimento agrônomo adquirido ativou a territorialidade de um grupo de jovens possibilitando outra postura frente aos “negócios” da família e também novas oportunidades de atuação concreta em diferentes etapas do processo produtivo ou na tomada rápida de decisões em situações de crise, pois na atividade rural se processa algumas incertezas como exemplo: a chuva que não vem no tempo esperado, uma “praga” que surge de repente, as questões de sanidade da produção e assim por diante. De acordo com os relatos das jovens a formação em nível superior:

Possibilitou uma visão ampla da propriedade da família e da sociedade como um todo, mais oportunidades de trabalho, salário maior. (Sandra, A2)

Outras 31,2% das jovens revelaram não ter obtido melhorias em suas condições materiais devido pouco tempo de formação e de não terem conseguido se inserirem no mercado de trabalho. O fato de cursarem pós-graduação é outra razão indicada para fazerem referência a avanços limitados à condição intelectual, pelo momento. Conforme a explanação de uma jovem agrônoma:

Até o momento não vejo muita mudança na condição material devido ao pouco tempo de formação e o trabalho que faço demanda muita assistência e convencimento do produtor em utilizar insumos biológicos e orgânicos. Mas é um trabalho que desafia bastante a mostrar que é possível produzir alimentos mais saudáveis, menor custo e com qualidade elevada. (Alice, A3)

O curso de Agronomia da UFFS Erechim, reiteramos, tem ênfase em agroecologia. Consta também nos relatos dificuldades, por parte das jovens que desejam atuar nos segmentos da agroecologia/agricultura orgânica, por se tratar de um campo ainda marginalizado em relação a agricultura convencional. Essa ênfase em Agroecologia é um reconhecimento de que esse padrão hegemônico da agricultura convencional, possui limites e que são necessárias outras possibilidades de agricultura, para pensarmos o desenvolvimento rural em interface com as mulheres e as questões de gênero, conforme discutido no capítulo I o agronegócio da privilégio para uma agricultura masculinizada e há outras possibilidades de agricultura na qual as mulheres e uma certa dimensão feminina do desenvolvimento pode proporcionar formas de atuação profissionais, mais incluídas, considerando as atuais questões de gênero no campo.

Essa ênfase em agroecologia no curso de Agronomia é uma construção que embora possua conflitos aponta para uma intervenção e uma visão de mundo com possibilidades de ser diferenciada.

Como já destacamos no curso de Pedagogia, as egressas são habilitadas para trabalhar com questões voltadas para a área de educação de crianças e jovens. Desta forma foi evidenciado uma melhoria mais rápida na condição material em decorrência de haver maior celeridade na inserção profissional pós-formadas, o que ampliou as possibilidades de adquirir bens, obterem maior autonomia financeira e reconhecimento do trabalho: “o trabalho é mais reconhecido e estamos conseguindo viver bem” (Karla P3). Por outro lado teve 02 jovens Pedagogas que relataram não ter melhoras em sua condição material após a formação:

Não teve melhoria, pois nem sempre uma formação em nível superior garante poder aquisitivo (Marta, P4).

Diante disso, fica notável a diferença entre os dois cursos para a inserção no mercado de trabalho. O curso de Agronomia abriga mais homens do que mulheres e com isso a perspectiva de gênero afeta o perfil da mulher egressa, pois estão inseridas em um contexto social, cultural e histórico que dispõe ou não emprego para mulheres.

4.1.5 Aspectos envolvidos com a condição de mulher das jovens cursando Pedagogia ou Agronomia

Na condição de mulheres as jovens do curso de Agronomia reconhecem esse como sendo um curso masculinizado e hegemônico pelos homens, mas em algumas turmas prevalecia a presença de mulheres, isso trazia um certo conforto para as jovens. Muitas respostas apontaram para o desafio em ocupar este espaço, por estarem presentes

em um curso masculinizado, mas elas se sentiam bem e acreditavam nas suas potencialidades. Além disso, questões como desigualdade de gênero estavam presentes no curso de agronomia:

Nossa, não foi muito fácil, pois a Agronomia é um curso muito machista, e nosso curso com ênfase em Agroecologia, defender a Agroecologia e ser taxada os 5 anos de curso não foi foram fáceis, ser mulher e ainda defender a Agroecologia era desprezo para alguns colegas, o Agronegócio é muito excludente e machista. (Sandra, A2)

No início tive um pouco de receio, mas vi que assim como eu, tinha muitas outras meninas cursando o mesmo curso que eu. Claro que durante a faculdade presenciei o quanto seria difícil entrar no mercado de trabalho pelo fato que era uma mulher, mas este foi um obstáculo que consegui superar mostrando dedicação e me valorizando como profissional e como pessoa também. (Maria, A3)

Embora é sabido que existia e existe um preconceito perante o gênero no curso eu me sentia bem, pois via a minha atuação como um objetivo para quebrar esse paradigma e mostrar que somos capazes tanto quanto os homens. (Amanda, A 3)

Diante das 16 respostas das jovens fica notório a desigualdade de gênero enfrentada por uma parte significativa das agrônomas no decorrer do curso, 31,2% apontaram ter sofrido algum tipo de desconforto, outras 69% destacaram se sentir bem no curso, defendendo que o lugar da mulher é onde ela quiser, revelaram ser tratadas de maneira igualitária no decorrer da graduação, mas o maior desafio se deu após a formação “[...] as empresas não nos contratam pelo simples fato de sermos mulheres” (Eliete, A 3).

Apesar do preconceito exposto pelas jovens para com a profissão agrônômica, evidencia-se que elas estão buscando seu espaço, mostrando seu diferencial e como em qualquer outra área elas querem ser reconhecidas, mas para isso elas adotam posturas, mostrando dedicação, se valorizando para serem aceitas no universo da profissão agrônômica. Desse modo, as egressas de nossa pesquisa como sujeitos sociais e que vivenciam, na materialidade de suas vidas, um período de transição entre a formação universitária e o mundo do trabalho. A perspectiva de gênero impacta no perfil da mulher egressa de agronomia, um vez que estão inseridas em um contexto econômico, social, cultural e histórico que disponibiliza emprego ou não para mulheres ou para determinados perfis de atuação agrônômica.

As formadas em pedagogia relataram que se sentiram confortáveis durante a graduação e felizes em adquirir autonomia. Apenas uma jovem mencionou estranheza em relação a não presença de homens no curso.

Muita autonomia e realizada em poder tomar decisões. (Karla, P 3).

Acredito que ao cursar Pedagogia, construí uma personalidade sólida, pensando e desenvolvendo cada passo conforme minhas possibilidades, além de ter autonomia financeira, gerenciar minhas próprias contas, podendo assim comprar algumas coisas que antes gostava e que antes era difícil de conseguir adquirir. (Charlene, P 3).

Nota-se a satisfação das jovens Pedagogas com o curso de Pedagogia, elas demonstram terem ativado as suas territorialidades após a formação em nível superior.

4.1.6 Relações de poder atreladas a questão de gênero no campo e no interior das unidades produtivas, influenciadoras na decisão das jovens em cursar o Ensino Superior.

Para maioria das pesquisadas, as relações de poder no interior das unidades produtivas das famílias das jovens egressas do curso de agronomia, segundo relatos, não influenciaram como um fator repulsivo, onde as escolhas em cursar o Ensino Superior poderiam se apresentar como oportunidade outra. Destacaram, reiteradamente, que sempre tiveram apoio familiar para estudar e para escolher a profissão que lhes agradava. Mesmo assim, há uma parcela considerável das jovens que demonstram existir conflitos quanto a decisão de cursar o ensino superior, devido a opção pelo curso ocorrer quando são muito jovens, acaba sendo normal a existência de conflitos:

Fiz a minha escolha e segui em frente, mesmo tendo algumas discordâncias, em um geral a família apoiou, o que vinha de fora não deixei me abater. Mas sei que o machismo e o patriarcado são ainda fortes em nossa região. Lutamos para combatê-los, dentro e fora da faculdade. (Adriana, A3).

Estas relações foram um impulso para que eu buscasse minhas próprias conquistas e méritos, se tornando uma pessoa independente e capaz de tomar minha próprias decisões. (Beatriz, A2).

Nota-se através destes relatos das jovens a vontade delas vencerem, superando os limites impostos pelos padrões de desenvolvimento hegemônico para o campo, ativando assim suas territorialidades por meio da construção de sua independência, de sua autonomia para tomar decisões importantes, ou seja, essas jovens reconhecem os problemas de gênero existentes, e lutam para combater essas desigualdades.

Na minha casa sempre fui o braço direito do meu pai no campo, pois meu irmão mais velho não gostava de ir pro campo, já eu adorava e dali nasceu a paixão pela Agronomia, por ver meu pai plantando e colhendo mesmo com sofrimento. Sempre imaginava que um dia eu iria conseguir ajudar ele para que produzisse mais e trabalhasse menos (Daliane, A3).

Ver em muitos casos a submissão da mulher, porque geralmente é o homem que fica com o dinheiro da família e a mulher muitas vezes precisa se submeter ao marido, pois não tem como trabalhar e morar em outro local. (Eliana, A3)

De acordo com as respostas é notório que a mulher rural é vista sob a ótica da relação de serviço, subordinação e obediência. Elas reconhecem essas desigualdades para com a mulher rural e buscam conquistar seus espaços, pois não se identificam como menos importantes em relação aos homens. Aos poucos “as mulheres vem conquistando muito os espaços que uma vez eram somente do gênero masculino, mas como nunca me imaginei inferior a um homem, não desanimei e tentei conquistar meu espaço” (Maria, A).

Ao serem questionadas sobre essas influências as jovens pedagogas destacaram não ter sido as questões de gênero presentes na unidade produtiva familiar como responsável por elas cursarem o ensino superior, mas sim as dificuldades no campo (pouca área de terra) e a busca pela autonomia. Elas não reconhecem enquanto um fator fundamental para a migração do campo, tendo em vista que as relações de poder aparecem através do desconforto e do não estimulado para as mulheres exercerem determinadas funções dentro do estabelecimento agropecuário.

Temos cerca de 20 hectares de frutas (pêssego, uva, caqui) e somos em duas irmãs. Nunca fomos estimuladas a conhecer o funcionamento dos pomares então o ensino superior parecia ser o mais adequado. Hoje pretendo sim voltar para o campo mas terei que aprender a cuidar de tudo. (Anamara, P3).

A busca pela autonomia tem a ver com a mudança na territorialidade das jovens, frente aos limites enfrentados por elas no campo. A ideia bastante frisada pelas jovens em ter autonomia financeira, geralmente está associada ao adultocentrismo no campo, onde a família e principalmente o pai toma as decisões sobre o dinheiro da família, a invisibilidade e a não valorização do trabalho também afeta significativamente para a desistência da sucessão na propriedade rural. Além disso outros aspectos destacados pelas pedagogas são relevantes para compreender a decisão delas em cursar o ensino superior: “não foram questões de gênero que influenciaram em minha decisão, mas sim, a pouca área de terra e a oportunidade de evolução pessoal pelo trabalho que poderia ser desenvolvido a partir da graduação na área escolhida” (Marta, P4). Outra jovem egressa complementou: “o interesse partiu do desejo de conquistar meus sonhos e objetivos que não seriam possíveis trabalhando no meio rural (Elisangela, P3). Assim a busca pela evolução pessoal, como expressa pelas jovens, ocorreu com o fito de superar as condições

de incapacidades para uma possibilidade da ampliação das capacidades no mesmo sentido que aponta Sen (2000).

Conforme Stropassolas (2001) as jovens mulheres valorizam mais a educação do que os rapazes, pois “para elas, dar continuidade aos estudos, fazer um curso superior significa ter uma profissão, ou seja, ter reconhecimento profissional, condição que se apresenta como necessária para o reconhecimento social”.

Silva (2011) reitera que para muitas jovens mulheres a procura por níveis mais elevados de ensino é o primeiro passo para a saída do campo. Conforme a autora, as jovens desde cedo entreveem para um alternativa profissional independente da unidade de produção familiar sendo outro meio de desvinculação da agricultura por meio da inserção no mercado de trabalho.

Torna-se necessário considerar que o conflito aparece em ambos os cursos dentro de suas especificidades. As agrônomas reconhecem essas desigualdades para com a mulher rural e buscam conquistar seus espaços, pois não se identificam como menos capazes em relação aos homens. Para as pedagogas não foram as questões de gênero presentes na unidade produtiva familiar como responsável por elas cursarem o ensino superior, mas sim fatores econômicos e a busca pela autonomia.

Embora estas influências sejam do tamanho da unidade ou das questões decorrentes das relações de gênero, elas interferem na fixação de residência no urbano ou no rural.

A formação em nível superior influenciou as jovens em fixar residência no espaço urbano uma vez que elas tem proximidade com os seus trabalhos, conseguem acessar a pós-graduação e para elas torna-se mais fácil permanecer na cidade do que retornar. O trabalho mesclado com a maior autonomia para fazerem suas escolhas, são aspectos valorizados pelas jovens.

Me vi na necessidade de fixação no espaço urbano em virtude da distância entre a propriedade rural de meus pais e a universidade. Na medida que formei e decidi continuar estudando (pós graduação), tive que sair do Estado e me afastar, mais ainda da propriedade. Residi e resido no espaço urbano pela comodidade de deslocamento e distância entre a moradia e a universidade (Amanda, A3).

Com a formação, fui atrás de me aperfeiçoar, então por mais dois anos permaneci na cidade fazendo mestrado e posteriormente com a conquista do emprego permaneci na cidade para trabalhar. (Maria, A3).

Depois que a gente sai de casa é difícil voltar, a gente já não combina mais para morar junto, a gente quer ter a liberdade de sair, de ter nossas

coisas, de ter tempo para nós, ter tempo para estudar, e no meu caso como eu já casei então já tenho outra família (Sandra, A2).

Apenas três jovens egressas de agronomia demonstraram que a universidade não influenciou na decisão de residir no espaço urbano e, destas, uma destacou que o Ensino Superior não influenciou na decisão de morar no espaço urbano, “[...] moro na cidade pelo fato de estar mais perto do local de trabalho do meu marido. Mas os planos são construir junto a propriedade dos meus pais. (Alice, A3).

Para as egressas do curso de Pedagogia a questão da proximidade aos locais de trabalho contribuiu para que elas firmassem moradia nos espaços urbanos após a formação em nível superior. A proximidade aos locais de trabalho das jovens é um elemento espacial geográfico determinante para elas fixarem residência no espaço urbano, assim como percebido no relato da jovem “pela proximidade, Barra do Rio Azul tem uma estrada de chão que dificulta o transporte além do custo financeiro envolvendo gasolina, pneus...”, desta forma outros relatos apontam na mesma direção:

Eu já tinha residência fixa antes de iniciar o nível superior, mas acredito que com essa formação e, a vida profissional decorrente disso, tive a possibilidade de comprar minha casa própria e reafirmar minha vida na cidade. (Andrisa, P3).

Acredito que mesmo sem formação em nível superior permaneceria na cidade, pois, adquirir ou voltar a morar na área rural seria inviável, pois créditos para aquisição de terras rurais nem sempre são de fácil acesso. (Marta, P4)

Apenas duas jovens pedagogas revelaram não ter influência da formação para residir no espaço urbano. Isso devido elas já estarem morando na cidade antes de cursar o ensino superior.

Contudo o acesso á universidade e a formação em nível superior propiciou mudanças nas territorialidades das jovens, por meio das relações sociais estabelecidas em conexão com seu espaço referencial. Além disso novos horizontes se abrem com a formação em nível superior em âmbito das relações estabelecidas no circuito acadêmico e urbano. Essas mudanças nas territorialidades também ocorrem para as jovens que permanecem morando no campo, como trataremos no item a seguir.

Questões	Egressas de Agronomia	Egressas de Pedagogia
Interesse das jovens em retornar ao campo	<ul style="list-style-type: none"> 65% tem interesse em retornar ao campo. Destas 56% são do curso de Agronomia. 	<ul style="list-style-type: none"> 8,6% são do curso de Pedagogia.
Condições concretas de efetuar o retorno ao campo	<ul style="list-style-type: none"> 30,4% das agrônomas tem condições concretas de efetuar o retorno. Elas não tem rechaço em habitar o espaço rural. 	<ul style="list-style-type: none"> 8,6% de pedagogia tem condições concretas
Motivações da jovens egressas pela escolha dos cursos de Agronomia e Pedagogia	<ul style="list-style-type: none"> Identificação com o campo. O fato de acessarem o Ensino Superior como uma etapa que condicionaria a permanência ou um retorno mais qualificado ao campo. A intencionalidade das jovens em poder auxiliar, de alguma maneira, a agricultura familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> O fato da conveniência por ser um curso noturno traduzindo-se em facilidades para as jovens conseguirem conciliar trabalho com a universidade. Campo de trabalho amplo para as pedagogas, especialmente pelo seu “caráter” feminino.
Aspectos envolvidos na decisão das jovens migrar para o espaço urbano	<ul style="list-style-type: none"> O fator da distância entre a propriedade rural e a Universidade Pela condição financeira e à necessidade de trabalhar para, concomitantemente, poder estudar. 	<ul style="list-style-type: none"> Migração para a cidade antes do ingresso no curso superior. Por conta da distância, do difícil acesso e a ausência de sinal de internet e, em alguns casos, de telefonia celular.
Melhoria na sua condição material das jovens egressas da UFFS	<ul style="list-style-type: none"> aumento do poder de compra, ativação das territorialidade de um grupo de jovens possibilitando-as outra postura frente aos “negócios” da família. devido pouco tempo de formação e de não terem conseguido se inserirem no mercado de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> maior celeridade na inserção profissional pós-formadas, o que ampliou as possibilidades de adquirir bens. obterem de maior autonomia financeira e reconhecimento do trabalho.

<p>Aspectos envolvidos com a condição de mulher das jovens cursando Pedagogia ou Agronomia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Curso masculinizado e hegemônico pelos homens • Desigualdade de gênero enfrentada por uma parte significativa das agrônomas no decorrer do curso. • 31,2% apontaram ter sofrido algum tipo de desconforto no curso. • 69% destacaram se sentir bem no curso, defendendo que o lugar da mulher é onde ela quiser. 	<ul style="list-style-type: none"> • As formadas em pedagogia relataram que se sentiram confortáveis durante a graduação e felizes em adquirir autonomia. • Demonstaram terem ativado as suas territorialidades após a formação em nível superior.
<p>A confirmação das expectativas após o curso superior</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Para 56,2% jovens do curso de Agronomia a expectativa após o curso não se confirmou. • Pelo preconceito no mercado de trabalho. • Diferença salarial em relação aos homens. • 44% mulheres revelaram ter relativamente confirmado suas expectativas, em âmbito da evolução pessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Para as mulheres do curso de Pedagogia 71,4% afirmaram ter confirmado suas expectativas com a formação em nível superior. • 28,5% das jovens revelaram a não confirmação de suas expectativas, devido não estarem atuando na área de formação.
<p>Como as relações de poder atreladas a questão de gênero no campo e no interior das unidades produtivas, influenciaram na sua decisão em cursar o Ensino Superior?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não influenciaram como um fator repulsivo, onde as escolhas em cursar o Ensino Superior poderiam se apresentar como oportunidade outra. • Destacaram, reiteradamente, que sempre tiveram apoio familiar para estudar e para escolher a profissão que lhes agradava. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram as questões de gênero presentes na unidade produtiva familiar como responsável por elas cursarem o ensino superior, mas sim as dificuldades no campo (pouca área de terra) e a busca pela autonomia.

<p>Como a formação influenciou em fixar residência nos espaços urbanos?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pela proximidade com os seus trabalhos, conseguem acessar a pós-graduação e para elas torna-se mais fácil permanecer na cidade do que retornar. • O trabalho mesclado com a maior autonomia para fazerem suas escolhas, são aspectos valorizados pelas jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pela proximidade aos locais de trabalho é um elemento espacial geográfico determinante para elas fixarem residência no espaço urbano,
--	---	---

Quadro 01- Síntese – elementos das territorialidades das jovens rurais egressas.

Fonte: questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

4. 2 Os desafios da sucessão na agricultura familiar apreendido através da análise das territorialidades das jovens (egressas em Agronomia e em Pedagogia) que permaneceram no espaço rural

De acordo com nosso referencial teórico e nossa pesquisa, são multifatoriais as questões envolvidas com a permanência e a sucessão dos jovens na agricultura familiar.

Com a formação em nível superior, as territorialidades das jovens que não migraram do campo passaram, igualmente, por importantes mudanças, verificadas em vários âmbitos e dimensões: quer seja no interior do estabelecimento agropecuário, através da ativação de suas territorialidades na dimensão produtiva; na projeção profissional das egressas ao mercado de trabalho urbano, considerando o acesso e maior autonomia na dimensão financeira e às novas relações estabelecidas; ou mesmo na elevação cognitiva (e dos conhecimentos técnicos e acadêmicos associados) que se traduziu em práticas de empoderamento junto à família e a teia de relações pré-estabelecidas.

Como já mencionado na introdução, optamos por separar as jovens egressas em dois grupos, de acordo com as suas especificidades: as jovens que não migraram do campo e as que migraram do espaço rural. Para cada situação foi direcionado um questionário. É com base no retorno das informações recebidas com a pesquisa primária que abordaremos, neste subitem, as mudanças nas territorialidades das jovens egressas que permanecem no espaço rural. Como pano de fundo, continuaremos a evidenciar os aspectos geográfico-espaciais inerentes a realidade desse grupo de mulheres e, também,

as questões de gênero, inerentes às suas territorialidades, no intervalo imediatamente anterior ao acesso à universidade e após a formação no Ensino Superior.

As questões analisadas dizem respeito ao percurso das jovens na busca pelo acesso, pela formação superior e pela inserção na esfera de atuação profissional. Intentamos apresentar elementos que nos subsidie pensarmos nos impactos que a formação superior ensejou na territorialidade das jovens e, especialmente para esse grupo, caracterizar as distintas realidades de permanência e de sucessão na agricultura familiar.

Desta maneira, são 08 as jovens pesquisadas que residem nos estabelecimentos agropecuários. Todas permaneceram no campo enquanto cursaram suas graduações e, até o momento, nenhuma jovem que migrou retornou para o campo após egressa.

Das 08 jovens, 05 formaram-se no curso de Agronomia: sendo 02 jovens solteiras, 02 casadas e 01 em união estável. As outras 03 jovens são egressas do curso de Pedagogia: 02 mulheres solteiras e 01 casada. As agrônomas, em função de sua formação, tem um perfil de atuação para dentro dos estabelecimentos agropecuários. Por outro lado, as Pedagogas demonstraram não ter envolvimento direto nas atividades geradoras produtivas e geradoras de renda no estabelecimento devido a sua formação permitir vínculos empregatícios fora do estabelecimento, sobretudo em espaços urbanos, devido ao fechamento das escolas do campo e massiva nucleação das instituições de ensino nas cidades.

4.2.1 Informações das jovens dentro do estabelecimento rural

Quanto as atividades geradoras de renda desempenhadas atualmente pelas jovens dentro dos estabelecimentos agropecuários, nota-se protagonismos. Duas (02) jovens agrônomas revelaram atuar com intensidade nas atividades agropecuárias das famílias, como na “escolha das pastagens e alimentação do gado leiteiro, assim como o manejo do mesmo” (Taimara, A2). No depoimento é possível identificarmos o quanto esta jovem tem participado nas decisões estratégicas e na gestão do estabelecimento, funções geralmente atrelada os homens, os quais, na bovinocultura leiteira, por exemplo, decidem pelos tipos de pastagens a serem plantadas e as mulheres ficam mais restritas ao manejo das ordenhas e ao trato do rebanho na “estrebalaria” e, com a formação agrônômica, elas conseguem se afirmar dentro da propriedade rural, aplicando seus conhecimentos acadêmicos para melhor gestar o estabelecimento agropecuário. No outro depoimento também é possível notar o protagonismo da jovem:

A principal atividade que desenvolvo é na gestão da propriedade, tanto financeira como prática, definindo as pastagens a ser implantadas em cada área e demais fatores necessários para uma pequena propriedade (Edeli, A3).

De acordo com a explanação da jovem nota-se o empoderamento feminino adquirido após a formação, a participação nas decisões importantes dentro da propriedade. Para outras 03 agrônomas também identificamos envolvimento nas atividades agropecuárias, contudo, com menor densidade, aparentemente. Assim confere os relatos:

Faço a maior parte das ordenhas, desmame de bezerros, moço e brincagem das fêmeas. (Fabrícia, A4).

Atividades domésticas, atividades técnicas, na criação de bovinos. (Solange, A4).

Auxílio na safra da uva, mais na parte do beneficiamento, suco, geleia e vinho. (Cássia, A3)

O termo auxílio e a alusão às funções domésticas ainda têm espaço nos relatos das jovens agrônomas, entendidos como uma possível questão de desigualdade de gênero ao perceber seu trabalho enquanto ajuda ou se colocando em uma situação subordinada. O exíguo tempo de formadas, as características produtivo-espaciais e as relações de poder internas aos estabelecimentos podem nos elucidar algumas das razões pelo baixo protagonismo alcançado por essas jovens até o momento. Conforme destacado por Paulilo (1987), o patriarcado deve ser compreendido como um sistema de relações hierarquizadas no qual os homens possuem poderes e direitos superiores aos das mulheres em diversos aspectos da vida social, política, econômica e produtiva. A posição superior do homem em detrimento da mulher é dada pelo contexto histórico social construído.

As jovens pedagogas relataram, pós-formadas, não possuem envolvimento efetivos nas atividades produtivas no interior das unidades de produção, mas apenas seus familiares. Isso se deve porque 02 pesquisadas atualmente trabalham em sua área de atuação, fora do estabelecimento, como professoras em escolas situadas em espaços urbanos e outra jovem pedagoga mencionou estar trabalhando como cuidadora de criança na cidade de seu município retornando diariamente para o estabelecimento agropecuário. As inserções profissionais urbanas demonstram ativação das territorialidades destas jovens fora do estabelecimento, um desafio ousado para as mulheres rurais de gerações passadas. O fato delas ainda se manterem no estabelecimento possivelmente está

associado ao casamento como é o caso da jovem pesquisada Gleice (P3): possui marido, filho, trabalha como professora e ainda faz pós-graduação.

Para outra pedagoga, o motivo da permanência está envolvido com o fato dela ser filha única e não poder deixar os pais sozinhos no estabelecimento e, também, em função da família possuir pouca área de terra e não conseguir viabilizar a compra de um imóvel urbano com a venda do estabelecimento rural (Mônica, P3). Conforme (Ayla, P2) que trabalha como cuidadora de criança, destacou estar residindo com os pais e o desejo dela é passar em um concurso público para atuar como professora.

Como trataremos adiante, os elementos presentes nas distintas trajetórias da jovens pesquisadas, vistas sob os filtros da juventude e do gênero, nos fornecem insumos para pensarmos nas diferentes perspectivas e, inclusive, nas contradições associadas à permanência e à sucessão na agricultura familiar.

4.2.2 As responsabilidades domésticas diárias desempenhadas pelas jovens dentro do estabelecimento agropecuário antes e depois de cursar o ensino superior.

Quanto as reponsabilidades domésticas desempenhadas pelas jovens antes de cursar o ensino superior, das 05 jovens agrônomas: 02 destacaram trabalhar apenas na ordenha no rebanho leiteiro, outras 02 jovens mencionaram desenvolver todas atividades domésticas como um todo e 01 jovem revelou que além de cuidar da casa, cuidava das irmãs e do atendimento de telefone e de pessoas na agroindústria de vinho, sucos e geleias (Cássia, A3). Assim evidenciamos nos relatos:

Somente auxiliava na ordenha do rebanho leiteiro (Edeli, A3).

Cuidar da casa e das minhas irmãs e atendimento de telefone e pessoas (Cássia, A3).

Cuidava da casa e da propriedade como um todo (Solange, A4).

As pedagogas mencionaram que exerciam todas atividades domésticas dentro do estabelecimento antes de acessarem o Ensino Superior, dentre as atribuições estavam:

Limpeza da casa, lavagem de roupas, cozinhava, auxiliava na lavoura, tratar dos animais (Ayla, P2).

Todas de dona de casa (Gleice, P 3).

Cuidava da faxina da casa, lavagem de roupas, as vezes cozinhava e cuidava da jardinagem (Mônica, P3)

Em termos gerais as tarefas realizadas pelas mulheres não podem ser consideradas apenas como ‘ajuda’, pois a contribuição feminina é de fundamental importância para a

transformação do espaço agrícola, pois são várias as políticas públicas de crédito, de benefícios que apoiam o seu trabalho e incentivam na tomada de decisão dentro do estabelecimento rural. O envolvimento em associações, movimentos sindicais e a oportunidade das pesquisadas em ingressar no ensino superior ativa as territorialidades das mulheres.

Após a formação percebemos importantes mudanças na esfera doméstica, dentro do estabelecimento agropecuário. Das 05 respostas das jovens egressas, 03 demonstraram ter ocorrido mudanças e 02 revelaram o contrário. Essas alterações na esfera doméstica se deu em:

Todo o controle da propriedade, o alimento ingerido diariamente pelos animais é definido através do meu controle, além do manejo do solo com rotação de cultura tudo para a alimentação animal e além, produzimos alimentos para a subsistência da família (Edeli, A3).

Hoje consigo administrar todos os departamentos se necessário. (Fabrícia, A4).

Para a jovem Edeli (A3) houve uma mudança contundente em relação a sua atuação na propriedade. Antes da formação, relatou que “somente auxiliava na ordenha do rebanho leiteiro” e hoje é responsável por todo controle da propriedade. Assim identificamos as transformações em sua territorialidade no estabelecimento agropecuário e percebe-se, ainda, que ela deixou de enxergar o seu trabalho com subalterno e passou a transmitir mais confiança em relação a sua atuação, algo importante para superar os problemas do adultocentrismo.

Quanto as agrônomas que revelaram ainda não terem sentido mudanças no espaço doméstico, após a formação em nível superior, colhemos os seguintes relatos:

Cuidar da casa e da propriedade como um todo. (Solange, A4).

Cuidar da casa, atendimento de pessoas e parte administrativa (Cássia, A3).

Para as pedagogas houveram mudanças na esfera doméstica para 02 jovens. Para Gleice (P3), a mudança se deu em função de ela ter saído do estabelecimento e retornar no finais de semana¹⁸, mantendo assim as mesmas responsabilidades domésticas que ela exercia antes de ingressar no ensino superior. Mônica (P3) revelou não exercer hoje nenhuma atividade doméstica dentro do estabelecimento e Ayla (P2) mencionou manter as mesmas atividades domésticas de antes na propriedade rural: “limpeza da casa,

¹⁸ Constatamos em conversa com a pesquisada Gleice (P3), que ela se distancia durante a semana para a cidade para trabalhar e estudar pós graduação, retornando nos finais de semana para ficar com o marido e o filho nos finais de semana.

lavagem de roupas, cozinhar, catar ovos das poedeiras, tratar dos animais no final de semana, se necessário”.

Após o ingresso no ensino superior mudanças acontecem nas relações sociais das jovens, o contato com novas pessoas, novas amizades, contato com o espaço urbano e uma gama de novas informações que surgem no contexto em que as egressas estão inseridas, sem esquecer das relações familiares, dessa forma elas acabam diminuindo a participação em atividades dentro do estabelecimento.

Questionamos as jovens se antes delas ingressarem no Ensino Superior elas tinham responsabilidades diárias como a horta, o cuidado com os animais ou o cuidado de parentes. As respostas foram: 04 jovens agrônomas demonstraram ter uma das três responsabilidades como cuidado dos animais, cuidado com a horta ou cuidado de parentes e apenas uma jovem mencionou não ter tido essas responsabilidades dentro do estabelecimento. As pedagogas destacaram que havia envolvimento nas atividades mencionadas (cuidado de parentes ou com a horta), apenas uma jovem pedagoga mencionou o contrário. Essas responsabilidades como o cuidado com os animais dentro do estabelecimento, responsabilidades com a horta e o cuidado com os parentes ainda se mantêm dentro do estabelecimento agropecuário, as jovens agrônomas revelaram ter mantido tais responsabilidades após formação e somente 01 pesquisada manifestou não desenvolver hoje tais atividades. As pesquisadas do curso de Pedagogia ainda mantêm atividades voltadas para o cuidado da horta, apenas uma jovem mencionou “não, eu troquei de área” (Ayla, P2).

Como vimos das 10 pesquisadas dos dois cursos, apenas 02 não desenvolviam tais atividades mencionadas acima. Isso nos revela a marginalização do trabalho feminino, no cuidado da casa, da horta e na “ajuda” atribuída ao marido. A falta de acesso aos espaços de decisão e o domínio patriarcal, basicamente sobre as mulheres, são apontados como motivos para a saída das jovens do meio rural e consequente migração para as cidades em busca de escolaridade e emprego (CASTRO, 2008). Neste sentido o espaço escolar o pode transmitir outros valores e visões as mulheres que influenciaram na mudança da tradição tradicional relação entre homens e mulheres.

4.2.3. Os meios de transporte utilizados pelas jovens no deslocamento diário entre a propriedade rural e a cidade de onde saía o ônibus para a UFFS.

O meio de transporte utilizado pelas jovens agrônomas para se deslocarem diariamente da propriedade até a cidade de onde saíam os ônibus para a UFFS, se deu:

para 03 jovens utilizavam carro, em distâncias de até 2 km, e para as outras 02 agrônomas, 01 andava a pé em uma distância de mais de 1km e a outra jovem mencionou que “ficava durante a semana na cidade de Erechim” (Edeli, A3) para poder estudar.

Nas repostas das pedagogas identificamos: 02 jovens utilizarem do transporte particular disponibilizado pela prefeitura de seus municípios de origem, em distâncias de 3 à 15 km (Mônica, P3) e mais de 15 km (Ayla, P2), e para outra jovem pedagoga (Gleice, P3) o meio de transporte utilizado era o veículo particular da família, com uma distância de mais de 10 km da sua moradia até a sede do município de origem.

Nota-se uma diferença entre as egressas dos dois cursos no quesito espacial: em relação as jovens da Agronomia, as formadas em Pedagogia tiveram que percorrer distâncias maiores desde suas propriedades rurais para acessarem a sede de seus municípios, local onde era disponibilizado o transporte até a UFFS. As agrônomas residem mais próximo das cidades de seus municípios. Isso vem ao encontro dos fatores repulsivos analisados anteriormente, quando as jovens indicaram as dificuldades de morar distantes das sedes dos municípios, tendo em vista as condições de precariedade das estradas (conforme detalhado no subitem 3.5), sem pavimentações ou reparos frequentes.

4.2.4. As expectativas das jovens de sair do campo e cursar Pedagogia ou Agronomia.

Com relação a expectativa das jovens egressas que residem no espaço rural em cursar Agronomia, três (03) respostas assinalaram que a expectativa é que seria de grande valia cursar o ensino superior e poder aplicar os conhecimentos adquiridos na academia nas suas propriedades rurais, contribuindo assim com suas famílias:

Que poderia aplicar os ensinamentos na propriedade e permanecer no campo (Edeli, A3)

Me identificava com as matérias e acreditava que poderia contribuir com minha família (Cássia, A3).

Para as pedagogas, a expectativas pela escolha do curso se deu em âmbito de ter um campo mais amplo de trabalho, assim como pela afinidade com a área da educação, no desejo de se aperfeiçoar e crescer profissionalmente, os relatos atestam:

Sempre quis trabalhar com os pequenos e a Pedagogia tem um campo mais amplo de emprego (Mônica, P3).

Me aperfeiçoar na área de educação (Gleice, P3)

Nestas narrativas das jovens egressas de Pedagogia, é possível entendermos que as expectativas estão se confirmando, pois 02 delas estão trabalhando em sua área de formação e somente 01 ainda não conseguiu atingir seu objetivo pessoal de passar em concurso e atuar como professora.

4.2.5. Aspectos envolvidos na condição das jovens em serem mulheres e cursar Pedagogia ou Agronomia

Quanto o que as jovens sentiam na condição de mulher cursando Pedagogia ou Agronomia entendemos que para 03 mulheres agrônomas elas se sentiam bem:

Eu vim de outra instituição particular na qual não se sentia bem, e na UFFS fui muito bem acolhida, encontrei pessoas que viviam situações parecidas com a minha e com poder aquisitivo semelhante. Foi muito bom (Cássia, A3).

Na condição de mulher me senti como qualquer outra pessoa (Solange, A3).

No início senti que o curso era mais para homens, pois tinham mais facilidade, mas no decorrer do curso percebi que mulheres são mais dedicadas e conseguem seu lugar rápido e por ser do campo consegui associar o que vi no curso com o que vivia na propriedade (Edeli, A3).

No entanto apenas uma jovem destacou incomodo sentido durante o curso por ser mulher, ela revela “na condição de mulher mais velha, casada e com filho, um pouco isolada (Fabrícia, A4).

As pedagogas destacaram não sentir nenhum incomodo na condição de mulher cursando Pedagogia, os relatos conferem:

Na Pedagogia a minha turma no início só tinham três homens que desistiram logo nos primeiros semestres. Pedagogia tem um índice muito grande de procura por mulheres, estava sendo mais uma em busca de qualificação (Ayla, P2).

Natural, pois já trabalhava na área e a graduação era uma necessidade (Gleice, P3).

Como destacado em outro momento, o desconforto no decorrer do curso ocorre mais por parte das agrônomas e para as pedagogas se torna completa satisfatório pelo fato de ser um curso onde tem presença massiva de mulheres.

4.2. 6 Confirmação da expectativa após o curso

A expectativa após o curso se confirmou para 03 jovens agrônomas. Outras 02 mencionaram não ter sido confirmada suas expectativas.

Sim, estou aplicando meus conhecimentos na propriedade. Além disso, o lucro do meu trabalho como agrônoma com carteira assinada¹⁹ é investido na propriedade (Edeli, A3).

Acho que em partes sim, aprendi muito, mas ainda não achei meu lugar na minha casa, por isso sigo estudando (Cássia, A3).

O pouco tempo de formação, reiteramos, é um elemento para levarmos em consideração no que tange a realização das expectativas pós-formação. Mas há resultados rápidos que são importantes, a exemplo do relato fornecido por Edeli (A3), onde podemos perceber a ativação de suas territorialidades na aplicação de seus conhecimentos adquiridos na academia.

As pedagogas demonstraram ter confirmado suas expectativas após o curso, somente 01 jovem revelou não ter correspondido com a expectativa “não, eu troquei de área” (Ayla, P2)

Como destacamos para as egressas de Agronomia é mais lento o processo de inserção profissional em relação as pedagogas. Essas jovens ao serem questionadas a respeito da formação favorecer a permanência no espaço rural, elas destacam:

Sim, muito, mudei, agreguei conhecimento e as portas vão se abrindo, seja no pessoal ou no profissional (Mônica, P3).

A formação em nível superior tem favorecido a permanência do campo para 05 agrônomas. Conforme depoimentos:

Por enquanto sim (Fabrícia, A4).

Com toda certeza só assim consegui gerenciar a propriedade e conseguir meu espaço. (Edeli, A3)

Na leitura das pesquisadas fica explícito que a formação agrônômica tem favorecido que as egressas permanecessem residindo no espaço rural, devido o curso de Agronomia formar estudantes para trabalhar com questões voltadas a agropecuária, elas ficaram satisfeitas ao atribuir os conhecimentos adquiridos na academia em suas propriedades, fazendo a sucessão rural. Enquanto as pedagogas revelaram o oposto, ou seja a formação delas não favorece a permanência no campo devido as escolas estarem situadas no espaço urbano. Assim é possível verificar no relatos:

Teria campo de trabalho na minha área, porém os objetivos são outros. Embora se percebe que a maioria das escolas estão nos centros urbanos,

¹⁹ Através da explanação da egressa Edenir (A3), podemos supor um tom de ironia quanto a confirmação de sua expectativa, ela destaca que o lucro do trabalho que seria exercido por ela como agrônoma e com carteira assinada, está sendo investido na propriedade, nestas palavras ela demonstra ser lucrativo implantar os conhecimentos acadêmicos em sua propriedade ao invés de trabalhar com carteira assinada.

pois há poucos alunos no campo e eles vão estudar na cidade (Gleice, P3).

Não, somente se eu fosse concursada pela prefeitura e estaria perto de casa (Mônica, P3).

No próximo subitem abordamos os aspectos envolvendo as mudanças necessárias em âmbito dos estabelecimentos agropecuários das jovens egressas para projetar as possibilidades de sucessão.

4.3- Práticas ou ações que deveriam ser mudadas ou implementadas para que possibilitasse a jovem permanecer ou mesmo voltar a residir no campo.

A preocupação com a agricultura familiar e a sucessão aparece cada vez mais em virtude da recusa dos jovens em suceder a profissão paterna. São diversos os motivos pontuados pelas jovens rurais como fatores limitantes para não efetuar a sucessão, elas apontam aspectos culturais, aspectos econômicos e aspectos políticos. Sendo assim neste item analisamos as respostas das 31 jovens egressas do curso de Pedagogia e Agronomia, evidenciando as práticas ou ações que deveriam ser mudadas no estabelecimento, além disso como as jovens enxergam o futuro da agricultura familiar.

As práticas ou ações pontuadas pelas jovens dizem respeito: as questões de gênero presentes nos estabelecimentos de agricultura familiar no qual desestimula os jovens e principalmente as jovens a residirem no espaço rural, essas questões pontuadas pelas egressas envolvem a participação das jovens na tomada de decisões, é preciso haver mudanças nas tradições culturais para que as mulheres continuem no campo com liberdade de decidir sobre sua vida. Além disso torna-se necessário mudanças em infraestruturas como várias vezes pontuado nas respostas, os jovens rurais querem ter acesso a internet, lazer e também ao consumo. Neste sentido a egressa Eliana (A3) destaca “[...] o jovem precisa de tecnologia como sinal de celular e internet, principalmente liberdade dos pais para trabalhar na propriedade da família”. Outros depoimentos atestam:

Acredito que a valorização do trabalho da mulher no campo, integrando as mesmas nas ações, diálogos. Buscar atividade que as mesmas possam e se sintam bem em estarem inseridas, como por exemplo a fruticultura, horticultura. (Eliete, A3).

De modo geral, acho que a participação da jovem na tomada de decisões, sem adultocentrismo e discriminação de gênero seria o ponto chave. É de fundamental importância inserir a jovem na tomada de decisões, sem superioridade, e vê-la como uma sócia ou proprietária, e não como funcionária. (Amanda, A3)

E um trabalho que começa desde a infância, de os pais incentivar a ajudar nas atividades desenvolvidas na propriedade, as vezes as meninas ficam só com os serviços domésticos e não acompanham as atividades produtivas. Também é preciso uma mudança nas tradições culturais para que as mulheres continuem no meio rural, as mulheres querem e precisam de liberdade, de decidir sobre a sua vida, de ter condições monetárias de ter as coisas que querem, sem ter que dar satisfação a ninguém e isso no meio rural é mais difícil. Ter acesso a internet, ao crédito, ter a sua própria casa, uma fonte de renda fixa (o que no meio rural também não é fácil, principalmente para os pequenos agricultores), diminuição do trabalho pesado, acesso aos maquinários e implementos que facilitem as formas de produção de produção são fatores determinantes para a permanência no meio rural, terem empoderamento, as tarefas entre homens e mulheres tem que ser divididas e não separadas, pois as mulheres tem uma dupla jornada de trabalho, tanto no meio rural como na cidade, têm que cuidar dos filhos, da casa, ou dos irmãos, trabalhar fora, etc. (SANDRA, A2)

Mais valor ao pequeno produtor, mais possibilidades de manter o campo. O que você planta se transforma em despesa (Mônica, P3).

Políticas públicas que gerassem mais expectativas aos moradores da zona rural; Manter as escolas rurais ativas. (Elisangela, P3).

Assim como as questões de gênero e problemas de infraestruturas existentes nas propriedades rurais, são os fatores espaciais a considerar, assim no relato da egressa Charlene (P3), ela menciona que “alguns jovem não voltam morar no interior por motivos de logística, muitas vezes é mais prático morar na cidade, do que morar no interior”. Nestas considerações evidenciadas pelas egressas, os problemas são multifatoriais a considerar quanto a não sucessão dos jovens em espaços rurais.

4.3.1 Futuro da agricultura familiar no município em que as jovens residiram, ou em residem.

Quanto ao futuro da agricultura familiar dos municípios de origem das jovens pesquisadas, elas destacaram aspectos positivos e otimistas, por outro lado grande parte das respostas das egressas destacam ser preocupante o futuro do agricultura familiar da região. Nos depoimentos podemos conferir:

Eu acredito que com o tempo essa evasão irá diminuir e os jovens irão voltar para o campo, pois no meio urbano o emprego está mais difícil e o custo de vida está aumentado e a qualidade diminui (Eliana, A3).

Latifundiária, por ser uma região de agricultura familiar, as famílias estão migrando para a cidade e as terras se concentrando nas mãos de poucos (Luciane, A2)

Está ocorrendo um envelhecimento no espaço rural e os jovens não querem mais ficar no campo, a questão da produção de alimentos é preocupante, pois certamente as empresas que tomarão conta da

produção e a qualidade dos alimentos será preocupante, pois os alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e conservantes serão difíceis de encontrar. Por outro lado, alguns já estão retornando da cidade para o campo, principalmente quem está desempregado nas cidades e têm familiares no campo acabam retornando (Sandra, A2).

Ao meu ver, para permanecer na agricultura hoje precisa-se adotar mecanismos diferenciados. A região onde eu moro não é muito favorável a plantações, por não ser plana e por não ter pequenas áreas. Logo de plantação ninguém sobrevive. Penso que a população está buscando produtos agrícolas orgânicos e uma alimentação mais saudável, quem sabe projetos nesta área tragam uma renda melhor ao trabalhador rural e com isso incentive os jovens a permanecer na propriedade, caso contrário ninguém mais consegue um bom sustento e a opção é buscar renda fora e infelizmente largar o campo (Ayla, P2).

Acredito que será bem baixa, pois a vida no campo é muito difícil, e isso conseqüentemente só tende a aumentar a evasão. Principalmente por questões econômicas (Gleice, P3).

Com base em todas respostas dos dois grupos das jovens (as que migraram para o espaço urbano e as que não migraram) percebemos uma diferença entre os dois cursos, para 06 agrônomas o futuro da agricultura familiar será de alguma forma valorizado e os jovens tenderam a permanecer no campo, por outro lado as outras 15 agrônomas revelaram estar comprometido o futuro da agricultura familiar. Para as pedagogas não teve nenhuma resposta positiva quanto o futuro da agricultura familiar, elas comentam que os jovens não querem permanecer no campo devido a suas preferencias por trabalhar no espaço urbano em fábricas ou frigoríficos para garantir seus salários.

Na sequência as jovens egressas apontaram mais questões envolvendo a migração da jovem rural dos estabelecimentos de agricultura familiar, com isso muitos fatores aparecem conforme depoimentos:

A migração ocorre em maior escala por mulheres porque os homens ainda ficam devido ao costume do menino ficar com a herança. A menina desde nova é incentivada a sair de casa para estudar ou trabalhar porque o trabalho da mulher não é reconhecido pela família e geralmente não ganha herança como o rapaz (Eliana, A3).

A cidade é pequena é possível notar como apenas os grandes granjeiros é que estão sobrevivendo, pois para o pequeno produtor, o custo para investir está alto e o lucro nem sempre cobre todo investimento e dependente da variação do tempo. E está migração para a cidade se trona a melhor alternativa, quando se consegue um emprego com renda garantida (Karla, P3).

Dentre estas questões destacadas pelas jovens envolvendo a migração dos jovens, outros elementos foram pontuados como: a não identificação com a vida do campo; a vergonha de assumir que é 'colona' e por isso algumas jovens se submetem a trabalhar

na cidade por um salário que mal paga suas despesas: a situação econômica capitalista, onde o pequeno agricultor não consegue mais arcar com suas condições de vida no meio rural; a falta de oportunidades para estudar e principalmente trabalhar; o fato da mulher não herdar a terra dos pais como herança; falta de incentivo dos pais para a mulher assumir a propriedade; deixar de trabalhar no pesado e ter reconhecimento pelo trabalho exercido na propriedade, entre outros elementos já destacados anteriormente.

Assim como é importante considerar o aspectos que dificultam a sucessão da jovem rural, torna-se necessário evidenciar as mudanças que deveriam ser feitas nos cursos de Agronomia e Pedagogia para incluir mais os jovens de origem rural. Essas mudanças necessárias se dão em vários âmbitos conforme depoimentos:

Hoje o curso de Agronomia da UFFS é bem conceituado. Não sei dizer se são necessárias mudanças no curso. Mas acredito que os professores do curso de Agronomia deveriam passar pelo concurso com critérios mais direcionados com a agroecologia. Pois hoje tem muitos professores no campus Erechim que defendem a produção convencional com uso de agrotóxicos que vai contra o que o curso prega que é a agroecologia (Alice, A3).

Conforme o depoimento da egressa fica notável a necessidade de profissionais da Agronomia que trabalhem com a ênfase em agroecologia, além disso outras jovens mencionaram a importância do curso privilegiar estudantes oriundos da região e de origem rural, também a necessidade de maior divulgação da universidade e dos cursos. A seguir a egressa Sandra (A2), pontua:

As primeiras turmas atenderam bem a região do meu ponto de vista, pois a maioria dos colegas eram filhos de agricultores, mas por ser um curso de tempo integral dificulta um pouco para conseguir se manter na universidade sem precisar trabalhar ou ajudar em casa, um curso com regime alternância poderia ser mais viável para a permanência do jovem do campo, ou com aulas no noturno e nos sábados, embora seja um curso com uma carga horária muito extensa e que demanda muito estudo, mas aliar a prática ao conhecimento teórico é a melhor formação que podemos ter (Sandra, A2).

Na explanação da jovem fica notório as dificuldades que os jovens residindo no espaço rural tem para conciliar o trabalho da propriedade com o curso integral, pois além das atividades da propriedade muitas vezes o jovem necessita percorrer longas distâncias do estabelecimento rural para ir até a universidade. Outras repostas apontadas pelas agrônomas dizem respeito ao curso estar acessível “pois vejo que cada vez o número de estudantes vindos do campo maior” (Karine, A3).

As pedagogas apontaram ser positivo o fato do curso de Pedagogia ser oferecido no período noturno já que algumas jovens precisam trabalhar durante o dia para garantir seu sustento no espaço urbano. Além disso outro aspecto mencionado foi a necessidade de ter contas para jovens de origem rural, como tem para negros, indígenas, com isso é importante destacar que as jovens se percebem em uma condição de vulnerabilidade que vai além de passar na prova do Enem (difícil acesso a cidade, a falta de internet etc.). Outro ponto destacado pelas egressas é a necessidade de um auxílio “para que o educando pudesse se dedicar um maior tempo possível ao curso, pois no interior o trabalho nem sempre é valorizado como deveria” (Elisangela, P3). Assim a necessidade de mudanças também se dá:

Acredito que deveria haver uma separação melhor ou uma melhor organização com relação ao ingresso na UFFS, pois várias pessoas que possuem condições financeiras para pagar uma graduação em uma instituição particular estudam lá (Fabiana, P3).

No dizer da egressa a melhor condição financeira de alguns jovens possibilita melhores resultados na seleção, assim entendemos que as dificuldades econômicas pontuadas pelas jovens neste capítulo também restringe o acesso delas na universidade.

Questões	Agronomia	Pedagogia
Práticas ou ações, que deveriam ser mudadas ou implementadas para que possibilitasse a jovem permanecer ou mesmo voltar a residir no campo.	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização do trabalho do trabalho da mulher no campo. • Participação da jovem na tomada de decisões. • Apoio governamental. • Valorização da agricultura. • Incentivo ao crédito rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas. • Ter incentivo dentro da universidade para o jovem permanecer no campo. • Crédito rural facilitado. • Mais valor ao pequeno produtor rural
Considerando a realidade de evasão dos jovens do campo, como acredita que será o futuro da agricultura familiar?	<ul style="list-style-type: none"> • A agricultura familiar se acabará aos poucos. • Vejo muitos jovens ficando ou retornando. • A evasão tende a aumentar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os agricultores estão se tecnificando e produzindo mais. • Expansão da consciência e o jovem não ficará no campo.

	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da agricultura familiar. • Terras se concentrando nas mãos de poucos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência de evasão dos jovens, principalmente por questões econômicas. • Terá continuidade, pois os jovens estão retornando ao campo.
Gostaria de relatar algo a mais sobre as questões que envolvem a migração da jovem rural dos estabelecimentos de agricultura familiar em seu município ou região.	<ul style="list-style-type: none"> • A migração ocorre em maior escala por mulheres. • As terras estão sendo retidas nas mãos de grandes latifundiários. • Busca por liberdade, de ter uma renda mensal fixa. • Falta de oportunidades para estudar e principalmente estudar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência dos jovens permanecerem no campo, devido hoje algumas propriedades terem acesso á internet. • O trabalho é pesado no campo. • Dificuldades de sucessão devido as mudanças ocorridas no campo.

Quadro 02- Síntese das repostas das jovens egressas envolvendo a sucessão na agricultura familiar.

Fonte: questionário aplicado em 2018. Elaboração: EDUARDO, D.C.B (2019).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo foi analisar a participação das jovens egressas da UFFS, Campus Erechim/RS no processo de sucessão na agricultura familiar na Microrregião de Erechim. Para tanto, focamos na análise sobre o ingresso no ensino superior para ativação das territorialidades das jovens, principalmente no grupo II, que diz respeito às jovens que permanecem morando no espaço rural.

No primeiro capítulo procuramos compreender a respeito da definição de juventude estudada por diversos pesquisadores, estudos realizados sobre juventude rural e os problemas enfrentados no espaço rural que afligem os jovens. No segundo capítulo buscamos enfatizar os processos históricos e a caracterização da agricultura familiar na Microrregião de Erechim, onde o processo de sucessão na agricultura familiar é um grande desafio, pois a juventude tem, progressivamente, migrado para áreas urbanas, além disso os problemas envolvidos ao envelhecimento dos agricultores e das agricultoras, como a elevação populacional em determinadas cidades da microrregião e a pressão sobre os empregos urbanos, também ocasiona a migração dos jovens rurais.

No terceiro capítulo procuramos analisar as jovens egressas, bem como identificar se a formação em nível superior influenciou na decisão das jovens em fixar residência nos espaços urbanos ou, ainda permanecer no campo. A partir da pesquisa primária realizada com as jovens rurais egressas dos cursos de Agronomia e Pedagogia da UFFS Campus/Erechim, pode-se afirmar que a decisão das jovens pesquisadas em relação a sucessão na agricultura familiar são influenciadas por uma série de fatores.

No quarto capítulo buscamos entender sobre as mudanças nas territorialidades das jovens rurais com o acesso e a formação em nível superior caracterizando os aspectos espaciais e as questões de gênero envolvidas e as possibilidades de sucessão na agricultura familiar.

Neste sentido, corroboramos em partes com a hipótese de que a formação em nível superior poderia contribuir nos processos de sucessão na agricultura familiar, principalmente por parte das agrônomas.

Ao longo da pesquisa foi possível entender que o acesso à universidade e a formação em nível superior proporcionou importantes mudanças em âmbito das territorialidades precedentes das jovens pesquisadas (desterritorialização do campo, elevação cognitiva mais abrangente e dos conhecimentos técnicos/acadêmicos específicos, maior complexificação de suas territorialidades em função da ampliação de

seus horizontes espaciais, e em razão da maior densidade de relações estabelecidas e deflagradas através dos circuitos acadêmico e urbano etc.), contudo, mesmo sendo altamente relevante nos processos de ativação de territorialidades, o acesso ao Ensino Superior precisa estar acompanhado de outros fatores para viabilizar processos de sucessão na agricultura familiar.

Em se tratando dos grupos I e II inicialmente através da análise do questionário constatamos no grupo I que mesmo com a migração das jovens as relações com o campo ainda continuam. Não há rompimento definitivo na territorialidade rural, pois conforme mencionado pelas egressas, 79% visitam o estabelecimento com frequência e o com relação ao interesse das jovens em retornar ao campo 70% destacaram que voltariam a residir no campo e fazer a sucessão rural, ou seja, elas não tem rechaço em habitar o espaço rural. O que falta são condições concretas para efetivar o retorno ou ainda manter-se morando no campo: 39% das jovens egressas afirmaram não terem condições concretas de retornarem ao espaço rural.

No objetivo de ingressar no curso superior os dois grupos aparecem com o maior número de jovens rurais afirmando ser uma escolha própria: para as agrônomas o desejo de estudar em um curso superior está envolvido com o fato delas utilizarem os conhecimentos adquiridos na graduação em suas propriedades, seja para o grupo I que desejam um dia retornar ao campo e assim aplicar tais conhecimentos, como para as jovens do grupo dois II demonstraram estar provendo de seus conhecimentos e ainda com maior autonomia nas decisões produtivas dentro do estabelecimento.

Ainda que não tenha sido feita uma investigação junto as jovens rurais do grupo I e II, pode ser proposta para realização de trabalho futuro mais aprofundado sobre a decisão das jovens egressas em suceder a propriedade dos pais, tendo em vista o pouco tempo de formação das nossas pesquisadas, e principalmente para as jovens agrônomas é lento o processo de inserção no mercado de trabalho, devido ao fato delas serem mulheres e desejarem romper com a cultura machista arraigada na esfera agronômica.

Em se tratando do público das jovens rurais, a UFFS consegue cumprir com os objetivos de criação e exerce um poder de atração em seu entorno imediato, cumprindo com seu papel político e institucional em sua área de abrangência. Nesse sentido, ao formar os distintos profissionais, além de produzir conhecimento científico e atuar na extensão, a universidade tem se tornado um dos espaços de relevância nos processos de desenvolvimento no Sul do Brasil interiorano ao incluir uma gama de sujeitos historicamente excluídos do ensino superior público.

A presença da universidade próxima aos lugares de origem das jovens viabilizou seus acessos considerando a dimensão econômica/logística/material, onde o apoio material e psicológico das famílias das jovens foi de fundamental importância para as egressas manterem-se estudando na UFFS. Assim a dimensão cultural/subjetiva e identitária, incluída ao componente de gênero, no sentido de que a mudança nas territorialidades das jovens com o acesso à UFFS e, para muitas, com a migração para o espaço urbano, é amenizada com a presença destas próximas às famílias, com possibilidades de visitação frequente e em meio a um ambiente sociocultural contíguo, repleto de semelhanças. A questão de gênero pode ainda se manifestar no relativo controle sobre a territorialidade das jovens que as famílias continuam a exercer, mesmo à distância. Trata-se de uma via de mão dupla: apoio, cooperação e cuidado, mas também há a vigilância e o controle relativo sobre as ações, os valores compartilhados etc.

O acesso ao ensino superior público, por seu turno, amplia o leque de conhecimentos das jovens, propicia o alargamento dos horizontes pessoais e seu enriquecimento cultural. O conhecimento se torna uma ferramenta essencial para que as jovens consigam ampliar suas capacidades em relação aos quadros precedentes de territorialidades passivas.

Com a formação em nível superior, as territorialidades das jovens que não migraram do campo passaram, igualmente, por importantes mudanças, verificadas em vários âmbitos e dimensões: quer seja no interior do estabelecimento agropecuário, através da ativação de suas territorialidades na dimensão produtiva; na projeção profissional das egressas ao mercado de trabalho urbano, considerando o acesso e maior autonomia na dimensão financeira e às novas relações estabelecidas; ou mesmo na elevação cognitiva (e dos conhecimentos técnicos e acadêmicos associados) que se traduziu em práticas de empoderamento junto à família e a teia de relações pré-estabelecidas.

As motivações das jovens pelo ingresso nos cursos de Agronomia e Pedagogia se deu para as agrônomas em função delas terem identificação com o campo, com as atividades agropecuárias. Houveram muitas menções em relação ao fato de acessarem o Ensino Superior como uma etapa que condicionaria a permanência ou um retorno mais qualificado ao campo. A busca pela formação agrônômica também atrelou-se a intencionalidade das jovens em poder auxiliar, de alguma maneira, a agricultura familiar.

Para as pedagogas, percebe-se outras motivações da escolha pelo curso. O fato da conveniência por ser um curso noturno traduzindo-se em facilitações para as jovens

conseguirem conciliar trabalho com a universidade, obteve peso nas decisões. Além disso a escolha pelo curso de Pedagogia se deu em função de apresentar um campo de trabalho amplo para as pedagogas, especialmente pelo seu “caráter” feminino. Dentre as respostas, apenas uma jovem destacou ter escolhido este curso pela afinidade, *a priori*, com este campo de atuação.

Através dos relatos das jovens egressas dos dois cursos, fica explícita a preocupação com as questões sociais por parte das mulheres de agronomia. Elas percebem os problemas da região, da propriedade de seus pais e também da agricultura familiar e com isso elas buscaram conciliar o ensino superior e a formação agrônoma com o ímpeto de contribuir na solução dos problemas atrelados ao pequeno produtor rural: ou seja, ingressam na universidade e continuam pensando na realidade delas. Para as mulheres de Pedagogia a escolha pelo curso, dentre outras opções de cursos noturnos, se deu mais pela oportunidade profissional, pela garantia de ter uma graduação que as projetasse outras possibilidades futuras.

Torna-se necessário considerar que o conflito aparece em ambos os cursos dentro de suas especificidades. As agrônomas reconhecem essas desigualdades para com a mulher rural e buscam conquistar seus espaços, pois não se identificam como menos capazes em relação aos homens. Para as pedagogas não foram as questões de gênero presentes na unidade produtiva familiar como responsável por elas cursarem o ensino superior, mas sim fatores econômicos e a busca pela autonomia.

Por fim, cabe ressaltar alguns apontamentos sobre a nossa opção teórica. A abordagem territorial geográfica foi importante para evidenciar aspectos da realidade das jovens em cada espaço de inserção, seja no estabelecimento, na universidade ou na atuação profissional. Os aspectos referentes às desigualdades de gênero mudam de acordo com as condições sócioespaciais e as relações de poder operantes. Desta forma, evidenciamos que para ocorrer a sucessão na agricultura familiar é de alta relevância uma análise geográfica, em interação com outras áreas do conhecimento, para que sejam processadas as mudanças no campo e nas relações campo-cidade almejadas pelas jovens, em âmbito cultural, econômico e político.

6- REFERÊNCIAS:

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 5.1997.
- ABRAMOVAY, R.et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- AMIN, S; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o Capitalismo**. trad. Beatriz. Resende. RJ: Paz e Terra, 1982.
- ANDRÉ, I.M. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra**, Lisboa, V.25, n. 50, p. 334-348, 1990. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/vew/1924/1601>> Acesso em: 24 abril. 2019.
- BALDUÍNO, D.T. O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. In:_____.OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M (Orgs.) **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p.19-25.
- BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor**: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhos e filhas de agricultores do município de Anchieta-ES. Viçosa-MG, 2009. 218 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/14/TDE-2010-02-10T090146Z-2145/Publico/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.
- BIANCHINI, V. **Sucessão na Agricultura Familiar** (2013). Disponível em pt.slideshare.net/redejovemrural/apresentao-bianchini-mda-ok.
- BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pedagogias que brotam da terra**: um estudo sobre práticas educativas do campo. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- BORDULIS, D.C. **A desterritorialização das jovens rurais**: um olhar para as estudantes dos cursos de licenciatura campus/Erechim.(Trabalho de conclusão de curso) pela Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Erechim/ RS: Erechim, 2017.
- BOURDIEU, P. **Algumas propriedades dos campos**. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Revista NERA. Presidente Prudente, ano 11, n. 12, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, jan/abril, p. 205 – 227, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>>. Acesso em 20 jul. 2015.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Paper presented at the XXII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Miami, March 16-18, 2000.^

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

BRUMER, A; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre, RS: UFRGS; Chapecó, SC: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

CARNEIRO, M. J. Agricultores Territorial do Brasil: o território colonial Familiares e Pluriatividade: tipologias e brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: políticas. In: **Mundo Rural e Tempo Presente**. Hucitec, 2000. 431p. Rio de Janeiro: Mauad e Pronex, 1999, p. 323- 344.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SANTOS, R.; CARVALHO, L.F.; SILVA, F.C.T (Orgs) **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 97-117.

_____. A problemática dos jovens rurais na pós modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G.. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

CASTRO, E. G. Juventude do campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012.

CASTRO, E. G de. “**Juventude: Reflexões para o debate**”. Disponível em: . Acesso em: 06/011/2018.

CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro, 2005. 444 p. Tese (Doutorado Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:<http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Tese_Elisa_pdf.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

CASTRO, E. G. et al. **Os Jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2009. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/jovensestaoindoembora.pdf>>. Acesso em: 27 março 2019.

CARVALHO, M. E.P de. **Discriminação de gênero na escola:isso acontece? Como promover a equidade de gênero na educação? Qual o papel da professora e do professor?** Centro de Educação / NIPAM / UFPB, 2000.

CASTRO, E. G. Juventude do Campo. In: CARDART, R. S.; PEREIRA, I. B, ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2004 (Dissertação de Mestrado).

CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar do Alto Uruguai, RS: mercantilização e estratégias de reprodução no município de Três Palmeiras.** Cadernos de Ciência e Tecnologia, v. 23, n.2/3, maio/dez, 2006.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F., CARRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P [Org.]. **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

DUCATTI NETO, Antônio. **O grande Erechim e sua história.** Porto Alegre: Est, 1981. 376 p. (Coleção imigração italiana).

EDUARDO, M. F. **Trabalho de campo:** Geografia Rural Roteiro: Lapa/PR, Curitiba/PR, Barra do Turvo/SP. Erechim, 2017.

EDUARDO, M. F.; GABOARDI, S. C. Notas sobre o processo de modernização da agricultura na Microrregião de Erechim (Brasil) e a ação dos movimentos populares no fomento à agroecologia. In.: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2013, Lima, Perú. Anais... Lima: IGU, 2013.

EDUARDO, M.F.; GABOARDI, S.C.; REIS, J.T.; O mapa da questão agrária na microrregião de Erechim/RS: implicações da evolução econômica nas dinâmicas territoriais da agricultura familiar. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.13, n.1, p. 21-41, jan./abr. 2019.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** 2013 (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FRANCISCO, M. L. O. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas considerações. In: **Revista Latino- americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, V.2, n.1. 2011.

GABOARDI, S. C.; EDUARDO, M. F. **Microrregião de Erechim/RS: agricultura familiar e as transformações recentes no espaço rural.** In: VII SINGA, VII Simpósio Internacional e VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais. Goiânia: UFG, 2015. p. 5669 – 5686.

GABOARDI, S. C. **Territorialidades da Agricultura Orgânica e da Agroecologia na Microrregião de Erechim/rs a partir das Ações Socioambientais do CAPA E DO CETAP.** (Dissertação de Mestrado)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná.- Campus de Francisco Beltrão, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. (Questões da nossa época, 47).

Leia mais: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%C3%A9ncia-politica/politicas-publicas/juventude>.

GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. (1993). **Agricultura Brasileira na Década de 90: Crescimento numa Economia em Crise.** IPEA, Rio de Janeiro.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo. v.15, n.43, p.37-50, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Agropecuários: 1995 e 2006.

KOZENIESKI, E de M. **A Produção do Espaço Rural**: Transformações das Dinâmicas Produtivas e da Agricultura na Microrregião de Erechim / P.337, 2016.

LEÃO, G; ROCHA, M.I.A. **Juventudes no campo**. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CARDART, R.S, PEREIRA, I.B, ALENTEJANO, P, FRIGOTO, G (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MALHOTRA, N. K, **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARQUES, A.L; NUNES, D de F; MILAGRES, F.C; DELMONDES, K; SIMONETI, R; OLIVEIRA, A.C.S de. **Cursos de Ciências Agrárias e questões de gênero**: considerações acerca do perfil socioeconômico das estudantes de agronomia no Brasil. Instituto Federal do Tocantins, 2017.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MULLER, M. P. **As jovens rurais e as expectativas de permanência no espaço rural**: um estudo de caso no Campus Realeza da Universidade Federal da Fronteira Sul. (Dissertação de mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Francisco Beltrão, 2016.

MONTEIRO, D. Agroecossistemas. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G.; (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257- 265.

MOREIRA, R. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço Geográfico. 1ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo. Editora Contexto, 2011.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

_____. **O modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1ª Edição, FFLCH, São Paulo, 2007.

PAULILO, M. I. **O peso do trabalho leve**. Ciência Hoje. v.5 n.28, jan/fev. 1987.

PAULO, M de A. L de. Juventude Rural: suas contribuições identitárias. LEÃO, G; ROCHA, M.I.A. **Juventudes no campo**. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

PEREIRA, V. G.; REIS, L. S.; OLIVEIRA, M. L. S. Abordagem sobre os processos sucessórios do campesinato a partir das relações de gênero. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v.3, n.2, ago./dez.2012.

PIRAN, N. **Agricultura Familiar**: Lutas e Perspectivas no Alto Uruguai. Erechim/RS: EdiFAPES, 2001

PIRES, L. M. **Culturas Geográficas de alunos-jovens: uma referencia para a formação de professores de geografia.** Goiânia, 2013. 276 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://lepeg.iesa.ufg.br/up/8/o/TESE_LUCINEIDE_MENDES_PIRES.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2016.

PORTO- GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização,** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2006.

PPC. do curso de Agronomia da UFFS Erechim disponível em: file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/PPC_Agronomia_ER_2016.pdf . Acesso em: 28 de abril de 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REIS, M, L. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Revista Espaço e Cultura.** UERJ, RJ, n. 38, p. 11-34. Jul/Dez de 2015.

RISTOFF, D. I. **Perfil socioeconômico do estudante de graduação:** uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). Rio de Janeiro: Flacso/Brasil – Cadernos do GEA, n. 4, jul./dez. 2013.

SACK, R. D. **Human Territoriality:** A Theory. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 73, No. 1. (Mar., 1983), pp. 55-74.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. Em: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** Florianópolis, Insular, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes:** Mito e realidade, 3ª.ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. "Violência de gênero lugar da práxis na construção da subjetividade". **Lutas Sociais.** São Paulo, PUC, 1997.

SANTOS, R. A. **O processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná.** (Tese de doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”. Campus de Presidente Prudente, para obtenção do Título de Doutora em Geografia. Presidente Prudente: FCT-UNESP, 2008.

SAQUET, M. A. **Colonização italiana e agricultura familiar.** Porto Alegre/RS: EST Edições, 2002.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST edições, 2003.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, M. e SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para o desenvolvimento territorial. SP:Outras Expressões, 2011.

SCOTT, J. W. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1995.

SCOTT, P.; RODRIGUES, A.C; SARAIVA, J. das C. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rural. In: PARRY, Scott; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 63-94.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão técnica de Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. J. da. **Do campo para a cidade: as relações de gênero e o êxodo das jovens mulheres**. In: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diversidade, 2011, Joao Pessoa. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/10/06.pdf>. Acesso em: 15 março. 2018.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, Verão, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2167/1647>>. Acesso em: 09 out 2018.

SILVA, J. M. et al. Geografia e Gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 38-62, set. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/7333/5201>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

SILVA, L. F. S. C. da. A experiência do domínio comum na UFFS e as fronteiras do currículo universitário. In: BENINCÁ, D. **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Editora Outras expressões, 2011. p. 125-148.

SILVA, S. M. V. da. Geografia e Gênero/Geografia Feminista –o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 23, p. 105-110, mar. 1998. Disponível em:< <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>>. Acesso em: 24 março. 2018.

SILVA, C.B. de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. ; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SIMÕES, W. **Territorialidade da juventude faxinalense entre a produção de invisibilidade, a precarização dos territórios de vida e os desafios da construção de um bem viver**. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SPÓSITO, M.P. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, J. T. P. de. Apresentação do Dossiê: A sociedade vista pelas gerações. **Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, n. 8, p. 9-30, 2006. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/.../1561>>. Acesso em: 04 out. 2018.

STROPASSOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

TEDESCO, J. C. **Um pequeno grande mundo**: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Volume II. Presidente Prudente, p.130-167, 2006.

TURRA NETO, N. **Múltiplas Trajetórias juvenis em Guarapuava**: territórios e redes de sociabilidade. Presidente Prudente, 2008. 533 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105044/turraneto_n_dr_prud.pdf?se+quence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2015.

TURRA NETO, N. **Microterritorialidade nas cidades**: Uma introdução á temática. Cidades, Presidente Prudente, V.10. n. 17.2013, p.7-17. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3231/2745>. Acesso em: 16/11/2016.

UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul. 2010. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: um estudo de caso no Bairro de Escadinhas, Feliz/RS. Porto Alegre, 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4585>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2005.

ZEIST, S.M.T. **Produção de Alimentos de Autossustento na Agricultura Familiar**: Um estudo de caso no município de Barra do Rio Azul-RS. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, 2016.

7- APÊNDICE I

SISTEMATIZAÇÃO DAS RESPOSTAS QUALITATIVAS

(Fonte Arial, respostas das egressas de Agronomia; Fonte Times New Roman, respostas das egressas de Pedagogia)

28) Porque não deu para continuar no campo fazendo o curso?

Devido a distância, não havia transporte. (Eliete, A 3)
Devido a distância, da minha cidade até a universidade. (Alice, A 3)
Pela distância (160 km). (Amanda, A 3)
Não havia logística que permitisse tal deslocamento, e porque também era necessário trabalhar para ter remuneração, podendo assim garantir inicialmente a entrada e depois a permanência na faculdade. (Adriana, A 3)
Porque minha cidade natal ficava distante, cerca de 80 Km de Erechim, onde cursei Agronomia. (Beatriz, A 2)
Porque minha irmã também entrou para a graduação, com isso as passagens iriam ficar muito caras e compensava nos duas vir morar em Erechim. (Daliane, A 3)
Me mudei para cidade antes do ensino médio, mas seria possível continuar estudando mesmo morando no campo. (Ana, A 3)
Porque não tinha condições financeiras de pagar um curso superior em uma universidade particular e o transporte, pois tinha transporte da cidade em que eu morava para as universidades particulares da região. (Eliana, A 3)
Difícil acesso tanto de logística quanto tecnológico, envolvia gasto de tempo e não tínhamos internet no interior nem sinal de celular. Esses são os motivos principais que levaram muitos jovens a sair do interior para poder estudar. Hoje, passados oito anos, já temos internet no interior e sinal de rede móvel. O que não mudou ainda e que é um fator inerente é o deslocamento, para poder utilizar o meio de transporte universitário tem que ir do interior até a cidade, o que gera gastos e demanda mais tempo. (Gabriele, A 3)
Porque se localizava distante do local de estudo, não era viável ir e voltar todos os dias. (Josicler, A 3)
Pois não tinha transporte que vinha para a cidade para eu poder cursar a graduação, pois era uma cidade pequena e mais distante um pouco. (Luciane, A 2)
Antes de fazer a faculdade já morava à 5 anos em Erechim trabalhando. (Maria, A 3)
Devido à distância, morava em Esmeralda e consegui o curso em Erechim. (Sandra, A 2)
Não tinha transporte que trafegava no interior para ir até a universidade, só na cidade mais próxima. (Fernanda, A 2)
Por ser longe para ir todo dia, pois o curso era integral. Além disso, além das aulas, me envolvi em projetos de pesquisa e monitorias na universidade. (Lenine, A 2)
Dificuldade de acesso e logística, visto que o curso era em turno integral. (Karine, A 3)

Passei na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste- Campus de Casscavel- PR, como a Universidade era gratuita optei por fazer o curso de Enfermagem, por causa da distância não deu para continuar no campo. (Anamara, P 3)

Eu já morava há 6 anos na cidade quando comecei o curso. (Andrisa, P 3)

Fui para a cidade para terminar a faculdade, pelo motivo de que o ônibus voltava muito tarde e se tornava perigoso voltar para casa após as 23h. (Charlene. P 3)
Não estava cursando faculdade quando migrei para a cidade. (Marta. P 4)
Porque a distância é de 65km mais ou menos, então ficaria fora de mão, todas as noites fazer este trajeto. (karla. P 3)
Devido a distância, falta de transporte escolar, falta de internet (o que também dificultaria) e falta de perspectivas no meio rural. (Elisangela. P 3)
Eu já tinha me mudado, pois não queria ficar trabalhando no interior. (Fabiana. P 3)

42) O que melhorou na sua condição material de vida após a formação em nível superior? (questão direcionada as jovens que migraram do campo)

Poder de comprar coisas ou até mesmo fazer projetos que melhorem a condição material no futuro. (Eliete. A 3)
Até o momento não vejo muita mudança na condição material devido ao pouco tempo de formação e o trabalho que faço demanda muita assistência e convencimento do produtor em utilizar insumos biológicos e orgânicos. Mas é um trabalho que desafia bastante a mostrar que é possível produzir alimentos mais saudáveis, menor custo e com qualidade elevada. (Alice. A 3)
Independência. Não depender financeiramente da família. (Amanda. A 3)
Não houve alteração material. (Adriana. A 3)
A formação em nível superior possibilitou abrir novos horizontes, que anteriormente não imagina que pudessem existir ou que seriam importantes. Melhorei minha vida pessoal, acadêmica e social, pois aprendi de certa forma a analisar mais criticamente a realidade. (Beatriz. A 2)
Olha por enquanto minha vida ainda não melhorou, porque ainda não comecei a exercer minha profissão, mas acredito que assim que eu concluir o mestrado quero dar aula e começar a ter melhores condições de vida. (Daliane. A 3)
Estou construindo minha casa.(Ana. A 3)
Material não melhorou, pois ainda estou estudando. A condição intelectual evolui muito, a maneira de me relacionar com as outras pessoas, ver os acontecimentos com senso crítico, etc. (Eliana. 3)
Na condição de poder aquisitivo, maior liberdade de escolha e possibilidade de planejamento. (Gabriele. A 3)
Possibilitou a compra da casa própria juntamente com meu esposo, além de ter contribuído com realização pessoal de estar fazendo o que eu gosto.(Josicler. A 3)
Aumento salarial (Luciane. A 2)
Consegui um emprego e comecei a construir a minha vida, pois como estudante não tinha condição de ter bens materiais.(Maria. A 3)
Possibilitou uma visão ampla da propriedade, da família e da sociedade como um todo, mais oportunidades no mercado de trabalho, salário maior. (Sandra. A 2)
Não mudou muito, pelo fato de não estar trabalhando e sim estudando na pós-graduação (mestrado). (Fernanda. A 2)
Como optei por aprimorar ainda mais meu conhecimento, no momento estou recebendo a bolsa do curso de Pós-Graduação. (Lenine, 2)
Possibilidade de tornar-me independente, ter próprio salário. (Karine, 3)
Com o salário foi possível adquirir alguns bens: casa própria e automóvel, estão financiados, mas logo o pagamento encerrará. (Anamara. P 3)
Consegui nomeação em dois concursos públicos e isso proporcionou uma vida tranquila e estável. (Andrisa. P 3)

Após a formação acadêmica, muita coisa melhorou, além de que consegui minha autonomia financeira. (Charlene. P 3)
Não teve melhoria, pois nem sempre uma formação em nível superior garante poder aquisitivo. (Marta. P 4)
Com muito esforço, compramos uma casa, o meu trabalho é mais reconhecido, e estamos conseguindo viver bem. (Karla, P 3)
Até o momento nada, pois atuo fora de minha área de formação, mas o conhecimento construído durante o curso auxilia em muitos momentos em meu trabalho. (Elisângela P 3)
Pude exercer a profissão que sempre sonhei. (Fabiana P 3)

43) Qual era a sua expectativa de sair do campo para cursar Pedagogia ou Agronomia? O que você imaginava escolhendo este curso?

Além de gostar muito da área, esta escolha foi feita pensando em ter melhores condições financeiras depois de formada e no futuro poder voltar a agricultura com uma estrutura e conhecimento maior. (Eliete A 3)
Não tinha planos de sair da propriedade pois a família trabalha com feira orgânica a mais de 20 anos. Porém quando a UFFS veio para Erechim o curso de Agronomia com ênfase em agroecologia me despertou interesse em entrar para a universidade. A produção orgânica sempre demandou mais esforços pois as informações nem sempre chegavam na propriedade. Via como uma oportunidade de avanço na produção e assistência técnica para além da nossa propriedade. É o que busco hoje, levar informação principalmente aos agricultores que tem produção agroecológica. (Alice. A 3)
Eu sempre me identifiquei com a área e minha expectativa com o curso era de aprimorar meu conhecimento relacionado a agropecuária. Minha expectativa não era necessariamente voltar após os estudos e continuar os afazeres da família, mas sim, continuar vinculada a atividade, seja na forma de ensino, pesquisa, extensão ou na prática, fora da propriedade. (Amanda. A 3)
Me formar em algo que me identifique muito. (Adriana. A 3)
Minha expectativa era conhecer sobre a área da Agronomia, a qual sempre gostei. Cresci ao lado de plantas, animais e da natureza, o que para mim é muito valioso. Escolhi este curso porque imaginava que estudando eu iria conseguir ajudar resolver problemas dentro da agricultura. (Beatriz. A 2)
Poder voltar a trabalhar com produção vegetal, sempre gostei de lavoura e do campo. (Daliane. A 3)
A minha expectativa era encontrar uma universidade bem estruturada e com bons professores e me tornar uma boa profissional. Após o término esperaria encontrar um emprego para contribuir em especial com a agricultura familiar do qual estou inserida. (Ana. A 3).
Minha expectativa ao entrar para a Agronomia era por puro sonho pessoal, poder montar minha empresa rural, no entanto ao decorrer do curso notei o quanto os agricultores ainda carecem de auxílio técnico para sua produção agrícola, isto me fez sair do curso e escolher o trabalho de assistência técnica a campo. (Eliana. A 3)
Apreender mais e poder auxiliar tanto a família, como os demais agricultores na geração de renda no campo. (Gabriele. A 3).
Bastante preconceito ainda, na época que eu entrei o sexo masculino prevalecia. (Josicler. A 3).
Realização Profissional, ganhar dinheiro fazendo o que me identifique. (Luciane. A 2).
Gosto muito do campo e das coisas simples da vida. Fazendo Agronomia eu iria continuar ligada ao campo, fazendo o que gosto, mas com um reconhecimento profissional e uma oportunidade de conquistar meus objetivos pessoais. (Maria. A 3)

No início pensava em voltar pra a propriedade, nas férias vinha para casa ajudar nos serviços, mas nós somos em dois filhos e meu irmão permanece no meio rural, então não combinamos para trabalhar junto. Meu pai é reassentado pela Barragem de Barra Grande, foi militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, é um pouco mais aberto para a permanência dos filhos no campo, mas a maior dificuldade é trabalhar com meu irmão, eu queria melhorar um pouco mais a propriedade, pois temos a atividade de pecuária leiteira, e introduzir produção orgânica de morangos e outras espécies frutíferas ou hortaliças, mas meu irmão não quer ajudar e só eu não consigo dar conta. (Sandra, A 2)
Ter uma formação em nível superior, conhecimento transmitido em sala de aula para posteriormente ser incrementado a campo. Ao escolher esse curso esperava me aprimorar nessa área, pois tinha/tenho muita afinidade. (Fernanda, A 2))
Aprimorar conhecimentos para auxiliar na continuação dos trabalhos na propriedade e um futuro melhor. (Lenine, A 2)
Buscar conhecimento e voltar para para casa, com objetivo de seguir as atividades, pois gosto das atividades ligadas ao campo, lavoura e pecuária. (Karine, A 3)

Minha mãe é professora, quando voltei de Cascavel para a Uri o curso de Enfermagem daqui era só meio turno, como era meio turno procurei emprego mas não obtive sucesso. Então optei por realizar uma graduação noturna e a melhor opção que considerei foi a Pedagogia. Vejo na Pedagogia uma oportunidade de negócio daqui a alguns anos pretendo abrir uma Escola de Educação Infantil. (Anamara, P 3)
Não saí do campo para cursar Pedagogia. Já morava há seis anos na cidade. Mas, escolhi Pedagogia, pois sempre aproveitei oportunidades que me qualificassem ainda mais para ser professora. (Andrisa, P 3)
Somos uma família pequena, duas meninas e um menino, por isso eu migrei para a cidade somente durante o curso de Pedagogia, ao terminar a graduação, voltei a morar no interior, pois a propriedade onde morava era perto da cidade, e assim continuei auxiliando nas atividades da propriedade. (Charlene, P 3).
Escolhi o curso de Pedagogia por gostar da área de atuação do pedagogo e por ter um amplo campo de trabalho. (Marta, P 4)
Eu estava caminhando rumo ao futuro melhor, iria estudar para trabalhar na área e para aprender pra vida. (Karla, P 3)
Cursei Pedagogia pelo fato de ser uma área de trabalho que me possibilita trabalhar em diferentes ambientes, além de me fornecer um diploma de ensino superior de forma gratuita, pois não tinha condições financeiras de bancar um curso superior. (Elisângela, P 3)
Eu sempre quis ser professora, desde criança. Foi um sonho realizado. Sempre me imaginei em uma escola rodeada por crianças, não me imaginava fazendo outra coisa. (Fabiana, P 3)

44) E durante o curso como que você se sentia na condição de mulher cursando Pedagogia ou Agronomia?

Durante o curso, foi muito tranquilo sempre tratada de maneira igualitária, mas depois de formada a gente enfrenta diversos desafios de empresas que não nos contratam pelo simples fato de sermos mulheres. (Eliete, A3)
Achava o máximo..... E sempre defendi que lugar de mulher é onde ela quiser. Nunca me senti inferior aos homens/meninos que estudaram comigo. E existia o respeito pelo menos na nossa turma, erramos a maioria de mulheres e todas bem focadas em seus objetivos. (Alice, A3)
Embora é sabido que existia e existe um preconceito perante o gênero no curso eu me sentia bem, pois via a minha atuação como um objetivo para quebrar esse paradigma e mostrar que somos capazes tanto quanto aos homens. (Amanda, A3)
Muita dificuldade etc. (Adriana, A3)

Eu me sentia feliz por estar realizando um sonho, mesmo às vezes muitas pessoas dizendo/acreditando que por ser mulher não conseguiria, e por este motivo muitas vezes questionavam minhas indicações técnicas. (Beatriz, A2)
Me sentia orgulhosa e feliz, pois na minha turma tinha mais mulheres que homens e pra mim era maravilhoso estar realizando meu sonho. (Daliane, A3)
Me sentia como os demais colegas. Sabia do meu potencial. (Ana, A3)
Na minha turma a condição era mais de igualdade, pois haviam em muitas disciplinas mais mulheres do que homens e não havia tanta distinção como há em outros cursos de Agronomia que o machismo é mais presente. (Eliana, A3)
Embora, éramos a minoria como mulheres na turma, me sentia privilegiada em estar cursando uma área que ainda é predominantemente homens, tenho muito orgulho desta profissão e de conquistar esse espaço. (Gabriele, A3)
Muitas vezes excluída e deixada de lado. (Josicler, A3)
Bastante preconceito ainda, na época que eu entrei o sexo masculino prevalecia (Luciane, A2)
No início tive um pouco de receio, mas vi que assim como eu, tinha muitas outras meninas cursando o mesmo curso que eu. Claro que durante a faculdade presenciei o quanto seria difícil entrar no mercado de trabalho pelo fato que era mulher, mas este foi um obstáculo que consegui superar mostrando dedicação e me valorizando como profissional e como pessoa também. (Maria, A3)
Nossa, não foi muito fácil, pois a Agronomia é um curso muito machista, e nosso curso com ênfase em Agroecologia, defender a Agroecologia e ser taxada os 5 anos de curso não foram fáceis, ser mulher e ainda defender a Agroecologia era desprezo para alguns colegas, o Agronegócio é muito excluídos e machista. (Sandra, A2)
Me senti como mulher cursando Agronomia, um pouco de preconceito, como esse curso a maioria é composto por homens, tinha um tratamento por partes de pessoas do interior, mas do que da universidades, do tipo o que ELA quer com “ensinar como cuidar das plantas”. Às vezes isso era desconfortável. (Fernanda, A2)
Durante o curso sempre fui tratada com respeito por colegas e professores. (Lenine, A2)
O sentimento era de alegria, gratidão pela oportunidade de estar buscando conhecimento nas áreas em que tenho apresso, porém no mesmo instante o receio de talvez enfrentar preconceitos no mercado de trabalho, pelo fato de ser do gênero feminino. (Carine, A3)

Na Pedagogia isso não é um problema, talvez para a Agronomia isso seja um desafio um pouco maior, mas hoje isso tem mudado e como mulheres estamos aprendendo que podemos ser o que quisermos. (Anamara, P3)
O meu curso sempre teve predominância de mulher. Então, me sentia à vontade. (Andriza, P3)
Acredito que ao cursar Pedagogia, construí uma personalidade sólida, pensando e desenvolvendo cada passo conforme minhas possibilidades, além de ter autonomia financeira, gerenciar minhas próprias contas, podendo assim comprar algumas coisas que gostava e que antes era mais difícil conseguir adquirir. (Charlene, P3)
Bem, pois é um curso com forte presença feminina (Marta, P4)
Muita autonomia e realizada em poder tomar decisões. (Karla, P3)
Me senti realizada em ser a 1ª pessoa da família a estar frequentando um ensino superior, dando orgulho aos meus pais. (Elisângela, P3)
Éramos, no início, em 50 mulheres. Minha turma não tinha nenhum homem cursando Pedagogia. Era estranho pensar que não haviam pessoas interessadas em serem pedagogos, como se esta fosse uma profissão “somente para mulheres”. (Fabiana, P3)

45) Em sua opinião quais mudanças deveriam ser feitas nos cursos de Agronomia ou de Pedagogia para incluir mais os jovens de origem rural?

<p>Acredito que a UFFS deveria manter seu foco inicial, pois a mesma surgiu pela luta do povo, agricultores da região, quem sabe abrindo tantas vagas para filhos de agricultores familiares, que visem permanecer na região melhorando a condição local da agricultura. (Eliete, A3)</p>
<p>Hoje o curso de Agronomia da UFFS é bem conceituado. Não sei dizer se são necessárias mudanças no curso. Mas acredito que os professores do curso de Agronomia deveriam passar pelo concurso com critérios mais direcionados com a agroecologia. Pois hoje tem muitos professores no campus Erechim que defendem a produção convencional com uso de agrotóxicos que vai contra o que o curso prega que é a agroecologia. Não sei se isso incluiria mais jovens mas acho importante. (Alice, A3)</p>
<p>Na minha opinião não são necessárias mudanças perante o curso de Agronomia, afinal aproximadamente 90 % dos acadêmicos do curso são de origem rural. (Amanda, A3)</p>
<p>Ter profissionais capacitados e capazes, para receber mulheres e respeitá-las, tratá-las como capazes de exercer qualquer função, independente de gênero. (Adriana, A3)</p>
<p>Divulgar e incentivar as jovens rurais a buscar conhecimentos, a fim de um dia voltarem ao campo e aplicar estes conhecimentos. (Beatriz, A2)</p>
<p>Quando entrei na agronomia a maioria dos meus colegas eram aqui da região e acredito que após a abertura do SISU veio muita gente da cidade e de lugares distantes fazer agronomia e eu achei que decaiu a quantidade de jovens rurais aqui da região que conseguiram ter acesso ao curso. Acredito que deveria dar preferência para jovens da região que daí os mesmos muitas vezes não precisariam deixar o campo para estudar (Daliane, A3)</p>
<p>Nos dias de hoje com a infraestrutura e informação existente só depende da própria pessoa querer cursar uma faculdade. (Ana, A3)</p>
<p>Deveria ter um espaço de acolhimento, pois no início do curso tudo é novo e ficamos “meia perdida”, de como lidar com essas novas mudanças e como se adaptar a rotina de estudo e como deve ser esse estudo. (Eliana, A3)</p>
<p>Na Agronomia a grande maioria dos estudantes já é de origem rural. (Gabriele, A3)</p>
<p>A valorização da mulher no mercado de trabalho ainda existe muito preconceito na questão de mulher na Agronomia. (Josicler, A3)</p>
<p>Mais divulgação. (Luciane, A2)</p>
<p>Que surjam mais cursos em escolas estaduais ou federais para darem oportunidades aos jovens do meio rural, que não tem condição de pagar pelo seu estudo, de poderem estudar. (Maria, A3)</p>
<p>As primeiras turmas atenderam bem a região do meu ponto de vista, pois a maioria dos colegas eram filhos de agricultores, mas por ser um curso de tempo integral dificulta um pouco para conseguir se manter na universidade sem precisar trabalhar ou ajudar em casa, um curso com regime de alternância poderia ser mais viável para a permanência do jovem no campo, ou com aulas no noturno e nos sábados, embora seja um curso com uma carga horária muito extensa e que demanda muito estudo, mas aliar a prática ao conhecimento teórico é a melhor formação que podemos ter. (Sandra, A2)</p>
<p>Por ter estudado em uma escola fundamental durante a adolescência, esta, por si não era visitada por universidades federais e sim por particulares, agora pela divulgação e pelo ENEM existe maior conhecimento. Deveria ter um departamento ou um grupo que recebesse os alunos dessa categoria para conhecer quesitos que só o pessoal que mora na cidade conhece, para não ficarem tão perdidos. (Fernanda, A2)</p>
<p>Maior divulgação, diálogo, pois muitos jovens que residem em área rural tem certo receio pela mudança, por mudar para uma cidade maior. (Lenine, A2)</p>
<p>No meu ponto de vista creio que esteja bem acessível, pois vejo que cada vez o número de estudantes vindos do campo é maior. (Karine, A3)</p>

Penso que poderiam ser criados Campus no meio rural ou alguma extensão dos mesmos para facilitar o acesso, além disso eu sugiro que a Universidade visite as escolas rurais para expor os cursos disponíveis, viabilizar transporte e internet a todos os estudantes. (Anamara, P3)
Acredito que os cursos deveriam ofertar disciplinas específicas mais voltadas para as práticas do cotidiano. (Andriza, P3)
O curso de Pedagogia da universidade em que me formei, sempre foi muito bom, pois os estudantes oriundos do meio rural, precisam conciliar as atividades, ou seja, estudar e trabalhar juntos, pois na maioria das vezes, as famílias são pequenas e não há muita mão de obra, então, acredito que o curso de Pedagogia é ainda uma melhor opção para cursar, pois o curso de Agronomia é no período matutino, dificultando muitas vezes que o estudante estude e continue trabalhando na propriedade. (Charlene, P3)
Tem o curso Educação do campo, que já chama bastante gente para formalizar as suas atividades, principalmente educadores que atuam de forma não-formal. E o curso é acessível a todos que buscam e estudam, o que dificulta é a distância, onde muitos acabam desistindo. (Karla, P3)
Com relação ao curso de Pedagogia acredito que no momento da seleção deveria haver além da pontuação no Enem algum fator facilitador, assim como existem cotas para indígenas, negros que também existissem para estudantes da zona rural, digo isso, pois a dificuldade de ingresso em universidades dessa parcela dos estudantes vai muito além do passar na prova do Enem (difícil acesso a cidade, a internet, etc.). Talvez alguma espécie de auxílio também seria um facilitador para que o educando pudesse se dedicar um maior tempo possível ao curso, pois no interior o trabalho nem sempre é valorizado como deveria. (Elisangela, P3)
Acredito que deveria haver uma separação melhor ou uma melhor organização com relação ao ingresso na UFFS, pois várias pessoas que possuem condições financeiras para pagar uma graduação em uma instituição particular estudam lá. É claro que estudando em colégios particulares e fazendo cursinhos conseguem notas mais altas do que quem estudou sempre em escola pública (sem desmerecer o ensino público, claro). Mas quem sempre possuiu condições de pagar por isso, se sai muito melhor. (Fabiana, P3)

46) A sua expectativa após o curso se confirmou?

Em partes, não pensei que havia tanto preconceito no mercado de trabalho por ser mulher. (Eliete, A3)
Está se confirmando. Estou fazendo o que realmente sei e gosto, mas tenho muitos desafios pela frente. (Alice, A3)
Sim. Aprimorei meu conhecimento e hoje atuo na área, me aperfeiçoando mais ainda. (Amanda, A3)
Houve uma grande mudança no decorrer da caminhada, mudando muito do que eu esperava e de como eu atuaria. (Adriana, A3)
Sim, pois meu objetivo era cursar Agronomia e após o término fazer pós-graduação. (Beatriz, A2)
Sim. Sou muito feliz e grata por ter feito agronomia em uma universidade federal, pois meus pais não teriam condições de pagar meus estudos (Daliane, A3)
Digamos que uns 80%. (Ana, A3).
Em partes, porque conseguir entrar numa pós-graduação com bolsa mesmo em uma instituição privada. Mas não consegui realizar meu sonho de conseguir um emprego na região no qual minha família está inserida e que a maioria da agricultura é de origem familiar. (Eliana, A3)
Sinceramente não. Saímos com a falsa impressão de que sabemos tudo e que o mercado está nos esperando com uma boa vaga e ótima remuneração, que deveria ser no mínimo o piso salarial. É claro que saímos da graduação com uma base teórica

fortificada e pronta para ser aplicada, mas na prática precisamos ir em busca de muito conhecimento ainda. Destaco também que há muita diferenciação salarial e de cargo entre homens e mulheres nesta área. (Gabriele, A3)
Não totalmente pois a questão salarial não é valorizada e os ganhos são poucos. (Josicler, A3)
Ainda não, mas se confirmará! (Luciane, A2)
A expectativa do início do curso não, pois achávamos que seria bem mais fácil achar um emprego e receber um salário tido como base para a categoria. Mas dentro das condições atuais, o curso me abriu muitas portas para meu crescimento pessoal e profissional. (Maria, A3)
De certa forma sim, mas tive que buscar outras formas para trabalhar, mas por um lado também é bom, por mais que eu entenda que a permanência no meio rural é importante para a produção agrícola e a produção de base ecológica, mas trabalhar fora da propriedade também nos possibilita outras experiências e conhecimento de outras áreas, conhecer novas pessoas e a troca de informações com outros profissionais. E ter um curso superior nos amplia a nossa área de atuação, podemos trabalhar no setor público, no setor privado, continuar na propriedade, continuar estudando num curso de Pós-graduação e isso é muito gratificante, pois muitas vezes se ficamos acomodadas não conseguimos atingir nosso potencial e vivenciar novas experiências e lugares. (Sandra, A2)
Não. (Fernanda, A2)
Sim. (Lenine, A2)
Sim. O curso me possibilitou adquirir conhecimento, ver as coisas de forma diferente, pensar, observar, para depois agir. (Karine, A3)

Não pois ainda não atuo na área. Mas amei o curso de Pedagogia da UFFS. (Anamara, P3)
Com certeza. Tive professores e disciplinas excelentes que me prepararam para a vida profissional. (Andriza, P3)
Sim. Sempre quis ter autonomia financeira. Mas o principal motivo para o qual fui estudar, também se deu pelo motivo que nem sempre trabalhar na lavoura e com animais é bom, nos dias chuvosos ir atrás de gado na pastagem, ordenhar as vacas e trabalhar com aviário não era o que eu queria para o resto da minha vida, por esse motivo resolvi estudar para poder ter uma opção de trabalho mais leve e que não precisaria exercer a atividade rural como “ganha pão”. (Charlene, P3)
Sim, pois conclui o curso na expectativa de atuar na área de formação, e estou na área. Tudo que aprendi durante a graduação é relevante na prática diária. (Marta, P4)
Sim, estou bem, empregada, continuo meus estudos, afim de que, eu esteja sempre mais capacitada. (Karla, P3)
Ainda não. (Elisangela, P3)
Sim. (Fabiana, P3)

50) Como as relações de poder, atreladas a questão de gênero no campo e no interior das unidades produtivas, influenciaram na sua decisão em cursar o Ensino Superior

Acredito que não me influenciaram de forma decisiva. (Eliete, A3)
Não. Nunca tive problemas em relação as escolhas que fiz e sempre fui incentivada pela família. Durante toda minha infância e juventude estive envolvida com pastoral da juventude, produção agroecológica, muitos cursos e viagem, coordenação da rede ecovida entre outros. Isso que me ajudou nas tomadas de decisões. (Alice, A3)
Na verdade, isso não influenciou na minha tomada de decisão para cursar Agronomia. Cursei porque achava importante me aperfeiçoar mais na área de conhecimento, fiz

curso técnico e não achei suficiente. Nunca liguei muito para opiniões alheias. (Amanda, A3)
Fiz a minha escolha e segui em frente, mesmo tendo algumas discordâncias, em um geral a família apoiou, o que vinha de fora não deixei me abater. Mas sei que o machismo e o patriarcado são ainda fortes em nossa região. Lutamos para combatê-los, dentro e fora da faculdade. (Adriana, A3)
Estas relações foram um impulso para que eu buscasse minhas próprias conquistas e méritos, se tornando uma pessoa independente e capaz de tomar minhas próprias decisões. (Beatriz, A2)
Na minha casa sempre fui o braço direito do meu pai no campo, pois meu irmão mais velho não gostava de ir pro campo, já eu adorava e dali nasceu a paixão pela Agronomia, por ver meu pai plantando e colhendo mesmo com sofrimento. Sempre imaginava que um dia eu iria conseguir ajudar ele para que produzisse mais e trabalhasse menos. (Daliane, A3)
Não. Inclusive tive muito apoio do meu pai. (Ana, A3)
Ver em muitos casos a submissão da mulher, porque geralmente é o homem que fica com o dinheiro da família e a mulher muitas vezes precisa se submeter ao marido, pois não tem como trabalhar e morar em outro local. (Eliana, A3)
Gosto muito de desafiar o que rotulam como impossível ou como crenças limitantes, e provar o contrário. (Gabriele, A3)
Não. (Josicler, A3)
Patriarquismo. (Luciane, A2)
Nos últimos anos as mulheres vem conquistando muito os espaços que uma vez eram somente do gênero masculino, mas como nunca me imaginei inferior a um homem, não desanimei e tentei conquistar meu espaço. (Maria, A3)
Sempre fui incentivada pelos familiares a cursar um curso superior, mas meu pai não tinha condições de pagar pra nós estudar, quem dirá conseguir cursar Agronomia, então com a UFFS e a sua política de acesso, foi onde eu vi uma chance de poder estudar. (Sandra, A2)
Bem, se fosse pelas unidades estabelecidas no campo, como cooperativas e indústrias, isso não teria me influenciado a cursar Agronomia, escolhi e cursei Agronomia pelo fato de gostar das funções atreladas a essa profissão, não por influência desse tipo de negócio, pois como bem sabemos se você não tem “padrinho” nesses lugares tu não entra somente por ser qualificada. (Fernanda, A2)
Sempre tive apoio da minha família, principalmente da minha mãe para cursar Ensino Superior. (Lenine, A2)

Temos cerca de 20 hectares de frutas (pêssego, uva, caqui) e somos em duas irmãs. Nunca fomos estimuladas a conhecer o funcionamento dos pomares então o ensino superior parecia ser o mais adequado. Hoje pretendo sim voltar para o campo mas terei que aprender a cuidar de tudo. (Anamara, P3)
Acredito que minha decisão não foi influenciada por relações de poder. (Andrisa, P3)
Eu decidi cursar o ensino superior pois, queria uma opção a mais, ou seja, não queria passar o resto da vida dependendo da lavoura, do gado leiteiro e do aviário. (Charlene, P3)
Não foram questões de gênero que influenciaram em minha decisão, mas sim, a pouca área de terra, e a oportunidade de evolução pessoal pelo trabalho que poderia ser desenvolvido a partir da graduação na área escolhida. (Marta, P4)
Meu irmão saiu de casa muito cedo para estudar, e eu decidi que iria fazer o mesmo, pois a propriedade é pequena e eu via que precisava de uma renda pra mim, coisa que ficava dependente do meu pai. (Karla, P3)
Não houve influencias nesse sentido. O interesse partiu do desejo de conquistar meus sonhos e objetivos que não seriam possíveis trabalhando no meio rural. (Elisangela, P3)
Não, era uma coisa que eu sempre quis. Foi uma decisão pessoal (Fabiana, P3)

51) Como a formação em nível superior influenciou em fixar residência nos espaços urbanos?

Difícil acesso com a localidade do interior, as estradas regularmente em péssimas condições e a comodidade, e melhores oportunidades de trabalho. (Eliete, A3)
Não atrelo a formação em nível superior a minha opção de residir na cidade até o momento. Hoje moro na cidade pelo fato de estar mais perto do local de trabalho do meu marido. Mas os planos são construir junto a propriedade dos meus pais. (Alice, A3)
Me vi na necessidade de fixação no espaço urbano em virtude da distância entre a propriedade rural de meus pais e a universidade. Na medida que formei e decidi continuar estudando (pós-graduação), tive que sair do Estado e me afastar mais ainda da propriedade. Residi e resido no espaço urbano pela comodidade de deslocamento e distância entre a moradia e a universidade. (Amanda, A3)
Me aproximou do movimento social que atualmente milito. (Adriana, A3)
Através da necessidade de permanecer no meio urbano para estudar. (Beatriz, A2)
Pela facilidade em conseguir emprego ou mesmo continuar estudando e buscando mais conhecimento. (Daliane, A3)
Não necessariamente. (Ana, A3)
Com a formação é possível conseguir um bom emprego e ter uma renda própria, ter mais opções de lazer a sua disposição e entretenimento. Além disso, tem mais liberdade para fazer as coisas até dentro de casa como uma compra ou até a simples troca de objetos de lugar. (Eliana, A3)
A graduação e a pós graduação nos permitem formar elos gigantescos e abrir um leque de contatos que até então não tínhamos. (Gabriele, A3)
Não. (Josicler, A3)
Saída do campo, e a dificuldade financeira de retorno a mesma. (Luciane, A2)
Com a formação, fui atrás de me aperfeiçoar, então por mais dois anos permaneci na cidade fazendo mestrado e posteriormente com a conquista do emprego, permaneci na cidade para trabalhar. (Maria, A3)
Depois que a gente sai de casa é difícil voltar, a gente já não combina mais para morar junto, a gente quer ter a liberdade de sair, de ter nossas coisas, de ter tempo para nós, ter tempo para estudar, e no meu caso como eu já casei então já tenho outra família. (Sandra, A2)
Após formada, decidi cursar mestrado, pois encontrei dificuldades e barreiras para trabalhar na minha área, então se tornou fácil residir na cidade. (Fernanda, A2)
A escolha por pesquisa durante a graduação, me levou a escolher seguir na área, cursando mestrado e conseqüentemente continuando a morar na área urbana. (Lenine, A2)
Somente trabalho no meio urbano e resido no interior. (Karine, A3)

Pela proximidade, Barra do Rio Azul tem uma estrada de chão que dificulta o transporte além do custo financeiro envolvendo gasolina, pneus... (Anamara, P3)
Eu já tinha residência fixa antes de iniciar o nível superior, mas acredito que com essa formação e, a vida profissional decorrente disso, tive a possibilidade de comprar minha casa própria e reafirmar minha vida na cidade. (Andrisa, P3)
Eu sou casada com um agricultor, mas nos moramos na cidade, pois assim facilita a locomoção para o trabalho, já que trabalho em duas cidades distintas. (Charlene, P3)
Acredito que mesmo sem formação em nível superior permaneceria na cidade, pois, adquirir ou voltar a morar na área rural seria inviável, pois créditos para aquisição de terras rurais nem sempre são de fácil acesso. (Marta, P4)

Ainda estudando iniciei o meu estágio, e cada vez fui me aperfeiçoando e melhorando no meu trabalho. (Karla, P3)
Como não trabalho na área de formação não foi um fator que me influenciou a morar na cidade. (Elisangela, P3)
Não influenciou, apesar de o acesso ser mais prático, foi uma escolha. (Fabiana, P3)

52) Quais as práticas ou ações, em seu ponto de vista, deveriam ser mudadas ou implementadas para que possibilitasse a jovem a permanecer ou mesmo voltar a residir no campo?

Acredito que a valorização do trabalho da mulher no campo, integrando as mesmas nas ações, diálogos. Buscar atividade que as mesmas possam e se sintam bem em estarem inseridas, como por exemplo a fruticultura, horticultura. (Eliete, A3)
A estrutura mínima é fundamental para os jovens permanecer no campo. Internet, lazer, mecanização, crédito, conhecimento, assistência técnica. (Alice, A3)
De modo geral, acho que a participação da jovem na tomada de decisões, sem adultocentrismo e discriminação de gênero seria o ponto chave. É de fundamental importância inserir a jovem na tomada de decisões, sem superioridade, e vê-la como uma sócia ou proprietária, e não como funcionária. (Amanda, A3)
As mulheres terem acesso ao crédito, não serem dependentes dos homens (pais e/ou maridos), segurança nas áreas rurais, acabar com o machismo, entre outros. (Adriana, A3)
Incentivo para desenvolver atividades rentáveis, seja na produção vegetal ou animal, aliado a estudos de viabilidade quanto a questão de mercado, uma vez que é preciso escoar a produção, pois não adianta produzir se não tenho a quem vender. Da mesma forma, não adianta dar crédito em demasia e não dar suporte/orientação. Além disso, é necessário maior acesso a fontes de lazer e informações (internet) uma vez que precisamos estar constantemente estudando/ conhecendo e ou/melhorando as técnicas de produção, manejo e gestão da propriedade. (Beatriz, A2)
Acho que o governo deveria dar mais apoio, mais incentivo pro produtor produzir mais, com mais tecnologia, com menos uso de agrotóxico, e dar mais valor ao que é produzido e também produtor pois muitas vezes eles são chamados de sujos, fedidos e isso faz com que os jovens se desanimem e vão embora. Criar centros de lazer no interior, ou até mesmo políticas públicas que ajudem o produtor a melhorar sua moradia. (Daliane, A3)
Maior reconhecimento e valorização da agricultura por parte das pessoas, menos cobranças e preconceitos em relação aos agrotóxicos. (Ana, A3)
Para o jovem permanecer no campo ele precisa de tecnologia como sinal de celular e internet e principalmente liberdade dos pais para trabalhar na propriedade da família, pois muitos pais veem o filho como um empregado sem salário e que deve satisfações de tudo o que vai gastar com a mesada quando ganha. (Eliana, A3)
Considerando que grande parte dos jovens não possui treinamento específico e que escola alguma ensina a lidar com as finanças a não ser dentro do sistema familiar, onde muitos não possuem apoio neste sentido, acredito que poderiam ser incluídas na grade curricular do curso, disciplinas de administração financeira, de liderança e de gestão. Seria interessante também que na graduação fosse oferecido algum treinamento de inteligência emocional e marketing pessoal. (Gabriele, A3)
Valorização dos produtos agrícolas e valorização do agricultor. (Josicler, A3)
Incentivo governamental (acesso à internet, lazer, etc.), políticas públicas de incentivo (créditos). (Luciane, A2)

Mais incentivo do governo em relação a crédito rural, investimento em lazer, acesso à internet e incentivo na melhoria dos conhecimentos técnicos para melhoria na produção e na vida pessoal. (Maria, A3)
É um trabalho que começa desde a infância, de os pais incentivar a ajudar nas atividades desenvolvidas na propriedade, as vezes as meninas ficam só com o serviços domésticos e não acompanham as atividades produtivas. Também é preciso uma mudança nas tradições culturais para que as mulheres continuem no meio rural, as mulheres querem e precisam de liberdade, de decidir sobre a sua vida, de ter condições monetárias de ter as coisas que querem, sem ter que dar satisfação a ninguém e isso no meio rural é mais difícil. Ter acesso a internet, ao crédito, ter a sua própria casa, uma fonte de renda fixa (o que no meio rural também não é fácil, principalmente para os pequenos agricultores), diminuição do trabalho pesado, acesso aos maquinários e implementos que facilitem as formas de produção são fatores determinantes para a permanência no meio rural, terem empoderamento, as tarefas entre homens e mulheres tem que ser divididas e não separadas, pois as mulheres tem uma dupla jornada de trabalho, tanto no meio rural como na cidade, têm que cuidar dos filhos, da casa, ou dos irmãos, trabalhar fora, etc. (Sandra, A2)
Se essa jovem tiver pais ou parentes que tenha uma pedaço de terra no interior, que os mesmos incentivem e ouçam a futura agrônoma ou outra profissão na qual queira voltar para o interior a ficar e construir possibilidades de crescimento na propriedade. Em minha opinião depende do incentivo familiar a voltar do que qualquer outro motivo, e de decisão delas, se quiser voltar ou continuar na cidade e conseguir trabalho e gostar do que faz. Decisão pessoal. (Fernanda, A2)
Maior participação na parte administrativa, para perceber que tem retorno cada trabalho/investimento. (Lenine, A2)
Maior valorização da agricultura; Melhorias no processo de sucessão familiar; Maior incentivo por partes dos governos e reconhecimento da importância do produtor rural. (Karine, A3)

Educação cultural, a possibilidade de mostrar que a mulher pode sim dominar o campo porque crescemos achando que aquele trabalho (só por ser braçal) não seria para nós, maiores possibilidades de emprego na agricultura com renda fixa. (Anamara, P3)
Acredito que ter acesso a melhores condições de vida possibilitaria a permanência no campo. (Andrisa, P3)
Acredito que alguns jovens não voltam a morar no interior por motivos de logística, muitas vezes é mais prático morar na cidade, do que morar no interior. (Charlene, P3)
Incentivo ao crédito para: melhoria de benfeitorias rurais; aquisição de terras; maquinário agrícola. Acesso de qualidade aos municípios; melhorias na área da saúde e lazer. (Marta, P4)
Na área pedagógica, na cidade onde morava ou você trabalha nas escolas municipais ou na prefeitura. Pois não oferecem outros lugares de trabalho, e são duas escolas municipais no centro da cidade, as escolas do interior foram fechadas para diminuir os gastos. Não sei, mas nada me faria voltar. (Karla, P3)
Políticas públicas que gerassem mais expectativas aos moradores da zona rural; Manter as escolas rurais ativas; Acredito que o fato de levar as crianças do interior para estudar na cidade acaba influenciando a saírem do interior quando adultos, é preciso mostrar outras realidades, porém é necessário ensinar a valorizar o espaço aonde vivem. Por que ao invés de levar as crianças do interior para estudar na cidade não seja feito o oposto, as da cidade irem ao interior? (Elisangela, P3)
Mais reconhecimento e valorização pelo trabalho do agricultor, além de políticas que voltem o seu olhar para eles, pois as condições de trabalho são muito duras e o lucro é pouco. (Fabiana, P3)

53) Considerando a realidade de evasão dos jovens do campo, como acredita que será o futuro da agricultura familiar no município em que residia?

<p>Infelizmente vejo que a agricultura familiar irá se acabar aos poucos, pois vejo, a cada dia que passa mais agricultores se aposentando, comprando um lugar na cidade e alugando sua terras, dando vazão a monocultura. (Eliete, A3)</p>
<p>Estou bem otimista. Hoje já vejo muitos jovens ficando ou retornando para as propriedades em meu município. Já existem incentivos para permanência deles no campo por parte da administração pública. (Alice, A3)</p>
<p>No meu município acredito que a evasão tende a aumentar ainda mais ao longo do tempo. Por questões étnicas a população local é muito resistente e preconceituosa para com a realidade atual. Além do mais, pelo município ser pequeno (aproximadamente 3.600 habitantes) e não possuir muita oferta de emprego muitos jovens acabam migrando para cidades maiores. A busca pelo ensino superior também acaba urbanizando alguns jovens que saem para estudar e ficam, por encontrar realidades diferentes (liberdade, acesso à tecnologia, companheiro, ...). Desse modo, acredito que boa parte da agricultura familiar local não existirá mais, seja pela falta de sucessão, morte dos proprietários ou desestímulo da juventude em continuar na atividade. (Amanda, A3)</p>
<p>Dentre os fatores de evasão no meu município, está a construção da hidrelétrica de Itá, que expulsou muitas famílias de suas terras, não indenizando adequadamente, os que ainda residem por lá, ficaram com terrenos muito acidentados e menores, além de inundar uma grande área que era cultivada. Atualmente, pelas condições financeiras, que a produção agrícola também exige, está ocorrendo a acumulação de terras por quem tem dinheiro. Logo, acredito que terá alguns grandes produtores, algumas famílias que ainda resistirem na agricultura familiar e outras áreas abandonadas. (Adriana, A3)</p>
<p>A população rural está diminuindo constantemente, muitas comunidades rurais estão deixando de existir e se medidas para conter esta evasão não forem adotadas, o futuro da agricultura familiar estará comprometido. (Beatriz, A2)</p>
<p>Acredito que a agricultura familiar vai ficar bem reduzida, apenas quem tiver tecnologia e um pouco mais de conforto vai permanecer no interior, como exemplo na minha família somos em 4 irmãos e apenas o mais novo decidiu ficar la, então estamos investindo em tecnologia para que ele permaneça la e não precisa trabalhar tanto, que ele consiga ter um pouco de lazer e folga para aproveitar as coisas boas da vida. (Daliane, A3)</p>
<p>Acredito que será um futuro muito promissor para quem puder permanecer no campo, pois acredito que um dia a agricultura será valorizada como se deve. Afinal é a agricultura que fornece os alimentos...e todos nós, sem exceção alguma necessitamos deles. (Ana, A3)</p>
<p>Eu acredito que com o tempo essa evasão irá diminuir e os jovens irão voltar para o campo, pois no meio urbano o emprego está mais difícil e o custo de vida está aumentando e a qualidade diminuído. Um fator que pode promover o retorno dos jovens é a mudança de pensamentos dos pais para que vejam os filhos e seus conjugues como parceiros. (Eliana, A3)</p>
<p>Houve uma época em que a evasão foi mais intensa, hoje com maior acessibilidade à informação, a cursos, à graduação, há muitos jovens permanecendo ou então retornando às suas origens e que eu acho muito bonito, temos que valorizar a fonte de nossa alimentação. (Gabriele, A3)</p>
<p>Preocupante pois existem poucas medidas de valorização e incentivo de permanência no campo. (Josicler, A3)</p>
<p>Latifundiária, por ser uma região de agricultura familiar, as famílias estão migrando para a cidade, e as terras se concentrado nas mãos de poucos. (Luciane, A2)</p>

Acredito que se os pais e o governo não começarem a incentivar mais a permanência dos jovens no campo, a agricultura familiar vai ficar bem fragilizada. (Maria, A3)
Está ocorrendo um envelhecimento do meio rural e os jovens não querem mais ficar no campo, a questão da produção de alimentos é preocupante, pois certamente as empresas que tomarão conta da produção e a qualidade dos alimentos será preocupante, os alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e conservantes serão difícil encontrar. Por outro lado, alguns já estão retornando da cidade para o campo, principalmente quem está desempregado nas cidades e têm familiares no campo, estão retornando. A agricultura familiar precisa de mais incentivos governamentais para poder ser viabilizada, o incentivo da produção de base ecológica com assistência técnica qualificada, de mais acesso ao crédito, de programas de fomento à produção e comercialização. Também precisamos de mais cursos com o regime de alternância, para que os jovens tenham acesso ao ensino superior e possibilitem melhorar as formas produtivas. (Sandra, A2)
Tende a diminuir, sem incentivo do próprio município, e dos pais, que normalmente não querem ouvir opiniões do filho, acreditando que ficará assim até quando morrer, depois disso o filho que se vire com a propriedade, infelizmente essa é a triste realidade da maioria das propriedades de agricultura familiar. Normalmente os jovens que ficam na propriedade são os que não tem ensino superior. (Fernanda, A2)
Está reduzindo, pois os proprietários, por não ter quem de sequência à propriedade, acabam vendendo e, em geral, todos vendem para a mesma pessoa. (Lenine, A2)
A tendência é que o êxodo rural se sobreponha a permanência dos jovens na agricultura, porém já ocorrem indícios de que o público jovem aos poucos irá retornar ao campo, devido a saturação do mercado de trabalho e baixa valorização. (Karine, A3)

É um desafio, a maioria dos jovens não quer voltar para o campo. (Anamara, P3)
Esse futuro está cada vez mais incerto. Acredito que a agricultura familiar ficará cada vez mais escassa. (Andrisa, P3)
Acredito que o futuro do Brasil, depende da agricultura familiar e da agricultura em geral, e se todos as pessoas migrarem para a cidade, irá dificultar toda a logística da cidade e agricultura. (Charlene, P3)
O que vejo hoje são grandes produtores aumentar seu lote rural, pois, os pequenos agricultores acabam se desfazendo de suas propriedades assim que se aposentam e migram para a cidade, ou permanece na propriedade apenas um filho ou filha, e os demais, assim como eu, migram para a cidade em busca de outras oportunidades de trabalho. Os pequenos agricultores que permanecem em suas propriedades tentam diversificar a fonte de renda, investindo em grãos, atividade pecuária e leite. (Marta, P4)
Já está sendo notável a diminuição das famílias no campo, um exemplo é que na linha que meus pais residem de treze famílias, tem apenas os meus pais ainda lá. E estamos tentando fazer com que eles venham para a cidade também. (Karla, P3)
Não terão mais pessoas morando no meio rural, o que já é muito notável. (Elisangela, P3)
Serão poucos os jovens que ficarão no campo, apesar do município ser pequeno, preferem trabalhar nas fábricas do que ficar somente no interior. Alguns conseguem conciliar o trabalho da cidade e o do campo, mas para isso tem os pais que auxiliam enquanto estão em suas jornadas de trabalho na cidade. Quem ficar, acredito que serão na maioria homens. Como a cultura que prevalece são as plantações de soja e milho, eles conseguem conciliar os dois, utilizando muito do horário de verão para trabalharem depois do expediente. (Fabiana, P3)

54) Gostaria de relatar algo mais sobre as questões que envolvem a migração da jovem rural dos estabelecimentos de agricultura familiar em seu município ou região?

<p>Acredito que se os governos olhassem com maior atenção para o meio rural, melhorou bastante com a inclusão de diversos programas como Proagro, juros menores, Mais alimento, muitos jovens permaneceriam no campo. (Eliete, A3)</p>
<p>Não, acredito que já foi abordado nas questões anteriores. (Amanda, A3)</p>
<p>Como brevemente relatado na resposta anterior, há vários fatores que influenciaram no êxodo rural em meu município de origem, bem como certamente haverá em outros municípios. A busca por melhores perspectivas de vida, a busca de um sustento devido as condições mínimas que viviam, entre outros. (Adriana, A3)</p>
<p>Sim. Os principais motivos pelo qual as jovens saem do campo no meu município/região é em função da falta de oportunidades para estudar e principalmente trabalhar. A maioria das propriedades rurais são pequenas e geralmente quem permanece é um ou dois da família, pois na realidade que se encontram não há condições de permanecer mais pessoas vivendo da agricultura familiar. Assim os próprios familiares incentivam os filhos a estudar e sair buscar mais, pois é necessário! Eu gostaria de voltar ao campo, após todos estes anos de estudo e aperfeiçoamento na área da Agronomia e trabalhar com projeto de produção de flores/hortaliças, no entanto, há pouco incentivo e principalmente falta de comércio consumidor na região em que se encontra a minha família. (Beatriz, A2)</p>
<p>Na minha região as propriedades rurais são bem pequenas e a maioria dos jovens e até mesmo idosos já saíram de lá e venderam suas terras para reflorestamento, pois eles não conseguiram viver com o pouco que produziam, e sem incentivo público acabaram deixando o campo. (Daliane, A3)</p>
<p>A migração ocorre em maior escala por mulheres, porque os homens ainda ficam devido ao costume do menino ficar com a herança. A menina desde de nova é incentivada a sair de casa para estudar ou trabalhar porque o trabalho da mulher não é reconhecido pela família e geralmente não ganha herança como o rapaz. (Eliana, A3)</p>
<p>A migração dos jovens resulta em um envelhecimento da faixa etária do interior, conseqüentemente as terras estão sendo retidas nas mãos dos grandes latifundiários, diminuindo conseqüente a oferta de alimentos que antes eram produzidos pelos agricultores familiares, foco na produção das grandes culturas (soja, milho, Etc.). (Luciane, A2)</p>
<p>Assim como no mercado de trabalho, na atividade rural, muitos pais não valorizam as filhas, o lugar dela seria somente nos afazeres domésticos, não tem o mesmo incentivo que os meninos para que possam mais tarde administrar a propriedade. (Maria, A3)</p>
<p>Para reforçar o que já foi exposto nas outras questões, do meu ponto de vista os fatores principais são a busca por liberdade, de ter uma renda mensal fixa, mas também tem as que saem para cursar um curso superior e em busca de conhecer novas experiências e novos lugares, novas pessoas, terem autonomia e um bom emprego, deixar de trabalhar no pesado, ser reconhecida pelo trabalho que desenvolve. O meio rural é bom de se viver, muitas vezes é melhor que algumas formas de vida na cidade, mas não é fácil de se manter no campo, temos ainda muita pobreza e falta de recursos para melhorar as condições de vida. Tem que haver uma mudança estrutural e cultural na sociedade para que mulher tenha papel ativo nas atividades. (Sandra, A2)</p>
<p>A agricultura é um ponto chave para economia no Brasil, se não houver agricultores não há comida na mesa da população urbana, então respeitem e valorizem, mas de outro lado, donos de propriedades rurais, "abram suas cabecinhas", as vezes mudar trás muitas vantagens para todo o sistema. (Fernanda, A2)</p>
<p>Acho que é uma questão delicada, que envolve não somente os jovens, mas gerações mais velhas, com outros pensamentos, outros princípios. (Lenine, A2)</p>

A cidade é pequena e é possível notar como apenas os grandes granjeiros é que estão sobrevivendo, pois para o pequeno agricultor, o custo para investir está alto e o lucro nem sempre cobre todo investimento e dependente da variação do tempo. E esta migração para a cidade se torna a melhor alternativa, quando se consegue um emprego com renda garantida. (Karla, P3)g

26) Quais as atividades produtivas que hoje você desempenha dentro do estabelecimento?

Escolha da pastagens e alimentação do gato leiteiro, assim como o manejo do mesmo (Taimara, A2)
Faço a maior parte das ordenhas, desmame de bezerros, moço e brincagem das fêmeas. (Fabrícia, A4)
A principal atividade que desenvolvo é na gestão da propriedade, tanto financeira como prática, definindo as pastagens a ser implantadas em cada área e demais fatores necessários para uma pequena propriedade. (Edeli, A3)
Auxílio na safra de uva, mais na parte do beneficiamento, suco, geleia e vinho. (Cássia, A3)
Atividades domésticas, atividades técnicas, na criação de bovinos. (Solange, A4)

Nenhuma
Nenhuma.
Não trabalhava somente os familiares

27) Quais eram as responsabilidades domésticas diárias que você desempenhava dentro do estabelecimento agropecuário antes de cursar o ensino superior?

Todas (Taimara, A2)
Só a ordenha (Fabrícia, A4)
Somente auxiliava na ordenha do rebanho leiteiro. (Edeli, A3)
Cuidar da casa e das minhas irmãs e atendimento de telefone e pessoas. (Cássia, A3)
Cuidava da casa e da propriedade como um todo. (Solange, A4)

Limpeza da casa, lavagem de roupas, cozinheira, auxiliar na lavoura, tratar os animais. (Ayla, P2)
Todas de dona de casa. (Gleice, P3)
cuidava da faxina da casa, lavagem de roupas , as vezes cozinhas e cuidava da jardinagem (Mônica, P3)

28) Quais são as responsabilidades domésticas diárias que você desempenha dentro do estabelecimento agropecuário hoje? _

Poucas (lavo a louça e minhas roupas e meu quarto) (Taimara, A2)
Hoje consigo administrar todos os departamento se necessário. (Fabrícia, A4)

Todo o controle da propriedade, o alimento ingerido diariamente pelos animais é definido através do meu controle, além do manejo do solo com rotação de cultura tudo para a alimentação animal e além disso, produzimos alimentos para a subsistência da família. (Edeli, A3)
cuidar da casa, atendimento de pessoas e parte administrativa. (Cássia, A3)
cuido da casa e da propriedade como um todo. (Solange, A4)

Limpeza da casa, lavagem de roupas e cozinha, catar ovos das poedeiras, tratar os animais(no final de semana se necessário) (Ayla, P2)
Hoje residimos fora do estabelecimento rural, onde só retornamos nos finais de semana, mas ainda realizo todas as responsabilidades domésticas com auxílio do marido. (Gleice, P3)
Hoje nenhuma (Mônica, P3)

29) Antes de você cursar a graduação você tinha responsabilidades diárias como a horta o cuidado com animais (animais para consumo interno), ou o cuidado de parentes?

Cuidado com os animais (ordenha) (Taimara, A2)
Sim (Fabrícia, A4)
Não (Edeli, A3)
Cuidar das minhas irmãs (Cássia, A3)
Sim (Solange, A4)

Sim (Ayla, P2)
Não (Gleice, P3)
Cuidado com os animais (Mônica, P3)

30) Atualmente você ainda mantém tais responsabilidades?

Sim (Taimara, A2)
Hoje tenho responsabilidade com rebanho animal e cuidados com toda a família, sou responsável pelo controle de tudo. (Taimara, A2)
Com certeza (Fabrícia, A4).
Hoje tenho responsabilidade (Edeli, A3)
Não (Cássia, A3)
Sim (Solange, A4)

Não (Ayla, P2)

Atualmente as tarefas de horta, cuidado com a jardinagem fica por conta do marido, dividimos as tarefas desde sempre. (Gleice, P3)
--

Não (Mônica, P3)

31) Após formada houveram mudanças em sua inserção produtiva dentro do estabelecimento?

Pouco pois meu irmão é quem toma a maioria das decisões (Taimara, A2)

Sim (Fabrícia, A4)

Sim, muitas mudanças, a questão financeira melhorou muito, quitando as dívidas da família, pois a família trabalhava muito mas não fazia cálculos, não conseguia fazer a gestão da propriedade e a partir da minha formação, mudamos o que não agregava para a propriedade e aumentamos o que estava dando lucro. (Edeli, A3)

Não (Cássia, A3)

sim, maior conhecimento e técnica (Solange, A4)

Não (Ayla, P2)

Não (Gleice, P3)

Houveram mudanças saí da vida rural para a vida urbana (Mônica, P3)

32) Após o término de sua graduação mudou o seu grau de participação nas decisões produtivas que hoje são implementadas pela família? Justifique.

Não (Taimara, A2)

Sim, meu esposo na maioria das vezes pede minha opinião sobre determinado assunto. (Fabrícia, A4)

Sim, mudou tudo, pois além de cuidar da propriedade ainda exerço minha profissão de agrônoma no atendimento a empresas o que passa mais credibilidade para a minha família, deixando assim as decisões nas minhas mãos. (Edeli, A3)

Não, por isso continuo estudando. (Cássia, A3)
--

Não sempre fui ativa e decide junto com o marido. (Solange, A4)

Em partes sim, pois não estou o tempo todo presente e algumas decisões são imediatas. Mas nas decisões de inovações de melhorias sempre estou presente. (Ayla, P2)
Sempre participei das decisões. (Gleice, P3)
Não trabalhava. (Mônica, P3)

39) Qual era o meio de transporte utilizado para se deslocar diariamente da propriedade até a cidade de onde saía o ônibus para a UFFS?

Carro. (Taimara, A2)
A pé. (Fabrícia, A4)
Ficava durante a semana na cidade de Erechim. (Edeli, A3)
Carro. (Cássia, A3)
Próprio. (Solange, A4)

Quando era no seminário transporte da Prefeitura. Quando mudou-se passei a me deslocar com veículo particular. (Ayla, P2)
Carro. (Gleice, P3)
O ônibus passava em frente a minha casa, caso não houvesse transporte facilitado para me deslocar até a UFFS, eu teria migrado para cidade. (Mônica, P3)

40) Qual era a sua expectativa de sair do campo e cursar Pedagogia ou Agronomia? O que você imaginava escolhendo este curso?

Passar em um concurso público para ser intencionista rural. (Taimara, A2)
Com bom emprego, boa remuneração. (Fabrícia, A4)
Que poderia aplicar os ensinamentos na propriedade e permanecer no campo. (Edeli, A3)
Me identificada com as matérias e acreditava que poderia contribuir com minha família. (Cássia, A3)
Aplicar os conhecimentos adquiridos na produção pecuária. (Solange, A4)

Sempre gostei de dar aula, como cursei o magistério, a Pedagogia foi uma opção de continuar os estudos na área da educação para prestar concurso. (Ayla, P2)
--

Me aperfeiçoar na área de educação. (Gleice, P3)
--

Sempre quis trabalhar com os pequenos e a Pedagogia tem um campo mais amplo de emprego. (Mônica, P3)
--

41) E durante o curso como que você se sentiu na condição de mulher cursando Pedagogia ou Agronomia?

Muito. (Taimara, A2)

Na condição de mulher mais velha, casada e com filho, um pouco isolada. (Fabricia, A4)
--

No início senti que o curso era mais para homens, pois tinham mais facilidades, mas no decorrer do curso percebi que mulheres são mais dedicadas e conseguem seu lugar rápido e por ser do campo consegui associar o que vi no curso com o que vivia na propriedade. (Edeli, A3)
--

Eu vim de outra instituição particular na qual não se sentia bem, e na UFFS fui muito bem acolhida, encontrei pessoas que viviam situações parecidas com a minha e com poder aquisitivo semelhante. Foi muito bom. (Cássia, A3)

Na condição de mulher me senti como qualquer outra pessoa. (Solange, A4)
--

Na Pedagogia a minha turma no início só tinham 3 homens que desistiram logo nos primeiros semestres. Pedagogia tem um índice muito grande de procura por mulheres, estava sendo mais uma em busca de qualificação. (Ayla, P2)

Natural, pois já trabalhava na área e a graduação era uma necessidade. (Gleice, P3)

Aprendi que as mulheres tem direitos e merecem valores iguais. (Mônica, P3)

42) A sua expectativa após o curso se confirmou?

Não. (Taimara, A2)

Não. (Fabricia, A4)

Sim, estou aplicando meus conhecimentos na propriedade e além disso, o lucro do meu trabalho como agrônoma com carteira assinada é investido na propriedade. (Edeli, A3)
--

Acho que em partes sim, aprendi muito, mas ainda não achei meu lugar na minha casa, por isso sigo estudando. (Cássia, A3)

Sim. (Solange, A4)

Não, eu troquei de área. (Ayla, P2)
Sim. (Gleice, P3)
Sim, muito, mudei, agreguei conhecimento e as portas vão se abrindo seja no ser pessoal com profissional. (Mônica, P3)

43) A sua formação favorece a permanência no campo?

Muito. (Taimara, A2)
Por enquanto sim. (Fabricia, A4)
Com toda a certeza, pois só assim consegui gerenciar a propriedade e conseguir meu espaço. (Edeli, A3)
Porém ela permite que você tenha uma certa liberdade de horários que é interessante. (Cássia, A3)
Sim. (Solange, A4)

Não. (Ayla, P2)
Embora se percebe que a maioria das escolas estão nos centros urbanos, pois há poucos alunos no campo e ele eles vão estudar na cidade. (Gleice, P3)
Não somente se eu fosse concursado pela prefeitura, perto de casa. (Mônica, P3)

44) Em sua opinião quais mudanças deveriam ser feitas nos cursos para incluir mais os jovens de origem rural?

Na Agronomia estou bem satisfeita não recomendaria nada. (Taimara, A2)
A teoria é fundamental para um bom entendimento mas a pratica é fundamental para o desenvolvimento como profissional e nossa instituição peca muito no quesito aulas práticas. (Fabricia, A4)
Uma prova de conhecimento prático referente ao curso. (Edeli, A3)
Acho a UFFS uma universidade bem integradora, e na minha turma uns 80% do alunos vinham do meio rural. Eu acredito que ter a oportunidade de estar numa universidade seja muito bom, porém são poucos que voltam, pois ao conhecer outras possibilidades, e a dificuldade da sucessão familiar faz com que os jovens busquem outros caminhos, onde se sintam mais valorizados, mesmo que as vezes ganhando menos. (Cássia, A3)

Dar boas condições a todos para que o jovem rural que por sua capacidade chegue a faculdade. (Solange, A4)

Acho que não há necessidade de mudanças no curso ou na instituição e sim de motivação do jovem que reside em determinada região. O Curso existe, então acho que cabe a parte buscar. (Ayla, P2)

Acredito que UFFS inclui muito bem a todos. (Gleice, P3)

Considerar os estudantes como trabalhadores e não só como estudantes. (Mônica, P3)

45) Como as relações de poder, atreladas a questão de gênero no campo e no interior das unidades produtivas, influenciaram na sua decisão em cursar o Ensino Superior?

Sempre fui incentivada (obrigada a estudar) então optei por algo que me remete-se ao que gosto de fazer. (Taimara, A2)

Para uma mulher a independência financeira é como a carta de alforria. (Fabricia, A4)

Enquanto estamos no campo quem manda é o pai e tu é como se fosse um empregado, então após a graduação tudo isso muda, passamos a ser ouvidos. (Edeli, A3)

Não vivi muito essa relação de poder, o que vi na minha família e que diziam que a mulher é mais inteligente, então deve estudar para encontrar outra atividade menos "sofrida". São raros os casos onde se estimula para estudar para melhorar as condições da propriedade. Mas sobre as questões de gênero, na hora de conseguir um emprego, na área da Agronomia, mulheres sofrem mais. (Cássia, A3)

Não influenciaram. (Solange, A4)

Nunca tive problemas com isso, meus pais sempre me incentivaram a estudar, eu já havia decidido fazer graduação ainda nas series iniciais. (Ayla, P2)

Não. (Gleice, P3)

Não influenciou, sempre tive autonomia, não tive impedimentos. (Mônica, P3)

46) Como a formação em nível superior influenciou em fixar residência no campo?

Tomada de decisões coerentes de acordo com a realidade que se tem, sempre procurando melhorar, a faculdade nos mostra novas possibilidades. (Taimara, A2)

O conhecimento te abre a mente para novas ideias, novos meios que possibilitam a permanência no campo. (Fabricia, A4)
O gosto pelo campo e saber que podemos ter uma boa geração de renda vivendo onde amamos, sem ter chefes, nem horário fixos diariamente, poder gerenciar o próprio negócio, além da qualidade de vida que o campo nos proporciona. (Edeli, A3)
No meu caso, o que me mantém no campo é porque eu gosto, mas está difícil permanecer. (Cássia, A3)
não influenciou já vivia no campo antes do curso. (Solange, A4)

Eu amo morar aqui. (Ayla, P2)
Não influenciou. (Gleice, P3)
Só não vou morar na cidade porque sou responsável pelos meus pais. E por conta da questão financeira. (Mônica, P3)

47) Quais as práticas ou ações, em seu ponto de vista, deveriam ser mudadas ou implementadas para que possibilitasse a sua permanência no campo?

Políticas públicas que subsidiassem novos investimentos e nos garantissem um preço de mercado melhor que o atual, para comercializar nossos produtos. (Taimara, A2)
Ter menos burocracia para se legalizar os projetos. (Fabricia, A4)
Dentro da universidade deveria ter um incentivo para permanecer no campo e para renda nas pequenas propriedades para mostrar aos alunos a qualidade de vida que se tem no campo e a renda que é possível obter. (Edeli, A3)
Minha opinião conta muito pouco, além disso se ficar só em casa não iria ganhar salário, de acordo com meu pai, apenas casa e comida. (Cássia, A3)
Crédito rural facilitado. (Solange, A4)

Hoje em dia tudo está mais fácil, tenho aqui tudo que preciso. Não vejo de imediato alguma mudança necessária. (Ayla, P2)
Não saberia responder. (Gleice, P3)
Mais valor ao pequeno produtor, mais possibilidades de manter o campo. O que você planta se transforma em despesa. (Mônica, P3)

48) Considerando a realidade de evasão dos jovens do campo, como acredita que será o futuro da agricultura familiar no município em que reside?

Bom pois os agricultores então se tecnificando produzindo mais com menos mão de obra. (Taimara, A2)

Infelizmente é triste ver que a imagem da agricultura familiar esta tão denegrada aos jovens, mas tento mostrar para meu filho que estudar é preciso e fundamental pq vc nunca sabe como sera o dia de amanhã, mas também tento mostrar a ele que quem tem um palmo de terra tem o essencial para se viver bem e que o dinheiro traz muita coisa boa mas que não podemos nos deixar ser dominado por ele. (Fabricia, A4)

Hoje vejo que a agricultura no meu município terá continuidade, pois a maioria dos jovens que foram estudar fora, retornaram a propriedade e estão investindo junto aos seus familiares. (Edeli, A3)

Quem realmente gosta da atividade e quando os pais dão oportunidades em casa esses jovens permanecem, mas quando não há nada que estimule, muitos saem de casa para trabalhar em frigoríficos, com condições de trabalho nem sempre tão boas, mas preferem isso para ganhar seu dinheiro. Essa é uma questão bem complicada. E vejo que no meu caso, já estou fazendo doutorado, a situação fica mais difícil ainda. Posso contribuir com várias coisas, mas também por ficar "fora de casa" estudando, tem várias coisas que não sei mais fazer. (Cássia, A3)

Acredito que chegara um tempo de uma expansão de consciência, e que de forma geral o jovem vai ficar no campo, é também fruto de políticas públicas e da valorização do produtor rural. (Solange, A3)

Ao meu ver, para permanecer na agricultura hoje precisa-se adotar mecanismos diferenciados. A região onde eu moro não é muito favorável a plantações, por não ser plana e por ter pequenas áreas. Logo de plantação ninguém sobrevive. Penso que a população está buscando produtos agrícolas orgânicos e uma alimentação mais saudável, quem sabe projetos nessa área tragam uma renda melhor para o trabalhador rural e com isso incentive os jovens a permanecer na propriedade, caso contrário ninguém mais consegue um bom sustento e a opção é buscar renda fora e infelizmente largar o campo. (Ayla, P2)

Acredito que será bem baixa, pois a vida no campo é muito difícil, e isso consequentemente só tende a aumentar a evasão. Principalmente por questões econômicas. (Gleice, P3)

Aos poucos ela vai se desfazendo. Os jovens não se mantem, não tem empregos. Cada vez mais a tendência é sair do campo. (Mônica, P3)

49) Gostaria de relatar algo mais sobre as questões que envolvem a migração da jovem rural dos estabelecimentos de agricultura familiar em seu município ou região?

Muitas não gostam da “lida campeira” já outras estão em busca de status ou se envergonham de dizer que são colonas, ai vão trabalhar e morar na cidade em troca de um salário que mal paga seus custos. (Taimara, A2)

Acredito que os filhos são o que os pais modelam, então penso que deveria ser feito um trabalho que mostrasse a realidade das cidades para que os pais entendesse que o que é ruim pra eles pode ser que não seja para seus filhos e que se eles plantar essa semente de que tudo no campo é ruim e ficar regando essa semente vingará. Penso que nossa função quanto pais e educadores é que devemos mostrar os melhores caminhos a nossos filhos e apoiá-los em suas decisões, mas não querer que eles vivam o que nós temos vontade de ter vivido. (Fabricia, A4)

Acredito que quando fizemos o que gostamos e o que nos faz bem nos tornamos seres humanos mais dignos e mais feliz. (Edeli, A3)

Acho que os jovens estão querendo ficar mais no campo nos dias de hoje do que antes, pois todas as propriedades tem a instalação de internet, tem lazer no interior e não só na cidade como era no passado, antes éramos vistos como uns colonos coitados, hoje somos vistos com outros olhos, como pessoas que produzem alimentos e são valorizadas por quem vive na cidade, isso vai facilitar muito a permanência do jovem no campo. Hoje filho de agricultor também faz faculdade, tem carro, carteira de motorista e o direito de ir e vir igual a todos, não sofre mais preconceito como no passado. (Cássia, A3)

Acredito que essa migração ocorre pois muitos pais querem fazer a sucessão como seus pais fizeram, mas muita coisa mudou. E quando essa sucessão não acontece ou ocorre de uma forma que não agrada as duas partes o jovem tende a buscar novas oportunidades. (Solange, A4)

Olha, moro aqui a quase 24 anos. Meus pais já tentaram inúmeros meios de renda. Só quem mora no campo sabe o quanto é trabalhosa a atividade de quem acorda as 6h e deita as 21/22h o trabalho é pesado, e infelizmente o pequeno produtor não tem mais meios de garantir a sobrevivência da família com a pouca produção das safras, cada vez tem mais pragas, cada vez aumenta o uso de agrotóxicos, cada vez fazer lavoura custa mais caro e cada vez mais o produto está se desvalorizando. Comentávamos aqui em casa certo dia, que se não houverem grandes mudanças, em pouco tempo a cidade vai tomar conta das pequenas propriedades do interior e a alimentação vai ficar escassa. São poucas as pessoas que aderem ao programa de produção da agricultura familiar, pois até este é cheio de burocracia e precisa de um alto investimento que são poucos que conseguem. Na região onde eu moro, são poucos os jovens que estão no interior e sobrevivem somente com a renda da produção. Triste realidade. (Ayla, P2)

Acredito que, com a situação econômica capitalista, onde o pequeno agricultor não consegue mais arcar com suas condições de vida no meio rural, tende a aumentar a evasão dos jovens e das pessoas. Hoje ainda permanecem no meio rural, quem possui familiares com outras fontes de renda, ou conseguem viver com muito pouco. (Gleice, P3)

A juventude migra para a cidade em busca de condições melhores, pela necessidade de conhecimento de mundo. (Mônica, P3)

8-APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DE PERGUNTAS QUALITATIVAS



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Francisco Beltrão

Rua Maringá, 1200 - Bairro Vila Nova - CxP. 371 - CEP 85605-010
Fone: (46) 3520-4848 Fax: (46) 3520-4849 - Francisco Beltrão - PR



Pesquisa: O objetivo desta pesquisa é identificar as perspectivas e os limites das jovens rurais que estudaram na Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Erechim, entre 2010 e 2014, em relação a permanência ou migração do campo. **É importante ressaltar que será mantido confidencialidade do sujeito e que os dados serão utilizados para fins científicos.**

Mestranda: Daiane Bordulis Eduardo

Nome Fantasia: _____

INFORMAÇÕES GERAIS:

1) Curso

1. Pedagogia
 2. Agronomia

2) Estado civil:

1. Solteiro
 2. casada
 3. viúva
 4. união estável

3) Idade:

1. 19 à 21 anos
 2. mais de 21 à 24
 3. mais de 24 à 29
 4. mais de 29 anos

4) Ano de ingresso na UFFS:

1. 2010
 2. 2011
 3. 2012
 4. 2013
 5. 2014

5) Origem étnica:

1. italiana
 2. alemã
 3. brasileira
 4. polonesa
 5. indígena
 6. Afrodescendente

6) Município/estado onde nasceu.

1. Da microrregião de Erechim. Qual?
 2. De outro município do estado do RS
 3. De outro estado do Brasil

7) Atual município onde reside?

1. no campo
 6. na cidade

INFORMAÇÕES ATUAIS SOBRE O ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO

8) Sua família ainda possui a propriedade rural?

1. Sim
 Não

9) Quais membros da família ainda residem no estabelecimento?

1. pai
 2. mãe
 3. irmã
 4. outra irmã
 5. irmão
 6. outro irmão
 7. avó
 8. avô
 9. outros parentes

10) Qual é o tamanho do estabelecimento:

1. até 5 hectares
 2. de 5 à 10 hectares
 3. de 10 à 30 hectares
 4. de 30 à 50 hectares
 5. de 50 à 100 hectares
 6. de 100 à 200 hectares
 7. mais de 200 hectares

11) Na atualidade quais atividades são desenvolvidas:

1. Somente atividades agrícolas
 2. somente atividades pecuária
 3. plantação e criação de animais
 4. não tinha nenhuma produção agrícola e pecuária

12). Com relação a topografia do estabelecimento considera:

1. plana/totalmente mecanizável
 2. parcialmente plana/ parcialmente mecanizável
 3. acidentada não mecanizável

13). Os maquinários e implementos utilizados são:

1. Próprios
 2. Alugados
 3. próprios e alugados
 4. não utilizava maquinários e implementos

14). A família arrenda o estabelecimento para outras pessoas produzirem?

1. sim
 2. não

15) A sua família arrenda outras áreas para produzir?

1. sim
 2. não

16) A principal fonte de renda da família advém das práticas produtivas desenvolvidas no estabelecimento?

1. sim
 2. não

17) A família possui outras fontes de renda não agrícola (aposentadorias, trabalho urbano, bolsa família)?

1. sim
 2. não

18) Você acredita que sua família permanecerá por quanto tempo no estabelecimento agropecuário?

1. menos de 5 anos
 2. de 5 à 10 anos
 3. de 10 à 20 anos
 4. acima de 20 anos

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO INTERNA DOS ESTABELECIMENTOS

19). Na atividade principal da família você trabalhava:

- | | |
|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | 1. Somente atividades agrícolas |
| <input type="checkbox"/> | 2. somente atividades pecuária |
| <input type="checkbox"/> | 3.pantação e criação de animais |
| <input type="checkbox"/> | 4. não tinha nenhuma produção agrícola e pecuária |

21) Com relação a divisão interna do trabalho pela família, considerava:

- | | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | 1. Altamente dividida entre homens e mulheres |
| <input type="checkbox"/> | 2. parcialmente dividida entre homens e mulheres |
| <input type="checkbox"/> | 3.não havia divisão entre homens e mulheres |

23) Como avalia o grau de participação dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pela família?

- | | |
|--------------------------|-------------------|
| <input type="checkbox"/> | 1. excelente |
| <input type="checkbox"/> | 2. boa |
| <input type="checkbox"/> | 3.regular |
| <input type="checkbox"/> | 4. fraca |
| <input type="checkbox"/> | 5. muito fraca |
| <input type="checkbox"/> | 6.não participava |

20). Além das funções na dinâmica produtiva você desenvolvia outras atividades morando no campo:

- | Sim | Não | |
|--------------------------|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 1. Estudava |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 2. Cozinhava |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 3. auxiliava nos afazeres domésticos |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 4. auxiliava com o cuidado de parentes |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 5.atividade remunerada em tempo parcial fora do estabelecimento |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 6.outras. Quais? |

22). Como avalia o grau de participação nas decisões produtivas que eram implementadas pela família?

- | | |
|--------------------------|-------------------|
| <input type="checkbox"/> | 1. excelente |
| <input type="checkbox"/> | 2. boa |
| <input type="checkbox"/> | 3.regular |
| <input type="checkbox"/> | 4. fraca |
| <input type="checkbox"/> | 5. muito fraca |
| <input type="checkbox"/> | 6.não participava |

INFORMAÇÕES SOBRE OS FATORES DA MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE

24) Você migrou para a cidade para fazer faculdade?

- | | |
|--------------------------|--------|
| <input type="checkbox"/> | 1. Sim |
| <input type="checkbox"/> | 2. Não |

25) Em que ano migrou?

- | | |
|--------------------------|---------|
| <input type="checkbox"/> | 1. 2010 |
| <input type="checkbox"/> | 2. 2011 |
| <input type="checkbox"/> | 3.2012 |
| <input type="checkbox"/> | 4. 2013 |
| <input type="checkbox"/> | 5. 2014 |

26) Tinha quantos anos?

- | | |
|--------------------------|--------------------|
| <input type="checkbox"/> | 1.15 à 19 anos |
| <input type="checkbox"/> | 2.19 à 21 anos |
| <input type="checkbox"/> | 3.mais de 21 á 24 |
| <input type="checkbox"/> | 4. mais de 24 á 29 |
| <input type="checkbox"/> | 5. mais de 29 anos |

27) Porque não deu para continuar no campo fazendo o curso? _____

28) Quais fatores avalia como importantes em sua decisão de migrar do campo para a cidade?**Sim Não**

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	1. Adultocentrismo (pouca participação nas decisões tomadas pela família)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	2. Machismo
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	3. excesso de vigilância pelos familiares e pela comunidade rural
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	4. pouca área de terra
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	5. dificuldade de acesso ao crédito
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	6. escassez de opções de lazer
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	7. exiguidade de infraestrutura (internet, telefonia, acessibilidade e serviços de saúde e educação)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	8. sensação de inferioridade
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	9. dificuldade econômica
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	10. trabalho pesado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	11. pouca opção por trabalho
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	12. não direito a terra como herança
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	13. falta de apreço pela agricultura
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	14. exposição aos agrotóxicos
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	15. menor possibilidade para encontrar parceiro para namorar ou casar
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	16. outros. Quais: _____

29) Quais fatores urbanos avalia como importantes em sua decisão de migrar para a cidade?**Sim Não**

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	1. Diversidade de opções de lazer
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	2. Acesso à universidade
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	3. maior oferta de emprego
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	4. informação (jornais, livros, informações on line)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	5. obtenção de salário
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	6. maior liberdade
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	7. maior quantidade de infraestrutura (internet, educação, serviço de saúde e equipamentos urbanos)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	8. evolução pessoal
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	9. trabalho mais leve
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	10. melhor acessibilidade
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	11. maior possibilidade de encontrar parceiros para namorar ou casar
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	12. outros. Quais?

30) A sua família apoiou a sua decisão de migrar para a cidade?

1. sim
 2. não

32) Esse apoio material ainda permanece?

1. sim
 2. não

31) Durante a graduação você recebia algum tipo de apoio material de sua família?**Sim Não**

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

33) Você costuma visitar o estabelecimento com que frequência?**Sim Não**

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34) Voltaria a morar no campo e a trabalhar em atividades agropecuárias?**35) Atualmente está ocupada em alguma atividade geradora de renda urbana?**

<input type="checkbox"/>	1. sim
<input type="checkbox"/>	2. não

<input type="checkbox"/>	1. sim
<input type="checkbox"/>	2. não

36) Se a resposta anterior for sim, trata-se de uma ocupação:

<input type="checkbox"/>	1. formal
<input type="checkbox"/>	2. informal (sem carteira assinada)

37) Se a ocupação for informal, detalhe-a: _____

38) Se houver vínculo empregatício formal, assinale as opções abaixo:

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	1.comércio. Qual?
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	2. indústria. Qual?
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	3. serviços. Qual?
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	4. profissional liberal. Qual?
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	5. atualmente está fazendo pós graduação?

39) Se estiver fazendo pós graduação, possui bolsa?

<input type="checkbox"/>	1. Sim
<input type="checkbox"/>	2. não

40) Você está atuando na sua área de formação?

<input type="checkbox"/>	1. Sim
<input type="checkbox"/>	2. não

41) O que melhorou na sua condição material de vida após a formação em nível superior?

42) Qual era a sua expectativa de sair do campo para cursar Pedagogia ou Agronomia? O que você imaginava escolhendo este curso?

43) E durante o curso como que você se sentia na condição de mulher cursando Pedagogia ou Agronomia?

44) Em sua opinião quais mudanças deveriam ser feitas nos cursos de Agronomia ou de Pedagogia para incluir mais os jovens de origem rural?

45)A sua expectativa após o curso se confirmou?

46) A sua formação vai permitir você retornar ao campo?

<input type="checkbox"/>	1. Sim
<input type="checkbox"/>	2. não

47) Você tem interesse em retornar?

<input type="checkbox"/>	1. Sim
<input type="checkbox"/>	2. não

48) Tem condições de voltar?

- | | |
|--------------------------|--------|
| <input type="checkbox"/> | 1. Sim |
| <input type="checkbox"/> | 2. não |

49) Como as relações de poder, atreladas a questão de gênero no campo e no interior das unidades produtivas, influenciaram na sua decisão em cursar o Ensino Superior? _____

50) Como a formação em nível superior influenciou em fixar residência nos espaços urbanos? _____

51) Quais as práticas ou ações, em seu ponto de vista, deveriam ser mudadas ou implementadas para que possibilitasse a jovem a permanecer ou mesmo voltar a residir no campo? _____

52) Considerando a realidade de evasão dos jovens do campo, como acredita que será o futuro da agricultura familiar no município em que residia? _____

53) Gostaria de relatar algo mais sobre as questões que envolvem a migração da jovem rural dos estabelecimentos de agricultura familiar em seu município ou região? _____

9-APÊNDICE III

QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DE PERGUNTAS QUALITATIVAS



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Francisco Beltrão

Rua Maringá, 1200 - Bairro Vila Nova - CxP. 371 - CEP 85605-010
Fone: (46) 3520-4848 Fax: (46) 3520-4849 - Francisco Beltrão - PR



Entrevista: |__| |__| |__|

Entrevistador: _____ |__| |__| |__| |__| Data ____/____/____

Pesquisa: O objetivo desta pesquisa é identificar as perspectivas e os limites das jovens rurais que estudaram na Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Erechim, entre 2010 e 2014, em relação a permanência ou migração do campo. É **importante ressaltar que será mantido confidencialidade do sujeito e que os dados serão utilizados para fins científicos.**

Nome Fantasia: _____

INFORMAÇÕES GERAIS:

1) Curso

1. Pedagogia
 2. Agronomia

2) Estado civil:

1. Solteira
 2. casada
 3. viúva
 4. união estável

3) Idade:

1. 19 à 21 anos
 2. mais de 21 à 24
 3. mais de 24 à 29
 4. mais de 29 anos

4) Ano de ingresso na UFFS:

1. 2010
 2. 2011
 3. 2012
 4. 2013
 5. 2014

5) Origem étnica:

1. italiana
 2. alemã
 3. brasileira
 4. polonesa
 5. indígena
 6. Afrodescendente

6) Município/estado onde nasceu.

1. Da microrregião de Erechim. Qual?
 2. De outro município do estado do RS
 3. De outro estado do Brasil

7) Atual município onde reside?

1. no campo
 6. na cidade

INFORMAÇÕES ATUAIS SOBRE O ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO**8) Quais membros da família ainda residem no estabelecimento?**

10. pai
 11. mãe
 12. irmã
 13. outra irmã
 14. irmão
 15. outro irmão
 16. avó
 17. avô
 9. outros parentes

9) Qual é o tamanho do estabelecimento:

1. até 5 hectares
 2. de 5 á 10 hectares
 3. de 10 á 30 hectares
 4. de 30 á 50 hectares
 5. de 50 á 100 hectares
 6. de 100 á 200 hectares
 7. mais de 200 hectares

10) Antes de você iniciar os estudos na UFFS, quais atividades eram desenvolvidas dentro do estabelecimento:

1. Somente atividades agrícolas
 2. somente atividades pecuária
 3. plantação e criação de animais
 4. não tinha nenhuma produção agrícola e pecuária

11) Na atualidade quais atividades são desenvolvidas:

1. Somente atividades agrícolas
 2. somente atividades pecuária
 3. plantação e criação de animais
 4. não tinha nenhuma produção agrícola e pecuária

12). Com relação a topografia do estabelecimento considera:

1. plana/totalmente mecanizável
 2. parcialmente plana/ parcialmente mecanizável
 3. acidentada não mecanizável

13). Os maquinários e implementos utilizados são:

1. Próprios
 2. Alugados
 3. próprios e alugados
 4. não utilizava maquinários e implementos

14). A família arrenda o estabelecimento para outras pessoas produzirem?

1. sim
 2. não

15) A sua família arrenda outras áreas para produzir?

1. Sim
 2. não

16) A principal fonte de renda da família advém das práticas produtivas desenvolvidas no estabelecimento?

1. sim
 2. não

17) A família possui outras fontes de renda não agrícola (aposentadorias, trabalho urbano, bolsa família)?

1. Sim
 2. não

18) Você acredita que a sua família permanecerá por quanto tempo no estabelecimento agropecuário?

1. menos de 5 anos
 2. de 5 à 10 anos
 3. de 10 à 20 anos
 4. acima de 20 anos

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO INTERNA DOS ESTABELECIMENTOS

19). Antes de entrar na graduação em qual atividade principal da família você trabalhava:

- | | |
|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | 1. Somente atividades agrícolas |
| <input type="checkbox"/> | 2. somente atividades pecuária |
| <input type="checkbox"/> | 3.pantação e criação de animais |
| <input type="checkbox"/> | 4. não tinha nenhuma produção agrícola e pecuária |

21) Com relação a divisão interna do trabalho pela família, considerava:

- | | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | 1. Altamente dividida entre homens e mulheres |
| <input type="checkbox"/> | 2. parcialmente dividida entre homens e mulheres |
| <input type="checkbox"/> | 3.não havia divisão entre homens e mulheres |

23). Qual era o grau de sua participação nas decisões produtivas que eram implementadas pela família antes de sua graduação?

- | | |
|--------------------------|-------------------|
| <input type="checkbox"/> | 1. excelente |
| <input type="checkbox"/> | 2. boa |
| <input type="checkbox"/> | 3.regular |
| <input type="checkbox"/> | 4. fraca |
| <input type="checkbox"/> | 5. muito fraca |
| <input type="checkbox"/> | 6.não participava |

25) Após a sua graduação qual é o grau de sua participação nas decisões produtivas implementadas pela família?

- | | |
|--------------------------|-------------------|
| <input type="checkbox"/> | 1. excelente |
| <input type="checkbox"/> | 2. boa |
| <input type="checkbox"/> | 3.regular |
| <input type="checkbox"/> | 4. fraca |
| <input type="checkbox"/> | 5. muito fraca |
| <input type="checkbox"/> | 6.não participava |

27) Quais as atividades produtivas que hoje você desempenha dentro do estabelecimento?

28) Quais eram as responsabilidades domésticas diárias que você desempenhava dentro do estabelecimento agropecuário antes de cursar o ensino superior? _____

29) Quais são as responsabilidades domésticas diárias que você desempenha dentro do estabelecimento agropecuário hoje? _____

20). Além das funções na dinâmica produtiva você desenvolvia outras atividades antes de entrar para a graduação:

- | Sim | Não | |
|--------------------------|--------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 1. Estuda |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 2. Cozinhava |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 3. auxilia nos afazeres domésticos |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 4. auxilia com o cuidado de parentes |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 5.atividade remunerada em tempo parcial fora do estabelecimento |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 6.outras. Quais? |

22) Após a sua formação como considera a divisão do trabalho pela família:

- | | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | 1. Altamente dividida entre homens e mulheres |
| <input type="checkbox"/> | 2. parcialmente dividida entre homens e mulheres |
| <input type="checkbox"/> | 3.não havia divisão entre homens e mulheres |

24) Como avalia o grau de participação dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pela família?

- | | |
|--------------------------|-------------------|
| <input type="checkbox"/> | 1. excelente |
| <input type="checkbox"/> | 2. boa |
| <input type="checkbox"/> | 3.regular |
| <input type="checkbox"/> | 4. fraca |
| <input type="checkbox"/> | 5. muito fraca |
| <input type="checkbox"/> | 6.não participava |

26) Houveram mudanças produtivas no estabelecimento?

- | | |
|--------------------------|--------|
| <input type="checkbox"/> | 1. sim |
| <input type="checkbox"/> | 2. não |

30) Antes de você cursar a graduação você tinha responsabilidades diárias como a horta o cuidado com animais (animais para consumo interno), ou o cuidado de parentes?

31) Atualmente você ainda mantém tais responsabilidades? _____

32) Após formada houveram mudanças em sua inserção produtiva dentro do estabelecimento?

33) Após o término de sua graduação mudou o seu grau de participação nas decisões produtivas que hoje são implementadas pela família? Justifique.

34) Além do trabalho no campo está ocupada em alguma atividade geradora de renda urbana?

1. Sim
 2. não

35) Se a resposta anterior for sim, trata-se de uma ocupação:

1. Formal
 2. informal (sem carteira assinada)

36) Se a ocupação for informal, detalhe-a: _____

37) Se houver vínculo empregatício formal, assinale as opções abaixo:

1. sim 2. não

- | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 1. comércio. Qual? |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 2. indústria. Qual? |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 3. serviços. Qual? |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 4. profissional liberal. Qual? |

38) Se estiver fazendo mestrado, possui bolsa?

1. Sim
 2. não

39) Atualmente está fazendo pós graduação?

40) Qual era a distância da propriedade até a cidade do seu município?

- | | |
|--------------------------|------------------|
| <input type="checkbox"/> | 1. Até 2 km |
| <input type="checkbox"/> | 2. de 3 à 10 km |
| <input type="checkbox"/> | 3. mais de 15 km |
| <input type="checkbox"/> | 4. mais de 20 km |
| <input type="checkbox"/> | 5. mais de 25 km |

41) Qual era o meio de transporte utilizado para se deslocar diariamente da propriedade até a cidade de onde saía o ônibus para a UFFS?

42) Qual era a sua expectativa de sair do campo e cursar Pedagogia ou Agronomia? O que você imaginava escolhendo este curso? _____

42) E durante o curso como que você se sentiu na condição de mulher cursando Pedagogia ou Agronomia? _____

43) A sua expectativa após o curso se confirmou?

44) A sua formação favorece a permanência no campo? _____

45) Em sua opinião quais mudanças deveriam ser feitas nos cursos para incluir mais os jovens de origem rural? _____

46) Como as relações de poder, atreladas a questão de gênero no campo e no interior das unidades produtivas, influenciaram na sua decisão em cursar o Ensino Superior? _____

47) Como a formação em nível superior influenciou em fixar residência no campo?

48) Quais as práticas ou ações, em seu ponto de vista, deveriam ser mudadas ou implementadas para que possibilitasse a sua permanência no campo? _____

49) Considerando a realidade de evasão dos jovens do campo, como acredita que será o futuro da agricultura familiar no município em que reside? _____

50) Gostaria de relatar algo mais sobre as questões que envolvem a migração da jovem rural dos estabelecimentos de agricultura familiar em seu município ou região? _____
